

15. VIDA TERRESTRE

10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA

4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

5. IGUALDADE DE GÊNERO

13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

18. IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

3. SAÚDE E BEM-ESTAR

7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

14. VIDA NA ÁGUA

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL



**CADERNO DE
PROPOSTAS**



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL



ODS

**Conferência Nacional dos Objetivos
de Desenvolvimento Sustentável**



**1ª Conferência Nacional dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável**

Caderno de Propostas

Brasília - 2026

SUMÁRIO

SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO CADERNO DE PROPOSTAS	6
EIXO 1: DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES FORTES	11
GT 01 - Democracia Participativa e Cultura de Sustentabilidade	11
GT 02 - Democracia e Instâncias de Participação	24
GT 03 - Democracia e Diversidade	36
EIXO 2: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	51
GT 04 - Transição Ecológica e Centralidade dos Territórios	51
GT 05 - Educação Ambiental e Enfrentamento da Crise Climática	67
GT 06 - Cadeias produtivas e Gestão Ambiental	78
EIXO 3: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES	104
GT 07 - Inclusão Social e Diversidade	104
GT 08 - Educação, Trabalho e Gênero	118
GT 09 - Políticas Públicas Sustentáveis nos Territórios	138
EIXO 4: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	150
GT 10 - Inovação e Tecnologias Socioambientais	150
GT 11 - Educação Tecnológica e Inclusão Digital	168
EIXO 5: GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	184
GT 12 - Governança Participativa na Agenda 2030	184
GT 13 - Gestão Territorial e Monitoramento	194
EIXO 6: COLABORAÇÃO MULTISSETORIAL E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030	210
GT 14 - Financiamento da Agenda 2030	210
GT 15 - Democratização dos Recursos para o Desenvolvimento Sustentável	226
RASTREAMENTO DE PROPOSTAS	242

SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO CADERNO DE PROPOSTAS



SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO CADERNO DE PROPOSTAS

O Caderno Nacional de Propostas resulta da sistematização de todas as propostas originais enviadas pelas etapas estaduais e do Distrito Federal e pelas etapas livres de âmbito nacional, que compuseram a realização da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência Nacional ODS). O documento tem como objetivo refletir as demandas e contribuições das pessoas participantes das etapas preparatórias, servindo de subsídio para os debates a serem desenvolvidos na etapa nacional.

As propostas originais recebidas foram codificadas e sistematizadas, resultando nas propostas nacionais que compõem este caderno. Todas as propostas são rastreáveis e estão distribuídas entre os 15 grupos de trabalho originados nos seis eixos temáticos:



Eixo 1 - Democracia e Instituições Fortes

- GT 01 - Democracia Participativa e Cultura de Sustentabilidade
- GT 02 - Democracia e Instâncias de Participação
- GT 03 - Democracia e diversidade



Eixo 2 - Sustentabilidade Ambiental

- GT 04 - Transição Ecológica e Centralidade dos Territórios
- GT 05 - Educação Ambiental e Enfrentamento da Crise Climática
- GT 06 - Cadeias produtivas e Gestão Ambiental



Eixo 3 - Promoção da Inclusão Social e o Combate às Desigualdades

- GT 07 - Inclusão Social e Diversidade
- GT 08 - Educação, Trabalho e Gênero
- GT 09 - Políticas Públicas



Eixo 4 - Inovação Tecnológica para o Desenvolvimento Sustentável

- GT 10 - Inovação e Tecnologias Socioambientais
- GT 11 - Educação Tecnológica e Inclusão Digital
- GT 12 - Governança da Agenda 2030



Eixo 5 - Governança Participativa

- GT 12 - Governança da Agenda 2030
- GT 13 - Gestão Territorial e Monitoramento



Eixo 6 - Colaboração Multisetorial e o Financiamento da Agenda 2030

- **GT 14** - Financiamento da Agenda 2030
- **GT 15** - Recursos para o Desenvolvimento Sustentável

O Caderno Nacional de Propostas da 1ª Conferência Nacional ODS consolida o amplo processo de mobilização social realizado nas etapas preparatórias. A sistematização das contribuições seguiu o fluxo detalhado abaixo:

As propostas das etapas estaduais, do Distrito Federal e livres/municipais encaminhadas até 30/04 foram submetidas à Etapa Digital. Nesta fase, cidadãos com acesso ao gov.br puderam apreciar e votar, elegendo as prioridades. As propostas mais votadas por eixo compõem a Seção A. As demais propostas apreciadas e não eleitas na Etapa Digital integram a Seção B. Por fim, a Seção C reúne as propostas enviadas entre 01/05 e 25/05, período de prorrogação excepcional estabelecido pela Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS.

Com o objetivo de qualificar os debates e otimizar o tempo dos participantes na etapa nacional, apenas as propostas da Seção A passaram por todas as fases de sistematização. As propostas das seções B e C foram submetidas à revisão ortográfica e às fases 1 e 2 da sistematização, conforme detalhado a seguir.

Fases da Sistematização

O processo de sistematização das propostas aprovadas foi composto por cinco fases principais: (1) tabulação das propostas originais; (2) análise temática; (3) elaboração de redação-síntese/aglutinação; (4) revisão de propostas sistematizadas; e (5) montagem do Caderno Nacional de Propostas. Essas fases estão descritas a seguir.

(1) Tabulação de propostas originais: Os relatórios enviados durante as etapas preparatórias foram organizados e os textos originais foram codificados em uma base de dados unificada. Cada proposta recebeu um código específico para facilitar a identificação dos textos que geraram as redações-síntese.

Foram tabuladas pela equipe de sistematização um total de 1.029 propostas, oriundas de 297 etapas preparatórias, detalhadas a seguir:

- 20 etapas estaduais e do Distrito Federal – 120 propostas;
- 277 etapas livres – 909 propostas

O conjunto de propostas recebidas das etapas prévias, encontra-se dividido neste caderno da seguinte maneira:

-  Sessão A: Conjunto das 327 propostas aprovadas na Etapa Digital e que passaram por todo o processo de sistematização descrito abaixo, resultando em 189 propostas.
-  Sessão B: Conjunto das 190 propostas não aprovadas na etapa digital e que passaram apenas por uma revisão ortográfica e análise temática para distribuição nos GTs.
-  Sessão C: Conjunto das 512 propostas recebidas entre os dias 01/05 e 25/05. Tais propostas passaram apenas por uma revisão ortográfica e análise temática para distribuição nos GTs.

Abaixo de cada proposta sistematizada, é possível encontrar os códigos de origem, que correspondem às propostas aprovadas em todas as etapas preparatórias. O rastreamento abaixo das propostas significa que a redação foi composta utilizando todo ou parte do texto do código em referência. Os códigos são formados por três partes: (1) sigla da etapa; (2) eixo de Origem; e (3) número da proposta no relatório de origem. As propostas originais foram codificadas conforme os seguintes exemplos:

-  EPE-E1-01 – As Etapas Estaduais e do Distrito Federal foram codificadas utilizando a letra E (que significa “Etapa Estadual”) + a sigla da unidade federativa (UF). Por exemplo, a proposta com o código EPE-E1-01 trata-se da primeira proposta aprovada no Eixo 1 da etapa estadual de Pernambuco.
-  L001-E1-01 – As Etapas Livres foram codificadas utilizando a letra L (que significa “Etapa Livre”) seguida de numeração conforme a ordem em que foram recebidas pela sistematização. Por exemplo, a proposta com o código L001-E3-01 trata-se da primeira proposta aprovada no Eixo 3 da etapa livre de Rio Branco - AC “Democracia, Inclusão e Justiça Social: o Acre na construção da Agenda 2030”.

Os nomes das etapas e seus respectivos códigos estão disponíveis na seção de rastreamento deste caderno.

(2) Análise temática: nessa fase, é feita a leitura e organização das propostas em grupos por semelhança temática, resultando na aproximação de propostas originais dentro de “nuvens temáticas”. Durante a análise, é possível identificar se há propostas originais com mais de um núcleo/demanda. Nesses casos, cada proposta poderá ser subdividida em 2 (duas) ou 3 (três) partes, no máximo.

(3) Elaboração de redação-síntese/aglutinação: durante esse processo, ocorre a junção de propostas originais similares resultando na elaboração das

propostas sistematizadas. É possível que algumas propostas originais tenham o seu eixo alterado para que possam ser aglutinadas com propostas semelhantes que abordam o mesmo tema.

(4) Revisão Técnica: As propostas aglutinadas (redações-síntese) são submetidas a uma revisão técnica de texto, nesta fase são verificadas a coesão de cada redação e possíveis correções ortográficas.

(5) Montagem do Caderno de Propostas: A montagem do caderno, última etapa do processo de sistematização, resulta neste documento, que contém as propostas organizadas por eixo temático e grupo de trabalho, codificadas e rastreáveis, para facilitar a leitura e discussão durante a etapa nacional. Na seção de Rastreamento de Propostas, é possível encontrar a destinação de cada proposta original.

EIXO 1: DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES FORTES



EIXO 1: DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES FORTES

GT 01 - Democracia Participativa e Cultura de Sustentabilidade

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Implementar programas permanentes de educação cidadã, cívica e política, integrados ao currículo escolar das escolas públicas, privadas e comunitárias, e desenvolvidos também em redes sociais, espaços da sociedade civil e fóruns de gestão pública, com financiamento tripartite, parcerias institucionais e metodologias inclusivas, participativas e práticas. Os conteúdos destes programas devem estar voltados à compreensão do funcionamento das instituições democráticas, da gestão pública, dos portais de transparência, da execução orçamentária vinculada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, do controle social, dos direitos humanos e do combate à desinformação e à corrupção, promovendo soberania, emancipação socioambiental e econômica, decolonialidade, educação financeira, responsabilidade individual, participação coletiva, protagonismo comunitário, respeito às diversidades, enfrentamento à discriminação e empoderamento de mulheres, jovens e grupos étnico-raciais, de modo a fortalecer a democracia e suas instituições, qualificar a tomada de decisão coletiva, ampliar o acesso à informação, enfrentar vulnerabilidades, promover inclusão e equidade e construir cidades mais justas, inclusivas, resilientes e sustentáveis.

ESC-E1-01; L001-E1-01; L005-E1-01; L016-E1-01; L016-E5-01; L064-E5-01; L095-E1-01; L111-E1-01; L140-E1-01.

Proposta 02

Instituir e fortalecer os Conselhos de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos níveis municipal, estadual e federal, com caráter deliberativo e composição paritária e multisetorial, garantindo: (a) participação do poder público, sociedade civil, movimentos sociais, setor privado, instituições acadêmicas e povos e comunidades tradicionais; (b) vinculação ao planejamento público, às secretarias de governo ou estruturas correlatas e às leis de diretrizes

orçamentárias; (c) autonomia financeira e administrativa, controle social, participação técnica qualificada, transparência ativa, articulação entre setores e integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas; (d) corresponsabilidade na implementação das agendas de desenvolvimento sustentável e enfrentamento ao racismo ambiental, bem como; (e) monitoramento de indicadores territoriais, acompanhamento das metas locais, avaliação de resultados, deliberação sobre planos locais e articulação com o orçamento participativo, de modo a fortalecer a participação social efetiva e institucionalizar a Agenda 2030 nos territórios.

EMA-E5-01; EPI-E1-01; L023-E1-01; L042-E5-01; L062-E5-01; L102-E5-01; L134-E5-01.

Proposta 03

Instituir Comitês Municipais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com caráter participativo, deliberativo, paritário e multissetorial, integrados aos Conselhos de Políticas Públicas e dotados de orçamento próprio, adequado e suficiente, para fortalecer a implementação da Agenda 2030 nos municípios, assegurando representação equilibrada entre sociedade civil e governo, escuta territorial contínua, formação cidadã, transparência, atualização permanente de dados e pesquisas, monitoramento popular de ações e orçamento e deliberação obrigatória sobre o alinhamento das políticas e programas municipais aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, garantindo participação e controle social na construção das políticas públicas.

L022-E5-01; L026-E1-01; L113-E4-01; L139-E5-01.

Proposta 04

Instituir e fortalecer instâncias permanentes de participação, controle social e governança dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos entes federativos, por meio da criação de Secretaria Nacional, Conselho Nacional, Comitê Gestor Nacional e Observatório Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como conselhos territoriais deliberativos, fóruns, conferências e canais de ouvidoria, com apoio técnico e financeiro, monitoramento de indicadores e governança integrada e multinível, de modo a assegurar a implementação efetiva da Agenda 2030, fortalecer a democracia participativa e ampliar a eficácia das instituições brasileiras.

EAC-E1-01; ESC-E1-01; L004-E1-01.

Proposta 05

Criar fóruns permanentes de participação popular e comunitária, como espaços democráticos de convivência, escuta, debate, deliberação, planejamento, formulação e monitoramento contínuo de políticas públicas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com representação dos seis eixos da Agenda 2030, integração entre poder público, sociedade civil e comunidades locais, calendário anual de encontros e abordagem das dimensões socioambiental, cultural, econômica e de saúde coletiva, de modo a fortalecer a participação social, a transparência, o controle social e o levantamento permanente das necessidades nos territórios.

L008-E5-01; L017-E5-01; L093-E5-01.

Proposta 06

Promover o letramento territorial, político e cidadão nas cidades, no campo, nas águas e nas florestas, com foco em direitos sociais, direitos humanos, políticas públicas, participação e controle social, assegurando orçamento e recursos fora do teto de gastos para ações contínuas, itinerantes e diversas de escuta, mobilização e formação, em parceria com movimentos sociais, universidades e instituições de ensino. Tais ações devem estar voltadas à formação de gestores públicos locais, educadores populares, agentes territoriais e multiplicadores, lideranças comunitárias, agricultoras e agricultores, juventudes e povos e comunidades tradicionais, de modo que as demandas identificadas orientem a construção de políticas públicas mais inclusivas, representativas e conectadas às realidades sociais, culturais, socioambientais e educacionais dos territórios.

L001-E3-01; L004-E3-01; L062-E1-01.

Proposta 07

Fortalecer a implementação da Agenda 2030 no âmbito escolar, por meio de ações de letramento em políticas públicas na educação básica e no ensino médio, nas redes pública e privada, com participação de entidades e grêmios estudantis, sociedade civil, universidades e escolas, promovendo palestras, atividades formativas, formação continuada de professores e projetos de conscientização sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de modo a ampliar o conhecimento cívico, a participação social e o engajamento da comunidade na construção de uma educação cidadã.

ERR-E1-01; L072-E5-01; L103-E1-01.

Proposta 08

Implementar um programa nacional de formação continuada sobre a Agenda 2030, garantindo letramento, apoio técnico e financiamento à participação social, com prioridade para povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, população do campo, periferias urbanas, pessoas com deficiência, juventudes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, assegurando acessibilidade, equidade racial e de gênero, formação de lideranças comunitárias e fortalecimento das instituições, do poder público, da sociedade civil e do terceiro setor, de modo a promover a cultura dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ampliar o acesso à informação, apoiar comunidades vulneráveis, incentivar a participação cidadã, divulgar ações por mídias e aplicativos, promover mecanismos de informação e prestação de contas e fortalecer a democracia.

L025-E5-01; L054-E1-01; L135-E5-01.

Proposta 09

Instituir modelos permanentes de governança participativa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por meio de conselhos intersetoriais, com composição paritária e multisetorial de governo, sociedade civil, empresas e academia, para integrar diferentes perspectivas na tomada de decisão compartilhada, fortalecer a transparência por meio de plataformas digitais de monitoramento e orientar a implementação da Agenda 2030 nos territórios, transformando metas globais em ações concretas com impacto local.

L089-E5-01; L107-E5-01.

Proposta 10

Inserir a formação e debate sobre a Agenda 2030 nos conselhos em todos os níveis, articulando educação política crítica aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assegurando a participação de jovens e mulheres nas decisões públicas e fortalecendo instituições democráticas inclusivas.

L120-E1-01.

Proposta 11

Incluir obrigatoriedade da temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no plano anual de formação dos servidores públicos.

ERN-E1-01.

Proposta 12

Instituir o Orçamento Participativo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assegurando que a população decida, por meio de plataformas digitais e audiências nos bairros e distritos, a aplicação de parcela do orçamento municipal em projetos diretamente vinculados a metas específicas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L092-E5-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 13

Instituir o Programa Nacional de Linguagem Cidadã para comunicar informações e serviços públicos de forma clara, direta e acessível, com palavras simples e exemplos práticos do dia a dia, incluindo a revisão de documentos oficiais para garantir que qualquer pessoa compreenda seus direitos e acesse políticas públicas com autonomia.

ESE-E1-01

Proposta 14

Criação de Conselho e Fundo Nacional dos ODS, transformando a comissão existente transitória em permanente.

L050-E1-01

Proposta 15

Fomentar a criação e manutenção de Fóruns Permanentes de Desenvolvimento Sustentável nos municípios, com reconhecimento institucional e garantia de interlocução com o Poder Público em suas diferentes esferas elencado a uma Ouvidoria Nacional para recebimento de denúncias relacionadas a dificuldades de acesso e transparência nos municípios.

L057-E5-01

Proposta 16

Investir em campanhas de mobilização e educação cidadã, com foco na população desengajada. Propõe-se ampliar a comunicação, criar canais

acessíveis e garantir devolutivas, fortalecendo a participação e a confiança nas decisões públicas.

L058-E5-01

Proposta 17

Garantir a participação efetiva da sociedade civil, por meio do fortalecimento e institucionalização dos conselhos de políticas públicas voltados à implementação da Agenda 2030, com eleições diretas, funcionamento contínuo e articulação com o poder público, assegurando sua atuação no planejamento e monitoramento das ações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

L059-E1-01

Proposta 18

Propor ao sistema educacional componentes curriculares que tragam a discussão sobre conscientização política e fortalecimento do papel na atuação feminina na democracia.

L070-E1-01

Proposta 19

Capacitar Conselhos municipais, estaduais e nacionais, bem como outras instâncias de controle social, sobre os ODS, proporcionando uma educação cidadã, com foco nos saberes e fazeres ancestrais dos povos e comunidades tradicionais e demais grupos socialmente vulneráveis, garantindo uma escuta qualificada e incorporando as demandas desses grupos nas formulações de políticas públicas nas 3 esferas de governo.

L085-E3-01

Proposta 20

Implementar o letramento de políticas públicas, em relação a sustentabilidade na educação, trazendo uma proposta para a matriz curricular, trabalhando questões sociais, econômicas e ambientais. Com objetivos de fortalecer os territórios e promover a formação e/ou qualificar as lideranças locais, para atendimento das demandas regionais, promovendo a sustentabilidade e educação ambiental. Garantindo a participação democrática e cidadã, devolvendo uma comunidade justa e igualitária.

L092-E1-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 21

Criar Conselhos dos ODS nos âmbitos federal, estadual e municipal, compostos por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil, com a finalidade de promover a participação social, realizar periodicamente conferências sobre os ODS, contribuir para a elaboração e implementação de planos específicos sobre a temática e instituir um Fundo Nacional dos ODS para financiamento de ações, programas e projetos voltados à Agenda 2030.

ECE-E1-01

Proposta 22

Instituir câmaras federais, estaduais, distritais e municipais de orçamento participativo da Agenda 2030, responsáveis por destinar parte do dinheiro público à implementação dos ODS, com metas e monitoramento. Condicionar o acesso de empresas públicas e privadas a subsídios, incentivos fiscais e parcerias ao atendimento comprovado de indicadores de pelo menos 11 ODS, estimulando inovação financeira, corresponsabilidade e impacto socioambiental mensurável.

EDF-E6-01

Proposta 23

Estruturar instâncias de governança municipais dos ODS, envolvendo os diversos grupos, com processos e ferramentas para mobilizar, qualificar e viabilizar formalmente os conselhos de políticas públicas e espaços participativos, disponibilizando recursos necessários, visando incorporar a Agenda 2030 em suas propostas, debates e processos de monitoramento, por meio de educação, transparência e participação social.

EMG-E1-01

Proposta 24

Criar um conselho intersetorial com representação paritária de governo, empresas e sociedade civil para integrar perspectivas diversas, alinhar recursos e monitorar metas dos ODS com indicadores territoriais transparentes.

EMG-E5-01

Proposta 25

Oferecer formação continuada, com aulas práticas, em escolas de ensino fundamental e médio, e para a sociedade em geral, abordando temas de formação cidadã e políticas públicas. O objetivo é promover o entendimento e a participação ativa dos cidadãos na construção e fiscalização de políticas que impactam o desenvolvimento local e global, alinhando-se aos princípios da Agenda 2030.

ERJ-E1-01

Proposta 26

Produzir dados e fortalecer ações de educação inclusiva, antirracista e de direitos humanos, promovendo participação popular, acessibilidade, combate ao racismo religioso e ambiental, promovendo justiça social, alinhados à Agenda 2030 e aos ODS.

ERJ-E3-01

Proposta 27

Criar, implantar e implementar uma rede de processos formativos para a educação em cidadania com a finalidade de compor um coletivo de pessoas garantindo a participação de diversos segmentos da sociedade civil, não governamental que envolvam diversos atores sociais, com o objetivo de erradicar a pobreza, visando a ODS 1, para garantir justiça social e direitos constitucionais. Assim, ampliar 20% programa de apoio, para famílias em vulnerabilidade social, das periferias, população de rua, população de outros países imigrantes, ampliar 20% construção de casa de apoio em todo Brasil, principalmente nas fronteiras.

L142-E3-01

Proposta 28

Fortalecer, manter e regulamentar as comissões municipais de implementação dos ODS, responsáveis por promover a quantificação e divulgação dos serviços públicos e incentivar a participação social entre poder público e sociedade civil organizada.

L148-E5-01

Proposta 29

Criação de leis municipais que trabalhem a importância da democracia e participação social em âmbito da educação formal e não formal, ampliando a consciência cidadã. As secretarias municipais de Educação precisam adequar suas grades curriculares para trabalharem em sala de aulas a temática na educação no ensino fundamental. As demais secretarias devem atuar dentro de suas realidades.

L170-E1-01

Proposta 30

Governança participativa: aproveitar o sistema de conselhos existente, promovendo formações para lideranças sobre os ODS buscando sua instrumentalização em prol da fiscalização, difusão e implementação transversal dos ODS em todas as esferas e áreas específicas.

L170-E5-01

Proposta 31

Criação de uma política de capilaridade, descentralizando as discussões e decisões a partir de diversos espaços como escolas, empresas, instituições do terceiro setor, e associações de bairro, a fim de atingir uma parcela considerável da população, inclusive os grupos minoritários. Isso, com ênfase na adaptação da linguagem, acessibilidade espacial e representatividade para públicos diversos, garantindo a comunicação eficaz, por meio de divulgações em canais digitais e físicos, que sejam atrativos e acessíveis.

L178-E1-01

Proposta 32

Propor a criação de diretrizes nacionais que estabeleçam a obrigatoriedade de capacitação periódica dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais, bem como a incorporação dos ODS em suas competências, deliberações, planejamentos e mecanismos de controle social. Os recursos necessários para o subsídio dessa política seriam de responsabilidade do Governo Federal.

L178-E5-01

Proposta 33

Promover a instituição de cursos de formação cidadã, voltados aos ODS, direcionados aos jovens da rede pública e de família que recebem benefícios de transferência de renda.

L183-E1-01

Proposta 34

Para fortalecer os atuais espaços de governança participativa é preciso promover ações de letramento para os diversos segmentos da sociedade para que a pauta dos ODS se torne transversal e efetiva nas ações desses espaços.

L183-E5-01

Proposta 35

Implementar a educação em direitos humanos e democracia nos currículos escolares por meio da integração entre ensino, pesquisa, extensão e saberes territoriais, com foco nos ODS, visando fortalecer a formação cidadã, o monitoramento social das políticas públicas, a participação democrática inclusiva e o enfrentamento à desinformação, com articulação entre instituições de ensino, comunidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e órgãos públicos.

L187-E1-01

Proposta 36

Implementar a educação em direitos humanos e democracia nos currículos escolares por meio da integração entre ensino, pesquisa, extensão e saberes territoriais, com foco nos ODS, visando fortalecer a formação cidadã, o monitoramento social das políticas públicas, a participação democrática inclusiva e o enfrentamento à desinformação, com articulação entre instituições de ensino, comunidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e órgãos públicos.

L187-E5-01

Proposta 37

Programa de mentorias sobre os ODS para Organizações da Sociedade Civil e aos Polos educação a distância do Centro Universitário Cidade Verde. As mentorias visam capacitar participantes para identificar problemas locais e desenvolver projetos criativos, colaborativos e de impacto alinhados à Agenda

2030, fortalecendo a transformação social por meio da educação (curricularização da extensão), conectividade e desenvolvimento sustentável.

L188-E4-01

Proposta 38

Promoção de campanhas de conscientização sobre os ODS.

L199-E5-01

Proposta 39

Implementar uma Rede de Conselhos no Território da Bacia do Jacuípe, com o intuito de ampliar os espaços de formação para a participação popular e fortalecer a Educação Contextualizada e o Protagonismo Juvenil, atuando como observatório dos ODS e promovendo o acesso a fontes seguras de informação, visando ao cumprimento da legislação vigente.

L211-E1-01

Proposta 40

Criação de Comitês Territoriais dos ODS com representação paritária entre governo e sociedade civil. A proposta assegura a participação obrigatória de lideranças negras e indígenas (ODS 18) na governança local, promovendo articulação entre iniciativas existentes e adaptando as metas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) às especificidades territoriais, fortalecendo a implementação da Agenda 2030 em cada região.

L218-E1-01

Proposta 41

Institucionalizar Conselhos Territoriais de Economia Criativa e Agenda 2030, com participação paritária entre governo, sociedade civil, coletivos culturais, universidades e empreendedores criativos. Os conselhos deverão realizar escuta ativa, monitoramento social das metas dos ODS e construção colaborativa de políticas públicas alinhadas às necessidades e potencialidades dos territórios.

L219-E5-01

Proposta 42

Incluir orçamento nas pastas governamentais que garantam formação e informação dos ODS para melhorar o desenvolvimento nos territórios para as mulheres negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais nas suas pluralidades, ampliando o Letramento sobre os ODS e o ODS 18 com formação popular, ações educativas e mobilização comunitária voltada para o enfrentamento das desigualdades raciais, bem como a Lei 10.639/9.

L229-E3-01

Proposta 43

Qualificar a população, através da educação, para uma participação ativa, promovendo oficinas em escolas públicas e privadas de ensino médio, de forma a conscientizar o jovem sobre as políticas públicas em desenvolvimento nos municípios e sobre o seu papel de ator social.

L233-E5-01

Proposta 44

Criação de comissões municipais/estaduais de articulação e monitoramento dos ODS. As comissões terão, inicialmente, por atribuição principal, a inclusão nos PPAs de cada respectivo município, alínea orçamentária para estruturação do trabalho dessas comissões e cumprimento dos ODS.

L237-E5-01

Proposta 45

Fortalecer os conselhos municipais por meio de capacitação permanente e incentivo à participação popular, por meio de ações de busca ativa para inclusão das famílias mais vulneráveis nos espaços de debate e construção de políticas públicas de forma integrada.

L238-E5-01

Proposta 46

Fomentar e apoiar a criação de uma Comissão Juvenil de acompanhamento dos ODS em cada estado do Brasil, tendo apoio e coordenação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e Secretaria Nacional de Juventude.

L248-E5-01

Proposta 47

Fortalecer políticas públicas de economia de impacto com participação social, transparência, controle social e indicadores públicos, garantindo que empreendimentos socioambientais, coletivos territoriais e organizações comunitárias participem da formulação, execução e avaliação das estratégias de desenvolvimento sustentável.

L250-E1-01

Proposta 48

Criar o Fórum Permanente de Sustentabilidade, com participação ampla e aberta.

L260-E4-01



GT 02 - Democracia e Instâncias de Participação

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Criar e fortalecer conselhos de direitos municipais e locais, com composição paritária entre poder público e sociedade civil, representação obrigatória de grupos priorizados, paridade de gênero e raça, acessibilidade, formação continuada, transparência ativa e funcionamento híbrido com reuniões presenciais e virtuais, assegurando a ampliação da participação social na formulação, avaliação e decisão sobre políticas públicas, incluindo pautas relacionadas a saúde, mulheres, igualdade racial, pessoas idosas e crianças e adolescentes. Promover, através dos conselhos, a captura, análise, acompanhamento e direcionamento das demandas da população, com escuta qualificada, registro sistemático, devolutiva pública e obrigatória do Executivo, monitoramento por indicadores de impacto social e fortalecimento do controle social e da confiança nas instituições democráticas.

ESC-E3-01; L074-E5-01; L099-E5-01; L134-E1-01.

Proposta 02

Instituir o orçamento participativo, especialmente no âmbito municipal, como política de Estado e mecanismo de governança com participação e deliberação popular, assegurando consulta direta à população para definição do destino de parte dos recursos públicos e das prioridades de pequenas e grandes obras, com transparência em tempo real sobre recursos e contratos, fiscalização cidadã da gestão financeira e administrativa, fortalecimento do controle social, criação de comitês intersetoriais e pactuação de políticas públicas conforme suas representatividades.

ESE-E5-01; L094-E6-01; L126-E1-01.

Proposta 03

Recriar, institucionalizar, reestruturar e fortalecer conselhos nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas, incluindo os conselhos existentes nas áreas de saúde, educação, assistência e meio ambiente, garantindo diversidade e representatividade social, participação da sociedade civil no planejamento e na fiscalização, formação continuada dos conselheiros, acesso à informação qualificada, estrutura mínima de funcionamento e condições para

captação de recursos, de modo a democratizar a atuação dessas instâncias e viabilizar o financiamento de comissões e coordenadorias.

L005-E5-01; L111-E5-01.

Proposta 04

Instituir e fortalecer conselhos territoriais, com representatividade ampliada e participação efetiva de movimentos sociais, comunidades locais e sociedade civil organizada, retorno às comunidades e uso de equipamentos locais para escuta ativa, promovendo a descentralização do poder, a gestão territorializada, a integração dos saberes comunitários às políticas públicas, a educação política e o letramento racial, com cotas para grupos vulnerabilizados em cargos de liderança, transparência, dados acessíveis e controle social, de modo a fortalecer as instituições democráticas.

EPI-E5-01; L030-E1-01.

Proposta 05

Fortalecer as audiências públicas no âmbito da União, estados e municípios, como instrumentos efetivos e mensuráveis de participação social, ampliando sua publicidade, o acesso da população e a participação coletiva, com adoção de indicadores de peso para as proposições apresentadas, de modo que as contribuições influenciem as decisões públicas, especialmente nos processos de concessão de saneamento, e que a participação social seja considerada condição para promover inclusão e reduzir desigualdades.

L094-E3-01; L130-E1-01.

Proposta 06

Fortalecer os Conselhos Municipais das Mulheres e a integração entre as Secretarias de Assistência Social e Saúde para a criação da Casa da Mulher, institucionalizando ações já existentes voltadas ao empoderamento, independência financeira, educação sobre violências, prevenção, transparência, participação cidadã e articulação de políticas públicas específicas, incluindo ações direcionadas à responsabilização de homens.

L100-E1-01.

Proposta 07

Fortalecer a democracia e a atuação cidadã por meio de mecanismos de controle social com voz, voto e poder de incidência, assegurando transparência,

lisura e possibilidade de deliberação sobre a suspensão de representações quando houver ausência desses requisitos.

ETO-E1-01.

Proposta 08

Implantar ouvidorias ativas e inclusivas, com canais acessíveis, participação social e escuta qualificada de grupos vulneráveis, estabelecendo protocolos padronizados de registro, acompanhamento e devolutiva das demandas, de modo a assegurar transparência, eficiência e resposta efetiva às necessidades da população.

L003-E1-01.

Proposta 09

Incentivar a divulgação e o uso de plataformas digitais para a proposição de projetos de lei, com etapa obrigatória de validação por consulta popular e abas voltadas ao combate à desinformação.

L095-E1-01.

Proposta 10

Implementar diretrizes nacionais para democratizar a formação de territórios participativos urbanos e rurais, com canais de escuta ativa, comunicação simplificada, formação de lideranças, protagonismo juvenil, transparência apoiada por tecnologia e inovação e promoção da inclusão digital, de modo a consolidar instituições mais inclusivas, responsivas e legítimas nos territórios.

L089-E1-01.

Proposta 11

Instituir plebiscitos em diferentes esferas de governo para ampliar a participação da população nas decisões sobre questões de grande impacto social, articulando a democratização dos espaços de ensino e a promoção de eventos que incentivem a interação com as comunidades.

L047-E5-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 12

Fortalecer conselhos municipais e regionais com presença de poder público, acadêmico, produtivo e social.

L028-E1-01

Proposta 13

Retomar e fortalecer ações territoriais nos centros comunitários com a criação de fóruns permanentes para estabelecer uma cultura inclusiva.

L050-E3-01

Proposta 14

Fortalecer a participação popular e social por meio do fomento à criação e manutenção de associações de bairro, oferecendo estrutura para sede e garantindo a participação das lideranças, como licenças remuneradas, transporte e alimentação; e a criação de Conselhos Municipais de Bairros, reunindo representantes de todas as associações da cidade, com função consultiva e deliberativa.

L057-E1-01

Proposta 15

Fortalecer nacionalmente os conselhos consultivos e gestores de parques urbanos e unidades de conservação, com funcionamento obrigatório, orçamento próprio, participação paritária e caráter vinculante nas decisões. Estimulando a realização de orçamentos participativos municipais, e incentivando o envolvimento do Movimento Integra ODS e das instituições educacionais.

L076-E5-01

Proposta 16

Implementar plataforma participativa digital e presencial para escuta ativa e cocriação de políticas públicas com grupos priorizados, garantindo acessibilidade, representatividade e devolutivas transparentes. A iniciativa

assegura a incorporação efetiva dessas vozes na tomada de decisão, fortalecendo a inclusão social, a equidade e o combate às desigualdades.

L078-E3-01

Proposta 17

Institucionalizar nos entes federativos o orçamento participativo obrigatório, independente e transparente, com ampla publicização e mobilização social para garantir a participação social, criando fóruns anuais de prestação de contas concatenados com a estratégia de júri popular. Os estados e municípios que implementarem o Orçamento Participativo serão contemplados com critérios de pontuação que impactarão na distribuição da arrecadação nacional.

L085-E1-01

Proposta 18

Instituir comitês territoriais com Equipe Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), mulheres e população negra, assegurando controle social e transparência nas políticas públicas. Integrar ONGs e movimentos no monitoramento de saúde, educação, moradia e enfrentamento à violência.

L099-E1-01

Proposta 19

Criar grupos de trabalho municipais coordenados por comissões estaduais, com representação multissetorial (poderes públicos, lideranças religiosas, comunitárias, LGBTQIA+ e povos originários). O foco é assegurar paridade de gênero e diversidade social, conferindo ao grupo legitimidade para propor pautas legislativas. As decisões exigem aprovação unânime do colegiado e devem ser obrigatoriamente registradas em plataforma de transparência pública.

L107-E1-01

Proposta 20

Instituir comitês de governança ambiental com participação paritária entre governo e sociedade civil, integrando conselhos e instituições, para fortalecer a transparência, ampliar a participação popular e apoiar comunidades tradicionais e agricultores familiares por meio de políticas públicas inclusivas.

L107-E3-01

Proposta 21

Fortalecer, revigorar, consolidar os conselhos municipais na fiscalização e na formulação de políticas públicas, bem como criar conselhos comunitários que possam interagir com os conselhos municipais de modo parceiro, fortalecendo a gestão democrática e participativa.

L109-E1-01

Proposta 22

Formação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública com ênfase em direitos humanos e participação social. Estes órgãos atuarão na fiscalização das forças de segurança e no planejamento de estratégias para redução da violência e da letalidade em áreas críticas. Ao incluir vozes locais na gestão da segurança, promovemos uma política pública mais humana, transparente e responsável, focada na preservação da vida e no fortalecimento da confiança mútua entre o Estado e a comunidade.

L112-E1-01

Proposta 23

Instituir o Sistema Integrado de Participação e Controle Social, coordenado pelo Estado em parceria com organismos de controle social, sociedade civil e academia, para ampliar a participação e enfrentar fragilidade institucional, prioritariamente por meio de plataforma digital pública de participação, programa permanente de formação em controle social e garantir orçamento próprio aos organismos de controle social, bem como composição paritária e suporte técnico.

EPA-E1-01

Proposta 24

Implementar e fortalecer os conselhos municipais de meio ambiente e planos diretores garantindo participação ativa da sociedade civil, transparência nas decisões e fiscalização efetiva das políticas públicas ambientais.

L121-E2-01

Proposta 25

Fortalecer institucionalmente o Conselho Tutelar de Óbidos, por meio da ampliação da equipe técnica multiprofissional, garantindo formação continuada anual e integração operacional com os serviços de saúde, educação e assistência social, até 2027.

L124-E1-01

Proposta 26

Criar e garantir um Fórum permanente com a participação dos entes federados (Governo Federal, estados e municípios), objetivando a participação de conselhos e lideranças locais na construção de políticas públicas focadas no território, fortalecendo os vínculos existentes. fiscalização, do monitoramento e do gerenciamento adequado dos resíduos sólidos e da criação de certificações e incentivos alinhados aos ODS.

L126-E3-01

Proposta 27

Fortalecer mecanismos de participação social contínua, com conselhos territoriais, escuta ativa de comunidades vulneráveis e cocriação de soluções, garantindo protagonismo das populações diretamente afetadas.

L129-E5-01

Proposta 28

fortalecer os conselhos representativos, instituindo consultas públicas acessíveis e formação cidadã em territórios vulneráveis, para grupos prioritários, sob coordenação do poder público e sociedade civil, visando à inclusão social, equidade, o combate às desigualdades e acesso a políticas públicas, alinhados aos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 18, para a construção de uma sociedade mais justa.

L137-E3-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 29

Realização obrigatória de conferências municipais específicas de saúde bucal a cada dois anos, com participação garantida de equipes de saúde bucal, gestores, usuários e representantes de populações vulneráveis (indígenas, quilombolas, ribeirinhos).

L145-E4-01

Proposta 30

Fortalecer os conselhos municipais, Estaduais e Federais como instrumento de garantia dos ODS, assegurando financiamento público regulamentado por suas instâncias, equipe técnica, autonomia deliberativa (quando possível) e transparência ativa. Defendemos formação continuada dos conselheiros, participação popular inclusiva com reuniões acessíveis e híbridas, uso de plataformas digitais para monitoramento e denúncias.

L148-E1-01

Proposta 31

Fomentar a expansão do associativismo nos municípios, facilitando a sua organização e manutenção e capacitando os seus membros para atuar no controle social de políticas públicas, fortalecendo os vínculos dentro dos territórios a partir de capacitações dos atores de forma continuada.

L157-E1-01

Proposta 32

Garantir que os conselhos de políticas públicas funcionem de forma deliberativa e que os membros da sociedade civil que o compõem possuam equidade nas deliberações.

L157-E3-01

Proposta 33

Criação de Conselhos Comunitários em todos os distritos e sede do município, capacitando-os para o correto exercício das funções. Estes devem ser de

caráter deliberativo e fiscalizatório com destinação de suporte financeiro via governo federal, estadual ou municipal para apoio logístico.

L162-E1-01

Proposta 34

Criação do Conselho Social e Econômico da Amazônia, de caráter consultivo e deliberativo da Presidência da República, tendo a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como presidência, e formada por maioria de movimentos sociais populares.

L169-E3-01

Proposta 35

Reunir a comunidade num encontro mensal, convivial e participativo, com performance de artistas locais, lanche compartilhado e convidando representantes da Prefeitura. O encontro inclui um momento para levantar as necessidades e as propostas dos moradores a fim de formar rede de colaboração e formalizar encaminhamentos para o Poder público quando se trata de direitos já estabelecidos por lei.

L177-E5-01

Proposta 36

Fortalecer e assegurar o funcionamento do Conselho de Habitação; instituir governança participativa articulada a comitês locais e a postos de assistência técnica em habitação de interesse social; e vincular recursos do orçamento, PPA e LDO às necessidades habitacionais e de infraestrutura dos territórios vulneráveis, para aplicação da Lei nº 11.888/2008.

L179-E5-01

Proposta 37

Fomentar parcerias entre instituições de ensino superior, Ministério Público e prefeituras para a criação e estruturação de Conselhos e Fundos Municipais da Pessoa Idosa. O objetivo é fortalecer a governança local e garantir o financiamento de políticas públicas específicas, assegurando a participação democrática e a proteção dos direitos desse segmento populacional em todo o território nacional.

L185-E1-01

Proposta 38

Criar Fóruns Populares Permanentes (FPPs), que são instâncias de consulta e deliberação da sociedade civil em nível municipal com o objetivo de garantir a participação popular direta, incluindo as parcelas do povo historicamente marginalizadas (negros(as), trabalhadores, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, indígenas, quilombolas e PCDs). Os FPPs devem ser instituídos pela sociedade civil organizada que atuem em nível municipal, com regramento e organização própria, e financiamento do governo federal.

L198-E1-01

Proposta 39

Instituir mecanismos obrigatórios de orçamento participativo com recorte de gênero e raça para as políticas voltadas às mulheres em suas diversidades. O modelo deve prever consulta pública, controle social direto, prestação de contas periódica e monitoramento popular.

L202-E1-01

Proposta 40

Incluir os conselhos no processo de construção das ações, no âmbito municipal, estadual e federal, promovendo assim, um modelo com maior democracia e participação, desde a criação, execução e fiscalização. Como também garantir orçamento para efetividade das ações dos conselhos.

L211-E5-01

Proposta 41

Integrar Ouvidoria, Lei de Acesso à Informação, Portal da Transparência e conselhos municipais em um fluxo público de devolutiva e monitoramento, com prioridades pactuadas, responsáveis, prazos e painéis periódicos, para transformar escuta social em decisões que possam ser acompanhadas para fortalecer a confiança institucional e ampliar a efetividade do controle social e das parcerias.

L220-E1-01

Proposta 42

Aproximar conselhos municipais, defensorias, ministérios públicos, ministérios afins e outras instituições à sociedade, através de palestras educativas e audiências públicas, cuja divulgação ocorrerá com antecedência em TV aberta,

redes sociais e equipamentos públicos, objetivando garantir a presença da população (especialmente dos territórios vulnerabilizados), o fortalecimento do controle social, o mapeamento de demandas estruturais e a participação popular nas políticas públicas.

L233-E1-01

Proposta 43

Garantir a criação de fóruns permanentes nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, articulando diferentes atores e atrizes sociais, movimentos populares, trabalhadores, usuários e pesquisadores, mediados pelos princípios da Educação Popular em Saúde.

L242-E5-01

Proposta 44

Para estimular diferentes perspectivas nos ODS em Jundiaí, é essencial fortalecer conselhos participativos com apoio de plataformas digitais. Reuniões, consultas e audiências on-line ampliam a participação de moradores, ONGs, empresas e movimentos sociais. Assim, a governança se torna mais transparente, inclusiva e alinhada aos ODS.

L245-E5-01

Proposta 45

Criar encontros comunitários trimestrais nos bairros e distritos de Ipojuca para fortalecer a participação popular nas decisões públicas, ampliando o diálogo entre a população e a gestão municipal, promovendo maior inclusão social, transparência e construção coletiva de soluções para as demandas da comunidade.

L247-E1-01

Proposta 46

Criação de Conselhos de Direitos e Conselhos Gestores, com poder deliberativo e fiscalizador, que possam acompanhar a execução de políticas públicas em diversas áreas, bem como, audiências públicas e comissões que permitam o diálogo direto da população (comunidade) com o poder público.

L251-E1-01

Proposta 47

Implementação da Casa dos Conselhos como espaço integrado de participação social.

L260-E5-01

Proposta 48

Criação de conselhos de juventude ribeirinha para garantir participação ativa nas decisões.

L274-E1-01



GT 03 - Democracia e Diversidade

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Fortalecer e criar mecanismos permanentes de participação social, escuta ativa, formação cidadã, mobilização comunitária e controle social nos níveis federal, estadual e municipal, com acessibilidade, representação plural, participação das juventudes e dos grupos priorizados pelas políticas públicas, linguagem adequada a cada setor e abordagem territorializada, assegurando canais de engajamento, espaços de debate, formação de agentes multiplicadores, equipamentos e infraestrutura para o desenvolvimento social local, transparência, prestação de contas e diálogo institucional aberto, de modo que a população, especialmente a mais vulnerável socialmente, tenha voz, participação efetiva para além da escuta e incidência na elaboração, tomada de decisão, monitoramento e retroalimentação das políticas públicas, considerando as peculiaridades de cada território e fortalecendo o direito à cidadania.

EMA-E1-01; ETO-E5-01; L006-E5-01; L016-E5-01; L022-E1-01; L073-E3-01; L089-E3-01.

Proposta 02

Instituir e garantir mecanismos deliberativos de participação, governança e controle social que incluam povos originários, comunidades do campo, das florestas e das águas, favelas, periferias urbanas, comunidades tradicionais, quilombolas e extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, mulheres, população negra, população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional, pessoas LGBTQIA+, profissionais do sexo e demais pessoas em situação de vulnerabilidade social na formulação de políticas públicas e ambientais, com execução articulada entre governos e movimentos sociais, de modo a assegurar acesso à informação, escuta ativa, representatividade, protagonismo territorial, autodeterminação e influência real nas decisões sobre políticas, empreendimentos e processos com impacto social, territorial, ambiental e climático, bem como reconhecer, fortalecer e fomentar instituições, práticas e saberes da sociedade civil e de educadores populares para promover direitos, ampliar a agenda pública conforme as realidades e demandas de cada grupo e território e prevenir, combater e reparar o ecocídio e seus impactos.

EPA-E3-01; L066-E1-01; L079-E3-01; L121-E1-01.

Proposta 03

Fortalecer a participação social de juventudes, crianças e adolescentes na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, por meio de estratégias institucionalizadas, contínuas e inclusivas, com acesso à informação, mecanismos de prestação de contas, poder real de incidência, formação de lideranças jovens, educação cidadã e apoio técnico, assegurando sua atuação em grêmios estudantis, núcleos e comitês de participação de adolescentes e demais espaços de debate sobre políticas que lhes digam respeito. Além disso, instituir Fóruns Municipais da Juventude e observatórios territoriais como instâncias permanentes de criação de observatório territorial para transparência, escuta ativa, diálogo com gestores e incidência nas políticas públicas municipais, de modo a promover protagonismo juvenil, participação sociopolítica e controle social nos estados e municípios.

L073-E1-01; L115-E1-01; L117-E1-01; L124-E5-01.

Proposta 04

Instituir comissões de participação de pessoas idosas e pessoas com deficiência, vinculadas aos serviços de saúde e assistência social, garantindo escuta qualificada, monitoramento de políticas públicas e inclusão nos processos decisórios.

L074-E1-01; L136-E3-01.

Proposta 05

Garantir a representação migrante, com paridade de gênero, em conselhos e instâncias afins, assegurando sua participação direta nas decisões sobre políticas públicas interseccionais, com reconhecimento e valorização de trajetórias e saberes, apoio financeiro e técnico à criação e consolidação de associações e programas de formação, mentoria e empoderamento político, especialmente para mulheres, jovens, pessoas LGBTQIA+, população negra e indígena.

L077-E5-01.

Proposta 06

Impulsionar a campanha "Aqui Vivo, Aqui Voto" e a ampliação da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2012, visando garantir o direito ao voto e à elegibilidade de migrantes, pessoas refugiadas e apátridas, com critérios de tempo de residência de dois anos para eleições municipais e quatro anos para

eleições estaduais e federais, destacando a participação política plena das mulheres, especialmente negras, indígenas e LGBTQIA+.

L077-E1-01.

Proposta 07

Reconhecer, em conformidade com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 e com a democracia como direito humano, que atos violentos contra o regime democrático constituem graves violações de direitos humanos, sujeitas à responsabilização compatível com sua gravidade, incluindo imprescritibilidade e vedação de anistia, como forma de proteção do Estado Democrático de Direito.

L032-E1-01.

Proposta 08

Manter e ampliar a política de cotas adotada na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2025, em todos os processos, conferências e demais atividades do controle social do Sistema Único de Assistência Social, assegurando a diversidade da representatividade social, territorial e política dos diferentes segmentos da assistência social.

L015-E1-01.

Proposta 09

Criar, nos websites institucionais de universidades e instituições de ensino, seção específica para centralizar informações sobre atividades e serviços oferecidos à comunidade externa, assegurando transparência, acesso qualificado à informação e canal permanente de participação cidadã, de modo a fortalecer o controle social, ampliar o diálogo público e contribuir para políticas mais representativas e instituições democráticas mais abertas e responsivas.

L078-E1-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 10

Incentivar os produtores a se reunirem para compartilhar suas experiências e necessidades, visando uma futura capacitação que verdadeiramente supra as reais necessidades.

L029-E1-01

Proposta 11

Construir estratégias para que as políticas públicas aumentem as oportunidades de escuta dos grupos vulnerabilizados, oferecendo estrutura física e técnica para o controle social.

L043-E3-01

Proposta 12

Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades: Garantir escuta qualificada aos grupos vulnerabilizados em seus territórios estabelecendo mecanismos de participação inclusiva. Capacitar conselhos municipais sobre os ODS e investir em educação cidadã respeitando sabedorias ancestrais e as soberanias alimentares e culturais. Incorporar suas demandas na formulação de políticas baseadas em dados e índices com garantias de avaliação e monitoramento para construir uma sociedade mais justa.

L054-E3-01

Proposta 13

Fortalecer a participação social da juventude por meio do fomento aos grêmios estudantis, com incentivos orçamentários para sua estruturação e manutenção, com reconhecimento institucional, criando e garantindo a estrutura para a realização de fóruns municipais periódicos de debate sobre a cidade, reunindo os grêmios existentes ao menos uma vez ao ano.

L057-E3-01

Proposta 14

Viabilizar a educação por meio de conselhos municipais rotativos responsáveis por divulgar conferências, projetos e oportunidades que incentivem a liderança jovem, promovendo a cidadania desde cedo. Com um canal de comunicação com as oportunidades, possibilitando maior participação destes jovens. Contando com apoio estatal para oferecer auxílio financeiro e recursos que possibilitem a participação dos jovens, desenvolvendo-os social, educacional e politicamente.

L095-E3-01



Proposta 15

Estabelecer protocolo nacional que assegure assistência humanitária imparcial em períodos eleitorais.

L108-E2-01

Proposta 16

Utilizar ferramentas para democratizar o acesso à informação e facilitar atuação popular, promovendo diálogos em espaços itinerantes, criando soluções conjuntas para garantir a participação de maneira descentralizada e equânime.

L109-E3-01

Proposta 17

Implementar, até 2027, programa municipal de fortalecimento do protagonismo de crianças e adolescentes, por meio de oficinas educativas, ações comunitárias e inserção de suas demandas nos processos de formulação de políticas públicas.

L124-E3-01

Proposta 18

Promover a modernização e articulação contínua das Instituições Públicas mediante a ampliação de mecanismos de democracia participativa, transparência radical, fomentando os conselhos paritários, letramento digital para combate à desinformação e simplificação do acesso às Instituições, garantindo integridade dos processos eleitorais e autonomia institucional assegurando a governança inclusiva, livre de corrupção e orientada ao cumprimento das metas da Agenda 2030.

L135-E1-01

Proposta 19

Implementar plataformas digitais abertas, conselhos ativos e ouvidorias independentes, voltados à população, sob coordenação das Prefeituras, Câmaras e sociedade civil, na forma de consórcios regionais, visando ampliar a participação cidadã, a transparência na prestação de contas, a instituição de políticas representativas e instituições democráticas, reduzindo desigualdades e elevando indicadores de governança, alinhado aos ODS 5,10, 11, 16, 17 e 18.

L137-E1-01

Proposta 20

Ampliar e institucionalizar mecanismos de participação social nos territórios em nível municipal, fortalecendo o controle social e a incidência cidadã na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, em articulação com o Poder Público.

L139-E1-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 21

Fortalecer a democracia territorial na Amazônia por meio das organizações da sociedade civil, através da aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e da ampliação da presença qualificada do Estado em comunidades quilombolas, rurais, ribeirinhas, indígenas, periferias urbanas.

EAM-E1-01

Proposta 22

Fortalecer a democracia e os direitos humanos para consolidação de um sistema de participação popular e dos espaços e mecanismos de democracia popular que incentive práticas de educação popular, antirracista, antissexista, anti-LGBTQIAPN+fóbica, anticapacitista, ampliando a educação para a cidadania com ênfase na memória, verdade e justiça, garantindo recursos para experiências como as da licenciatura para educação integrada do campo e da cidade.

EDF-E1-01

Proposta 23

Implementar políticas integradas de participação democrática, transparência pública e inclusão digital, especialmente às juventudes e populações vulnerabilizadas, mediante plataformas acessíveis, fortalecimento das ouvidorias e conselhos, oferta de educação cidadã, integração de dados entre instituições e monitoramento, ampliar o controle social e o diálogo plural, em prol de políticas públicas representativas.

EES-E1-01

Proposta 24

Ampliar e fortalecer a participação social e o controle democrático das políticas públicas, por meio de capacitação, mobilização, linguagem cidadã, transparência das informações orçamentárias e fortalecimento dos conselhos, assegurando a participação efetiva de grupos historicamente vulnerabilizados no acompanhamento do PPA, da LDO, da LOA e da execução das políticas públicas.

EMS-E1-01

Proposta 25

Fortalecer os instrumentos de democracia participativa e as instituições públicas por meio da ampliação da representatividade com paridade de gênero nos espaços de decisão, transparência ativa, acesso à informação, formação política continuada sobre os ODS, inclusão dos ODS na educação básica, participação popular, consulta às comunidades afetadas por grandes empreendimentos e integração de políticas públicas com equidade étnico-racial, territorial e sustentabilidade.

EPB-E1-01

Proposta 26

Garantir a participação da sociedade civil com acesso a recursos em processos transparentes e uso da tecnologia em espaços decisórios, valorizando as soluções baseadas nas comunidades e nas redes de articulação de experiências comprovadas.

EPE-E1-01

Proposta 27

Institucionalizar espaços permanentes de escuta e participação estudantil, articulados ao ensino, pesquisa e extensão, promovendo cultura democrática, educação cidadã e valorização da memória local, por meio de laboratórios, cineclubes e projetos interdisciplinares que fortaleçam o vínculo entre instituição e comunidade.

L143-E1-01

Proposta 28

Implementar mecanismos institucionais de governança participativa que integrem gestão, estudantes e comunidade externa na formulação de políticas

acadêmicas, fortalecendo a transparência, o planejamento coletivo e a corresponsabilidade nas ações institucionais.

L143-E5-01

Proposta 29

Revisão da composição dos Conselhos Municipais de Saúde para garantir assento específico de usuários de saúde bucal, com representação de populações vulneráveis e dos trabalhadores auxiliares (ASB e TSB).

L145-E5-01

Proposta 30

Fortalecer a democracia e as instituições no campo da saúde por meio da ampliação da transparência e da participação social nos processos decisórios, com a criação de mecanismos permanentes de escuta e controle social que incluam estudantes, profissionais de saúde e comunidades, garantindo acesso público a dados, monitoramento de políticas e accountability na implementação da Agenda 2030.

L146-E1-01

Proposta 31

Revisar a composição dos Conselhos de Meio Ambiente municipais, estaduais e federais, garantindo a representatividade oriunda das comunidades tradicionais e povos originários.

L146-E3-01

Proposta 32

Implementar um programa estruturado de fortalecimento da governança participativa, por meio de capacitação em processos decisórios, ampliação da transparência institucional e criação de mecanismos ativos de engajamento, como mentorias, simulações e consultas comunitárias, visando transformar membros passivos em agentes atuantes e qualificar a participação democrática na formulação de políticas.

L146-E5-01

Proposta 33

Fortalecer a participação social por meio da descentralização dos espaços nas comunidades, com grupos prioritários, ampliação de estratégias de comunicação acessíveis, mapeamento e capacitação de lideranças locais, com garantia de financiamento e a devolutiva sistemática dos resultados às comunidades, promovendo a transparência, engajamento e legitimação das instituições públicas.

L148-E3-01

Proposta 34

Garantir a inclusão efetiva de catadoras, catadores e autônomos como protagonistas em conselhos e instâncias decisórias de políticas urbanas e ambientais. O poder público deve criar instrumentos de governança participativa que assegurem sua atuação na construção de soluções para a Agenda 2030.

L168-E5-01

Proposta 35

Fortalecer a participação social de povos originários, comunidades tradicionais e populações do campo, floresta e águas na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Propõe-se criar ações afirmativas para estes grupos nas instâncias deliberativas do SUS e nos concursos e processos seletivos públicos para profissionais oriundos desses territórios, a fim de ampliar a governança participativa e garantir o princípio da equidade.

L172-E5-01

Proposta 36

Fortalecer o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, garantindo participação ativa no Plano Municipal alinhado ao Novo Viver sem Limite, instituir Conferência Livre Municipal permanente para atualização anual do diagnóstico territorial e implementar orçamento participativo inclusivo, assegurando que pessoas com deficiência participem da definição das prioridades orçamentárias municipais.

L190-E5-01

Proposta 37

Incentivo à participação popular nas decisões públicas.

L199-E3-01

Proposta 38

Garantir a participação paritária de mulheres em conselhos e órgãos colegiados que deliberam sobre a gestão de terras, águas e recursos naturais, assegurando que a voz das comunidades tradicionais guie à implementação dos ODS.

L202-E5-01

Proposta 39

Fortalecer a democracia participativa por meio da ampliação do acesso aos espaços de decisão, da inclusão de movimentos formais e informais, da transparência institucional e da comunicação acessível, especialmente para a juventude, com ações de enfrentamento às violências políticas e às barreiras burocráticas que limitam a participação social e o acesso da população às políticas públicas.

L209-E1-01

Proposta 40

Promover a inclusão social e articulação comunitária, instituindo a representação obrigatória de grupos prioritários (crianças, idosos, mulheres, jovens, pessoas com deficiência e agricultores) nas políticas públicas. Assegura-se a acessibilidade e capacitação continuada para identificar demandas, construir soluções coletivas e realizar monitoramento por indicadores e controle social, garantindo que os ODS se convertam em resultados concretos.

L211-E3-01

Proposta 41

Implementar estratégias de inserção/participação das juventudes em coletivos, conselhos, fóruns, partidos políticos e demais espaços de construção democrática, fortalecendo a representatividade de jovens rurais, periféricos, povos originários, quilombolas, negros, mulheres e LGBTQIAPN+, visando mobilizar a sociedade para transformação de realidades de marginalização, solucionando demandas sociais que afetam as juventudes, e contribuir para a valorização da identidade cultural dos territórios.

L212-E1-01

Proposta 42

Ampliar mecanismos participativos de formulação de políticas públicas, fortalecendo redes colaborativas nacionais e internacionais e incentivando processos de construção coletiva em ciência, tecnologia e inovação.

L213-E6-01

Proposta 43

Instituições democráticas se fortalecem com participação popular real, transparência nas decisões e fiscalização efetiva da sociedade. É preciso garantir diálogo aberto entre governo e população, ouvir as demandas sociais e criar políticas públicas que representem, de fato, a realidade das pessoas. Prestação de contas e acesso à informação também são essenciais nesse processo.

L217-E1-01

Proposta 44

Fortalecer a transparência, a participação popular e o controle social por meio da ampliação da publicidade dos recursos públicos, realização periódica de audiências e prestações de contas, fortalecimento dos conselhos municipais, garantia do acesso a tecnologias digitais para participação cidadã, inclusão de grupos vulneráveis e promoção contínua da educação cidadã nas escolas e comunidades, alinhada aos ODS.

L223-E1-01

Proposta 45

Criar Câmara de Escuta Negra e Periférica com poder deliberativo vinculante, composta majoritariamente por mulheres negras e moradores de periferias selecionados por sorteio cidadão, para decidir sobre orçamento racializado, acompanhar o Plano Municipal de Combate ao Racismo e avaliar impacto racial de políticas públicas.

L232-E1-01

Proposta 46

Reformular Participação Popular com cláusula racial e de gênero vinculante, destinando 30% dos recursos a bairros com população negra majoritária e 60% destes a projetos de mulheres negras, com assembleias regionais e auditoria

participativa anual, além de melhorar comunicação entre conselhos e secretarias via redes sociais atualizadas.

L232-E5-01

Proposta 47

Criar mecanismos permanentes de participação juvenil nos processos de tomada de decisão, por meio de conselhos, fóruns e espaços de escuta ativa, assegurando a inclusão da juventude na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas nos territórios urbanos.

L240-E5-01

Proposta 48

Fortalecer a democracia participativa por meio da ampliação de espaços permanentes de participação popular, com escutas comunitárias, assembleias territoriais, criação de fundos comunitários participativos e mecanismos digitais e presenciais acessíveis, garantindo a inclusão de mulheres, jovens, lideranças comunitárias, associações, comunidades LGBTQIA+, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.

L241-E1-01

Proposta 49

Instituir e fortalecer mecanismos permanentes de governança participativa nos municípios e territórios, garantindo a participação efetiva da sociedade civil, comunidades tradicionais, juventudes, mulheres, população negra, povos indígenas, movimentos sociais, universidades, poder público e setor privado na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas aos ODS.

L241-E5-01

Proposta 50

Criar Centros de Referência e conselhos participativos para pessoas com deficiência e vulnerabilidade social, promovendo tecnologias assistivas com financiamento público-privado e garantindo a participação dos usuários desde a concepção até a implementação, preconizando a inclusão, acessibilidade, mobilidade urbana, educação, trabalho e geração de renda.

L244-E3-01

Proposta 51

Assegura maior participação de negros e populações tradicionais nos espaços de controle social do Brasil, pois em muitos podemos ver uma predominância de pessoas de cor branca e mais homens, logo a fim de corrigir esta discrepância, criar cotas ou espaços para ONGs e movimentos sociais coordenado por negros, jovens e populações tradicionais.

L248-E3-01

Proposta 52

Ampliar a representatividade nas políticas públicas, garantindo espaços de escuta, diálogo e construção coletiva, com atenção especial à participação de grupos historicamente vulneráveis e excluídos.

L252-E1-01

Proposta 53

Garantir políticas orçamentárias permanentes para o fortalecimento das instituições da sociedade civil, assegurando recursos para participação social, formação cidadã e atuação da juventude nos espaços democráticos. Garantindo também o direito da participação e voto da sociedade civil na definição dos investimentos públicos por meio do orçamento participativo, ampliando a transparência, o controle social e democracia participativa.

L253-E1-01

Proposta 54

Criação de espaços permanentes para encontros, fortalecimento de ONGs e exercício da cidadania.

L260-E1-01

Proposta 55

Criar e implementar mecanismos que efetivem a participação da população na governança participativa, fomentando modelos de colaboração acolhedores e empáticos nos espaços públicos deliberativos democráticos já existentes.

L262-E5-01

Proposta 56

Instituir política pública permanente de fortalecimento da democracia e da equidade étnico-racial, voltada à ampliação da participação popular, da transparência institucional e da redução das desigualdades sociais e raciais, por meio da criação de fórum permanente de educação e cultura com formação continuada para docentes da educação básica e do ensino superior.

L263-E1-01

Proposta 57

Fortalecer a democracia por meio da ampliação da participação popular nas decisões públicas, garantindo transparência, acesso à informação e combate à corrupção. Incentivar a educação cidadã, a inclusão social e o uso de tecnologias para aproximar a população das instituições, promovendo uma gestão pública mais eficiente, ética e participativa.

L264-E1-01

Proposta 58

Fortalecer a governança participativa por meio da ampliação do diálogo entre poder público e sociedade civil, incentivando a participação popular na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Promover transparência, escuta ativa e cooperação entre instituições e comunidade, garantindo decisões mais democráticas, inclusivas e alinhadas às necessidades da população.

L264-E5-01

Proposta 59

Avançar na transparência, eficiência e aprimoramento da comunicação, de forma que ocorra o diálogo e escuta ativa e que a informação seja repassada de forma clara e objetiva para que assim, efetivamente atinja a sociedade.





EIXO 2: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

EIXO 2: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

GT 04 - Transição Ecológica e Centralidade dos Territórios

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Instituir um Sistema Nacional de Transição Agroecológica, com mecanismos municipais e financiamento a juros reduzidos para apoiar a substituição do modo convencional de produção agrícola, incluindo a conversão de práticas de corte, queima e poluição em sistemas agroflorestais, recuperação de solos, diversificação de cultivos, criação de áreas verdes, controle de espécies exóticas invasoras e meios de prevenção da contaminação, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis com espécies da sociobiodiversidade, conhecimento local, produção de valor agregado e educação para o consumo consciente, de modo a integrar produção e conservação, preservar a biodiversidade, reduzir impactos climáticos, ampliar a segurança alimentar, internalizar riqueza e promover sustentabilidade e qualidade de vida nos territórios, com abordagens alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e às orientações do Relatório Brundtland.

L070-E2-01; L088-E2-01; L107-E2-01; L112-E2-01.

Proposta 02

Valorizar e efetivar o reconhecimento dos saberes, práticas, expressões e culturas dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades de matriz africana nas políticas públicas de sustentabilidade ambiental, educação, prevenção, mitigação e adaptação aos impactos de desastres e emergências ambientais e sanitárias, garantindo direitos humanos, enfrentando processos de criminalização dessas práticas e fortalecendo sua contribuição para a conservação da biodiversidade, a resiliência climática e a promoção do bem viver.

L009-E2-01; L045-E4-01; L114-E2-01.

Proposta 03

Fortalecer redes comunitárias em territórios vulneráveis por meio da implementação de programas integrados de cozinhas solidárias e comunitárias, quintais produtivos, hortas urbanas, compostagem, composteiras e moedas sociais, articulando segurança alimentar, consumo sustentável, economia circular, soluções territoriais, desenvolvimento local, geração de renda, redução de resíduos e inclusão social em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L005-E4-01; L011-E2-01.

Proposta 04

Instituir programa de monitoramento, proteção, recuperação e uso sustentável de áreas de mariscagem e territórios marinhos e costeiros, articulando educação ambiental voltada às comunidades locais e ao turismo, regularização, fiscalização e fortalecimento da pesca artesanal, do artesanato tradicional e da cultura vinculada à pesca, com ações e compensações que qualifiquem a gestão sociocultural dos territórios e promovam geração de renda, conservação ambiental, sustentabilidade e preservação dos ecossistemas locais.

L008-E2-01; L088-E3-01.

Proposta 05

Incentivar e ampliar programas de preservação e restauração da Caatinga e do Cerrado, integrando assistência técnica agroecológica, educação rural e pagamento por serviços ambientais, de modo a apoiar agricultores familiares, fortalecer cadeias produtivas sustentáveis e promover a conservação desses biomas.

EPI-E2-01.

Proposta 06

Implementar políticas integradas de conservação na Amazônia, priorizando alternativas à construção de barragens acima de 10 megawatts, com incentivo a tecnologias energéticas, sanitárias, educacionais e de comunicação voltadas às comunidades locais, fortalecimento do monitoramento dos impactos de rodovias e áreas alagadas, ampliação da fiscalização ambiental e valorização econômica das reservas legais por meio de serviços ambientais.

L106-E2-01.

Proposta 07

Garantir a reforma agrária vinculada à produção alimentar sustentável e orgânica, priorizando sistemas agroflorestais e sua conexão com programas governamentais de compras institucionais, articulada a ações de educação alimentar voltadas à redução do consumo de animais e derivados e à transição de monoculturas para sistemas alimentares alternativos, de modo a enfrentar impactos ambientais e à saúde, assegurar soberania alimentar e fortalecer cadeias produtivas éticas e regenerativas.

L071-E2-01.

Proposta 08

Mapear boas práticas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 em instituições de ensino básico e superior, bem como nos âmbitos municipal e regional, integrando ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, de modo a consolidar um sistema de disseminação de soluções aplicáveis a diferentes contextos municipais.

L004-E2-01.

Proposta 09

Implantar práticas de permacultura em áreas de risco, visando promover a sustentabilidade, a biodiversidade e a resiliência das comunidades.

ERR-E2-01.

Proposta 10

Criar legislação que proíba a pulverização aérea de agrotóxicos por avião, drone e helicóptero, associada à implementação de programas de apoio técnico, educacional e financeiro para povos e comunidades tradicionais que adotem práticas agroecológicas.

EMA-E2-01.

Proposta 11

Fomentar a criação de unidades de conservação particulares por meio de incentivos fiscais, tributários e compensação ambiental, visando ampliar corredores ecológicos e garantir segurança hídrica.

L089-E2-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 12

Fortalecer o programa Foco no Fogo, ampliando sua atuação para áreas urbanas, com foco no combate ao uso do fogo em quintais e lotes baldios. Prever educação ambiental contínua, fiscalização integrada e brigadas municipais permanentes obrigatórias. Reduzir queimadas para proteger a saúde pública, diminuir doenças respiratórias e preservar o meio ambiente.

ETO-E2-01

Proposta 13

Programa de micro empreendimentos verdes: Apoiar iniciativas locais, hortas, compostagens, manutenção de jardins com capacitação, microcrédito e inserção em cadeias de compras públicas.

L012-E2-01

Proposta 14

Implantar sistemas agroecológicos e agroflorestais, reduzindo o uso de agrotóxicos e insumos químicos, resguardando o impacto ambiental e incentivando práticas sustentáveis e regenerativas. Fortalecer comunidades locais e tradicionais, promovendo adaptação e mitigação às mudanças climáticas, garantindo segurança alimentar, uso consciente da terra e reflorestamento em áreas urbanas, semiurbanas e rurais.

L022-E2-01

Proposta 15

Implementar o modelo de ecovila na Comunidade Santa Clara como estratégia de permanência territorial e adaptação climática, por meio de soluções baseadas na natureza, incluindo infraestrutura verde, práticas agroecológicas e iniciativas comunitárias de inovação, visando promover justiça socioambiental e melhoria das condições de vida. Ações: 1. Infraestrutura verde e bioengenharia contra desastres naturais; 2. Agroecologia e Farmácias Vivas para soberania; 3. Centros de Inovação Popular para autonomia de dados. (ODS 2, 3, 9, 11, 13 e 15).

L024-E2-01



Proposta 16

Transformar a propriedade rural em uma unidade produtiva sustentável, onde a preservação da água e o manejo de resíduos geram novos fluxos de receita e reduzem custos operacionais, fortalecendo o agronegócio regional.

L028-E2-01

Proposta 17

Planejar orçamento público, com dados e evidências da ciência aberta, instituir marco legal para promover as culturas alimentares, garantindo acesso à terra, demarcação e regularização fundiária, insumos, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e crédito destinados à agricultura familiar, respeitando suas especificidades, fortalecendo a economia solidária e compras institucionais para equipamentos públicos da educação, assistência social, saúde, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional, garantindo relações justas de trabalho.

L046-E3-01

Proposta 18

Rastreabilidade nos municípios, de áreas de alta relevância ambiental e vulnerabilidade social, degradação e estratégias para adaptação climática, priorizando: proteção, conservação e regeneração soluções baseadas na natureza e tecnologias sociais; segurança hídrica, saneamento e regeneração dos espaços; educação, inovação, cultura oceânica; valorização dos saberes e práticas locais; protagonismo comunitário e redes; conectividade dos serviços ambientais com o entorno; Instrumentos e práticas, como prioritários para políticas públicas, compensação ambiental, programas de desenvolvimento urbano.

L054-E2-01

Proposta 19

Articular a cessão de uso de terrenos públicos e/ou privados ociosos para a criação de sistemas produtivos, implementando sistemas agrícolas regenerativos integrados, geridos pela comunidade com a possibilidade de geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade.

L055-E2-01

Proposta 20

Criar espaços agroecológicos nos territórios, incentivando a implantação de arranjos produtivos locais e a agricultura orgânica, preservando os conhecimentos e saberes tradicionais associados às novas tecnologias, proporcionando o fortalecimento da agroindústria comunitária.

L085-E2-01

Proposta 21

Fomento por meio de crédito subsidiado, convênios e repasses não reembolsáveis via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para implantação de agroindústrias por associações e cooperativas vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). A iniciativa inclui projetos técnicos, construção e capacitação, agregando valor aos 17 produtos e ampliando renda e mercados.

L085-E4-01

Proposta 22

Assegurar a permanência de povos originários e comunidades tradicionais rurais e urbanas nos territórios de vida, garantindo direitos como regularização fundiária, saneamento básico, licenças ambientais para o cultivo sustentável e auxílio financeiro durante períodos reprodutivos, escassez produtiva sazonal ou por episódios de grande impacto ambiental, além da instituição de estudos técnicos para monitoramento e conservação do meio ambiente.

L091-E2-01

Proposta 23

Facilitar e promover a adesão do “Selo do Produtor Rural de Palmas” para o produtor da agricultura familiar, a fim de certificar produtores rurais que adotarem práticas regenerativas, como a proteção de nascentes nos Campos de Palmas e o manejo sustentável de pastagens e lavouras. O selo garantirá prioridade em chamadas públicas municipais (alimentação escolar) e incentivos fiscais, promovendo a conservação da biodiversidade local e a resiliência climática.

L092-E2-01

Proposta 24

Criação de um programa governamental de formação e atuação de Agentes de Sustentabilidade Comunitária, com foco em territórios vulnerabilizados e povos e comunidades tradicionais. A iniciativa busca promover inclusão social, geração de renda, fortalecimento comunitário e redução das desigualdades, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

L092-E3-01

Proposta 25

Implementação de um programa bolsa ambiental, selo sustentável: destinadas a famílias de baixa renda, no qual receberá uma bolsa de incentivo para a aplicabilidade de práticas sustentáveis e regeneração ecológica de biomas nativos, o valor será fixo com um acréscimo no final do ano caso a família tenha atingido os resultados esperados, na ocasião será certificado com o selo sustentabilidade.

L110-E2-01

Proposta 26

Destinar recursos para a recuperação de áreas degradadas (nascentes e afluentes), estação de tratamentos de efluentes, educação sustentável e educação ambiental, ampliar ações de reflorestamento e proteção de biomas, com incentivo a práticas sustentáveis na agricultura.

L111-E2-01

Proposta 27

Promover soluções baseadas na natureza e requalificação urbana em áreas vulneráveis, incluindo recuperação de rios, ampliação de áreas verdes, drenagem sustentável e redução de riscos climáticos nos territórios mais expostos.

L129-E2-01

Proposta 28

Projeto de recuperação de área degradada e monitoramento para a região do Vale do Assu.

L130-E2-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 29

Fomentar as parcerias públicas-comunitárias para a recuperação de áreas públicas degradadas e manutenção de espaços verdes, por meio do cultivo de árvores nativas e preferencialmente frutíferas, restabelecendo os microclimas locais, de modo a potencializar ações de educação ambiental, inclusão social, segurança alimentar e saúde coletiva.

EMG-E2-01

Proposta 30

Priorizar e encaminhar ao congresso nacional um projeto de emenda constitucional que reconheça a natureza e os seus bens como sujeitos de direitos com personalidade jurídica, com vistas a preservar e proteger rios, florestas, solos, comunidades tradicionais e demais ecossistemas.

EPB-E2-01

Proposta 31

Fortalecer sistemas alimentares sustentáveis por meio de políticas públicas que ampliem o acesso à agroecologia e à sociobiodiversidade, valorizem os pequenos produtores e a agricultura familiar, incentivem cadeias curtas e a soberania alimentar, promovam a geração de renda no campo e o monitoramento das compras públicas, ao mesmo tempo em que estabeleçam diretrizes para o ambiente escolar

L150-E2-01

Proposta 32

Implantação de composteira comunitária, com capacidade de recebimento, processamento e tratamento de resíduos orgânicos, destinada a atender toda comunidade, promovendo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e a produção de adubo orgânico para distribuição e utilização sustentável.

L152-E2-01



Proposta 33

Criar a Política Nacional de Ambientes Alimentares Saudáveis e Sustentáveis em instituições públicas, valorizando alimentos in natura e vegetais saudáveis, com educação alimentar, incentivo a feiras livres e hortas urbanas. A proposta substitui ultraprocessados e alimentos de origem animal por produtos da sociobiodiversidade, utilizando o poder de compra estatal para ampliar o acesso à saúde e combater desigualdades alimentares.

L158-E3-01

Proposta 34

Revitalização e Proteção da mata ciliar em torno do rio da cidade da federação. A proposta engloba ações que unem o poder público e a sociedade civil para promover ações que irão desde o desassoreamento, limpeza, e preservação da mata nativa em torno do trecho Jucurutu do Rio Piranhas-Açu.

L159-E1-01

Proposta 35

Fortalecer iniciativas comunitárias voltadas ao cuidado ambiental, arborização urbana e preservação dos espaços coletivos nos municípios participantes.

L164-E2-01

Proposta 36

Implementar o Programa de Incentivo à Proteína Vegetal (PROVE) para reorganizar ambientes alimentares. A política prioriza leguminosas e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) nas compras públicas, valorizando a sociobiodiversidade e sistemas agroecológicos locais. A iniciativa combate desertos alimentares, fomenta o aproveitamento integral dos alimentos, fortalece economias territoriais e promove a resiliência climática ao reduzir a dependência de cadeias longas e alimentos ultraprocessados.

L165-E2-01

Proposta 37

Programa Nacional de Transição Alimentar Sustentável: democratizar subsídios à produção vegetal agroecológica; prestar apoio técnico à transição de produtores da pecuária para sistemas vegetais sustentáveis e restaurar áreas degradadas; proibir conversão e o uso de terra na expansão agropecuária; promover educação à acessibilidade de alimentos; incentivar hortas

comunitárias, produção agroecológica urbana e campanhas escolares de conscientização ambiental e nutricional.

L166-E1-01

Proposta 38

Implementar política pública de incentivo financeiros à agricultura sustentável, com aplicação de ecotécnicas para conservação do solo, produção de água, uso eficiente e reaproveitamento hídrico em todas as etapas da cadeia produtiva, controle de perdas produtivas, educação ambiental a todos e assistência técnica continuada, promovendo preservação da biodiversidade, segurança hídrica e resiliência climática.

L178-E2-01

Proposta 39

Construir políticas públicas que promovam a ordenação sistêmica da paisagem, de forma intersetorial e com abordagem interseccional, considerando as especificidades de classe, raça e gênero, por meio de Soluções Baseadas na Natureza, postos Territoriais de Assistência Técnica, aperfeiçoamento de sistemas de alerta e uso das bacias hidrográficas como unidades de planejamento, voltadas à educação, equidade, justiça socioambiental e prevenção de riscos.

L179-E2-01

Proposta 40

Implementar hortas comunitárias e urbanas como estratégia de inovação social, integrando educação alimentar e ambiental, fortalecimento de cooperativas locais e agricultura vertical em espaços públicos. A proposta promove agregação de valor aos produtos da agricultura urbana, geração de renda e circulação de moedas sociais, incentivando economias locais sustentáveis, cadeias curtas, segurança alimentar e maior acesso a alimentos frescos e saudáveis

L192-E4-01

Proposta 41

Desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade urbana.

L199-E4-01

Proposta 42

Que o governo crie um selo para produtos que na sua etapa produtiva siga os 17 objetivos ODS. Que as políticas públicas do governo sigam em sua implementação os ODS.

L208-E2-01

Proposta 43

Promover o uso consciente de defensivos agrícolas sob as leis ambientais, garantindo a proteção de nascentes, áreas de preservação e da saúde da população. A iniciativa incentiva práticas sustentáveis por meio da capacitação de agricultores, uso de bioinsumos e educação ambiental, fortalecendo cursos de agroecologia nas instituições de ensino e melhorando a qualidade de vida.

L211-E2-01

Proposta 44

Implantar e fortalecer Sistemas Agroflorestais (SAFs) em assentamentos rurais de Paragominas para gerar renda a agricultores familiares e recuperar áreas degradadas em 3 anos.

L221-E6-01

Proposta 45

Implementar políticas integradas de preservação e recuperação de fundos de vale como elementos estruturadores da infraestrutura verde urbana e regional, articulando soluções baseadas na natureza para fortalecer a resiliência climática, a proteção da biodiversidade e a segurança hídrica dos territórios.

L224-E2-01

Proposta 46

Biofertilizantes: Produção de biofertilizantes a partir de restos de podas dos espaços urbanos, cinzas, estrume, excrementos de animais recolhidos pelos agentes públicos, transformando em potencial composto fertilizante de alto valor nutricional para a utilização no plantio de agricultores locais melhorando a qualidade dos produtos livres de agrotóxicos e preservando os recursos naturais, impactando a economia local.

L238-E2-01

Proposta 47

Expandir o Programa de Ecobarreiras Comunitárias nos principais igarapés urbanos de Manaus, com implantação estruturada e contínua, visando à redução da poluição hídrica, preservação dos ecossistemas aquáticos e melhoria da qualidade ambiental nas áreas urbanas da Amazônia.

L239-E2-01

Proposta 48

Fortalecer políticas públicas de incentivo à agricultura orgânica e agroecológica em territórios vulneráveis e junto a PCTs, com assistência técnica especializada, crédito rural diferenciado e certificação simplificada, impulsionando a transição agroecológica e o fortalecimento da agricultura familiar. Criação do "Selo Orgânico-ODS", para valorização de cadeias produtivas sustentáveis comprometidas com a conservação da sociobiodiversidade, segurança alimentar, inclusão social e resiliência climática.

L244-E2-01

Proposta 49

Incentivo e fortalecimento da agricultura sustentável e da agroecologia, com valorização dos saberes ancestrais e promoção de formações e capacitações territoriais.

L246-E2-01

Proposta 50

Ampliação dos investimentos em arborização na sede e nos povoados, promovendo ações de reflorestamento da caatinga, criação de bancos de sementes e distribuição de mudas para a população, incentivando a preservação ambiental e o fortalecimento da vegetação nativa.

L252-E2-01

Proposta 51

Fortalecer a fiscalização contra desmatamento, mineração, queimadas e invasões realizadas ilegalmente nos territórios indígenas e nas áreas próximas desses territórios.

L255-E1-01

Proposta 52

Reconhecer os povos indígenas como protagonistas e modelos na preservação da biodiversidade.

L255-E4-01

Proposta 53

Promover ações de cuidado, preservação e respeito aos animais silvestres e domésticos presentes nas comunidades, fortalecendo a convivência equilibrada entre ser humano e natureza, combatendo queimadas, desmatamento e práticas que ameacem a fauna e flora local.

L255-E5-01

Proposta 54

Implementar um plano de reflorestamento municipal com ajuda do georreferenciamento, localizando as áreas degradadas e com potencial de desertificação. Considerar o manejo sustentável da água, implementação de plataformas digitais que ofereça informações de dados ambientais educativos, prestações de serviços e canal de denúncias. Tendo como objetivo final redução de ilhas de calor, qualidade do ar, fortalecimento da biodiversidade, dando ênfase no plantio de árvores frutíferas e não somente ornamentais e dessa forma promovendo resiliência climática, preservação ambiental e maior qualidade de vida para moradores e visitantes.

L259-E2-01

Proposta 55

Sustentabilidade para jovens e mulheres do campo e das periferias: Desenvolvimento de projetos voltados à capacitação profissional, preservação ambiental e valorização dos produtos da Caatinga, além da criação de cursos preparatórios e oportunidades de emprego para jovens atuarem na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável do semiárido.

L271-E2-01

Proposta 56

Substituir o modelo de monocultura ou produção isolada pela Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs) como padrão obrigatório para concessão de crédito agrícola.

L273-E2-01

Proposta 57

Apoio a iniciativas de turismo comunitário, artesanato e beneficiamento do pescado, como formas de geração de renda sustentável.

L274-E3-01

Proposta 58

Fortalecer políticas de conservação da Caatinga e recuperação de áreas degradadas, por meio do reflorestamento com espécies nativas, da implantação de corredores ecológicos e do incentivo a sistemas agroecológicos, contribuindo para a proteção da biodiversidade, o combate à desertificação e a adaptação às mudanças climáticas.

L275-E2-01



GT 05 - Educação Ambiental e Enfrentamento da Crise Climática

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Criar política pública nacional integrada de educação ambiental, articulando ações educativas, agroecológicas, culturais, produtivas e de restauração ecológica em territórios urbanos e rurais, por meio de campanhas permanentes, hortas escolares, plantio de mudas, agroflorestas, áreas verdes, gestão de resíduos e uso de espaços públicos como territórios educativos, participativos, acessíveis e inclusivos, com valorização dos saberes ancestrais e envolvimento de escolas, equipamentos públicos, organizações sociais e moradores, de modo a promover conscientização ambiental, inclusão social, proteção dos recursos naturais, preservação da biodiversidade, recuperação dos biomas brasileiros, fortalecimento de vínculos comunitários, melhoria da qualidade de vida e resiliência climática local, especialmente em territórios vulneráveis.

L062-E2-01; L081-E4-01; L093-E2-01; L136-E2-01; L141-E2-01.

Proposta 02

Incluir obrigatoriamente a educação ambiental, as tecnologias sustentáveis e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no currículo escolar, da educação infantil ao ensino médio, em escolas públicas e privadas, com materiais pedagógicos integrados aos eixos curriculares da educação básica, oficinas práticas de produção agroecológica integrada e sustentável e formação continuada de professores, mediante financiamento articulado entre o Ministério da Educação, secretarias estaduais e setor privado, de modo a desenvolver, desde a educação básica, consciência crítica e sustentável sobre preservação ambiental, consumo, finanças, sustentabilidade e relações de produção.

L023-E4-01; L062-E2-01; L088-E1-01; L134-E6-01.

Proposta 03

Pactuar e fortalecer políticas públicas municipais de educação ambiental e climática, com apoio técnico e financiamento, com base na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e na Política Nacional de Educação Ambiental Climática (Lei nº 14.926/2024), incentivando a implementação do currículo azul, bem como a criação, até 2028, de programas municipais nas

escolas urbanas e rurais, com ações permanentes, ferramentas digitais para monitoramento da qualidade da água e gestão de resíduos e Comitês Mirins para engajamento de crianças e adolescentes, de modo a ampliar a gestão sustentável dos territórios.

L041-E2-01; L124-E2-01.

Proposta 04

Instituir programas estaduais e municipais de mudanças climáticas integrados aos planos diretores e setoriais, apoiando continuamente os setores produtivos na elaboração e implementação de planos de ação e adaptação climática, com respeito às condicionantes ambientais, ecológicas, sociais e territoriais, participação multissetorial, metas de curto, médio e longo prazo, fontes de financiamento, monitoramento transparente e fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela fiscalização e execução, priorizando soluções baseadas na natureza e educação ambiental e climática no ensino infantojuvenil.

ESC-E2-01; L016-E2-01.

Proposta 05

Criar a Meta 18.11 do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 18 (Igualdade Étnico-Racial) para enfrentar o ecocídio como um processo racista de mercantilização e destruição massiva dos ecossistemas e das vidas dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades, vinculando-o à crise climática, reconhecendo os saberes desses povos e instituindo instrumentos de prevenção, responsabilização dos infratores, reparação histórica e de tipificação do ecocídio como crime contra a humanidade.

L066-E2-01; L066-E3-01.

Proposta 06

Criar uma política nacional de cidades verdes baseada no conceito de cidade esponja, integrando segurança hídrica e alimentar por meio do reflorestamento de áreas de recarga, arborização urbana, aplicação de diretrizes ambientais, certificação por indicadores de sustentabilidade, fiscalização dos planos de arborização e educação ambiental adaptada, de modo a promover resiliência urbana, inclusão social e oferta sustentável de alimentos.

L102-E2-01.

Proposta 07

Criar e fortalecer redes interinstitucionais regionais de extensão, ensino, pesquisa e inovação, voltadas à colaboração em ações, protocolos e sistemas unificados de enfrentamento dos impactos ambientais, de modo a subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico e social.

L080-E2-01.

Proposta 08

Instituir programa permanente de formação comunitária para atuação em emergências climáticas e proteção territorial.

L108-E1-01.

Proposta 09

Implantar e implementar centros de educação ambiental baseados na permacultura, fortalecendo práticas sustentáveis de conservação da biodiversidade e a formação de sujeitos críticos comprometidos com a sustentabilidade socioambiental.

L089-E2-01.

Proposta 10

Promover a integração entre educação ambiental e saúde no ensino médio, por meio de atividades nos territórios que abordem a relação entre condições ambientais, qualidade de vida e saúde, contribuindo para a redução de vulnerabilidades socioambientais.

L075-E2-01.

Proposta 11

Implementar ações de educação ambiental voltadas à população idosa, promovendo práticas sustentáveis, uso consciente de recursos naturais e ambientes saudáveis como estratégia de prevenção de doenças.

L074-E2-01

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 12

Implementar programas contínuos de educação ambiental e climática envolvendo escolas, associações comunitárias, coletivos juvenis, instituições religiosas e sociedade civil, promovendo cultura de sustentabilidade, responsabilidade social e ações concretas nos territórios.

L002-E4-01

Proposta 13

Criar um plano de fortalecimento de ensino que incentive práticas sustentáveis no cotidiano, que estimulem a responsabilidade ambiental formando cidadãos mais conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

L029-E2-01

Proposta 14

Implementar, por meio do sistema público de ensino, programas obrigatórios de educação ambiental voltados ao consumo consciente de água, alimentos e recursos naturais, integrando esses temas ao currículo escolar, com prática de coleta seletiva, incentivo à alimentação saudável, planejamento da economia doméstica, criação e cuidado de hortas escolares e ensino sobre plantas medicinais, mediante capacitação de professores, garantia de recursos e fiscalização contínua.

L049-E1-01

Proposta 15

Garantir que os recursos financeiros provenientes de multas, crimes e infrações ambientais, bem como de maus-tratos a animais, sejam direcionados para editais de preservação, restauração, educação ambiental e proteção animal.

L057-E2-01

Proposta 16

Implementar corredores ecológicos e arborização urbana para combater ilhas de calor, aliados a cooperativas de resíduos sólidos com incentivos fiscais e geração de emprego. Expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis

(PAVS) para todas as UBS, integrando saúde e meio ambiente. Promover educação ambiental desde a base, via mobilização social em assembleias comunitárias, desmistificando a urbanização predatória, combatendo racismo ambiental e prevenindo enchentes na região.

L081-E2-01

Proposta 17

Implementação da educação ambiental em empresas e instituições de ensino, com inserção como componente obrigatório na grade curricular.

L097-E2-01

Proposta 18

Implantar sistema comunitário de monitoramento da qualidade da água, do ar e de doenças climáticas.

L108-E3-01

Proposta 19

Instituir a Rede Amazônica de Educação Ambiental e Liderança Feminina, uma política pública integrada de educação ambiental com protagonismo feminino, utilizando escolas, associações comunitárias, movimentos sociais e secretarias municipais como espaços permanentes de formação cidadã, sustentabilidade e desenvolvimento de novas lideranças femininas, com foco em adolescentes de 14 a 18 anos.

L123-E2-01

Proposta 20

Instituir a educação socioambiental como componente obrigatório e transversal na rede de ensino, assegurando acesso equitativo, formação cidadã e promoção de práticas sustentáveis, com foco na redução de desigualdades socioambientais.

L139-E2-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 21

Incluir a justiça climática, ambiental e social nas bases das políticas públicas por meio da educação ambiental acessível a todos; criar leis de incentivos fiscais para cadeias produtivas sustentáveis, assegurando a efetividade das Compras Públicas Sustentáveis (CPS); e incorporar as decisões técnicas, não políticas, que protejam a biodiversidade das matas, rios, lagos, manguezais e orla.

EES-E2-01

Proposta 22

Fortalecer políticas climáticas e socioambientais integrando gestão de resíduos, restauração de ecossistemas, educação ambiental e incentivos para sócio bioeconomia, transição agroecológica e energética. Implementar planos territoriais participativos, monitoramento, sistemas de alerta e reparação ambiental, voltados à resiliência climática. Assegurar a participação democrática dos povos e comunidades na governança, protegendo territórios, a sociobiodiversidade e promovendo cadeias produtivas sustentáveis e transparentes.

ERO-E2-01

Proposta 23

Elaborar e implementar o Plano Nacional de Cidades e Territórios Resilientes, com metas, financiamento, governança e educação ambiental, integrando adaptação climática, soluções baseadas na natureza, proteção da biodiversidade, gestão sustentável de resíduos sólidos, segurança alimentar, transição energética e economia circular e solidária. A proposta inclui comunidades vulnerabilizadas, fortalecendo resiliência socioambiental, justiça climática e participação coletiva na construção de territórios sustentáveis.

ESP-E2-01

Proposta 24

Integrar educação ambiental crítica ao currículo por meio de projetos interdisciplinares que articulem ciência, território e saberes tradicionais,

incentivando práticas sustentáveis no campus e na comunidade, com protagonismo discente e produção de materiais educativos acessíveis.

L143-E2-01

Proposta 25

Promover a preservação ambiental via rodas de conversa em igrejas, escolas, UBSs e equipamentos sociais do município, integrando a comunidade e setores públicos na conscientização ecológica.

L149-E2-01

Proposta 26

Criação de um índice de vulnerabilidade climática territorial para o município de Fortaleza, com o objetivo de mapear, de forma sistematizada e georreferenciada, as áreas e populações mais expostas aos impactos das mudanças climáticas. O índice deverá orientar a elaboração e execução de políticas públicas de adaptação climática, apoiar a gestão de riscos ambientais, identificar territórios prioritários para intervenção e subsidiar a tomada de decisão de gestores, pesquisadores e lideranças comunitárias, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

L155-E2-01

Proposta 27

Implementar programa permanente de educação ambiental voltado à destinação correta de resíduos em áreas turísticas, com ações de sensibilização, fiscalização, mutirões de limpeza e visitas educativas às cooperativas de reciclagem locais.

L162-E2-01

Proposta 28

Incentivar a criação de Programas/projetos Educacionais voltados para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas escolas e em espaços urbanos verdes, promovendo educação alimentar, nutricional e ambiental, que dialogue e compartilhe o conhecimento com as comunidades, envolvendo as escolas e a parceria das universidades e institutos federais.

L183-E2-01

Proposta 29

Pensando em habitacionais mais autônomos, que as entidades selecionadas pelo Fundo de desenvolvimento social precisam construir casas resilientes e para isso devem possuir energia solar para toda a casa, captação de água de chuva e reuso de águas cinzas. Implantação de área de lazer, coleta seletiva com destinação adequada dos resíduos sólidos, área para uma horta coletiva onde possam ser compostados os orgânicos naturais produzidos por todos/as.

L186-E2-01

Proposta 30

Implementar infraestrutura verde em áreas urbanas vulneráveis por meio de jardins de chuva, recuperação de manguezais, soluções baseadas na natureza, educação ambiental e participação comunitária, visando reduzir enchentes, ampliar a resiliência climática, melhorar a drenagem urbana e fortalecer políticas públicas sustentáveis de adaptação às mudanças climáticas, com articulação entre governos, universidades, escolas e comunidades locais.

L187-E2-01

Proposta 31

Propor a criação do Programa Cidades Verdes Resilientes, baseado em soluções baseadas na natureza para adaptação e mitigação das mudanças climáticas nos municípios. Prevê a implantação de infraestrutura verde urbana, como jardins de chuva, parques ecológicos, corredores verdes, arborização urbana, com foco na redução de alagamentos, mitigação das ilhas de calor e recuperação de áreas ambientalmente vulneráveis. Também contempla ações de sensibilização ambiental, recuperação de áreas degradadas e participação social, fortalecendo a resiliência climática dos municípios e contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

L195-E2-01

Proposta 32

Ampliação das ações de educação ambiental.

L199-E1-01

Proposta 33

Criar um programa de educação ambiental para o território do Povo Pitaguary. Com gerenciamento participativo dos indígenas, promoção do turismo comunitário, com proteção e valorização dos rios e da Terra a partir dos saberes tradicionais.

L201-E2-01

Proposta 34

A sustentabilidade ambiental deve ser entendida também como o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, e as vidas humanas não podem intervir na natureza de forma a extinguir a biodiversidade. Deste modo, que o Estado brasileiro promova ações de educação ambiental e sustentabilidade, incentivando práticas ecológicas, preservação dos recursos naturais e fortalecimento da participação comunitária na defesa do meio ambiente, inclusive com metodologias lúdicas como teatro, poesia, etc.

L207-E2-01

Proposta 35

Fortalecer a educação ambiental integrada, ampliar a inclusão das áreas rurais nos planos de resiliência climática e aprimorar a gestão de resíduos, esgoto e logística reversa. As ações promovem participação social, preservação ambiental, infraestrutura sustentável, proteção das comunidades vulneráveis e recuperação dos ecossistemas, garantindo qualidade de vida, segurança e desenvolvimento regional sustentável.

L209-E2-01

Proposta 36

Fortalecer políticas de bioeconomia sustentável e pesquisas relacionadas às mudanças climáticas, integrando sustentabilidade ambiental, conservação da biodiversidade e transição ecológica às estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

L213-E2-01

Proposta 37

Implementação do programa "Do Letramento à Ação" nas escolas públicas, integrando os 5 Ps e os ODS à educação antirracista (ODS 18). A iniciativa capacita estudantes para diagnosticar desafios em seus territórios e

desenvolver soluções práticas, fortalecendo o protagonismo juvenil e a atuação local em prol do desenvolvimento sustentável.

L218-E2-01

Proposta 38

Implementar programas permanentes de educação ambiental nos territórios ribeirinhos urbanos, priorizando comunidades em situação de vulnerabilidade, com foco na conscientização sobre preservação dos rios, gestão de resíduos e fortalecimento do protagonismo comunitário.

L239-E3-01

Proposta 39

Implementar programas territoriais integrados de adaptação climática e preservação ambiental, garantindo recursos econômicos e institucionais, incluindo educação ambiental permanente e criar sistema eficiente da gestão dos resíduos sólidos, proteção de drenagens naturais, reflorestamento com espécies nativas e incentivo ao desenvolvimento territorial sustentável, garantindo resiliência climática, justiça socioambiental e fortalecimento da governança ambiental participativa nos municípios.

L241-E2-01

Proposta 40

Para enfrentar desafios sociais e ambientais em Jundiaí, é fundamental investir em infraestrutura verde e adaptação climática. Jardins de chuva, pavimentos drenantes e mapeamento de ilhas de calor reduzem alagamentos e melhoram o conforto urbano. Com dados abertos e ampliação de áreas verdes, a cidade se torna mais resiliente, saudável e sustentável.

L245-E4-01

Proposta 41

Criar planos de prevenção e resposta rápida para emergências climáticas em territórios indígenas.

L255-E2-01

Proposta 42

Criar programas de educação climática intercultural nas escolas de ensino regular (indígenas, agrícolas, convencionais e etc).

L255-E3-01

Proposta 43

Implementar e fiscalizar os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regional e nacionalmente, com Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e engajamento de todos os setores sociais para a correta destinação dos resíduos sólidos, incentivo à economia circular com diminuição do impacto ambiental, mitigação do desmatamento, redução da poluição ambiental, preservação das áreas verdes e públicas garantindo o bem-estar da população.

L261-E2-01

Proposta 44

Promover ações de preservação ambiental por meio da educação sustentável, incentivo à coleta seletiva, redução de resíduos e uso consciente dos recursos naturais. Fortalecer políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente, à valorização das áreas verdes e ao desenvolvimento sustentável, garantindo qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

L264-E2-01

Proposta 45

Garantir que todos os municípios elaborem de forma democrática e participativa o Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima.

L269-E3-01

GT 06 - Cadeias produtivas e Gestão Ambiental

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Institucionalizar mecanismos de rastreabilidade, certificação, fiscalização, transparência, monitoramento ambiental e assistência técnica nas cadeias produtivas, especialmente amazônicas, da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, articulando órgãos públicos, entidades privadas, observatórios universitários, participação cidadã, dados abertos, financiamento, incentivos à conformidade ambiental e responsabilização por impactos, de modo a promover o uso responsável dos recursos naturais, a valorização da produção e dos saberes locais, a redução da poluição hídrica, o combate ao desmatamento, a recuperação ambiental, a gestão de resíduos, a logística reversa, a economia circular, tecnologias limpas, educação ambiental e pesquisas científicas, fortalecendo a resiliência climática nos territórios, bem como a biodiversidade, a bioeconomia e a produção sustentável conforme suas vocações locais.

EPA-E2-01; L002-E3-01; L078-E2-01; L088-E4-01; L120-E2-01; L138-E2-01; L140-E2-01.

Proposta 02

Implantar programas integrados de gestão de resíduos sólidos, têxteis e recicláveis, com coleta seletiva, pontos de entrega voluntária, planejamento de aterros sanitários, implementação de planos municipais, educação ambiental em escolas, associações e comunidades, e articulação entre Estado, municípios, universidades, setor privado, terceiro setor e comunidades, assegurando incentivos, financiamento público e parcerias para criação de cooperativas, inclusão socioprodutiva de catadores, transformação de resíduos em recursos, como adubo, hortas comunitárias, artesanato e tábuas de transferência, redução de impactos ambientais, geração de trabalho e renda, fortalecimento da governança, segurança alimentar e promoção da sustentabilidade com inclusão social.

L027-E2-01; L047-E2-01; L112-E6-01; L113-E1-01; L140-E3-01.

Proposta 03

Criar programas e espaços de fomento à economia circular e às práticas agroecológicas, com políticas públicas, educação ambiental, inovação tecnológica e parcerias com startups, indústrias, universidades e instituições de

ciência, tecnologia e inovação. Tais programas devem estar voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, tratamento das águas, transformação de resíduos em ativos econômicos, conservação da floresta, redução de emissões, geração de energia limpa, infraestrutura verde, bioindústria regional, rastreabilidade digital e incentivos fiscais, de modo a fortalecer territórios, gerar renda local, reduzir custos logísticos, promover inclusão social e contribuir para a saúde das populações vulnerabilizadas.

EAC-E2-01; L005-E2-01; L087-E2-01.

Proposta 04

Criar uma Política Nacional de Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), estabelecendo diretrizes para sua adoção pelas empresas, com foco em sustentabilidade, transparência, responsabilidade corporativa, alinhamento às exigências internacionais, valorização de experiências empresariais e iniciativas de impacto, incorporação dessas práticas como oportunidade estratégica no conceito ampliado de prosperidade, engajamento da juventude e estruturação de disciplinas formais em instituições de ensino.

L010-E2-01; L010-E3-01; L033-E2-01.

Proposta 05

Fortalecer a gestão dos recursos hídricos como eixo estruturante de políticas públicas de controle ambiental, economia circular e regeneração territorial, com foco em grandes geradores de impacto, especialmente agricultura e indústria de grande porte, estabelecendo metas de redução da captação de água, ampliação do reuso hídrico industrial, proteção de corpos hídricos e mananciais, saneamento básico integral, revitalização de rios desativados, drenagem sustentável e recuperação de áreas degradadas, articuladas à rastreabilidade da logística reversa, à restauração ecológica, à agricultura regenerativa, ao manejo sustentável, às soluções baseadas na natureza, à educação e gestão ambiental comunitária, à participação social, à transparência, ao financiamento inclusivo e à responsabilidade nas cadeias produtivas, de modo a combater o desmatamento, reduzir alagamentos e promover segurança alimentar, geração de renda, infraestrutura comunitária e convivência cidadã, em alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ESE-E2-01; L056-E2-01; L093-E4-01.

Proposta 06

Assegurar a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade nas políticas de universalização do saneamento, com indicadores eficientes de acompanhamento das metas e substituição do coletor em tempo seco por tratamento de esgoto, considerando os impactos poluentes desse instrumento sobre os recursos hídricos e seus prejuízos à sociedade, especialmente às populações mais vulnerabilizadas, de modo a enfrentar a ampliação do racismo ambiental.

L094-E2-01.

Proposta 07

Criar Política de Crédito de Carbono Social para repasse a municípios que instituíam ecopontos com infraestrutura adequada, integrados à coleta seletiva e à economia circular, assegurando remuneração por desempenho mediante créditos de carbono, redução de resíduos, inclusão produtiva e remuneração de catadores, de modo a reduzir impactos ambientais e fortalecer a resiliência climática nos territórios.

L013-E2-01.

Proposta 08

Instituir mecanismos de profissionalização e valorização dos catadores de materiais recicláveis, com reconhecimento e remuneração adequada pelos serviços ambientais prestados aos municípios e à cadeia produtiva da reciclagem, de modo a promover a inclusão e fortalecer a logística reversa, a economia circular e a resiliência climática.

L131-E2-01.

Proposta 09

Promover a responsabilidade das cadeias produtivas locais sobre seus resíduos orgânicos, com apoio do Estado à implantação de sistemas de compostagem e aproveitamento energético por biogás, articulados à educação ambiental e à reeducação alimentar, de modo a transformar resíduos em insumos para a produção, reduzir impactos, emissões e custos e fortalecer a economia circular, a segurança alimentar e a sustentabilidade.

L072-E2-01.

Proposta 10

Implementar programa nacional de coleta de resíduos orgânicos compostáveis, em modelo de cooperativismo, inspirado na experiência dos catadores de recicláveis, articulando municípios, cooperativas e produtores rurais para transformar resíduos em adubo natural certificado e comercializável, de modo a gerar renda às comunidades envolvidas, reduzir emissões de metano em aterros, garantir escala e sustentabilidade financeira e fortalecer a economia circular.

L134-E2-01.

Proposta 11

Criar zonas de processamento de produtos da sociobiodiversidade em municípios impactados pela mineração, com financiamento à transição econômica de trabalhadores para cadeias sustentáveis da floresta em pé, como açaí, cacau nativo, castanhas e óleos essenciais.

L002-E5-01.

Proposta 12

Transformar as universidades em referências práticas de sustentabilidade, por meio da implementação de laboratórios vivos, do fortalecimento do conceito de campus sustentável, do uso de unidades experimentais para demonstrar cadeias produtivas sustentáveis e da melhoria da gestão de resíduos, articulando essas ações com comunidades locais para promover impacto regional positivo e resiliência climática.

L042-E2-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 13

Fortalecer o Plano Municipal de Saneamento Básico com foco na universalização do acesso à água potável, priorizando escolas e comunidades vulneráveis. Implementar soluções sustentáveis (expansão da rede, cisternas e tratamento simplificado), garantir qualidade e continuidade do abastecimento, promover educação sanitária e estabelecer metas com monitoramento contínuo, alinhadas aos ODS.

L003-E2-01



Proposta 14

Implementar política integrada de gestão de resíduos sólidos com ampliação da coleta seletiva, incentivo à separação adequada e aos princípios dos três Rs (reduzir, reutilizar e reciclar), em parceria com cooperativas de reciclagem, associada a campanhas educativas permanentes sobre consumo consciente, com atuação do poder público, escolas, empresas e sociedade civil.

L021-E2-01

Proposta 15

Consolidação dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

L023-E2-01

Proposta 16

Garantir a gestão de resíduos sólidos urbanos com protagonismo das cooperativas de catadores na coleta seletiva, assegurando sua remuneração pelos serviços ambientais. Implementar estratégias de educação ambiental para sensibilizar a população sobre a separação correta na fonte, ampliar a reciclabilidade de produtos e embalagens e reduzir impactos ambientais, preservando recursos naturais e promovendo cadeias produtivas mais sustentáveis.

L040-E2-01

Proposta 17

Plano Municipal de obras públicas e particulares, com tecnologia sustentável, com energia limpa, indicação de projetos, casas flutuantes, com sistema de esgoto ecológico através de Biodigestor.

L050-E2-01

Proposta 18

Criação de legislação para garantir a logística reversa e submeter as empresas a realizar investimento financeiro anual proporcional ao dano estimado decorrente do impacto de sua produção no território afetado, garantindo também a participação popular da comunidade na definição da destinação desses recursos.

L057-E4-01

Proposta 19

Fortalecer a sustentabilidade das cadeias produtivas por meio da ampliação da assistência técnica e da extensão rural, associadas a práticas de monitoramento e rastreabilidade da produção, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais e a destinação adequada de resíduos, visando à preservação dos corpos hídricos e a resiliência climática, em consonância com os ODS 6 e 14.

L059-E2-01

Proposta 20

Governança das bacias hidrográficas, áreas produtoras de água e impactos e desastres socioambientais como violação à sustentabilidade, exigindo responsabilização e proteção das águas como bem comum, com protagonismo de povos originários, tradicionais e comunidades vulneráveis, núcleos comunitários de educação socioambiental e inclusão em níveis de educação e comunicação, segundo os princípios da Carta da Terra e dos ODS.

L061-E2-01

Proposta 21

Propõe-se a criação de comitê intermunicipal deliberativo, no formato dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), nas esferas municipal, estadual e federal, para identificação dos impactos ambientais, sociais e econômicos da exploração de terras raras na região vulcânica de Poços de Caldas, propondo ações de prevenção e mitigação, e garantindo que o processo da mina ao imã seja realizado no Brasil.

L064-E2-01

Proposta 22

Proposta de Saneamento Básico - O Bairro do Caruara sofre há tempos com a falta de uma rede de esgoto. Então, desse modo pensamos em soluções para o município de Santos, juntamente com o governo estadual elaborar um sistema crucial para o bairro, como uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), o que seria a melhor opção considerando nossas necessidades. Esse sistema teria efeito direto em nosso mangue (onde é descartada a água não tratada), preservando a diversidade e mantendo a prática que alimenta nossas famílias.

L082-E2-01

Proposta 23

Criar programas territoriais de reciclagem de resíduos orgânicos, integrando feiras, restaurantes, residências, escolas e equipamentos públicos, reduzindo os resíduos enviados a aterros e gerando composto para aumento da fertilidade do solo e da biodiversidade. Estabelecer metas progressivas de compostagem para grandes geradores de resíduos orgânicos e promover a articulação com agricultores urbanos para a destinação do composto produzido.

L083-E2-01

Proposta 24

Realização de oficina para produção de sabão de limpeza, com matéria prima principal, óleo de cozinha usado, fomento economia circular, educação ambiental, preservação da água, formação de agentes multiplicadores da causa.

L090-E2-01

Proposta 25

Promover a sustentabilidade ambiental com a responsabilização da sociedade civil, empresas e poder público. A função destas três instâncias é desenvolver projetos voltados ao uso sustentável dos recursos naturais, orientando o descarte correto de resíduos sobretudo as comunidades marginalizadas (especialmente os povos originários, quilombolas e ribeirinhos). Caberá ao poder público políticas públicas relacionadas à equidade de gênero e étnico-racial, levando em consideração os conhecimentos dessas populações.

L100-E2-01

Proposta 26

Implementar soluções de economia circular e resiliência climática; combater a poluição do ar e da água em comunidades locais, priorizando preservação das nascentes; promover coleta seletiva com incentivos; eliminar pontos viciados de rejeitos; ampliar infraestrutura verde e responsabilidade multissetorial, gerando renda e inclusão; fortalecer políticas municipais dos ODS; integralizar e ampliar os Consultórios na Rua; fortalecer assistência social em territórios vulneráveis.

L101-E2-01

Proposta 27

Desenvolver políticas públicas de logística e abastecimento adaptadas aos ciclos de seca e cheia.

L108-E4-01

Proposta 28

Implementar programa sustentável para cadeias produtivas, com incentivos econômicos nas três esferas de governo, para sistemas agroecológicos e agroflorestais que beneficie aos pequenos produtores, incentivando manejo sustentável do solo, diversidade de culturas e a redução de insumos químicos.

L109-E2-01

Proposta 29

Promover a convergência de políticas, planos e ações territoriais para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis e serviços públicos voltados à preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e do meio ambiente por meio de soluções baseadas na natureza, com fortalecimento da resiliência climática, da fiscalização, do monitoramento e do gerenciamento adequado dos resíduos sólidos e da criação de certificações e incentivos alinhados aos ODS.

L126-E2-01

Proposta 30

O projeto propõe um ecossistema de inovação, sustentabilidade e inclusão baseado na economia circular, transformando resíduos passivos em novos insumos produtivos e oportunidades de geração de renda. A iniciativa integra gestão inteligente de resíduos, educação ambiental, tecnologia e participação cidadã para fortalecer territórios sustentáveis, reduzir impactos ambientais, incentivar cadeias produtivas circulares e apoiar políticas públicas alinhadas aos ODS.

L128-E2-01

Proposta 31

implementar cadeias produtivas sustentáveis com economia circular, logística reversa, saneamento e incentivos verdes para empresas e comunidades, na forma de consórcio regional, coordenação do poder público e setor produtivo, visando o fortalecimento das práticas de preservação dos recursos naturais, da biodiversidade, a resiliência climática, alinhado aos ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15, considerando as vocações locais.

L137-E2-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 32

Ampliação de Políticas Públicas que garantam o preço justo dos produtos da sociobiodiversidade, a partir da capacitação dos produtores, otimização da logística e escoamento das cadeias produtivas.

Proposta 33

Criar o Pacto Nacional “3 Peneiras”, estruturado em três filtragens: logística reversa, para redução e destinação adequada de resíduos pelo setor produtivo; programa ambiental, com práticas sustentáveis e monitoramento por Indicadores-Chave de Desempenho (KPI); e ecobarreiras naturais e artificiais, com recuperação de matas ciliares com espécies nativas, retenção de resíduos em rios urbanos, proteção dos oceanos e regulação climática.

ECE-E2-01

Proposta 34

Ampliar, criar e manter linhas de financiamento para pessoas físicas e jurídicas subsidiadas pelo setor público e privado para iniciativas, projetos e ações de cadeias produtivas sustentáveis que favoreçam a resiliência climática, a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

EDF-E2-01

Proposta 35

Fortalecer cadeias produtivas por meio de bioeconomia, programas de transição agroecológica, economia circular, agricultura familiar, ecoturismo e turismo de base comunitária, integrando educação socioambiental, pesquisa, extensão, inovação, tecnologia e gestão efetiva de unidades de conservação, para proteger recursos naturais, biodiversidade e ampliar a resiliência climática nos biomas Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica.

EMS-E2-01

Proposta 36

Criar um modelo compartilhado e transparente de fiscalização e monitoramento multissetorial para responsabilizar as cadeias produtivas que ameaçam os recursos naturais e os territórios.

EPE-E2-01

Proposta 37

Promover legislação, políticas estaduais de incentivo fiscal para pequenas e médias empresas que apoiem associações de reciclagem, fortalecendo

economia popular e solidária e gestão sustentável dos resíduos. Instituir agentes de saúde ambiental para conscientizar famílias e garantir contratação pública das associações, viabilizar o beneficiamento de resíduos, ampliando inclusão social, renda, trabalho digno aos catadores, redução de rejeitos, consumo responsável, justiça socioambiental.

ERJ-E2-01

Proposta 38

Assegurar a universalização 50% de água potável em territórios tradicionais, é a sugestão de meta para o Brasil no ano de 2026. Além disso, ampliar a fiscalização, onde há produção em áreas ambientais, apontar meios (projetos) mais seguros para as cadeias produtivas, que trabalham com manejo florestal, região norte.

L142- E2-01

Proposta 39

Fortalecer a integração entre saúde e meio ambiente por meio de implementação de cadeias produtivas sustentáveis que reduzem a exposição da população a contaminantes ambientais, como o uso de energia limpa nos hospitais, a produção de fisioterápicos e a organização de resíduos hospitalares.

L146-E2-01

Proposta 40

Tornar a coleta seletiva obrigatória em todos os municípios brasileiros, com a destinação correta dos resíduos sólidos urbanos de forma segura e sem ônus adicional ao contribuinte.

L147-E2-01

Proposta 41

Instituir, por consórcio interfederativo coordenado pelos estados/municípios, programa de mapeamento de aterros e Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs) com apoio técnico-financeiro da Caixa Econômica Federal para implantar captação e uso de biogás em eletricidade e biometano, integrado a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Até 2030, reduzir emissões de metano, ampliar energia limpa, gerar créditos de carbono e apoiar metas dos ODS 7, 11, 12 e 13.

Proposta 42

Tornar os equipamentos públicos com infraestrutura sustentável (água, energia, resíduos, compras e contratos), a partir da criação de políticas públicas no território nacional, de forma a promover a preservação dos recursos naturais não renováveis.

L157-E2-01

Proposta 43

Centro de Distribuição Sustentável: Um espaço de armazenamento projetado para ser eficiente e ecológico, assim como combustíveis Sustentáveis: Adoção de combustíveis mais limpos, como etanol e Combustível de Aviação Sustentável (SAF), para reduzir a pegada de carbono e ainda Caminhões Elétricos: Utilização de veículos elétricos para entregas, reduzindo emissões de gases poluentes e ainda, a promoção da educação ambiental nas escolas em todas as etapas, que é indispensável para a mudança de comportamento da sociedade. Por meio de campanhas educativas, projetos escolares e ações comunitárias é possível aumentar a conscientização sobre os impactos da poluição dos oceanos e estimular práticas mais sustentáveis no cotidiano.

L160-E2-01

Proposta 44

Exigir o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios, principais responsáveis por sua execução. Tornar obrigatória a elaboração, aprovação e monitoramento contínuo dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), assegurando a democracia participativa e o controle social por catadoras e catadores.

L168-E1-01

Proposta 45

Reconhecer catadoras, catadores e autônomos como agentes ambientais essenciais à resiliência climática. Exigir o cumprimento da logística reversa, obrigando as empresas a pagarem pelo retorno de embalagens, eletrônicos e pilhas. As indústrias devem financiar pesquisas e promover o ecodesign para eliminar embalagens não recicláveis.

L168-E2-01



Proposta 46

Exigir que os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos estabeleçam metas anuais obrigatórias de inclusão socioprodutiva da categoria. O poder público deve contratar associações, cooperativas e autônomos como prestadores de serviços essenciais, garantindo remuneração justa, renda fixa e o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.

L168-E3-01

Proposta 47

Financiar a economia circular aplicando o princípio poluidor-pagador, exigindo que empresas cumpram a logística reversa. Garantir que catadores organizados e autônomos acessem diretamente pagamentos por serviços ambientais e créditos de carbono/reciclagem, alterando leis de incentivo para não privilegiar apenas grandes empresas e startups.

L168-E6-01

Proposta 48

Estruturar cadeias produtivas vinculadas a produção agroecológica, com ampliação do acesso às tecnologias sociais de captação de água, incentivando a gestão participativa e comunitária dos recursos hídricos. Além da criação de um comitê permanente de monitoramento e fiscalização da mineração nos territórios.

L170-E2-01

Proposta 49

Instituir mecanismos fiscais baseados no princípio do poluidor-pagador, aplicando tributação progressiva sobre produtos e cadeias de alto impacto ambiental e danos à saúde pública (produtos de origem animal e ultraprocessados), internalizando custos ocultos. Os recursos arrecadados serão vinculados a fundo de transição justa para subsidiar o acesso da população de baixa renda a alimentos frescos, saudáveis e de base vegetal.

L174-E6-01

Proposta 50

Ampliar a coleta seletiva, com orientação à população para separação correta dos resíduos, com calendário específico de coleta, fortalecimento do saneamento básico e promovendo campanhas contínuas de educação

ambiental e climática. Incentivar cooperativas de reciclagem, compostagem, reutilização de materiais e formação de jovens agentes ambientais, além de ações de reflorestamento, combate às queimadas e fortalecimento da fiscalização ambiental.

L175-E2-01

Proposta 51

Interceptar, coletar e tratar o esgoto doméstico e demais contaminantes das águas do Rio Grande e Córrego da Prata com reativação da estação de tratamento de esgoto da Vila dos Arraiolos e retomada do projeto Copasa da Rede Coletora para Estação da Palha. Transformar o entorno da Cachoeira do Curtume e áreas do Rio Grande em espaços públicos de lazer, preservação e atração turística.

L177-E2-01

Proposta 52

Instituir uma política de fronteira de economia circular, fomentando o acesso a tecnologias acessíveis, assistência técnica, pesquisa aplicada e soluções de economia circular para fortalecer a agricultura familiar, ampliando a geração de renda, a capacitação técnica e incentivando a permanência no campo, integrando educação, ciência, sustentabilidade e inovação no território de fronteira.

L180-E4-01

Proposta 53

Criar o Selo Casa Verde para reconhecer residências que realizam corretamente a separação dos resíduos e adotam práticas sustentáveis. Incentivar a participação da comunidade na coleta seletiva, fortalecer a consciência ambiental e valorizar famílias comprometidas com a sustentabilidade. Oferecer benefícios fiscais, como descontos em taxas municipais e IPTU Verde, promovendo maior engajamento social, ambiental e qualidade de vida no município.

L181-E2-01

Proposta 54

Instituir Política Municipal Intersetorial de Sustentabilidade, integrando poder público, comunidades, escolas e setor privado para enfrentar baixa adesão e

déficit de capacitação, por meio de educação ambiental contínua, gestão de resíduos, zoneamento ambiental e incentivo a cadeias sustentáveis, potencializando recursos territoriais e fortalecendo governança participativa e proteção dos recursos naturais.

L182-E2-01

Proposta 55

Instituir unidades itinerantes de suporte integral para catadores de materiais recicláveis, oferecendo regularização documental, assistência jurídica e apoio psicossocial. A medida visa fortalecer a organização profissional da categoria e assegurar sua inclusão digna nas políticas de gestão de resíduos sólidos, vinculando a preservação ambiental à garantia de direitos fundamentais e cidadania ativa no território nacional.

L185-E2-01

Proposta 56

Implantação da Coleta Seletiva Municipal com Cooperativas de Reciclagem
Criar um sistema permanente de coleta seletiva em todos os bairros, aliado à formação e fortalecimento de cooperativas de reciclagem, promovendo geração de renda, inclusão social e redução do descarte irregular de resíduos.

L191-E2-01

Proposta 57

Criação de programa intermunicipal via consórcios públicos para atingir cumprimentos dos objetivos ODS vinculado ao eixo, que garantem diretrizes municipais para fortalecer a coleta seletiva com inclusão socioambiental e socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, garantindo apoio estrutural, geração de renda, valorização e contratação das cooperativas. A proposta prevê o Fundo Municipal para financiar infraestrutura, equipamentos, veículos, capacitações e assistência técnica. Também propõe, dentre outros a criação de um “Defeso da Reciclagem”, assegurando um valor mínimo de renda aos catadores em períodos de baixa arrecadação. E como incentivo aos municípios, sugere-se ainda a criação de selos municipais para incentivar a cadeia produtiva.

L195-E3-01

Proposta 58

Ter um plano de segurança hídrica para as comunidades quilombolas de Caucaia. Incluindo saneamento básico, recuperação de rios, lagos, açudes e nascentes. Garantindo o abastecimento para residências e produção agrícola familiar, adequado às realidades locais.

L200-E2-01

Proposta 59

Desenvolver políticas públicas de canalização dos esgotos residenciais das habitações ribeirinhas, no perímetro urbano dos municípios brasileiros cortados por rio, evitando o lançamento de resíduos e excretas diretamente no leito, visando alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos, fazendo cumprir o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).

L203-E2-01

Proposta 60

Política Nacional de sustentabilidade ambiental, com campanhas trimestrais, fiscalização do plantio à colheita, equipes de monitoramento, incentivo ao reflorestamento, fortalecimento e criação de leis ambientais e termos de compromisso com produtores do agronegócio e agricultura familiar, para conter o desmatamento, reduzir a degradação do solo e preservar a biodiversidade.

L204-E2-01

Proposta 61

Que o Estado brasileiro garanta a criação e a implementação da rede de saneamento básico nas favelas e comunidades urbanas, assegurando condições adequadas de infraestrutura e qualidade de vida para a população. Destaca-se que a ausência de saneamento básico contribui diretamente para a disseminação de diversas doenças, afetando principalmente os territórios periféricos e socialmente vulnerabilizados. Nesse sentido, a luta pela implantação desse serviço constitui uma demanda fundamental para a promoção da saúde pública, da dignidade humana e da valorização da cidadania nas comunidades.

L206-E2-01

Proposta 62

A proposta propõe a implementação de uma política pública que acolha a efetivação de um programa que organize a gestão sustentável de resíduos nas Favelas e Comunidades Urbanas com uma Governança Local, participativa, com apoio de IES, cooperativas e startups. A iniciativa contemplará a profissionalização e contratação de moradores, educação ambiental no território, inclusive, nas escolas. Os resíduos serão separados, reciclados e transformados em fonte de renda para a própria comunidade.

L207-E4-01

Proposta 63

Criação de políticas públicas para cadeias produtivas sustentáveis, com hortas comunitárias, agroecologia e juventude nos conselhos. Inclui captação de chuva, compostagem, sementes adaptadas, educação ambiental e incentivos a quem usa energia renovável e preserva áreas verdes. Visa unir economia e natureza, garantir segurança alimentar, enfrentar mudanças climáticas e assegurar qualidade de vida hoje e no futuro.

L212-E2-01

Proposta 64

As cadeias produtivas devem adotar práticas sustentáveis, com uso responsável dos recursos naturais, preservação das áreas ambientais e redução dos impactos ambientais. Também é essencial investir em reflorestamento, incentivo à produção consciente, fiscalização ambiental e apoio às comunidades locais. Essas medidas fortalecem a biodiversidade, promovem equilíbrio ambiental e aumentam a resiliência climática nos territórios.

L217-E2-01

Proposta 65

Criar o Programa Nacional de Bioeconomia Criativa Territorial, incentivando cadeias produtivas sustentáveis da moda, artesanato, turismo e design circular com uso de matérias-primas biodiversas. A política deve integrar saberes ancestrais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, promovendo economia de baixo carbono, conservação ambiental e valorização dos biomas brasileiros.

L219-E2-01

Proposta 66

Fortalecer a governança hídrica e do saneamento em Montes Claros, com educação ambiental permanente, atuação articulada dos conselhos, devolutivas públicas e acompanhamento social, para ampliar a segurança hídrica, apoiar a universalização do saneamento e integrar ambiente, cidade e território em uma política sustentável e participativa.

L220-E2-01

Proposta 67

Programa de incentivo a coleta seletiva com compensação financeira.

L221-E2-01

Proposta 68

Implantação de centros de tratamento de resíduos através do cooperativismo.

L221-E4-01

Proposta 69

Fomentar cadeias produtivas sustentáveis no Nordeste Paraense por meio da bioeconomia, agroecologia, economia circular, regularização fundiária e ambiental, incentivo aos sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes, com assistência técnica, crédito rural desburocratizado, pagamento por serviços ambientais e parcerias entre poder público, produtores e comunidades, promovendo renda, resiliência climática e desenvolvimento sustentável.

L223-E2-01

Proposta 70

Oferecer incentivos fiscais, acesso facilitado ao crédito e prioridade em compras públicas às indústrias que adotem soluções inovadoras voltadas ao enfrentamento dos atuais desafios socioambientais, à eficiência produtiva, à economia circular e à redução dos impactos ambientais, comprovadas por meio de Declarações Ambientais de Produto (DAP) fundamentadas na metodologia de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), garantindo transparência, rastreabilidade e mensuração científica dos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva.

L224-E1-01

Proposta 71

Programa de Sustentabilidade Ambiental e Proteção dos Recursos Hídricos, com recuperação de áreas degradadas, preservação de nascentes, saneamento sustentável, reflorestamento, censos ambientais e monitoramento da qualidade da água, além do fomento e fortalecimento de Conselhos Gestores Territoriais, com participação popular e do poder público. Fica obrigatório orçamento específico para implementação, garantindo execução, fiscalização e continuidade das ações.

L225-E2-01

Proposta 72

Formação de uma comissão nacional institucional contra a poluição luminosa com representantes de órgãos governamentais e sociais.

L227-E4-01

Proposta 73

Implementar programa integrado de sustentabilidade ambiental em Ji-Paraná, com recuperação de áreas degradadas e nascentes, adaptação às mudanças climáticas, fiscalização ambiental, incentivo à agroecologia e gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e rurais, incluindo coleta seletiva, ecopontos, logística reversa, apoio aos catadores e ações de educação ambiental em comunidades, escolas, áreas rurais e indígenas.

L230-E2-01

Proposta 74

Criar guia municipal "Casa Sustentável" sobre sistemas de coleta de água de reuso e placas solares, com tecnologias adequadas, divulgar IPTU Verde e políticas de sustentabilidade municipais, e implantar hortas urbanas periféricas em áreas degradadas com agroecologia comunitária liderada por mulheres negras.

L232-E2-01

Proposta 75

Transição ecológica urbana necessita privilegiar a circularidade das cadeias produtivas visando a eliminação da produção de lixo com: (a) estabelecimento do processo contínuo de mobilização social educativa para segregação na fonte (recicláveis secos e úmidos, resíduos da construção civil, resíduos de serviços

de saúde, resíduos especiais e rejeitos) devendo obedecer aos critérios estabelecidos pela LF 15.263/25; (b) inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis.

L233-E2-01

Proposta 76

Incentivar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de rotas sustentáveis para recuperação de materiais críticos provenientes de resíduos eletrônicos, incluindo metais nobres, cobre, lítio, cobalto e terras raras, priorizando investimento em pesquisa, industrialização, regulamentações, fiscalização e isenções fiscais, promovendo a geração de produtos de alto valor agregado que realmente a indústria, fortalecendo a economia circular e tecnologias estratégicas do país.

L234-E2-01

Proposta 77

Promover a implementação efetiva da futura Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) sobre restrição de substâncias nocivas em equipamentos eletroeletrônicos, priorizando investimento na adequação da indústria nacional e na fiscalização, para garantir a conformidade dos produtos produzidos, importados e comercializados no país, fortalecer a transparência regulatória, reduzir impactos ambientais, proteger a saúde pública e promover a economia circular em alinhamento aos ODS.

L234-E5-01

Proposta 78

Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos e todas, garantindo cadeias produtivas sustentáveis, que possibilitem alimentação saudável e orientações para a prática de exercícios físicos em cada faixa etária.

L236-E2-01

Proposta 79

Atualização dos Planos Diretores com foco em sustentabilidade, vedação de construções em mangues, prevenção de desastres ambientais, saneamento básico obrigatório e redução das desigualdades campo-cidade, mediante fiscalização por comitês mistos com participação do Ministério Público,

mapeamento das comunidades atingidas pela especulação imobiliária e criação de órgãos específicos de controle ambiental e urbano.

L237-E2-01

Proposta 80

Criar financiamento direcionado ao fomento de pesquisas aplicadas em modelo colaborativo entre Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs) e cooperativas de catadores, visando fortalecer a economia circular, com ênfase na eficiência da logística reversa, visando promover a inclusão socioprodutiva e trabalho decente e reduzir o uso de matérias-primas, contribuindo para um desenvolvimento econômico sustentável e socialmente justo.

L244-E5-01

Proposta 81

Fortalecer a coleta seletiva nas escolas, promovendo a conscientização ambiental para toda a população, incentivando a reciclagem e o reaproveitamento consciente dos resíduos, contribuindo para uma cidade mais limpa, sustentável e comprometida com a preservação ambiental.

L247-E2-01

Proposta 82

Criação da Rede Sustentabilidade Ipojuca, Promover a integração entre governo, empresas, escolas, ONGs e comunidade para fortalecer ações sustentáveis em Ipojuca, por meio da criação de um comitê gestor, fundo de sustentabilidade, apoio a eventos educativos e implantação de premiações e selo sustentável para reconhecer iniciativas socioambientais.

L247-E5-01

Proposta 83

Ampliar o apoio a cadeias produtivas sustentáveis, circulares e regenerativas, com foco em negócios de impacto que protejam a biodiversidade, promovam resiliência climática, valorizem saberes territoriais e gerem renda em comunidades urbanas, rurais, tradicionais e periféricas.

L250-E2-01

Proposta 84

Busca por parcerias junto ao Governo do Estado para implantação de indústrias de produção reciclável, promovendo geração de emprego, desenvolvimento econômico e incentivo à sustentabilidade ambiental.

L252-E6-01

Proposta 85

Criar mecanismo que fomentem benefícios e estímulos financeiros, tanto para a população em geral, quanto para empreendimentos que fazem parte da cadeia produtiva, priorizando a preservação e/ou recuperação de florestas nativa, conservação dos recursos hídricos, seja através do reuso, plantio, tecnologias específicas, com garantia de recursos para assistência técnica.

L253-E2-01

Proposta 86

Revisão das diretrizes da coleta seletiva urbana e estudo de viabilidade e soluções tecnológicas viáveis e definitivas para o tratamento final de resíduos sólidos.

L257-E2-01

Proposta 87

Criar uma política nacional de rastreamento e educação sobre resíduos perigosos e tecnológicos utilizando tecnologia digital e educação pública integrada.

L257-E4-01

Proposta 88

Melhoria do abastecimento de água e fortalecimento do saneamento básico.

L260-E2-01

Proposta 89

Instituir políticas públicas e incentivos para que as cadeias produtivas adotem soluções baseadas na natureza, com cooperação entre governos, empresas e comunidades, reeducação ambiental e gamificação, protegendo a biodiversidade e promovendo desenvolvimento sustentável, alinhado ao ODS 15, priorizando a cidade de Praia Grande.

L265-E2-01

Proposta 90

Implementar programas territoriais de economia circular integrando cooperativas de reciclagem, ONGs, setor privado e soluções tecnológicas de rastreabilidade, com o objetivo de reduzir o envio de resíduos para aterros,

aumentar a eficiência da cadeia de reciclagem, promover inclusão produtiva com trabalho decente e fortalecer os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, observando critérios de equidade racial e sustentabilidade socioambiental.

L266-E2-01

Proposta 91

Garantir o cumprimento da lei que proíbe o descarte de resíduos orgânicos em aterros sanitários, eliminando subsídios que desconsiderem impactos econômicos, socioambientais, responsabilizando municípios, órgãos públicos, empresas e condomínios pelo descumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e exigir instalações adequadas em projetos urbanos, arquitetônicos e adaptação de edificações existentes, para garantir gestão sustentável dos resíduos e proteção socioambiental.

L267-E2-01

Proposta 92

Fortalecimento e criação de novas cooperativas de catadores de materiais recicláveis na Paraíba, incluindo pessoas privadas de liberdade, mulheres, populações tradicionais e comunidades locais, com capacitação, gestão profissional, conexão com ONGs, acesso a editais, empreendedorismo feminino e educação financeira e ambiental.

L268-E2-01

Proposta 93

Fomentar a importância e a necessidade de força de trabalho aliando o crescimento e desenvolvimento do município com a sustentabilidade ambiental, junto à criação, estruturação e atuação efetiva de uma agenda ambiental em Passo Fundo, para tratativa de pautas de importância ambiental.

L272-E2-01

Proposta 94

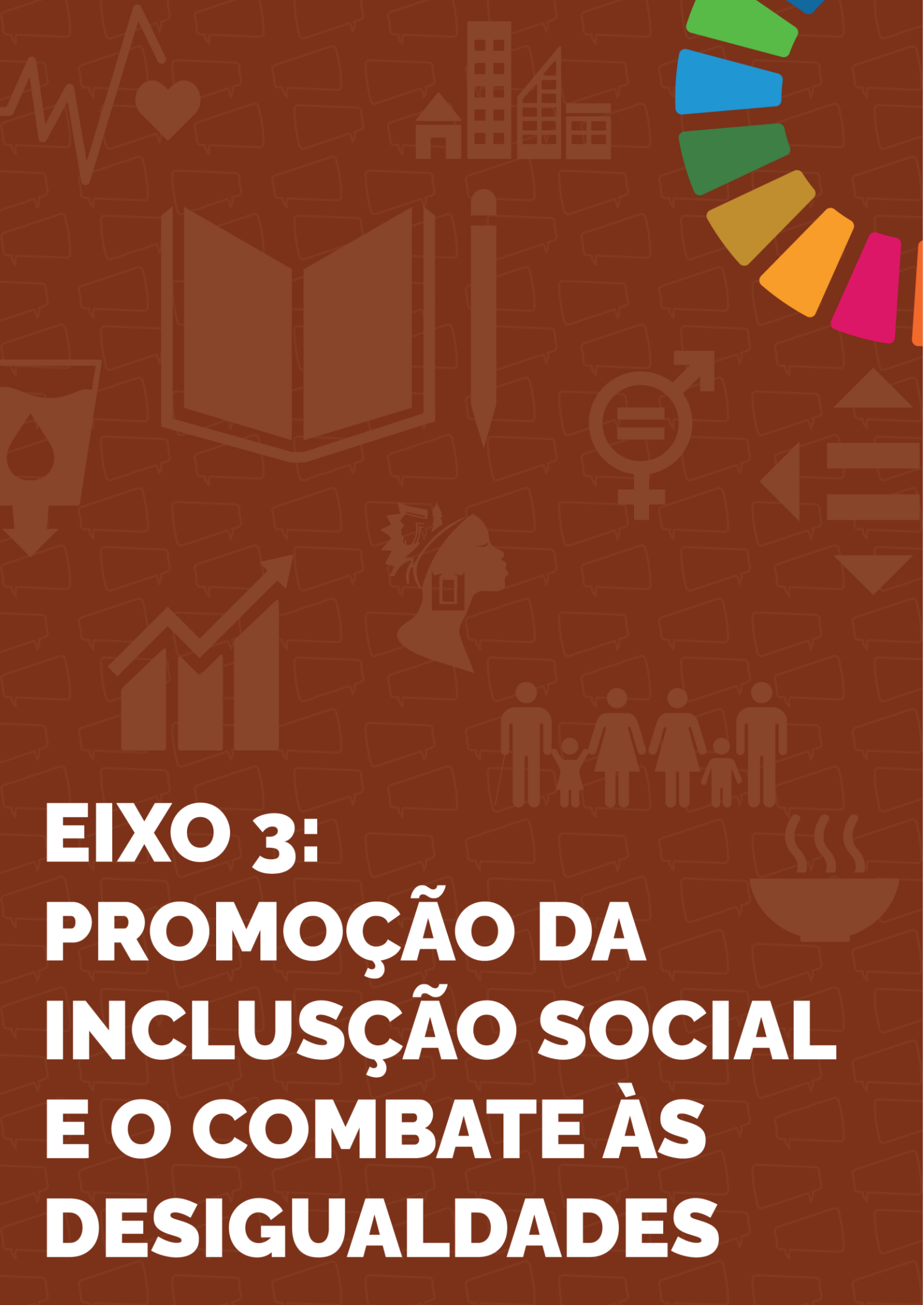
Monitoramento comunitário dos rios e áreas de pesca, com apoio de universidades e órgãos ambientais.

L274-E2-01

Proposta 95

Tornar obrigatória a implementação integrada de políticas de desenvolvimento territorial sustentável, abrangendo gestão de resíduos sólidos com coleta seletiva universal e inclusão socioprodutiva dos catadores, planejamento urbano com atualização dos Planos Diretores e controle do uso do solo, segurança hídrica com drenagem sustentável e recuperação de recursos hídricos, e proteção ambiental com reflorestamento e execução dos Planos de Manejo. Vincular o ICMS Ambiental exclusivamente ao financiamento de ações ambientais, vedada sua utilização para outras finalidades, com transparência e controle social. Estabelecer índices obrigatórios de desempenho, monitoramento e fiscalização contínuos, com previsão de perda de repasses em caso de descumprimento.

L277-E2-01

The background is a solid dark brown color. It is decorated with various white and light brown icons representing social themes: a line graph with a heart, a city skyline, an open book with a pencil, a female symbol with an equals sign, a bar chart, a classical bust, a family silhouette, and a bowl of soup. A vibrant rainbow-colored arc is positioned in the upper right corner. The main title is written in large, bold, white capital letters.

EIXO 3: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

EIXO 3: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

GT 07 - Inclusão Social e Diversidade

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Ampliar e assegurar o financiamento de políticas e iniciativas intersetoriais de inclusão cultural, educacional, esportiva e social, com equidade territorial, acessibilidade, mobilidade, segurança alimentar, saúde mental, empregabilidade e valorização de saberes, garantindo fluxos administrativos prioritários para projetos voltados a pessoas com deficiência, implementação urgente das políticas públicas de gênero, raça e direitos humanos, pactuação entre estados e municípios, envolvimento dos três poderes e participação de grupos priorizados em conselhos e programas de formação, de modo a promover a efetividade de direitos constitucionais, a inclusão das diversidades humanas, a justiça social e o enfrentamento das desigualdades, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

EAC-E3-01; L031-E3-01; L041-E3-01; L138-E3-01.

Proposta 02

Garantir direitos, igualdade e bem viver às comunidades e grupos sociais mais vulneráveis, por meio da implementação de políticas públicas de acolhimento, proteção social, proteção ambiental e enfrentamento ao racismo, assegurando acesso, permanência, demarcação de terras, titulação de moradias e autodeterminação de povos originários, comunidades tradicionais e periféricas e populações atingidas por empreendimentos, de modo a reforçar a presença do Estado na efetivação dos direitos sociais, culturais e econômicos previstos na Constituição Federal de 1988 e fortalecer o compromisso democrático com a igualdade e a qualidade da democracia.

L025-E1-01; L066-E3-01; L135-E3-01.

Proposta 03

Implantar programa de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, garantindo acesso igualitário aos serviços públicos, formação de profissionais, participação social, incentivo ao mercado de trabalho e promoção da acessibilidade em carros de aplicativo e espaços públicos e privados, por meio de parcerias, engajamento comunitário e ações de conscientização, de modo a reduzir desigualdades, fortalecer a inclusão social e melhorar a mobilidade urbana.

ESE-E3-01; L140-E3-01.

Proposta 04

Garantir a proteção das terras indígenas e dos modos de vida tradicionais, por meio da demarcação e homologação emergencial de todas as terras indígenas pendentes, da retirada imediata de invasores e do fortalecimento de operações contínuas de fiscalização contra invasões, exploração madeireira e garimpo ilegal, assegurando segurança alimentar, redução da mortalidade infantil e promoção da saúde.

L002-E6-01; L035-E5-01.

Proposta 05

Fortalecer a agricultura familiar e garantir o direito à terra e ao território de camponeses, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, assegurando processos formativos que promovam inclusão social, política e econômica.

ETO-E3-01.

Proposta 06

Estruturar políticas públicas intersetoriais, interseccionais, continuadas e participativas, por meio de pacto federativo, com ações diagnósticas e direcionadas à redução das disparidades nos territórios e entre territórios, assegurando serviços básicos para todos, especialmente em áreas vulneráveis, de modo a promover inclusão, justiça social, equidade e enfrentamento das desigualdades.

L102-E3-01.



Proposta 07

Garantir a inclusão efetiva das pessoas em situação e trajetória de rua como grupo prioritário nas políticas públicas e nos planos de contingência de emergências climáticas, ampliando o acesso à moradia digna, saúde integral, assistência social, educação e geração de renda, com atenção aos recortes de gênero, raça e extrema vulnerabilidade, de modo a eliminar a extrema pobreza até 2030.

L118-E3-01.

Proposta 08

Implementar soluções descentralizadas de acesso à água, energia limpa e comunicação em comunidades isoladas.

L108-E6-01.

Proposta 09

Estabelecer plano nacional para mulheres racializadas migrantes, refugiadas e apátridas, incluindo mulheres trans e travestis, com enfoque interseccional, orçamento garantido, proteção e atendimento especializado às vítimas de violência de gênero, assegurando a essas populações e suas famílias acesso à moradia, educação, trabalho, geração de renda, saúde, assistência social e ações voltadas à erradicação do trabalho análogo à escravidão.

L077-E3-01.

Proposta 10

Estabelecer parcerias entre poder público, instituições de ensino e sociedade civil para implementar programas de promoção do envelhecimento saudável, com foco na prevenção, reabilitação e inclusão social.

L074-E6-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 11

Garantir e fortalecer o jovem, mulher e idoso com centro de referência para a juventude rural, periurbana e urbana, através das escolas famílias agrícolas e acelerar a regularização fundiária dos territórios quilombolas e indígenas,

construindo um protocolo climática como estratégia concreta de enfrentamento e adaptação.

EPI-E3-01

Proposta 12

Implementar no plano de educação permanente do SUAS temáticas que englobem igualdade étnico-racial, questões de gênero, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas idosas, grupos populacionais específicos de acordo com os ODS 05,10,16,18 na agenda 2030 da ONU garantindo investimentos financeiros.

L015-E3-01

Proposta 13

Garantir informações e formações contínuas para grupos priorizados (população indígena, negra e quilombola, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIA+, população em situação de rua, crianças e adolescentes, idosos, pessoas de baixa renda, imigrantes, jovens e adultos sem escolaridade ou qualificação, povos das águas, povos do campo e povos da floresta), focando em políticas públicas específicas e direitos conquistados, com base em: interseccionalidade: reconhecimento de múltiplas vulnerabilidades; transversalidade: inclusão em todas as áreas do governo; ações afirmativas: cotas e programas para igualdade; equidade: suporte maior para quem tem menos; abordagem territorial: priorizando áreas com maior vulnerabilidade.

L034-E3-01

Proposta 14

Incluir, nos critérios de concessão e renovação de empresas de radiodifusão, a obrigatoriedade de divulgar dados oficiais sobre desigualdades sociais, com recorte de raça, gênero e renda, para ampliar a conscientização pública e fortalecer o enfrentamento das desigualdades no Brasil.

L044-E3-01

Proposta 15

Reconhecimento institucional da contribuição histórica da população negra, incluindo a atualização de símbolos oficiais como medida de reparação histórica.

L045-E1-01

Proposta 16

Criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

L045-E2-01

Proposta 17

Implementação de políticas educacionais voltadas à valorização da história e cultura afro-brasileira.

L045-E3-01

Proposta 18

Implementar uma comissão local itinerante (municipal, estadual e federal) para sensibilizar, informar, mobilizar e formar a população em situação de vulnerabilidade (LGBTQI+, mulheres, mulheres negras, indígenas, pessoas com transtornos mentais, neuro divergentes e/ou deficientes) conectando serviços e oportunidades às necessidades existentes e mapear novas demandas.

L055-E3-01

Proposta 19

Fomentar o desenvolvimento territorial no Brasil através da formação de Núcleos Comunitários de Proposição e Controle Social de Políticas Públicas de Combate à Pobreza com suporte dos campi dos Institutos Federais no Brasil (há 1 campus para 8 municípios no Brasil) – Os Núcleos serão canal de interlocução dos territórios/municípios com o governo federal para atendimento do mínimo existencial e garantia de direitos sociais – capacitação, agenda de desenvolvimento territorial, acesso às políticas públicas, proposições de políticas, mitigação de danos sociais, cidadania deliberativa e controle social.

L060-E3-01

Proposta 20

Ampliar o acesso da população idosa vulnerável aos serviços de saúde e assistência social por meio de busca ativa, integração entre serviços e priorização no atendimento de condições crônicas.

L074-E3-01

Proposta 21

Promoção da inclusão e do respeito às minorias desde a infância, com foco na melhoria da convivência social e na conscientização coletiva.

L097-E3-01

Proposta 22

Destinar recursos da Operação Urbana Água Espaiada à urbanização de favelas, moradia digna e saneamento, com preservação ambiental e implantação do monotrilho Jabaquara–Morumbi como mobilidade sustentável.

L099-E2-01

Proposta 23

Implantar cooperativas de catadores e rede de proteção à população em situação de rua, com foco na mulher negra. Garantir acesso à saúde, moradia e trabalho, com atuação de Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), Equipe Saúde da Família (ESF) e inclusão de egressos do sistema prisional.

L099-E3-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 24

Incentivar políticas públicas estaduais voltadas às pessoas trans, travestis e pessoas com deficiência residentes em territórios periféricos e áreas de riscos socioambientais e econômica. Considerar políticas emergenciais durante eventos climáticos extremos, criação de protocolo de acolhimento humanizado em abrigos temporários, acesso prioritário a auxílios, aluguel social e segurança alimentar e articulação entre assistência social, saúde, direitos humanos e defesa civil.

EPE-E3-01

Proposta 25

Implementar mutirões socioeducativos comunitários entre três setores da sociedade para transformar espaços ociosos em ambientes sustentáveis, culturais, acessíveis e inclusivos. A proposta fortalece saneamento básico,

educação ambiental, economia solidária, autogestão e cooperação comunitária, garantindo participação ativa de pessoas em vulnerabilidade social, mulheres pretas, povos originários, população LGBTQIA+, crianças, adolescentes, famílias, educadores e comunidade, promovendo inclusão e justiça socioambiental.

ESP-E3-01

Proposta 26

Implementação da Escala de autismo PCD 9 (já aprovada e validada pela federação e que avalia o autista não em 3, mas em 9 níveis de funcionalidade) trazendo maior assertividade em laudos para que não sejam invalidados os autistas com níveis menores de necessidade de adaptação e traga uma compreensão mais clara sobre os prejuízos da pessoa autista, inclusive na vida adulta e dentro de diagnósticos tardios.

L144-E3-01

Proposta 27

Criar e garantir ação de extensão que permitam acesso de povos e comunidades tradicionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de forma prática

L150-E3-01

Proposta 28

Fortalecer o Plano Nacional de Redução das Desigualdades. Considerando especificidades territoriais e promovendo inclusão social, para garantir acesso equitativo para os serviços públicos. Incentivar a participação ativa de conselhos e entidades representativas, assegurando governança colaborativa, transparência e efetividade na implementação de políticas públicas no Governo Federal, estados e municípios.

L151-E3-01

Proposta 29

Capacitar atendentes veteranos em protocolo de nome social e terminologias, tornando-os multiplicadores via mentoria. A meta é garantir dignidade no fluxo (da triagem à consulta) e bonificar o servidor por desempenho inclusivo. Assim a experiência do antigo vira ferramenta de acolhimento, transformando o respeito em padrão técnico e ético em toda a rede.

L154-E3-01

Proposta 30

Fortalecer a rede de acolhimento, inclusão, proteção social e atendimento integral a grupos em situação de vulnerabilidade no município de Fortaleza. A iniciativa propõe a articulação entre políticas públicas municipais, equipamentos sociais, organizações da sociedade civil e lideranças territoriais para ampliar o alcance das ações de cuidado, garantir o acesso a direitos fundamentais e promover a dignidade e o bem-estar das populações mais expostas a situações de risco e exclusão social, em alinhamento ao princípio de não deixar ninguém para trás.

L155-E3-01

Proposta 31

Para enfrentar a pobreza extrema e as desigualdades regionais, propõe-se a política nacional complementar "Territórios que Transformam Vidas", com fortalecimento da instituição Amigos do Bem. Voltada a populações vulneráveis, integra educação, geração de renda, acesso à água, saúde e moradia. Resultados: redução da pobreza e promoção da dignidade humana. Indicador: evolução do IDH local e melhoria das condições de vida.

L156-E1-01

Proposta 32

Construir e executar um projeto educativo permanente e intersetorial – envolvendo as pastas da Educação, Assistência Social, Saúde e Secretaria da mulher, – para ser desenvolvido junto às instituições escolares das escolas da rede pública de ensino, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no Núcleo de Cidadania de Adolescentes (NUCA), com vistas a desenvolver ações contínuas de prevenção e combate aos diversos tipos de preconceito e discriminação: pessoas com algum tipo de deficiência, preconceitos de gênero, étnico-racial, capacitismo, e diversos tipos de violência.

L159-E2-01

Proposta 33

Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades: Assegurar a proteção e promoção da inclusão dos povos e pessoas em situação de vulnerabilidade racial, garantindo segurança alimentar e justiça climática com ênfase à riqueza do patrimônio natural e cultural, além da ampliação da atuação

institucional no combate ao ecocídio sociocultural nas cidades do entorno dos territórios.

L170-E3-01

Proposta 34

Fortalecimento de programas sociais, ampliar oportunidades para populações vulneráveis e apoiar catadores de recicláveis por meio de ações educativas e inclusivas. Tendo como objetivos: Promover equidade social, participação popular e acesso às políticas públicas educacionais e sociais; por meio de estratégias: Produzir cartilhas educativas, incentivar o letramento racial, a educação crítica, a economia circular e ações voltadas à inclusão e fortalecimento comunitário.

L175-E3-01

Proposta 35

Desenvolver, em até 4 anos, programas intrarregionais integrados de urbanização e proteção social, priorizando territórios com maior vulnerabilidade socioespacial. As ações devem qualificar infraestrutura urbana e espaços públicos, com foco em grupos minoritários. Devem integrar habitação, assistência, saúde e educação, visando reduzir desigualdades estruturais agravadas por riscos ambientais.

L179-E3-01

Proposta 36

Garantir articulação e financiamento binacional entre Brasil e países vizinhos para estruturar, em localidades fronteiriças vinculadas, Centros Fronteiriços de Inclusão Social e Atendimento Intersetorial, com ações vinculadas à assistência social, saúde, educação, documentação, qualificação profissional e inserção produtiva da população em situação de vulnerabilidade efetivando acesso aos direitos sociais através da Gestão Binacional e Intersetorial da Atenção das Políticas Públicas.

L180-E3-01

Proposta 37

Promover políticas públicas com investimentos em educação e saúde, voltadas às comunidades quilombolas, por meio da criação de escolas de ensino fundamental II e médio, formação de professores quilombolas, Programa Saúde

da Família (PSF), Unidades Básicas de Saúde (UBSs), telemedicina e acesso à tecnologia.

L183-E4-01

Proposta 38

Implementar núcleos de justiça itinerante e multiportas especializados na retificação gratuita de nome e gênero para pessoas trans. A iniciativa deve articular assistência jurídica e acolhimento psicossocial para desburocratizar o acesso ao registro civil, garantindo o direito fundamental à identidade, o combate à marginalização e a plena inclusão social dessa população nas políticas públicas nacionais.

L185-E3-01

Proposta 39

Fortalecer a proteção social e o acesso à Justiça em Gravataí por meio de capacitações intersetoriais permanentes da rede, campanhas multilíngues de utilidade pública contra fraudes e abusos, descentralização com mutirões itinerantes de mediação comunitária e a criação por lei do Comitê Municipal de Atenção a Migrantes, Refugiados e Apátridas (COMIRAT).

L193-E1-01

Proposta 40

Promover o desenvolvimento social das comunidades por meio da regularização territorial, moradia digna, saneamento básico, acesso à saúde, segurança pública e proteção às mulheres. Fortalecer a educação quilombola e infantil, incentivar cultura, esporte e qualificação profissional, além de ampliar o transporte público e melhorar a mobilidade de trabalhadoras em áreas distantes.

L200-E3-01

Proposta 41

Desenvolvimento de políticas públicas de acessibilidade para povos indígenas, incluindo formação, infraestrutura e divulgação para serviços de educação e social. Fortalecimento da Terapia Integrativa (SUS e CAPS indígena) e do apoio da Funai às retomadas. Ampliação das cotas raciais. Retirada de serviços de risco ambiental ou sanitário (como as zoonoses) de áreas de ocupação residencial.

L201-E3-01

Proposta 42

Financiamento estatal a projetos territorializados nas favelas, integrando sustentabilidade à economia solidária e geração de renda, com governança democrática, promovendo a vida comunitária por meio de educação ambiental, inclusão digital, esporte, cultura e bibliotecas comunitárias. O socorro às pessoas em situação de rua e de abuso de álcool e outras drogas, a garantia da acessibilidade, e outras ações que combatam exclusões e fortaleçam a diversidade, com participação deverão ser garantidos.

L207-E3-01

Proposta 43

Criar um Programa Intersetorial de Enfrentamento à Discriminação e Ampliação do Acesso a Direitos, com ações integradas em saúde, educação, trabalho, renda, assistência e serviços públicos. A proposta prevê diagnósticos de barreiras, capacitação de servidores e agentes sociais, acessibilidade, inclusão produtiva e participação social, garantindo direitos às populações vulnerabilizadas.

L209-E3-01

Proposta 44

Criar o Programa Nacional de Letramento Institucional, tornando obrigatória a formação contínua em equidade de gênero e relações étnico-raciais para servidores e agentes políticos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, visando combater vieses estruturais, humanizar o atendimento ao cidadão e fortalecer políticas públicas e decisões mais justas, inclusivas e alinhadas aos direitos humanos.

L222-E3-01

Proposta 45

Fortalecer a inclusão social, a equidade e a participação popular por meio da ampliação do acesso à saúde, educação e políticas públicas para grupos vulnerabilizados, criação de estruturas de igualdade racial, bem como assegurar o funcionamento da secretaria da mulher e promoção de espaços democráticos, acessíveis e inclusivos, resguardando a valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais, combate à discriminação e justiça social.

L223-E3-01

Proposta 46

Instituir programa nacional de certificação para empresas, organizações da sociedade civil e associações que implementem práticas comprovadas de enfrentamento à violência, promoção da educação e humanização, consolidando a Cultura de Paz como um pilar de responsabilidade social e governança participativa.

L224-E6-01

Proposta 47

Implementar um Programa de Inclusão Social e Combate às Desigualdades, com ampliação do transporte público, mobilidade urbana e inclusão tecnológica para garantir acesso da população aos serviços essenciais, educação e oportunidades. A proposta prevê fortalecimento da agricultura familiar, com financiamento de cultivo protegido, incentivo à produção local e combate à fome por meio da adequação da alimentação escolar aos alimentos produzidos e colhidos no território. Também inclui apoio técnico aos produtores e orçamento obrigatório para implementação, fiscalização e continuidade das ações.

L225-E3-01

Proposta 48

Instituir o Programa de Protagonismo Juvenil nos Territórios, com a criação de núcleos juvenis em bairros periféricos da Amazônia urbana, garantindo autonomia para o desenvolvimento de projetos sociais, culturais e ambientais, com financiamento por meio de editais públicos e mecanismos de incentivo à participação social.

L240-E3-01

Proposta 49

Criar e fortalecer políticas públicas permanentes para as juventudes, por meio da implantação de espaços de convivência com identidade juvenil, destinados ao fomento da cultura, da formação continuada e do estímulo à participação ativa dos jovens do campo e da cidade.

L241-E3-01

Proposta 50

Garantir a instituição de uma agenda de pesquisa participativa, interseccional e territorializada, com financiamento específico voltado à equidade de gênero,

raça, perspectiva geracional, cultural e valorização dos saberes e experiências dos territórios.

L242-E6-01

Proposta 51

Fortalecimento, ampliação e divulgação das políticas públicas voltadas para mulheres, população negra e pessoas com deficiência, garantindo maior acesso e alcance.

L246-E3-01

Proposta 52

Transformar os espaços públicos em ambientes acessíveis e inclusivos, garantindo a implantação de tecnologias assistivas e de comunicação em sua infraestrutura, promovendo autonomia às pessoas com deficiência e ampliando o acesso à informação e aos serviços públicos para grupos em situação de vulnerabilidade social.

L247-E3-01

Proposta 53

Plano de atendimento humanizado às pessoas em situação de rua construído a partir dos ODS.

L249-E3-01

Proposta 54

Criar do Comitê Municipal de Inclusão Social e Combate às Desigualdades, com participação do poder público, sociedade civil e representantes dos grupos priorizados para acompanhar, propor e avaliar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e a garantia de direitos no município.

L259-E3-01

Proposta 55

Ampliação da divulgação dos programas sociais e serviços públicos existentes.

L260-E3-01

Proposta 56

Promover políticas públicas voltadas à inclusão social, garantindo igualdade de oportunidades, acesso à educação, saúde, emprego e assistência social. Incentivar ações de combate à pobreza, à discriminação e às desigualdades sociais, fortalecendo a cidadania, a diversidade e a participação de grupos em situação de vulnerabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

L264-E3-01

Proposta 57

Fortalecer e efetivar políticas públicas intersetoriais de enfrentamento às discriminações e ampliação do acesso a direitos, com garantia de recursos, atuação integrada do poder público nos territórios, escuta ativa junto às comunidades, inclusive em espaços não institucionalizados e ações de acolhimento, acessibilidade, inclusão produtiva, participação social e formação continuada voltadas às populações vulnerabilizados e organizações da sociedade civil.

L265-E3-01

Proposta 58

Programa de Territórios Saudáveis, Alimentares e Antirracistas: Instituir política pública territorial integrada voltada à superação da pobreza, da insegurança alimentar e das desigualdades raciais, a partir da priorização de territórios vulnerabilizados – urbanos, rurais e tradicionais.

L272-E3-01



GT 08 - Educação, Trabalho e Gênero

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Fortalecer a rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, com ampliação dos serviços de acolhimento, integração entre instituições de segurança e Judiciário, agilização de medidas protetivas, garantia de Delegacias da Mulher e Ronda Maria da Penha 24 horas, criação de Secretarias Municipais da Mulher, grupos reflexivos para agressores, implementação da Lei nº 14.164/2021 (que torna obrigatória a inclusão de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica), ampliação do art. 22 da Lei Maria da Penha (que determina, em casos de violência doméstica, medidas protetivas de urgência para proteger a integridade física, psicológica e o patrimônio da mulher), aprovação do projeto de lei sobre misoginia, regulamentação das redes sociais, uso de instrumentos de monitoramento e prevenção em pontos estratégicos, portal de acompanhamento da violência contra a mulher e condicionamento de repasses à efetividade no monitoramento dos casos, de modo a coibir abusos e assegurar a integridade das mulheres.

L022-E5-01; L047-E1-01; L048-E3-01.

Proposta 02

Criar e fortalecer centros municipais de apoio às mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade, especialmente mães solo, por meio de políticas públicas integradas entre assistência social, educação e trabalho, garantindo atendimento, autonomia econômica, acesso à educação, formação profissional, geração de renda e inclusão produtiva.

L023-E3-01; L059-E3-01.

Proposta 03

Criar política integrada de autonomia financeira e inclusão produtiva das mulheres, com plataforma digital de acesso a mercado e renda, programas de empreendedorismo feminino adaptados às condições sociais e familiares, formação em tecnologia, setores estratégicos e empreendedorismo, apoio técnico, incentivo financeiro, bolsa-formação e acompanhamento contínuo, priorizando mães atípicas e mulheres vítimas de violência. Além disso, estabelecer cota de 5% para mulheres na construção civil vinculada ao

Programa Minha Casa, Minha Vida, de modo a fortalecer redes de apoio e lideranças femininas, promovendo participação, inclusão social e autonomia.

L011-E3-01; L113-E2-01.

Proposta 04

Promover a inserção produtiva de adolescentes vulneráveis, incluindo povos originários e quilombolas, por meio da ampliação do acesso a programas de aprendizagem profissional no setor privado e na administração pública, bem como programas municipais de ingresso da juventude no mercado de trabalho, com incentivo à adesão de empresas locais e mecanismos de priorização de cotas para aprendizes adolescentes, garantindo participação e protagonismo juvenil, em articulação com o Programa Jovem Aprendiz.

L007-E3-01; L124-E6-01.

Proposta 05

Criar uma Política Nacional de Autonomia Econômica e Inclusão Produtiva, integrando transferência de renda, formação profissional, acesso ao trabalho e ao crédito, apoio a pequenos negócios, geração de empregos verdes e desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, com foco em mulheres e populações vulneráveis, de modo a promover a saída sustentável da pobreza, fortalecer economias locais, reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e garantir renda, dignidade e desenvolvimento sustentável.

L013-E3-01; L129-E4-01.

Proposta 06

Articular a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, implementando um sistema integrado de denúncia e resposta ao trabalho e à exploração infantil, com atuação intersetorial do Ministério Público, Conselhos Tutelares, segurança pública, empresas e organizações não governamentais, assegurando identificação, atendimento, retirada imediata de crianças e adolescentes dessa situação, acolhimento, encaminhamento familiar a serviços especializados e financiamento colaborativo.

L007-E3-01; L021-E6-01.

Proposta 07

Instituir parcerias com instituições de ensino superior e técnico para ampliar o acesso gratuito de jovens de baixa renda e pessoas idosas à formação, com

foco em habilidades e inclusão digital, assegurando material escolar para estudantes do Programa Universidade para Todos, prêmio de destaque na formação do ensino médio com garantia de emprego, obrigatoriedade de grêmios estudantis livres e inserção da arte na grade curricular.

L132-E1-01.

Proposta 08

Garantir inclusão educacional às populações ribeirinhas, por meio de políticas públicas que viabilizem transporte fluvial acessível, programas de ensino adaptados às condições insulares, tecnologias assistivas, inclusão digital, compreensão dos direitos fundamentais, igualdade de oportunidades e participação comunitária, com a finalidade de reduzir desigualdades regionais.

L112-E3-01.

Proposta 09

Criar programa de orientação sobre sexualidade e gênero nas escolas, com palestras, rodas de conversa, projetos educativos, campanhas e participação das famílias e da comunidade escolar, promovendo respeito, compreensão, combate à discriminação, redução do preconceito e fortalecimento da inclusão social de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.

L047-E3-01.

Proposta 10

Promover a universalização do acesso ao ensino superior como política permanente, com incentivo aos grupos prioritários, de modo a facilitar o ingresso desses grupos no mercado de trabalho.

L070-E3-01.

Proposta 11

Criar política nacional de interiorização, inclusão e permanência estudantil nas instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais, com fundo de financiamento próprio, visando reduzir desigualdades regionais, socioeconômicas, de gênero, etárias, de deficiência e étnico-raciais, com enfoque interseccional em sua implementação e alinhamento à Agenda 2030.

L067-E3-01.

Proposta 12

Fortalecer a extensão universitária como política de educação em direitos humanos e inclusão social, consolidando o papel da universidade como agente de transformação social e promotora do desenvolvimento sustentável nos territórios.

L042-E3-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 13

Profissionalização de Líderes Mulheres do Terceiro Setor: fomentar um programa de profissionalização de médio a longo prazo para mulheres líderes de organizações do terceiro setor, com acesso à formação e direitos em linguagem acessível, garantia de suporte financeiro e adequação aos diferentes níveis de escolaridade.

L006-E3-01

Proposta 14

Política Nacional de Regulamentação para Mulheres Marisqueiras e Pescadoras: que inclua garantias de saúde, acesso ao seguro defeso, garantia de acesso aos EPIs, valorização da cultura alimentar, fortalecimento do beneficiamento e comercialização, que traga mais visibilidade à categoria, e seja replicada nos Estados e municípios.

L008-E3-01

Proposta 15

Promover inclusão produtiva e geração de renda por meio de escutas comunitárias para identificar saberes e vocações locais. O projeto oferece formação e economia criativa, solidária e gestão coletiva, apoia a criação de cooperativas e coletivas, realiza oficinas de educação financeira e marketing digital e fortalece redes colaborativas ampliando a autonomia econômica das famílias.

L012-E3-01



Proposta 16

Garantir às mulheres presas gestantes ou mães, prisão domiciliar, medidas alternativas, vedando-se a exigência de prova de sua imprescindibilidade aos filhos, articulando atendimento psicossocial às famílias, promovendo emprego e renda, estudo qualificado, apoio institucional, ações de mudança, produção de relatórios acerca da aplicação de garantias legais às mulheres mães no sistema carcerário, visando inclusão social e efetivação de direitos.

L016-E3-01

Proposta 17

Implantar programa nacional de formação em direitos humanos para crianças, adolescentes, jovens e adultos, com cursos e atividades sobre cidadania, equidade e justiça social. Integrado a isso, criar fundo para concessão de bolsas a mulheres em vulnerabilidade, garantindo permanência no ensino educacional/formação e apoio psicossocial, promovendo autonomia, inclusão e emancipação social.

L017-E3-01

Proposta 18

Fortalecer políticas públicas voltadas ao acesso ao trabalho digno, por meio de estratégias territoriais que ampliem oportunidades, promovam inclusão produtiva e contribuam para a redução das desigualdades sociais.

L020-E2-01

Proposta 19

Garantir o reconhecimento e a promoção dos direitos relacionados à saúde menstrual, incluindo a possibilidade de abono de faltas em casos de ciclos menstruais intensos ou dolorosos, assegurando dignidade, equidade e condições adequadas no ambiente de trabalho.

L020-E3-01

Proposta 20

Fortalecer a implementação da Lei de Igualdade Salarial por meio de fiscalização articulada entre os três poderes, em parceria com empresas, ONGs e instituições de ensino, com incentivos fiscais para cumprimento, aplicação de multas aos infratores revertidas em capacitação profissional e campanhas educativas voltadas à equidade de gênero e diversidade.

L021-E3-01

Proposta 21

Criar pacto de cooperação educacional entre redes públicas e privadas, com compartilhamento de estruturas, metodologias e formação docente, visando elevar a qualidade do ensino público. Garantir o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, com combate ao racismo, valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, respeito à diversidade religiosa e revisão de materiais didáticos, assegurando ambiente educacional inclusivo e equitativo.

L022-E3-01

Proposta 22

Para promover o acesso à educação superior, propõe-se a criação de política nacional de fomento de parcerias entre a universidade e as escolas, a ser implementada pela realização/oferta de cursos bases para o ENEM através dos alunos dos cursos de licenciatura, com o objetivo de qualificar e nivelar os alunos que acessarão o ensino superior.

L025-E3-01

Proposta 23

Desenvolvimento de políticas públicas de inclusão econômica da população negra.

L045-E5-01

Proposta 24

O programa visa criar ambientes inclusivos prevenindo o bullying e o bullying via habilidades socioemocionais. A proposta foca em empatia e comunicação não violenta através de oficinas mensais, formação docente e mediação especializada. Com "embaixadores do respeito" entre alunos, espera-se reduzir conflitos, integrar diversas origens e consolidar uma cultura de tolerância, transformando a escola em um espaço seguro de formação cidadã.

L053-E3-01

Proposta 25

Uma educação de forma transversal, coletiva, democrática, inclusiva e com equidade em Passa Quatro, em Minas Gerais e no Brasil como garantia de direito e de cidadania!

L063-E3-01



Proposta 26

Propõe-se implementar programa integrado de formação profissional e cidadã para meninas e mulheres, de caráter intergeracional, articulando educação, assistência social e inclusão produtiva. O programa formará multiplicadoras, com foco em equidade de gênero, acesso a direitos e autonomia econômica, em parceria com ONGs, escolas, secretaria de assistência social, setor produtivo e iniciativas ESG locais.

L064-E3-01

Proposta 27

Fortalecer os espaços existentes nas organizações sociais para atuarem como espaço de acolhimento, capacitações e geração de renda, dessa forma contribuindo para diminuir a desigualdade social.

L068-E3-01

Proposta 28

Instituir programa nacional de incentivo à inclusão produtiva rural, complementar aos subsídios existentes, voltado à formalização de beneficiários de programas assistenciais como produtores rurais, com oferta de linhas de crédito diferenciadas, assistência técnica e mecanismos de apoio à comercialização, visando à segurança financeira e à sustentabilidade do pequeno produtor.

L084-E2-01

Proposta 29

Instituir diretrizes nacionais para inserção profissional no mercado de trabalho, com foco na qualificação, intermediação de mão de obra e inclusão de públicos em situação de vulnerabilidade, prioritariamente público do Programa de Transferência de Renda.

L084-E3-01

Proposta 30

Incentivar as Universidades a implantarem projetos que garantam a escuta e participação ativa dos grupos priorizados definidos por meio dos Conselhos Municipais, bem como projetos que contribuam para a formação crítica da comunidade acadêmica, pesquisas participativas e ações de acolhimento e extensão dialogal com o território. Dessa forma, fortalece-se a inclusão social,

a equidade e o combate às desigualdades, assegurando que essas vozes orientem políticas públicas mais justas e efetivas.

L100-E3-01

Proposta 31

Instituir políticas públicas de proteção social e inclusão produtiva para trabalhadores de plataformas digitais, com acesso a direitos, renda mínima, proteção previdenciária e requalificação contínua. Priorizar mulheres, jovens, população negra, povos originários e tradicionais, população LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência, enfrentando barreiras estruturais e ampliando o acesso equitativo aos benefícios da economia digital.

L104-E3-01

Proposta 32

Promover a inserção de jovens e trabalhadores(as) em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho com empregos decentes, por meio da qualificação profissional, incentivo à contratação e criação do Selo de Diversidade e Equidade, com monitoramento das desigualdades salariais e fortalecimento de ações afirmativas, envolvendo governo, sindicatos e empresas, visando ampliar a inclusão, reduzir desigualdades e garantir igualdade de oportunidades.

L105-E3-01

Proposta 33

Implementar políticas integradas de qualificação profissional com escolas Técnicas atendendo mais de um município, apoio ao empreendedorismo local e acesso ao microcrédito, com prioridade para; pessoas em situação de pobreza, mulheres chefes de família, jovens e população negra e pessoas com deficiência.

L111-E3-01

Proposta 34

Propõe-se enfrentar desigualdades e violências na educação por meio de uma agenda nacional estratégica e integrada, baseada na interseccionalidade, territorialidade, integralidade dos direitos e universalização do acesso. Implementada de forma articulada por entes federados, conselhos, instituições, sociedade civil e organismos internacionais, com foco em grupos vulneráveis,

deve garantir acesso, permanência e conclusão com qualidade, podendo ser financiada pela tributação de grandes fortunas.

L122-E3-01

Proposta 35

Criar o Programa Nacional Mulheres da Floresta Viva: Trabalho, Renda e Sustentabilidade, voltado ao fortalecimento econômico das mulheres amazônidas, garantindo acesso à capacitação técnica, microcrédito, formalização, comercialização e assistência contínua para catadoras de resíduos, coletadoras de sementes, artesãs, agricultoras familiares, produtoras rurais, empreendedoras da bioeconomia, pescadoras, costureiras e lideranças comunitárias.

L123-E3-01

Proposta 36

Promover igualdade de oportunidades no trabalho, ampliar serviços de cuidado e fortalecer a participação feminina em espaços de decisão.

L130-E3-01

Proposta 37

Instituir a "Casa Resgate 24hs" para atendimento de emergência em casos de violência, com equipe multidisciplinar, app de acionamento e articulação com a rede de segurança e saúde.

L132-E3-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 38

Combater o racismo, as desigualdades e outras múltiplas formas de discriminação e preconceito, por meio da formação política e cidadã no currículo da educação básica e superior, com participação da sociedade civil e outros atores em campanhas educativas para o público geral sobre os ODS 3, 4, 5 e 18, garantindo equipes móveis de escuta; apoio logístico; ferramentas

híbridas acessíveis; mediadores locais capacitados; e financiamento para o desenvolvimento das formações e campanhas.

EDF-E3-01

Proposta 39

Promover a criação de polos de prática, qualificação profissional e inclusão social, voltados ao desenvolvimento regional sustentável e às áreas costeiras, fortalecendo comunidades vulnerabilizadas, valorizando saberes locais e ampliando oportunidades de formação e geração de renda, com consonância com a Agenda 2030 da ONU, garantindo espaço e reconhecimento às vozes dos grupos priorizados pelas políticas públicas.

EES-E3-01

Proposta 40

Promover a criação de polos de prática, qualificação profissional e inclusão social voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e às áreas costeiras, fortalecendo comunidades vulnerabilizadas, valorizando saberes locais e ampliando oportunidades de formação e geração de renda, em consonância com a Agenda 2030 da ONU, garantindo espaço e reconhecimento às vozes dos grupos priorizados pelas políticas públicas.

EES-E5-01

Proposta 41

Instituir Política Nacional de Inclusão Socioproductiva no campo e na cidade para reduzir desigualdades por meio do trabalho e geração de renda, com foco na cooperação e universalização do acesso a oportunidades e políticas públicas. Priorizar iniciativas da sociedade civil organizada em territórios, comunidades e periferias. Garantir seguridade social a trabalhadores formais e informais, incluindo população em situação de rua, negra, quilombola, povos originários e de terreiro, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas trans, comunidade LGBTQIAPN+ e agricultura familiar.

EPB-E3-01

Proposta 42

Implementar itinerário formativo na educação básica da rede pública, com abordagem motivacional e criativa, voltado à alimentação sustentável e ao combate do desperdício de alimentos, utilizando indicadores de desperdício

alimentar como referência para ações de educação e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

EPB-E4-01

Proposta 43

Instituir política intersetorial integrando educação, meio ambiente, saúde e habitação para adaptar escolas em periferias, quilombolas e ribeirinhos. O programa financiará jovens multiplicadores em saberes climáticos, racismo ambiental e tecnologia. Garante-se a liderança de mulheres, meninas e a população LGBTQIA+ (pessoas trans e travestis) promovendo equidade universal de gênero e raça na permanência escolar e comunitária.

EPE-E5-01

Proposta 44

Regulamentação Federal da home schooling (através de tecnologias ativas, responsáveis e efetivas atreladas à educação a distância), para alunos autistas e demais alunos com alta sensibilidade sensorial, que não conseguem suporte via profissional de apoio nem adaptação efetiva dos espaços dentro da unidade escolar pública e/ou privada. Diminuindo assim a evasão escolar e aumentando o acesso à educação de qualidade, e adaptações através de profissionais de atendimento escolar especializado, assim como melhor qualidade de vida para famílias atípicas.

L144-E4-01

Proposta 45

Que o poder público municipal, estadual e federal em todas as suas esferas cumpra cotas junto ao programa jovem aprendiz ou jovem trabalhador obrigatoriamente.

L147-E3-01

Proposta 46

Garantir a equiparação salarial conforme o piso e teto das categorias profissionais em âmbito nacional, assegurando igualdade de remuneração entre gêneros, raça e cor para funções equivalentes, com fiscalização efetiva pelos órgãos competentes e cumprimento dos direitos constitucionais trabalhistas.

L162-E3-01

Proposta 47

Assegurar a política permanente de valorização do salário-mínimo, buscando acelerar sua recomposição a patamares semelhantes ao seu valor real de quando foi criado, suficiente para garantir o que determina nossa Constituição Federal, capaz de atender às necessidades básicas suas e de sua família, como moradia, transporte, alimentação, educação e lazer, sendo que atualmente representa apenas 50% do valor originário de quando foi criado.

L163-E3-01

Proposta 48

Garantir, por meio de legislação trabalhista, a ampliação do número de dias de ausência remunerada de mães, pais e responsáveis legais para acompanhamento de filhos ou dependentes doentes, mediante apresentação de atestado médico, assegurando proteção social, cuidado familiar e redução das desigualdades relacionadas à responsabilidade do cuidado.

L167-E3-01

Proposta 49

Criar e fortalecer redes territoriais permanentes de enfrentamento à violência contra as mulheres, com financiamento público contínuo, articulação interinstitucional e participação ativa da sociedade civil, além da implementação de políticas públicas de educação e prevenção voltadas a meninos e homens, abordando ciclos e formas de violência de gênero, promovendo respeito, igualdade de direitos e cultura de paz e não violência.

L176-E3-01

Proposta 50

Fortalecer a diversificação econômica sustentável por meio da integração entre poder público, iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil, ampliando políticas de turismo, agricultura familiar e inclusão produtiva. Promover acesso à informação, direitos, serviços essenciais e qualificação nas regiões rurais e periféricas, com foco na redução das desigualdades e na inclusão de populações vulneráveis.

L178-E3-01

Proposta 51

Implantar nas escolas de fundamental I e II formato pedagógico que trabalhem as questões de inclusão, igualdade racial e de gênero, as necessidades ambientais como mudanças climáticas, racismo ambiental, justiça climática atuando de forma integrada e coordenada entre as disciplinas já estudadas pelos alunos/as. além das escolas termos espaços de formação para mulheres e juventude com os temas e mais empreendedorismo através da economia solidária.

L186-E3-01

Proposta 52

Ampliar nas empresas pequenas, medias e grandes com práticas contínuas comprovadas (relatórios, fotos e dentre outros indicadores) referente a promoção de equidade de gênero, combate ao assedio, valorização salarial em cumprimento a Lei 14.611/2023, incentivo ao protagonismo feminino e apoio à maternidade. Tendo em contrapartida/o selo concedido à empresa por reconhecimento público como ambiente seguro e inclusivo para mulheres.

L189-E3-01

Proposta 53

Realizar diagnóstico anual de 100% das escolas públicas para identificar estudantes com deficiência matriculados e fora da escola, acessibilidade, profissionais de apoio e atendimento educacional especializado, estabelecendo metas proporcionais de ampliação de matrículas por distrito e criando programa municipal de inclusão produtiva para inserção no mercado formal e empreendedorismo inclusivo.

L190-E3-01

Proposta 54

Trabalho, renda e empreendedorismo inclusivo, incentivo a pequenos negócios locais, microcrédito para mulheres e empreendedores de baixa renda, programas de primeiro emprego, inclusão produtiva, reserva mínima de vagas em concursos públicos, estágios e contratações de empresas parceiras da prefeitura para jovens e adultos de baixa renda, além de parcerias entre comércio local, qualificação profissional e acolhimento de estagiários pelas empresas e prefeitura.

L191-E3-01

Proposta 55

Convênio com universidades públicas para implantação de polos universitários públicos, principalmente para incentivo à pesquisa e extensão nos municípios.

L191-E5-01

Proposta 56

Promover a dignidade e a inclusão social mediante fiscalização de acessibilidade no comércio local com a instituição do 'Selo Gravataí Acessível', transformação do projeto 'OAB Amigo da Escola' em política pública de educação continuada em direitos, e programas de autonomia financeira com reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.

L193-E2-01

Proposta 57

Formação contínua, humanizada e garantida de forma institucional de profissionais da educação com foco em educação inclusiva de crianças com deficiência, neurodivergentes e abrangendo recortes de raça e etnia de forma a garantir a inclusão do educando enquanto agente transformador da sociedade e território em que está inserido.

L198-E3-01

Proposta 58

Criar um sistema nacional articulado entre união, estados e municípios para o acompanhamento público das políticas para mulheres. O sistema utilizará indicadores interseccionais (gênero, idade, etnia, raça, território e deficiência), garantindo transparência orçamentária e monitoramento digital acessível.

L202-E3-01

Proposta 59

Ampliar o número de Casas da Mulher Brasileira em todo o território nacional, com cobertura regional, garantindo Política Nacional de Equidade para Mulheres: creches públicas, qualificação profissional gratuita, acesso universal a exames de saúde feminina, combate rigoroso à violência doméstica e feminicídio, com prioridade de atendimento e recursos para mulheres negras,

pardas e periféricas, garantindo orçamento, monitoramento e participação social.

L204-E1-01

Proposta 60

Propõe-se uma pesquisa nacional para formular políticas de inclusão e permanência estudantil. A iniciativa investigaria como desigualdades sociais, raciais e territoriais impactam permanência e evasão, com métodos quantitativos, qualitativos e escuta ativa das comunidades. E identificaria necessidades de assistência estudantil, moradia, saúde mental, alimentação, inclusão digital, adaptação curricular, maternidade, acessibilidade e transição para o fim do vestibular em universidades públicas. Estudantes periféricos atuariam como pesquisadores com direitos CLT.

L206-E1-01

Proposta 61

Programas de crédito financeiro para mulheres vítimas de violência e grupos vulnerabilizados (negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência) com iniciativas de empreendimentos.

L210-E3-01

Proposta 62

Educação inclusiva e empreendedorismo: mobilizar a adoção de práticas de ensino emancipadoras e inclusivas, para eliminar barreiras de acesso e permanência, pela articulação entre o poder público, o terceiro setor e a iniciativa privada, promovendo o direito à educação ao longo da vida como instrumento de redução das desigualdades e de fortalecimento da cidadania plena por meio da educação profissional e o estímulo do empreendedorismo.

L215-E3-01

Proposta 63

Meu corpo é meu futuro: adoção do tema "violência sexual infantil" como eixo transversal de direitos humanos nas escolas, por meio de oficinas, rodas de conversa e materiais educativos. A proposta busca enfrentar a subnotificação e romper a cultura de silêncio, promovendo conscientização, proteção e acolhimento, além de fortalecer a prevenção e o enfrentamento dessa violação de direitos.

L218-E3-01

Proposta 64

Instituição de política nacional “Divas na Obra” para formação e inserção de mulheres em vulnerabilidade na construção civil, com meta mínima de 10% de participação feminina em obras públicas. Prevê qualificação certificada, apoio à permanência, intermediação de emprego e incentivo ao empreendedorismo, promovendo inclusão produtiva, renda e equidade de gênero.

L218-E5-01

Proposta 65

Instituir uma política nacional de inclusão produtiva criativa para mulheres, juventudes periféricas, população negra e comunidades tradicionais, articulando assistência social, formação empreendedora, cultura e inovação. A proposta prevê editais descentralizados, microfinanciamento, formação em tecnologias criativas e fortalecimento de negócios comunitários geradores de renda e autonomia econômica.

L219-E3-01

Proposta 66

Implementar uma estratégia intersetorial de inclusão produtiva, articulando assistência social, qualificação profissional, educação e acesso urbano, com foco nas pessoas incluídas no Cadastro Único, para ampliar trabalho decente e renda, reduzir dependência de transferência de renda e fortalecer a base econômica e social de Montes Claros.

L220-E3-01

Proposta 67

Incluir o ensino de LIBRAS na educação básica, promovendo inclusão, acessibilidade e integração entre alunos surdos e ouvintes.

L221-E3-01

Proposta 68

Instituir Renda Básica da Cuidadora Negra, transferência de renda de um salário mínimo para mulheres negras em trabalho de cuidado informal, com registro em plataforma municipal e formações políticas, e ampliar acesso a cursos

profissionalizantes gratuitos com tecnologia para inserção no mercado de trabalho.

L232-E3-01

Proposta 69

Estabelecer critérios de acompanhamento psicossocial para estudantes e mulheres da comunidade escolar que tenham sido vítimas de violência doméstica, visando uma sociedade justa e o combate às desigualdades.

L236-E3-01

Proposta 70

Implementação efetiva de educação formal, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, com transporte público para atender gratuitamente estudantes de baixa renda, em uma perspectiva de colaboração setorial de mobilidade urbana e suburbana.

L236-E5-01

Proposta 71

Inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos sobre direitos eleitoral e constitucional, História africana e povos originários, com formação docente voltada à despatriarcalização e equidade; além do mapeamento da implementação de protocolos para grupos vulnerabilizados, por meio de relatórios dos conselhos, garantindo a participação da sociedade civil, comitês públicos e fóruns.

L237-E3-01

Proposta 72

Garantir a criação de espaços permanentes de diálogo sobre gênero e saúde nas instituições de ensino e nos serviços de saúde, fortalecendo práticas de pedagogia feminista, educação inclusiva e enfrentamento das desigualdades de gênero nos diferentes territórios.

L242-E1-01

Proposta 73

Instituir um Programa de Educação pelo Trabalho para Educação Popular em Saúde, voltado ao fortalecimento das práticas de cuidado, participação social,

formação crítica e atuação territorial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

L242-E3-01

Proposta 74

Priorizar negócios de impacto liderados por mulheres, pessoas negras, juventudes, povos tradicionais, populações periféricas e comunidades vulnerabilizadas, com acesso a formação, crédito, compras públicas, assistência técnica, tecnologia social e mercados justos para redução das desigualdades.

L250-E3-01

Proposta 75

Apoiar projetos produtivos liderados por mulheres indígenas a fim de garantir acesso a políticas de proteção, formação e autonomia econômica.

L251-E3-01

Proposta 76

Implementação e ampliação de estrutura para escolas de ensino fundamental e educação infantil, creches e pré-escolas, com período integral, e de 6 a 10 anos para permanência em tempo integral nas escolas.

L253-E3-01

Proposta 77

Implementar a Política Municipal de Emancipação e Autonomia Econômica Feminina de Brejo Santo, por meio da articulação intersetorial entre o fomento ao empreendedorismo e a estruturação da economia do cuidado. Esta medida estabelece a criação de um Fundo Rotativo de Investimento voltado para microempreendedoras individuais (MEIs) e grupos de economia solidária, garantindo o acesso a linhas de crédito desburocratizadas e assistência jurídica e administrativa para a formalização de negócios periféricos. Como ação complementar de viabilidade e permanência das beneficiárias no mercado de trabalho, a política institui a criação de Centros de Referência Territoriais equipados com espaços de acolhimento infantil temporário para mulheres em ciclos de formação técnica, além de assegurar uma reserva de cota de, no mínimo, 20% em processos de compras públicas municipais para bens e serviços produzidos por empreendimentos liderados por mulheres residentes

no município, mitigando a disparidade de renda e promovendo a igualdade de oportunidades nos espaços de tomada de decisão.

L254-E3-01

Proposta 78

Propor equidade e infraestrutura adequadas na rede pública de ensino, expandindo as rotas e modais de transporte escolar até as instituições de ensino, aprimorando qualitativamente a alimentação e a merenda escolar fornecida, além de modernizar a infraestrutura física das escolas por meio da climatização de salas de aula, atualização de acervos bibliotecários e fornecimento de materiais pedagógicos de excelência para a execução das atividades escolares diárias.

L256-E3-01

Proposta 79

Criação e ocupação de cargos públicos para profissionais capacitados em educação especial.

L257-E3-01

Proposta 80

Criação do aplicativo federal "Meu Direito Jovem", unificando vagas de emprego, denúncias trabalhistas, bot de WhatsApp com inteligência artificial para fiscalização, mapa colaborativo de irregularidades e resumos de decisões públicas em linguagem simplificada. A iniciativa visa fortalecer o controle social e garantir transparência ativa na proteção de direitos da juventude trabalhadora.

L258-E1-01

Proposta 81

Implementação de programa de monitoria juvenil por meio de reforço escolar solidário, ministrado por estudantes de 14 a 18 anos a alunos da rede pública. O projeto visa mitigar a defasagem educacional histórica, qualificando beneficiários para o ingresso no ensino superior e em processos seletivos públicos, impulsionando a justiça social e a equidade.

L258-E3-01

Proposta 82

Criar e garantir programas locais e regionais de formação, mentoria e incentivo à liderança feminina, pessoas com deficiência, mulheres afro-indígenas, LGBTQIA+ formando-os desde a educação básica para futuras lideranças, por meio de práticas pedagógicas diversas, científicas e integradoras articulando com o poder público, privado e sociedade civil, com metas progressivas de participação em cargos de decisão.

L261-E3-01

Proposta 83

Criação de programa ou política estadual para implantação de núcleos comunitários de educação continuada e empregabilidade em territórios vulneráveis, com formação conectada ao mercado, mentoria, acesso a oportunidades, tecnologia sensível à realidade local e valorização de talentos da comunidade.

L268-E3-01

Proposta 84

Redução das desigualdades sociais: Fortalecimento de programas sociais em parceria com os ODS, ONGs, instituições bancárias e Governo Federal, promovendo oportunidades através de feiras livres, artesanato e incentivo à agricultura familiar nos quatro municípios participantes.

L271-E3-01

Proposta 85

Desenvolver programas de formação profissional, inclusão produtiva e empreendedorismo voltados para jovens, mulheres, agricultores familiares e comunidades tradicionais do Semiárido, ampliando oportunidades de trabalho, geração de renda e redução das desigualdades territoriais.

L275-E3-01

Proposta 86

Criação de equipes volantes de saúde bucal nos 100 municípios com maior concentração de população em situação de rua, integradas ao Consultório na Rua, com protocolo simplificado sem exigência de documentação e atendimento nos locais de convivência dessa população.

L276-E3-01

GT 09 - Políticas Públicas Sustentáveis nos Territórios

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Criar programas culturais de formação cidadã e inclusão social, com ações intersetoriais, educação ambiental, valorização de saberes comunitários, protagonismo juvenil e acesso universal, inclusivo e acessível à cultura, integrando escolas de arte e cultura à rede de ensino, formação livre e técnica para agentes culturais comunitários com bolsas de estudo, destinação de espaços públicos ociosos para fins culturais e instrumentos legais para uso de recursos de termos de ajustamento de conduta, promovendo diversidade, patrimônio, inovação, cultura de paz, comunicação acessível, turismo inclusivo, equidade e participação social.

L009-E3-01; L098-E3-01; L136-E3-01.

Proposta 02

Garantir orçamento adequado e suficiente para as políticas de cuidado, resposta ao HIV e AIDS, tuberculose e saúde LGBTQIA+, assegurando integralidade, descentralização e participação ativa e significativa da sociedade civil na definição de prioridades, diretrizes, programas e ações, bem como no planejamento, monitoramento e avaliação dessas políticas, como estratégia de enfrentamento às desigualdades.

L026-E3-01.

Proposta 03

Implementar rede de cuidados integrais, com criação de creches municipais, Unidades de Saúde da Família (USF) com pediatria fixa e Centros de Atenção à Pessoa Idosa, assegurando atendimento articulado às crianças, famílias e pessoas idosas.

L065-E3-01.

Proposta 04

Garantir o direito integral à saúde das comunidades tradicionais urbanas e rurais, contemplando atenção especializada por meio de atendimento multi e interprofissional e acesso a mecanismos de promoção e prevenção da saúde, como academias da saúde e outras estruturas de esporte e lazer.

L091-E3-01.

Proposta 05

Criar Centros de Apoio ao Neurodesenvolvimento no Sistema Único de Saúde, com atendimento regionalizado, contínuo e em todas as fases da vida, oferecendo diagnóstico precoce, equipes especializadas, terapias multidisciplinares intensivas e individualizadas, incluindo fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional, e suporte integral às famílias, de modo a assegurar o desenvolvimento pleno de pessoas autistas em todas as regiões do país.

L037-E3-01.

Proposta 06

Assegurar condições de segurança, saúde e saúde mental para crianças e adolescentes nas escolas, por meio de políticas de prevenção, identificação e enfrentamento ao trabalho infantil, bullying, violência sexual e demais formas de violência presentes no ambiente escolar, garantindo acolhimento, atendimento psicossocial, campanhas de conscientização e fortalecimento do Programa Saúde na Escola e de outros programas e projetos voltados à proteção integral.

L117-E3-01.

Proposta 07

Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social (FORSUAS) na gestão integral de riscos e desastres, ampliando a capacidade do Estado brasileiro de proteger vidas, reduzir desigualdades e promover respostas rápidas, humanas, eficazes e sustentáveis.

L015-E2-01.

Proposta 08

Instituir políticas públicas integradas de inclusão socioeconômica e justiça climática, com prioridade para populações vulnerabilizadas, assegurando acesso a financiamento, formação e geração de renda por meio de soluções ambientais, como pagamento por serviços ambientais e economia circular, com participação efetiva dos envolvidos nos processos decisórios, enfrentamento do racismo ambiental e alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L125-E3-01.

Proposta 09

Fortalecer os serviços públicos e o quadro de servidoras e servidores nas áreas de saúde, educação, segurança e assistência social, visando consolidar canais de escuta da população, como conselhos, ouvidorias e agentes territoriais.

L004-E3-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 10

Fortalecer a presença permanente de profissionais de saúde, preferencialmente indígenas, nas aldeias, articulando medicina tradicional e científica, garantindo acesso à saúde integral, preservação das plantas medicinais e valorização dos conhecimentos ancestrais.

L002-E2-01

Proposta 11

Promover inclusão social com programas integrados de fortalecimento da agricultura familiar, acesso ao crédito, assistência técnica e inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aliados à agroindustrialização e economia criativa. Incentivar formação de jovens, geração de renda e permanência escolar, além de ampliar o acesso a direitos por meio de mobilização social, reduzindo desigualdades e fortalecendo a economia local sustentável.

L003-E3-01

Proposta 12

A principal urgência é a falta de acesso à saúde, tendo como público prioritário famílias em situação de pobreza. Como solução, destaca-se a implantação de políticas públicas integradas ampliando atenção básica, saúde mental e atendimento itinerante. Aliado a isso, ofertar qualificação profissional, fortalecer CRAS, ampliar permanência escolar e garantir inclusão produtiva, promovendo autonomia e redução das desigualdades.

L058-E3-01

Proposta 13

Implementar práticas de territorialização no ensino médio, em articulação entre a rede pública de educação e equipes da Atenção Primária à Saúde, para promover a compreensão dos determinantes sociais da saúde por meio de atividades educativas nos territórios, fortalecendo a formação crítica dos estudantes e contribuindo para a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social.

L075-E3-01

Proposta 14

Criar política integrada de manejo de comunidades transferidas de áreas de risco, considerando valores culturais, memória afetiva, valorizadas através de fundos específicos, com criação de conselhos locais para fiscalização.

L076-E3-01

Proposta 15

Implementar políticas integradas de proteção social climática, com foco em populações vulneráveis, incluindo população em situação de rua, crianças, idosos e moradores de áreas de risco, garantindo acesso à moradia digna, serviços básicos e estruturas de acolhimento em eventos extremos.

L129-E3-01

Proposta 16

Concretizar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social SUAS por meio da implantação e ampliação de serviços sócio assistenciais, garantindo sua presença nos territórios e acesso à população. Para isso, promover parcerias com instituições públicas e privadas, com compartilhamento de recursos humanos e materiais. Além disso, realizar concurso público para compor equipes técnicas estáveis, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços.

L131-E3-01

Proposta 17

Queremos um destaque maior para a saúde das mulheres negras, com ênfase no combate a morte materno infantil, por meio da implementação do ODS 18 e 19. Justifica-se pelos indicadores que apontam para uma chance 243% maior de morte materna entre mulheres negras relacionado ao trabalho de parto, em

comparação com mulheres brancas. Ressalta-se também a importância de buscar dados sobre a situação de mulheres indígenas.

L133-E3-01

Proposta 18

Aperfeiçoamento do programa "Minha Casa Minha Vida" no sentido de considerar o mapeamento de risco ambiental na priorização de famílias que habitam áreas com maior vulnerabilidade a cenários futuros de mudanças climáticas.

L135-E2-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 19

Desenvolvimento de painel nacional de dados de saúde bucal pelo Ministério da Saúde, com interface cidadã, alimentação automática pelo Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) e Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), e acesso público desagregado por município, procedimento, faixa etária e território. Atualização mensal obrigatória.

L145-E2-01

Proposta 20

Condicionamento parcial dos repasses federais para saúde bucal ao cumprimento de metas mínimas de publicidade dos dados, realização de prestação de contas ao Conselho de Saúde e execução de audiências públicas bienais.

L145-E3-01

Proposta 21

Adequar o Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa I, para incorporar soluções habitacionais elevadas em áreas alagadiças, com financiamento compatível à complexidade construtiva, saneamento integrado e recuperação ambiental. Política interfederativa voltada à permanência das famílias nos territórios, à

redução de riscos socioambientais e à promoção da saúde e de cidades inclusivas e resilientes.

L156-E3-01

Proposta 22

Fortalecer a política de esporte e lazer, com construções de praças e parques voltados a crianças, adolescentes, com atividades e espaços compartilhados.

L164-E3-01

Proposta 23

Criar programas federais de revitalização artística e estética participativa em comunidades em situação de vulnerabilidade, por meio de ações de arte urbana e pintura comunitária, com participação da população local, visando fortalecer a governança participativa, o pertencimento territorial, a valorização cultural e o desenvolvimento sustentável do turismo comunitário.

L167-E5-01

Proposta 24

Fortalecer a saúde integral das populações do campo, da floresta e das águas mediante articulação entre vigilância popular, ambiental e do trabalhador, promoção da saúde e políticas intersetoriais sustentáveis. Ampliar a atenção básica, implementar o plano de saneamento rural, a segurança alimentar, a proteção dos territórios e maretórios, o monitoramento de contaminantes, a valorização dos saberes tradicionais e a participação social no enfrentamento dos impactos.

L172-E2-01

Proposta 25

Promoção da saúde em Diamantina através das Práticas Integrativas Complementares, garantidas por lei mas pouco implementadas no território. Criar eventos e espaços de acesso livre e inclusivo para troca de saberes sobre estas modalidades terapêuticas: oferecer atendimentos gratuitos e oficinas sobre saúde integral e cultura da paz. Cobrar junto ao poder público a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nas UBS de Diamantina.

L177-E3-01

Proposta 26

Promover a implantação de centros comunitários de saúde socioemocional e inclusão social, compostos por equipes itinerantes com formação de agentes comunitários para prevenção precoce e tratamento psíquico, apoio às mulheres vítimas de violência e às famílias adoecidas, integrando saúde mental, educação socioemocional, cultura, cidadania, reinserção social, com garantia de profissionais especializados na área.

L183-E3-01

Proposta 27

Promover ações educativas e culturais de combate ao racismo e valorização da diversidade por meio do esporte, audiovisual e memória social, visando fortalecer a cidadania, a visibilidade de grupos historicamente minorizados e o acesso público a narrativas culturais inclusivas, com articulação entre escolas, universidades, coletivos culturais e comunidades.

L187-E3-01

Proposta 28

Fortalecimento de programas sociais e comunitários.

L199-E2-01

Proposta 29

Pelo SUS forte, público e financiado pelo Estado. Pelo fim do processo de terceirização/quarteirização no SUS. As OSs e formas similares na gestão do SUS trazem prejuízos à aplicação de recursos públicos, precarizam relações de trabalho e ameaçam a consecução dos princípios do SUS. Tal processo traz transtornos a consecução de metas para os ODS em nossas cidades, em especial naqueles indicadores da área da saúde.

L207-E1-01

Proposta 30

Instituir editais permanentes de formação em Trabalho Social em Habitação, promovidos pelo Ministério das Cidades em parceria com universidades públicas e entidades de classe. Os editais devem qualificar mobilizadores, padronizar metodologias, fortalecer capacidades locais e ampliar a governança da Agenda 2030 nos territórios.

L214-E5-01

Proposta 31

Ampliar políticas públicas e investimentos em projetos sociais esportivos gratuitos, garantindo acesso de crianças, adolescentes, idosos, mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou vítimas de violência doméstica e pessoas em situação de vulnerabilidade social a atividades físicas, culturais, educativas e de convivência comunitária, promovendo inclusão social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, saúde física e mental, prevenção da violência, da evasão escolar, do isolamento social e da exclusão social.

L217-E3-01

Proposta 32

Instituir a Política Nacional Brasil Criativo 2030, com governança interministerial e territorial, fortalecendo a economia criativa como política de Estado. A proposta prevê proteção ao patrimônio cultural imaterial, combate ao racismo institucional, liberdade de expressão e criação de observatórios de dados e indicadores para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências e participação social.

L219-E1-01

Proposta 33

Implementar um Sistema Público Permanente de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), nos moldes do SUS, com financiamento interfederativo e atuação integrada entre União, estados e municípios. A proposta prevê equipes multidisciplinares, participação social e parcerias com universidades e conselhos profissionais para garantir melhorias habitacionais, regularização fundiária, eficiência energética, redução de riscos ambientais e cidades mais inclusivas e resilientes.

L224-E3-01

Proposta 34

Criar, implementar e assegurar política federativa voltada à instalação, manutenção e funcionamento contínuo de equipamentos culturais e de divulgação científica em territórios periféricos, rurais e municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, assegurando infraestrutura adequada, equipes diversas e qualificadas, programação permanente e acesso gratuito, bem como participação social e gestão democrática na definição de

atividades, prioridades e formas de uso dos espaços. A política deverá valorizar a diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais, populares e comunitários, e incorporando atividades de divulgação científica com perspectiva inclusiva e territorializada, que promovam a igualdade de gênero, raça e etnia em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática e incentive a participação de grupos historicamente excluídos.

L226-E3-01

Proposta 35

Propõe-se o fortalecimento de políticas públicas de justiça climática e proteção social voltadas às populações mais vulnerabilizadas pelos impactos das mudanças climáticas, garantindo ações integradas de prevenção, sustentabilidade, segurança alimentar, moradia digna e participação social, com atenção especial às desigualdades de gênero, raça e território.

L228-E2-01

Proposta 36

Integrar as ações das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social de modo a promover um atendimento com maior eficiência da intersectorização do tripé saúde, educação e assistência social, utilizando-se de dados e informações existentes nos órgãos vinculados à Administração Pública.

L230-E3-01

Proposta 37

Ampliar e qualificar os serviços e benefícios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o atendimento de populações em maior vulnerabilidade — crianças e adolescentes em situação de violência, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, migrantes e população em situação de rua —, garantindo a igualdade étnico-racial, de gênero, a segurança alimentar e a inclusão produtiva como eixos transversais da proteção social e critérios de distribuição do cofinanciamento federal.

L231-E3-01

Proposta 38

Fortalecer acesso ao cuidado integral em saúde de mulheres nas periferias, em todos os ciclos de vida, em especial crianças, gestantes, puérperas e mulheres em menopausa, promovendo acolhimento, educação em saúde e articulação

territorial de redes comunitárias de proteção às mulheres, integrando e valorizando as ferramentas sociais de cuidado em prol da garantia de políticas públicas efetivas nos territórios periféricos.

L243-E1-01

Proposta 39

Fortalecer ações, programas e estratégias intersetoriais para o enfrentamento dos determinantes em saúde nas periferias urbanas e rurais, garantindo ações de prevenção, diagnóstico e tratamento, monitoramento e vigilância das doenças transmissíveis com recursos e apoio técnico-institucional para o fortalecimento da participação social, diversidade e educação popular em saúde, promovendo o protagonismo comunitário na construção de territórios saudáveis, equitativos e sustentáveis.

L243-E2-01

Proposta 40

Fortalecer políticas públicas de saúde integral nas periferias, com ampliação da saúde mental comunitária, acesso contínuo à Atenção Primária à Saúde (APS), garantia mínima de 3% do orçamento do SUS para distribuição equânime dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) nos territórios, ações intersetoriais de promoção e prevenção, educação permanente para cuidado integral e antirracista e equidade do preenchimento dos quesitos raça, cor, etnia e ocupação no SUS.

L243-E3-01

Proposta 41

Criar e garantir núcleos comunitários de saúde baseados no mapeamento das organizações, linguagens artísticas e culturais e tecnologias sociais específicas das periferias, a partir da escuta ativa e da participação contínua na gestão das políticas públicas. Os núcleos utilizarão estratégias de comunicação local, respeitando as relações territoriais e o financiamento nas três esferas de governo.

L243-E4-01

Proposta 42

Fortalecimento da economia criativa e cultural, com programas de formação profissional e qualificação técnica para geração de renda sustentável.

L246-E4-01

Proposta 43

Instituir Plano Anual de Ação para Primeira Infância com base nos planos decenais. O plano deve contemplar a intersectorialidade com no mínimo três eixos: Saúde, Educação e Assistência Social, com áreas temáticas específicas e igualmente definir objetivos, ações, territorialização, responsabilidades, metas, prazos e indicadores, por exemplo, quanto à prestação de serviços. Além disso, deve considerar as especificidades das mulheres indígenas, de comunidades tradicionais e residentes em localidades de difícil acesso, principalmente no que tange à saúde mental das mulheres.

L270-E6-01

Proposta 44

Focar na criação e implementação de políticas públicas de estado e não políticas de governo, de forma que, assim, estas tenham continuidade de trabalho, independentemente do governo em gestão.

L272-E1-01

EIXO 4: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



EIXO 4: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GT 10 - Inovação e Tecnologias Socioambientais

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Fomentar tecnologias socioambientais e o uso coerente de soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, por meio da criação de núcleos biorregionais de governança participativa, financiamento público-comunitário transparente e integração entre poder público, setor privado, sociedade civil e comunidades, articulando agroecologia, inovação territorial, popularização da ciência, educação para o desenvolvimento sustentável, mapeamento socioambiental, formação de agentes multiplicadores, apoio ao cooperativismo e estruturação de bancos de alimentos com logística eficiente e técnicas inovadoras, de modo a enfrentar mudanças climáticas e impactos socioeconômicos e ambientais, reduzir desperdícios, proteger saberes locais e fortalecer a inclusão, a cooperação, a transição ecológica e a economia sustentável, priorizando pessoas em vulnerabilidade social, especialmente mulheres vítimas de violência, e evitando que as tecnologias ampliem desigualdades ou impactem negativamente as comunidades.

L004-E4-01; L046-E6-01; L101-E4-01; L140-E4-01.

Proposta 02

Criar mecanismos de reconhecimento, proteção e fortalecimento das tecnologias sociais e dos saberes populares e ancestrais como base para a sustentabilidade, a preservação dos biomas, a proteção da natureza e a implementação de políticas públicas nos territórios, assegurando marcos legais de proteção e repartição de benefícios, soberania digital e de dados, comunicação popular, ciência cidadã, centros de saberes nos territórios, certificação de origens e processos tradicionais de produtos da sociobiodiversidade, hub de inovação tecnológica atrelado aos saberes ancestrais e acesso a formações e recursos tecnológicos, de modo a promover

o diálogo de saberes, superar desigualdades, prevenir o ecocídio, orientar a inovação para o desenvolvimento socioambiental e garantir a reprodução social desses conhecimentos nas comunidades.

L014-E4-01; L043-E5-01; L066-E4-01; L139-E4-01.

Proposta 03

Promover políticas de mobilidade urbana acessível e integrada, incorporando o modal ferroviário à mobilidade das regiões metropolitanas e realizando estudos sobre tecnologias atuais disponíveis para o transporte coletivo e sua aplicação nacional, com participação dos governos municipais, estaduais e federal, de modo a qualificar o planejamento da mobilidade, reduzir barreiras tarifárias e ampliar o acesso da população a serviços públicos, espaços de participação social e processos democráticos.

L086-E4-01; L086-E6-01; L093-E1-01.

Proposta 04

Ampliar o uso de energia solar e outras formas de energia limpa em prédios públicos, bairros periféricos, ruas, residências do Programa Minha Casa, Minha Vida, imóveis particulares e indústrias, por meio da instalação de placas, painéis, postes solares e tecnologias desenvolvidas por universidades, com incentivos fiscais e parcerias entre poder público, iniciativa privada e instituições de ensino, de modo a melhorar a segurança pública, gerar trabalho e renda, incentivar a inovação e promover consumo responsável, resiliência climática e cidades sustentáveis.

L050-E4-01; L072-E4-01.

Proposta 05

Fomentar a cadeia produtiva de pequenos produtores e da agricultura familiar, por meio do uso de tecnologias inovadoras e sistemas digitais de rastreabilidade, incluindo recursos como realidade aumentada, para agregar valor aos produtos, ampliar a transparência, fortalecer a identificação da origem produtiva, aumentar a produtividade com menor impacto ambiental e promover o desenvolvimento sustentável.

ERR-E4-01; L130-E4-01.

Proposta 06

Implementar programa integrado de inovação para a agricultura familiar no semiárido, por meio de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e comunidades, voltado ao desenvolvimento de bioinsumos, tecnologias sociais e soluções adaptadas ao clima local, com assistência técnica contínua, formação em gestão e uso de tecnologias agrícolas, adequação de sistemas de irrigação e equipamentos para aumento da produtividade e uso eficiente da água.

EPI-E4-01.

Proposta 07

Criar o Programa Nacional de Agricultura Inteligente Sustentável, voltado ao incentivo de práticas agrícolas sustentáveis em todo o território nacional, promovendo a redução do uso de agrotóxicos, o estímulo à utilização de matéria orgânica na produção agrícola e o uso responsável da água nos sistemas de irrigação, de modo a fortalecer uma agricultura mais eficiente, saudável e ambientalmente equilibrada.

L062-E4-01.

Proposta 08

Criar Programa Nacional de Inovação Aplicada à Logística na Amazônia Legal, voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para melhoria da infraestrutura logística, redução de custos, aumento da eficiência, integração regional e fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

L033-E4-01.

Proposta 09

Garantir trabalho, renda, autonomia e segurança alimentar às comunidades tradicionais, por meio da criação de circuitos de economia solidária que fortaleçam o comércio de produtos da sociobiodiversidade e promovam a educação ambiental.

L091-E4-01.

Proposta 10

Criar polos de inovação científica e tecnológica para todas as idades, voltados ao desenvolvimento de soluções para os problemas locais.

L070-E4-01.

Proposta 11

Fomentar laboratórios de inovação intergeracional alinhados à Agenda 2030, integrando a experiência sênior e o dinamismo juvenil na produção coletiva de conhecimento e no desenvolvimento de soluções sustentáveis, com uso de gamificação para democratizar a participação e fortalecer a tecnologia como instrumento de soberania territorial e inclusão.

L136-E4-01.

Proposta 12

Implementar programas contínuos de extensão, por meio da criação de incubadoras sociais, que assegurem a participação ativa de grupos social e economicamente vulnerabilizados na construção de soluções e no fortalecimento de redes locais, em parceria com instituições públicas e privadas, visando à redução das desigualdades nos territórios urbanos e rurais.

L080-E3-01.

Proposta 13

Fomentar a inovação nas instituições de ensino superior de forma transversal, com foco em tecnologias socioambientais e soluções aplicadas aos desafios territoriais, estimulando parcerias com empresas, governo e sociedade civil para desenvolver e difundir tecnologias acessíveis, promover extensão tecnológica, transferência de conhecimento e apoio a iniciativas de impacto socioambiental e desenvolvimento regional.

L042-E4-01.

Proposta 14

Fomentar a criação de startups voltadas à resolução de problemas socioambientais, formando um ecossistema de informações públicas amplamente acessíveis e seguras.

L102-E4-01.

Proposta 15

Implantar sistemas tecnológicos de captação, tratamento e reutilização de águas cinzas nas escolas, com sensores, filtros ecológicos, controle automatizado e possibilidade de uso de energia solar, destinando a água

armazenada à limpeza e irrigação, de modo a promover economia, sustentabilidade, educação ambiental e uso consciente dos recursos hídricos.

L109-E4-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 16

Fornecer ferramentas tecnológicas que promovam acesso a capacitação dos produtores e também recursos tecnológicos que monitorem a participação e fiscalização de recursos para o produtor.

L028-E4-01

Proposta 17

Organização dos fluxos com apoio tecnológico, reduzindo uso de papel e filas no SUS. Propõe-se adotar Lean Healthcare para otimizar processos, reduzir desperdícios e avançar para uma saúde mais integrada, eficiente e alinhada às cidades inteligentes.

L058-E4-01

Proposta 18

Implementar ferramenta tecnológica para o monitoramento dos igarapés, com uso de drones e dados georreferenciados, garantindo transparência por meio da divulgação de informações sobre poluição, áreas de risco e histórico de alagamentos, visando fortalecer a gestão ambiental, a prevenção de desastres e a participação social.

L059-E4-01

Proposta 19

Propõe-se criar Observatório Territorial de Inovação e ODS para diagnóstico anual dos desafios tecnológicos e socioambientais locais; programa de conexão entre pesquisa aplicada e problemas reais (consórcio-portfólio); editais de inovação orientados por problemas do território (sandbox); mecanismo de compras públicas para inovação; e marco local de inovação, integrando universidades, empresas e poder público.

L064-E4-01

Proposta 20

Garantir a implantação do Programa Recicla+ Crédito Verde, com ecopontos inteligentes, rastreamento digital e concessão de créditos pela destinação correta de recicláveis, em articulação com cooperativas e ações de educação ambiental, para ampliar a reciclagem e impulsionar a inovação tecnológica na gestão de resíduos.

L071-E4-01

Proposta 21

Implementar teleatendimento e telemonitoramento para a população idosa, com foco no acompanhamento de doenças crônicas, saúde mental e suporte a cuidadores em territórios de difícil acesso.

L074-E4-01

Proposta 22

Criar um programa institucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que vise levantar demandas sobre Tecnologias Sociais, a partir das diferentes áreas de atuação da universidade, em âmbito da Pró-Reitoria de Inovação, para agregar diferentes projetos relacionados aos ODS. O programa será específico para levantamento das demandas comunitárias que visem mapear as necessidades de aprimoramento/geração de funcionalidades/tecnologias e acesso à informação para fomentar e validar o conhecimento/reconhecimento dos saberes tradicionais de diferentes grupos socialmente invisibilizados.

L078-E4-01

Proposta 23

Desenvolver um “Hub de Inovação Agroecológica” em parceria com as instituições de ensino do município, focado no desenvolvimento de tecnologias de baixo custo para pequenos agricultores, visando o aumento da produtividade com redução do uso de agrotóxicos e melhor gestão dos recursos hídricos.

L092-E4-01

Proposta 24

Linha direta para os bairros periféricos, priorizar as redes de transporte público municipal e intermunicipal com qualidade e respeito à população, ampliando as frotas e horários.

L096-E3-01

Proposta 25

Implementar sistemas de monitoramento inteligente dos rios por meio de sensores para medir nível, temperatura, pH, turbidez e oxigênio, com o objetivo de gerar dados para a gestão sustentável dos recursos hídricos e fortalecer a resiliência climática nos territórios.

L107-E4-01

Proposta 26

Criar mecanismos de incentivo como; financiamento público e parcerias, incubadoras e aceleradoras de negócios sustentáveis e apoio a pesquisas aplicadas, priorizando soluções em energia limpa, gestão de resíduos, agricultura sustentável e economia circular.

L111-E4-01

Proposta 27

Implementar um programa de modernização tecnológica integrando irrigação automatizada com maquinários solares à estruturação da coleta seletiva em Marituba, por meio de monitoramento digital, o sistema validará práticas agroecológicas e agilizará a titularidade das terras. Desta forma, a inovação reduz custos produtivos e garante o fomento direto ao campo, promovendo a sustentabilidade ambiental e a sucessão rural.

L113-E3-01

Proposta 28

Revisar a Política Nacional de Inovação para tornar os ODS eixos obrigatórios, promovendo inovação sistêmica e tecnologias sustentáveis. Deve-se estimular inclusão de jovens, mulheres e populações vulneráveis, integrando governo, academia, organizações da sociedade civil, e empresas via abordagem territorial e decolonial, governança colaborativa, financiamento híbrido, educação participativa e incentivo à PD&I, com processos simplificados, escala,

continuidade, impacto mensurável e transformação socioeconômica sustentável.

L116-E4-01

Proposta 29

Criar Empresa Nacional de Órteses e Próteses para reduzir custos no Brasil e incentivar a pesquisa e produção nacional desses equipamentos. Atrair empresas de tecnologia voltadas para pessoas com deficiência, com incentivos fiscais e redução de impostos.

L132-E4-01

Proposta 30

implementar hubs de inovação tecnológica, na forma de consórcios regionais, com soluções digitais criativas para educação, capacitação, gestão urbana e economia circular, voltados à população e setor produtivo, coordenação do poder público, academia e empresas, visando ampliar empregos qualificados, eficiência urbana, atendimento aos desafios socioambientais, alinhado aos ODS 4, 7, 8, 9, 11 e 12, 13, promovendo o desenvolvimento sustentável.

L137-E4-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 31

Reconhecer, proteger e fortalecer conhecimentos tradicionais, tecnologias sociais e locais como instrumentos para preservação dos biomas, soberania territorial e desenvolvimento sustentável, assegurando proteção intelectual e patente comunitária. A proposta inclui acesso à energia, letramento digital, plataformas colaborativas e incentivo à bioeconomia e à economia circular e tecnologias ambientais, garantindo protagonismo de povos e comunidades tradicionais.

EDF-E4-01

Proposta 32

Criar o programa "Ressignificação Territorial" para promover o empreendedorismo inovador, a economia solidária e circular, focando na utilização de energias alternativas, descarbonização, manejo de resíduos sólidos e sistemas agroalimentares. O objetivo é impulsionar o desenvolvimento local sustentável e a economia de impacto, gerando trabalho inclusivo e renda com responsabilidade ambiental.

ERJ-E4-01

Proposta 33

Instituir política nacional de inovação tecnológica territorializada e universalizada para os ODS, priorizando Amazônia Legal e territórios vulneráveis, nas diversas escalas, promovendo conectividade, interoperabilidade, dados abertos, inteligência artificial, sensores, tecnologias sociais e soluções acessíveis, aplicadas às dimensões econômica, social e ambiental, fortalecendo segurança hídrica, saneamento, saúde, educação, bioeconomia, trabalho, renda, adaptação climática e prevenção de desastres.

ERO-E4-01

Proposta 34

Fortalecer políticas institucionais de inclusão por meio de projetos que valorizem saberes indígenas, afro-brasileiros e populares, ampliando o acesso, a permanência e o pertencimento, com ações educativas, culturais e científicas construídas em parceria com comunidades locais.

L143-E3-01

Proposta 35

Criação de um software de apoio à gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com caráter unificado para todos os municípios. A ferramenta deverá incorporar funcionalidades estratégicas, como o mapeamento de produtores rurais do território e o monitoramento do desperdício de alimentos

L150-E4-01

Proposta 36

Desenvolvimento e disponibilização gratuita de sistema de gestão inteligente da saúde bucal para todos os municípios, com integração aos sistemas federais

(SISAB, e-SUS), painéis de monitoramento em tempo real de produção, estoque e indicadores epidemiológicos, e suporte técnico federal e estadual para implementação.

L161-E4-01

Proposta 37

Implementar políticas públicas municipais de coleta seletiva inteligente, por meio de tecnologia social de logística reversa e rastreabilidade de resíduos, conectando cooperativas, geradores e gestão pública para gerar créditos de carbono, ativos climáticos e engajamento cidadão, a fim de fortalecer a economia circular, a inclusão social e a modernização sustentável dos municípios brasileiros.

L162-E4-01

Proposta 38

Incentivar tecnologias sociais e modernizar a infraestrutura das organizações de catadores com máquinas tecnológicas de triagem e biodigestores, capazes de transformar resíduos orgânicos em biogás e adubo. A inovação deve ser uma ferramenta prática para melhorar as condições de trabalho, ampliar a remuneração da categoria e promover sustentabilidade.

L168-E4-01

Proposta 39

Financiamento de modais sustentáveis com baixo impacto socioambiental, como ferrovias, no lugar das estradas. Um exemplo é a ferrovia que pode dar lugar à rodovia 319 que corta Amazônia ao meio, cortando a floresta virgem e impactando a sociobiodiversidade da região.

L169-E4-01

Proposta 40

Criar uma política nacional de inovação tecnológica para a transição energética justa, vinculando investimentos públicos à geração de empregos qualificados, fortalecimento das universidades públicas, pesquisa regional e ampliação do conteúdo nacional nas cadeias industriais. Instituir observatórios regionais participativos, com sindicatos, universidades e governos, para monitorar impactos sociais, ambientais e econômicos da reindustrialização verde e reduzir desigualdades regionais no Brasil.

L171-E4-01

Proposta 41

Implementar políticas públicas que priorizem a criação de energia limpa, contemplando a implantação de internet via satélite na zona rural e área pública facilitando o atendimento via telemedicina. Fortalecer a educação ambiental implantando usinas de resíduos sólidos estimulando a criação de negócios voltados para o reaproveitamento de materiais recicláveis por meio de pesquisas conduzidas pelas universidades brasileiras.

L178-E4-01

Proposta 42

Desenvolver um sistema preventivo de monitoramento de queimadas urbanas e rurais utilizando drones, sensores ambientais e inteligência artificial integrados a uma plataforma digital. Identificar sinais de risco, emitir alertas automáticos e permitir ações rápidas da Defesa Civil e do poder público antes que pequenos focos se transformem em grandes incêndios. Reduzir danos ambientais, prejuízos econômicos e impactos à saúde da população, promovendo mais segurança e sustentabilidade.

L181-E4-01

Proposta 43

Fortalecer políticas públicas voltadas à implantação de sistemas de energias renováveis, com destaque para biodigestores rurais e urbanos, articuladas aos mecanismos de incentivo do ICMS Ecológico ou sucedânea. Através da implementação de programas de incentivo à instalação de biodigestores em propriedades rurais, cooperativas, escolas agrícolas e unidades públicas, promovendo assistência técnica, linhas de financiamento e capacitação para agricultores familiares e gestores municipais. Estímulo à geração distribuída de energia renovável, incluindo energia solar, biogás e biomassa, contribuindo para maior autonomia energética dos municípios.

L189-E2-01

Proposta 44

Modernizar a legislação regulatória para pesquisas em inovação, ciência, educação e desenvolvimento tecnológico, criando marcos temporais para agilizar análises e aprovações, sem comprometer a segurança e a ética. A proposta busca incentivar tecnologias acessíveis, sustentáveis e economicamente viáveis, ampliando o acesso da população, especialmente

peças em vulnerabilidade social, fortalecendo inclusão digital, educação, políticas públicas e os objetivos da Agenda 2030.

L189-E4-01

Proposta 45

Ampliar o Laboratório de Fabricação de base Biotecnológica (BIOFABLAB) como centro municipal de inovação acessível, promovendo avaliação, orientação e acesso a tecnologias assistivas, capacitação de mão de obra com apoio da academia, inclusão digital de pessoas com deficiência e garantia de recursos tecnológicos acessíveis nas escolas, incluindo softwares, equipamentos e conteúdos adaptados.

L190-E4-01

Proposta 46

Criar ou utilizar ferramentas tecnológicas para preservação do meio ambiente e sustentabilidade nas instalações públicas e nas ações realizadas pelas mesmas. Além de criar incentivos para o cidadão criar métodos sustentáveis nas residências.

L191-E4-01

Proposta 47

Incentivar tecnologias sociais comunitárias voltadas a um modelo de produção sustentável, com foco em manejo da água, criação de produtos feitos a partir de vegetais e plantas nativas dos biomas brasileiros, hortas urbanas e energia limpa, oferecendo soluções e fomentando a resiliência de territórios, especialmente aqueles marginalizados.

L198-E4-01

Proposta 48

Criação de programa de fortalecimento da agricultura familiar com: simplificação do acesso ao crédito rural, à regularização fundiária gratuita, equipamento e tecnologia de mecanização da terra, sementes, exame do solo, orientação e acompanhamento técnico, escoação e armazenamento da produção, bem como, à garantia da comercialização da produção.

L204-E3-01

Proposta 49

Um campus universitário para atender as necessidades de Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável, bem como, para garantir cursos de formação superior para atender a demanda dos municípios ou conjunto de municípios com população superior a 100 mil habitantes, no caso de ser um conjunto de municípios, o campus ser instalado no município mais centralizado e com maior população.

L204-E4-01

Proposta 50

Instituir programas multidisciplinares permanentes de iniciação científica territorializada em favelas e periferias, articulados pelo Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, universidades públicas e agências de fomento, com o objetivo de promover pesquisa participativa e ciência cidadã para produzir diagnósticos, soluções e conhecimento socialmente referenciado, comprometidos com as demandas dos territórios e com o protagonismo dos grupos priorizados na produção científica.

L206-E3-01

Proposta 51

Criação do Centro de Referência de Ciência, Inovação e Tecnologias Sociais Apropriadas: pensar processos de agricultura e economia familiar de base integrados/sistematizar práticas e processos socioambientais.

L211-E4-01

Proposta 52

Fortalecer mecanismos públicos de inteligência estratégica, prospecção e avaliação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), integrando planejamento governamental, produção de evidências e desenvolvimento sustentável na formulação de políticas públicas nacionais.

L213-E1-01

Proposta 53

Ampliar políticas de interiorização da ciência, tecnologia e inovação, fortalecendo capacidades regionais e estratégias territoriais voltadas à redução das desigualdades no acesso à pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.

L213-E3-01

Proposta 54

Fortalecer mecanismos de integração entre produção científica e formulação de políticas públicas, ampliando sistemas de monitoramento, avaliação e disseminação de evidências científicas para subsidiar processos decisórios e soluções estratégicas para os desafios nacionais.

L213-E4-01

Proposta 55

Ecosistema de inovação como motor do desenvolvimento sustentável: Fortalecer o ecossistema de inovação como instrumento estratégico para implementação prática da Agenda 2030, por meio da articulação permanente entre setor produtivo, governo, academia, terceiro setor e sociedade civil, promovendo o desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas aos desafios sociais, ambientais e econômicos do território.

L215-E4-01

Proposta 56

Fomentar a cooperação em rede entre Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) para o desenvolvimento integrado de soluções voltadas à Agenda 2030. Adotar sistemas de gestão baseados na ISO 56000, integrando os ODS como critérios fundamentais na validação de inovações e utilizando indicadores de impacto para assegurar que os projetos tecnológicos gerem valor socioambiental efetivo.

L216-E2-01

Proposta 57

Capacitar os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) para atuarem na escuta ativa e disseminação da cultura de inovação em comunidades periféricas, favelas e tradicionais. Isso integra esses grupos historicamente marginalizados aos ecossistemas locais, valoriza conhecimentos ancestrais e gera soluções tecnológicas que atendam às demandas sociais reais.

L216-E3-01

Proposta 58

Fortalecer financeira e institucionalmente Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) locais para atuarem como sensores de demandas territoriais. Equipes dedicadas devem transformar desafios regionais em projetos de pesquisa aplicada e transferência tecnológica, assegurando que a inovação chegue aonde as pessoas vivem, reduzindo assimetrias e promovendo o desenvolvimento sustentável nos biomas e comunidades.

L216-E4-01

Proposta 59

Criar estruturas organizacionais adaptáveis nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) que promovam a inovação aberta e a cocriação com parceiros externos. Essa governança colaborativa garante o acesso integrado a conhecimentos e infraestruturas, viabilizando projetos tecnológicos de larga escala voltados aos ODS e assegurando que diversas perspectivas sociais sejam integradas nas decisões.

L216-E5-01

Proposta 60

Estimular investimentos em inovação tecnológica voltada à solução de desafios sociais e ambientais, incentivando pesquisas, startups e parcerias entre governo, universidades e setor privado. Ampliar o acesso à tecnologia, promover inclusão digital e desenvolver ferramentas sustentáveis que contribuam para educação, saúde, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

L217-E4-01

Proposta 61

Lançamento de editais de inovação social voltados a periferias e comunidades tradicionais, financiando laboratórios cívicos de tecnologias sociais e ambientais liderados por afroempreendedores (ODS 18). A proposta impulsiona soluções escaláveis que integram geração de renda, preservação ambiental e redução das desigualdades, fortalecendo o desenvolvimento sustentável nos territórios.

L218-E4-01



Proposta 62

Implementar uma Rede Nacional de Hubs de Economia Criativa e Inovação Social em territórios periféricos e vulneráveis, conectando tecnologia, audiovisual, inteligência artificial, games e empreendedorismo cultural. A política deve ampliar o acesso à infraestrutura digital, formação tecnológica e financiamento para startups de impacto, fortalecendo a soberania cultural e o protagonismo juvenil.

L219-E4-01

Proposta 63

Fortalecer a sustentabilidade e a inovação tecnológica por meio do fomento à utilização de energias limpas, implantação de centro de tratamento de água, incentivo à bioeconomia para produção local de biocosméticos e biofármacos e criação de plataforma pública de monitoramento georreferenciado dos indicadores sociais e ambientais, promovendo desenvolvimento sustentável, transparência e melhoria da qualidade de vida.

L223-E4-01

Proposta 64

Incentivar a inovação tecnológica por meio de financiamento estruturado, bolsas acadêmicas e parcerias entre universidades e empresas que permita desenvolver soluções sustentáveis, integrar pesquisa aplicada e formar talentos, impulsionando produtos e processos voltados aos desafios socioambientais e ao desenvolvimento sustentável.

L224-E4-01

Proposta 65

Criar Laboratório de Tecnologia Comunitária Periférica em bairros periféricos para soluções de tecnologia apropriada em cuidado, monitoramento ambiental e economia digital solidária, sem exigência de escolaridade mínima, respeitando saberes ancestrais, e fortalecer oficinas culturais e laboratórios criativos descentralizados em periferias.

L232-E4-01

Proposta 66

Energia solar nos prédios públicos para reduzir custos e garantir melhor atendimento aos serviços e a infraestrutura predial. deixando a cargo do

município/estadual avaliar através de dados oficiais onde há o maior gasto com energia e a necessidade de ampliação dessa energia limpa para os setores.

L237-E4-01

Proposta 67

Coleta Seletiva Inteligente com tecnologia digital: desenvolver um sistema tecnológico de coleta seletiva inteligente para melhorar o descarte de resíduos e incentivar a reciclagem no município, utilizando lixeiras inteligentes com sensores e aplicativos educativos para organizar o descarte correto do lixo e reduzir a poluição e a criação de sistema de pontos e recompensas para cidadãos que praticarem a reciclagem corretamente.

L238-E4-01

Proposta 68

Desenvolver e implementar tecnologias sociais voltadas ao tratamento, triagem e reaproveitamento de resíduos flutuantes retidos nas ecobarreiras, promovendo inovação local, geração de renda e integração com cooperativas de reciclagem.

L239-E4-01

Proposta 69

Estabelecer plano nacional de longo prazo para inovação sustentável e aberta envolvendo parcerias público-privadas com financiamento contínuo orientado ao avanço da maturidade tecnológica voltado à transferência viável economicamente. Estruturar governança técnica permanente via conselho técnico com participação da sociedade. Esse plano deve integrar instrumentos econômicos (investimentos públicos, incentivos fiscais, créditos de carbono) e mecanismos de co-maturação com setor produtivo.

L244-E4-01

Proposta 70

Democratizar o acesso à inovação tecnológica para negócios de impacto, assegurando letramento digital, infraestrutura, dados, plataformas colaborativas, financiamento e tecnologias sociais adequadas aos territórios, para transformar problemas socioambientais em soluções inclusivas e sustentáveis.

L250-E4-01

Proposta 71

Promover conhecimento técnico aos extrativistas amazônicos para que possam trabalhar com a manipulação do óleo de palmeira para geração de energia limpa e seja utilizada em sua comunidade.

L251-E2-01

Proposta 72

Criação de ecopontos inteligentes integrados a uma plataforma digital de monitoramento e incentivo à reciclagem, utilizando tecnologia, gamificação e educação ambiental para promover o descarte correto de resíduos, fortalecer políticas públicas sustentáveis e ampliar parcerias entre governo, empresas e sociedade.

L268-E4-01

Proposta 73

Fomentar a articulação dos diferentes setores e esferas, buscando minimizar a fragmentação da área ambiental, além da necessidade de ampliar o uso de mecanismos e instrumentos de inovação e tecnologia para auxílio na proteção ambiental.

L272-E4-01

Proposta 74

Fomentar o desenvolvimento de ações de tecnologia e inovação, vinculados à pesquisa e inovação as quais permeiam vários ODS, além de promover a aplicação dos ODS na educação profissional.

L272-E6-01

Proposta 75

Implantar laboratórios territoriais de inovação que conectem universidades, escolas, centros de pesquisa, gestores públicos e comunidades locais para desenvolver soluções tecnológicas adaptadas às necessidades e potencialidades do Semiárido.

L275-E4-01

GT 11 - Educação Tecnológica e Inclusão Digital

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Fortalecer a educação tecnológica crítica e aplicada como eixo de integração entre inovação, sustentabilidade e desenvolvimento territorial, por meio de políticas públicas, programas educacionais e iniciativas institucionais que ampliem o uso consciente e produtivo das tecnologias, modernizem práticas pedagógicas e articulem educação empreendedora e financeira, estudos colaborativos e ações comunitárias, com cooperação entre poder público, universidades, escolas, setor privado e sociedade civil, de modo a promover a formação de estudantes, cidadãos, comunidades, gestores públicos e produtores, apoiando a construção de soluções adequadas às realidades locais e alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L003-E4-01; L028-E5-01; L081-E4-01; L120-E4-01.

Proposta 02

Promover a inclusão digital em territórios rurais, urbanos e periféricos, universalizando o acesso à conectividade, ao letramento tecnológico e à autonomia tecnológica, por meio de pontos gratuitos de internet, laboratórios digitais em equipamentos públicos acessíveis, hubs regionais de inovação, plataformas de inteligência artificial aplicada, formações itinerantes, programas de alfabetização digital do nível básico ao avançado, bolsas de incentivo à participação e permanência e acompanhamento pedagógico, com articulação entre Estado, academia, comunidades, territórios e instituições públicas e privadas, diferentes fontes de financiamento e prioridade para mulheres, pessoas idosas, juventudes periféricas, comunidades tradicionais e demais públicos minorizados, de modo a enfrentar a exclusão digital, reduzir desigualdades de infraestrutura, qualificar o capital humano regional, fixar talentos e orientar o uso da tecnologia para respostas sustentáveis, territorializadas e inclusivas aos desafios socioambientais.

EPA-E4-01; L089-E4-01; L134-E3-01.

Proposta 03

Construir ecossistema integrado de inovação na educação, incorporando a educação tecnológica aos currículos de todos os níveis de ensino, com ações formativas contínuas e retroalimentadas, de modo a gerar cultura de inovação,

incentivar o uso qualificado das tecnologias e democratizar o acesso à inclusão digital sustentável, com prioridade para comunidades vulneráveis.

EMA-E4-01; L102-E4-01.

Proposta 04

Instituir uma política de integração de dados para o desenvolvimento sustentável, por meio de plataforma aberta e acessível que articule informações públicas, territórios, desafios, oportunidades e soluções, orientando o letramento digital, a aplicação da inovação tecnológica, os investimentos e as parcerias para responder às necessidades socioambientais, priorizar territórios vulneráveis, ampliar a prevenção de riscos, reduzir desigualdades e promover impacto positivo na qualidade de vida das populações locais, sem comprometer as gerações futuras.

ESC-E4-01; L126-E4-01.

Proposta 05

Desenvolver plataforma digital para integrar a rede de políticas sociais ao Cadastro Único, ao Sistema Único de Saúde e às políticas de trabalho, educação, agricultura, direitos humanos e demais áreas voltadas aos públicos prioritários, promovendo articulação transversal entre políticas públicas e qualificação do atendimento às populações atendidas.

EMA-E3-01.

Proposta 06

Desenvolver sistema web participativo para que comunidades locais informem suas necessidades e subsidiem a criação de soluções para os problemas dos territórios, articulando contratos e parcerias entre centros tecnológicos de ensino, governo e empresas, de modo a implementar respostas às demandas comunitárias, incentivar a produção tecnológica local e fortalecer a inovação voltada aos problemas locais.

L127-E4-01.

Proposta 07

Desenvolver e implementar plataformas digitais municipais para o monitoramento e gestão de resíduos sólidos, integrando cidadãos, cooperativas, setor privado e poder público, com mecanismos de rastreabilidade, incentivo à reciclagem, educação ambiental e apoio à tomada

de decisão, de modo a ampliar a eficiência da gestão de resíduos e reduzir impactos ambientais nos municípios.

L019-E4-01.

Proposta 08

Desenvolver e implementar plataformas digitais municipais voltadas à proteção de crianças e adolescentes, com funcionalidades de denúncia, orientação e acesso a serviços da rede de proteção, assegurando acessibilidade e integração com os órgãos competentes.

L124-E4-01.

Proposta 09

Criar a plataforma pública nacional "Denuncie Agora", integrada às ouvidorias municipais, estaduais e federais, como ferramenta de registro e comunicação cidadã de reclamações e sugestões dos usuários dos serviços públicos, com georreferenciamento, envio de arquivos em múltiplos formatos e filtros temáticos por área, de modo a reduzir a subnotificação, gerar indicadores em tempo real e fortalecer a gestão pública baseada em evidências.

L134-E4-01.

Proposta 10

Instituir programa nacional de apoio à criação e ao fortalecimento de centros de formação em tecnologias sociais e digitais nos territórios, em parceria com estados e municípios, visando o fortalecimento comunitário, a inclusão social e a ampliação do acesso a direitos.

L084-E4-01.

Proposta 11

Instituir iniciativas federais de incentivo, reconhecimento e premiação à permanência e ao desenvolvimento de meninas e jovens mulheres na área de Tecnologia da Informação, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero, a ampliação de oportunidades educacionais e profissionais e o fortalecimento de competências digitais alinhadas às demandas do século XXI.

L011-E4-01.

Proposta 12

Garantir acesso contínuo e sustentável à internet em comunidades vulneráveis, por meio da implantação de redes Wi-Fi gratuitas alimentadas por energia solar e sistemas de armazenamento, promovendo inclusão digital, ampliação de oportunidades educacionais, redução das desigualdades, uso de tecnologia limpa e fortalecimento do desenvolvimento sustentável local.

L047-E4-01.

Proposta 13

Criar plataforma digital nacional integrada para identificar o perfil dos usuários, ofertar trilhas práticas de formação em habilidades digitais e conectá-los a oportunidades de geração de renda, articulando diagnóstico, formação e inclusão produtiva, de modo a promover o uso da tecnologia e soluções socioambientais sustentáveis nos territórios.

L022-E4-01.

Proposta 14

Promover inclusão digital e educação cidadã adaptadas às realidades socioculturais, por meio da implementação de totens inteligentes com inteligência artificial, energia solar, interação por voz e linguagem adaptativa, orientando a população sobre direitos, serviços públicos e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de modo a ampliar o acesso à informação pública, reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania, a participação social, o consumo responsável e a ação climática.

L112-E4-01.

Proposta 15

Incentivar a inteligência artificial verde, de modo a ponderar seu consumo de energia e água, fomentar infraestruturas descentralizadas que reduzam a hiperconcentração de data centers, otimizar o uso de recursos naturais e promover pesquisas nas cadeias produtivas associadas, contribuindo para o enfrentamento dos desafios sociais e ambientais.

L100-E4-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 16

Implantar pontos de atendimento assistido nas unidades da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com inclusão digital orientada, garantindo acesso às plataformas, proteção de dados e suporte qualificado às/aos usuárias/os e a valorização das/os trabalhadoras/es por meio de formação continuada, condições adequadas de trabalho e suporte técnico-operacional.

L015-E4-01

Proposta 17

Implementar política pública para efetivação da transparência e acessibilidade, à população em geral, sobre serviços ofertados à sociedade com o uso da tecnologia, para maior capilaridade através de tutoriais, obedecendo o pacto federativo.

L016-E4-01

Proposta 18

Implementar programas de inclusão digital que ampliem o acesso à educação e às tecnologias de informação e comunicação, por meio de infraestrutura, capacitação e acesso a dispositivos, sob coordenação do Ministério da Educação e do Ministério das Comunicações, em parceria com estados, municípios, escolas públicas e setor privado.

L021-E4-01

Proposta 19

Transformar o estagiário de licenciatura no elo entre o conhecimento acadêmico e a realidade escolar, utilizando a tecnologia e a influência digital como ferramentas de protagonismo dos estudantes, por meio de capacitação, aliança estratégica entre universidades e escolas e reconhecimento a escolas que apresentarem projetos práticos com resultados mensuráveis que resultem em soluções para problemas locais.

L025-E2-01

Proposta 20

Criar uma plataforma centrada com dados dos agricultores do alto tietê, incluindo divulgação de eventos regionais e exposição de produtos que podem ser adquiridos por outros usuários.

L029-E4-01

Proposta 21

Ampliar as práticas de letramento digital e IA com mulheres acima de 50 anos, focado em promover autonomia, segurança online e inclusão social, capacitando-as a usar celulares e computadores para atividades diárias, como transações bancárias e redes sociais. Bem como reduzir a vulnerabilidade a golpes e a combater o isolamento, estimulando a cognição, autonomia digital e a autoconfiança.

L069-E4-01

Proposta 22

Desenvolvimento de um aplicativo que consolide todas as informações em um banco de dados dos egressos de todos os cursos para fins de prioridade na contratação das empresas.

L096-E4-01

Proposta 23

Criar ou ampliar plataforma digital territorial integrada às UBS-Unidades Básicas de Saúde para monitorar saúde, violência e habitação, com apoio às Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), dados transparentes, linguagem acessível e articulação com redes de apoio, Consegs e Defesa Civil.

L099-E4-01

Proposta 24

O projeto propõe uma plataforma integrada de cidades inteligentes conectando educação, serviços públicos, gestão de resíduos, controle urbano e sustentabilidade. Com base em um Data Lake municipal e indicadores dos ODS, o sistema integra tecnologia, participação cidadã e inovação para melhorar a gestão pública, fortalecer a educação ambiental, ampliar a inclusão digital e promover um ecossistema sustentável, resiliente e inovador.

L128-E4-01

Proposta 25

Consolidar Petrópolis como polo tecnológico sustentável atraindo investimentos em supercomputação e inteligência artificial.

L135-E4-01

Proposta 26

Incentivar a implementação da inovação tecnológica como ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável, por meio de políticas de inclusão digital, participação cidadã, promovendo soluções criativas, aplicação de geotecnologias, agricultura de precisão para enfrentar desafios socioambientais, otimizando recursos, qualificando e impulsionando as decisões públicas com eficiência e impacto real, alinhados aos ODS 4, 7, 8, 9, 11 e 12, 13.

L138-E4-01

Proposta 27

Institucionalizar políticas de infraestrutura sustentável, promovendo a matriz energética renovável como base para a expansão da cidadania digital e do desenvolvimento socioeconômico em regiões de difícil acesso e comunidades tradicionais.

EAC-E4-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 28

Garantir a conectividade sustentável, inclusiva e de qualidade em todo o estado do Amazonas.

EAM-E4-01

Proposta 29

Criar aplicativo integrado para atendimento de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que instituições recebam notificações,

identifiquem cidadãos em maior vulnerabilidade, realizem inscrições e encaminhem à rede de atendimento, conforme suas especificidades, incluindo idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, ribeirinhos, indígenas, migrantes, mulheres, quilombolas, povos de terreiro e outros grupos vulneráveis.

ECE-E4-01

Proposta 30

Consolidar dados em painel único que englobe iniciativas governamentais em torno dos desafios socioambientais; Implementar gestão da inovação pública com comunicação eficaz entre instituições; Boas práticas acessíveis em plataformas intuitivas e replicáveis; Incluir " Fale Conosco" interativo; divulgar em amplos meios de comunicação e redes sociais e posicionar o Espírito Santo como referência nacional e mundial em sustentabilidade integrada, promovendo conectividade entre sociedade civil e poder público para mudanças de hábitos em larga escala.

EES-E4-01

Proposta 31

Fomentar a inovação tecnológica nacional por meio da criação de um ecossistema unificado de dados para mapeamento e monitoramento de indicadores de desenvolvimento territorial, assegurando a sustentabilidade, a perenidade, a transparência e o controle social para embasar políticas públicas, devendo estabelecer diretrizes sobre os ativos socioambientais buscando a garantia de longevidade, compensação, eficiência, valoração, soberania e sustentabilidade, desenvolvendo a cadeia de valor regional.

EMG-E4-01

Proposta 32

Aplicar estratégias de impacto territorial para fomentar a inovação a partir do conhecimento, facilitando a integração tecnológica através de letramentos relacionados à temática socioambiental. Fundamentar o desenvolvimento equitativo de soluções eficientes e inclusivas que promovam a biodiversidade e protejam o território, fortalecendo a manutenção dos saberes diversos.

EMS-E4-01

Proposta 33

Instituir mecanismos integrados de interoperabilidade de dados e escuta social territorializada, utilizando Análise de Impacto Regulatório para formular políticas públicas orientadas por evidências, reconhecendo os saberes amazônicos como instrumentos de inteligência territorial, promoção da inclusão social, igualdade étnico-racial, combate ao racismo ambiental e redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais.

ERO-E3-01

Proposta 34

Criar e implementar plataforma integrada de inovação socioambiental que promove o ecossistema digital que conecta proteção social (mulheres em vulnerabilidade), cuidados especializados (neuro divergência), educação gamificada (ODS para crianças), infraestrutura inteligente (universalização da ISO 37120) e economia solidária, utilizando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), transformando inovação em ferramenta de inclusão e desenvolvimento socioambiental sustentável.

ESP-E4-01

Proposta 35

Desenvolver objetos digitais de aprendizagem e tecnologias educacionais acessíveis que articulem memória, patrimônio e inovação, promovendo o uso crítico das tecnologias no ensino e ampliando o acesso ao conhecimento histórico e cultural.

L143-E4-01

Proposta 36

Utilizar a inovação tecnológica como ferramenta para tornar a formação médica e os serviços de saúde mais sustentáveis, ampliando o acesso a populações vulneráveis e remotas, incentivar a redução desperdícios, diminuindo emissões de carbono, qualificando a escolha de materiais, fortalecendo hospitais verdes e formando profissionais capazes de integrar cuidado, ciência, ética e responsabilidade socioambiental.

L146-E4-01



Proposta 37

Criar Centro de Inovação Tecnológica e Educacional para o uso em desenvolvimento sustentável no âmbito dos municípios para fomentar o monitoramento e a criação de sistemas de coleta de informações.

L148-E4-01

Proposta 38

Implementação de política pública de inclusão e alfabetização digital, voltada especialmente para idosos, analfabetos e populações em situação de vulnerabilidade social, promovendo orientação e capacitação no uso de celulares, internet, aplicativos e serviços digitais essenciais. Incluindo acesso a serviços bancários, plataformas públicas e demais ferramentas tecnológicas do cotidiano, garantindo a maior autonomia, segurança, direitos e participação cidadã.

L152-E3-01

Proposta 39

Utilização de tecnologia e inovação como instrumentos de inclusão, acessibilidade e desenvolvimento sustentável em Fortaleza. A iniciativa propõe a criação e expansão de soluções digitais aplicadas a serviços públicos, com foco na garantia de acessibilidade para grupos historicamente excluídos, na modernização dos sistemas de atendimento municipal e na promoção de cidades mais inteligentes, conectadas e equitativas, integrando inclusão digital, inovação aberta e sustentabilidade.

L155-E4-01

Proposta 40

Instituir política nacional de educação financeira digital para crianças e jovens da rede pública, integrada ao currículo escolar e alinhada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio de tecnologia educacional validada. A iniciativa promove alfabetização financeira, consumo consciente e sustentabilidade, prevenindo o endividamento futuro, reduzindo desigualdades e fortalecendo cidadania econômica, em consonância com os ODS até 2030.

L156-E4-01

Proposta 41

Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável: criação de centros de qualificação profissional em parceria com instituição de ensino, ONGs e pessoas com visões inovadoras voltadas à proteção da natureza e à agroecologia, com o objetivo de promover a utilização de novas tecnologias em favor do desenvolvimento sustentável, valorizando e integrando os saberes tradicionais às práticas inovadoras.

L170-E4-01

Proposta 42

Uso da tecnologia para ampliar a educação climática e fortalecer ações sustentáveis. As propostas incluem plataformas digitais de conscientização, monitoramento ambiental, combate às queimadas, inovação na reciclagem e desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas ao consumo consciente, articuladas inicialmente pelas escolas e posteriormente expandidas para diferentes grupos da sociedade.

L175-E4-01

Proposta 43

Desenvolver o Atlas Imersivo da ONU em realidade virtual, por meio de plataforma educacional com ambientes 3D interativos e experiências museológicas baseadas em resoluções históricas da ONU, visando ampliar o letramento sobre ODS, governança global e participação cidadã em instituições de ensino e espaços públicos, com articulação entre universidades, escolas, museus e sociedade.

L187-E4-01

Proposta 44

Cabeamento de fibra óptica para acesso à internet no Meio Rural, com recursos públicos, auxiliando na sucessão familiar (manter o jovem no campo). O case já validado em Marau/RS gerou como resultados: instalação de novas agroindústrias; jovens trabalhando online para multinacionais de suas residências no campo; georreferenciamento (cada estrada e propriedade foi cadastrada com um código que serve como localização exata e facilita, por exemplo, atendimento de serviços de saúde, ambulância, bombeiros...); wi-fi gratuito nos salões comunitários do meio rural.

L194-E4-01



Proposta 45

Fortalecer políticas de formação científica e tecnológica, promovendo inclusão, diversidade, alfabetização científica e qualificação de gestores públicos para atuação estratégica em ciência, tecnologia e inovação.

L213-E5-01

Proposta 46

Promover a educação empreendedora e inovadora, produtiva e inclusiva, com acessibilidade, dinamismo e protagonismo estudantil, formação de professores e atualização curricular, para integrar tecnologia, aprendizagem e produtividade, qualificando comunidades escolares e empresariais para elevar a maturidade digital e criar soluções úteis aos serviços, à economia e ao desenvolvimento de Montes Claros e da região.

L220-E4-01

Proposta 47

Qualificar mão de obra em inovação tecnológica na região de Ji-Paraná, por meio de trilhas formativas alinhadas às demandas do setor produtivo e de programas de estágio e residência tecnológica, fortalecendo a empregabilidade e o desenvolvimento sustentável.

L230-E4-01

Proposta 48

Criar mecanismos online nos quais a população monitore a execução de políticas públicas, implementando canais digitais e físicos de consultas permanentes, com linguagem simplificada, na coleta de demandas populares, especialmente dos territórios mais vulneráveis, utilizando-se dos equipamentos públicos para realizar palestras formativas e reuniões, com participação pública e democrática e a presença de Conselhos e instituições públicas.

L233-E3-01

Proposta 49

Desenvolver programas de capacitação de educadores do ensino fundamental para introdução da mentalidade de inovação tecnológica em crianças e jovens desde os primeiros anos da educação.

L233-E4-01

Proposta 50

Implantar Escolas de Inovação Comunitária em escolas públicas e centros comunitários, com foco na formação prática em tecnologia, comunicação, empreendedorismo e sustentabilidade, estimulando a criação de soluções inovadoras voltadas aos desafios sociais e ambientais da Amazônia urbana.

L240-E4-01

Proposta 51

Desenvolver uma plataforma digital integrada que reúna oportunidades de emprego, cursos, capacitações, estágios e iniciativas de empreendedorismo, promovendo a articulação entre poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil para ampliar o acesso da juventude às oportunidades.

L240-E6-01

Proposta 52

Fomentar o desenvolvimento de tecnologias públicas para os municípios, com foco em geolocalização, interoperabilidade e integração de dados, utilizando sistemas, aplicativos e plataformas digitais para o cruzamento inteligente de informações entre diferentes secretarias, com análises baseadas no perfil e na localização do cidadão, fortalecendo o planejamento estratégico e a prestação de serviços públicos.

L241-E4-01

Proposta 53

Garantia de acesso universal à internet como política pública essencial, assegurando acesso gratuito e de qualidade como condição para a participação social e o uso de plataformas digitais de governança.

L246-E1-01

Proposta 54

Criação de aplicativo de incentivo à preservação ambiental, com informações ambientais nacionais, estaduais e municipais, conteúdos educativos, jogos, quiz ecológico, vídeos sobre sustentabilidade, compostagem e reutilização de resíduos, além de calendário ambiental, lembrete de coleta seletiva e divulgação de empresas e parceiros com selo verde no município.

L247-E4-01

Proposta 55

Realização de ações de conscientização sobre o uso responsável das tecnologias, abordando temas como o excesso de tempo de tela e o descarte inadequado de aparelhos eletrônicos, incentivando práticas mais sustentáveis e saudáveis.

L252-E4-01

Proposta 56

Instituir a Política de Letramento Tecnológico e Digital integrado “Conecta Saberes”, com o objetivo de otimização de recursos humanos tecnológicos, financeiros e naturais com implementação nos municípios.

L253-E4-01

Proposta 57

Ampliar a educação tecnológica sustentável na educação básica na rede pública.

L259-E4-01

Proposta 58

Criação de um projeto de lei que institua uma plataforma centralizada para receber demandas, integrar informações e conectar os diversos setores envolvidos. A iniciativa deverá fortalecer a comunicação e melhorar o relacionamento entre as partes, garantindo decisões mais eficientes e transparentes, além de melhorar e agilizar os resultados para a população.

L262-E6-01

Proposta 59

Instituir Política Nacional de Inteligência Artificial Sustentável, destinada ao desenvolvimento de tecnologias voltadas à preservação ambiental, eficiência energética e redução das desigualdades sociais, com incentivos fiscais, financiamento à pesquisa, diretrizes éticas de transparência e inclusão, além da atuação conjunta de universidades, centros de pesquisa e empresas na criação de soluções tecnológicas sustentáveis.

L263-E4-01

Proposta 60

Incentivar a inovação tecnológica por meio da capacitação profissional, inclusão digital e apoio a soluções sustentáveis e inteligentes. Promover o acesso à tecnologia, estimular o empreendedorismo inovador e fortalecer parcerias entre poder público, instituições e sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e a modernização dos serviços públicos.

L264-E4-01

Proposta 61

Investir em programas de inclusão digital, ferramentas educacionais, plataformas de ensino e banco de dados unificados entre os serviços públicos, além da ampliação de espaços e equipamentos públicos com internet gratuita e conectividade para estudos, capacitação pesquisas e acesso facilitado aos serviços digitais, promovendo inovação, eficiência administrativa, inclusão social e desenvolvimento sustentável alinhado aos ODS.

L265-E4-01

Proposta 62

Tornar obrigatória a adoção de tecnologias digitais na gestão pública para promoção do desenvolvimento sustentável, com implementação de portais de dados abertos, plataformas de monitoramento ambiental e territorial e sistemas digitais de participação social. Investir na educação ambiental e inovação social com uso de tecnologias, garantindo sua inserção nos currículos e em ações comunitárias. Estabelecer índices obrigatórios de transparência, participação e desempenho, com monitoramento e fiscalização contínuos, vinculando o acesso a recursos públicos ao cumprimento das metas e prevendo perda de repasses em caso de descumprimento.

L277-E4-01



EIXO 5: GOVERNANÇA PARTICIPATIVA



EIXO 5: GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

GT 12 - Governança Participativa na Agenda 2030

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Fortalecer o monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por meio da institucionalização de uma plataforma pública, gratuita, aberta, acessível, e interoperável em tempo real, integrando dados de ministérios, entes federados, municípios, instituições, produtores, territórios e iniciativas sociais, com validação e normalização das informações, participação ativa da sociedade civil, indicadores de acompanhamento e impacto, uso de inteligência artificial para alertas sobre metas em atraso e interface de programação aberta para criação de soluções, de modo a subsidiar decisões governamentais, mapear iniciativas, otimizar a alocação de recursos, fomentar parcerias, ampliar a transparência e fortalecer a governança participativa da Agenda 2030 nos municípios brasileiros.

ETO-E4-01; L039-E4-01; L087-E4-01; L119-E4-01.

Proposta 02

Instituir modelo de governança participativa baseado em comunicação integrada, gestão qualificada da informação e escuta ativa nos territórios, com ouvidorias e canais institucionais padronizados, digitais e presenciais, linguagem acessível, formação inclusiva, análise qualificada das prioridades públicas, monitoramento contínuo, prestação de contas transparente e integração entre setores e comunidade, de modo a reduzir assimetrias informacionais, garantir a participação efetiva da sociedade civil nas escolhas de investimentos e nos processos decisórios, ampliar a legitimidade das decisões alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e assegurar que as políticas públicas reflitam necessidades reais e estruturantes, com foco nos grupos mais vulneráveis.

L050-E5-01; L078-E5-01; L140-E5-01.

Proposta 03

Implantar rede de Observatórios Universitários das Agendas 2030 como instância permanente de cooperação, monitoramento e produção de dados para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, articulando instituições de ensino e pesquisa, fundações de apoio à tecnologia, grupos de trabalho e comunidades, com dados abertos, atualização periódica, escuta ativa, cooperação técnica e produção de relatórios, de modo a sistematizar informações sobre desafios econômicos, sociais e ambientais, subsidiar decisões governamentais, apoiar a efetivação de políticas públicas e fortalecer a participação e o controle social.

L029-E5-01; L042-E1-01; L112-E5-01.

Proposta 04

Estabelecer modelo de governança descentralizada, transversal, multinível e participativa para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com regras claras, escuta territorial ativa, participação comunitária permanente e colaboração entre poder público, sociedade civil, setor produtivo e comunidades tradicionais, articulando parcerias, recursos multissetoriais, tecnologias digitais, comunicação horizontal com tradução social da linguagem, valorização de práticas locais, devolutiva contínua, monitoramento participativo e formação de multiplicadores, de modo a ampliar a participação na tomada de decisões, fortalecer os vínculos, a confiança, a efetividade, a afetividade e a corresponsabilidade social.

L038-E5-01; L059-E5-01.

Proposta 05

Instituir instâncias estaduais permanentes e multiníveis de governança da Agenda 2030, com composição paritária entre poder público e sociedade civil e participação de setor privado, organismos de controle social, conselhos, conferências e demais fóruns participativos, assegurando a inclusão de populações historicamente marginalizadas, como pessoas LGBTQIA+, mulheres, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de terreiro, população negra, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados, bem como o alinhamento dos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), das emendas parlamentares e dos incentivos fiscais às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com plataforma de dados abertos, transparência orçamentária e monitoramento das políticas públicas.

EPA-E5-01; ERR-E5-01.

Proposta 06

Instituir governança participativa para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável por meio de consórcios regionais e intermunicipais, conselhos multissetoriais, pactos territoriais, conferências territoriais e parcerias público-privadas, com participação do poder público, iniciativa privada, academia e sociedade civil, assegurando decisões inclusivas, transparência, monitoramento de indicadores, controle social, financiamento estável, colaboração setorial, participação cidadã contínua e integração de perspectivas conforme as vocações locais, de modo a efetivar políticas públicas e promover o desenvolvimento sustentável, em alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L137-E5-01; L138-E5-01.

Proposta 07

Fortalecer a mobilização de prefeituras sobre a importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por meio da Confederação Nacional de Municípios e dos Ministérios Públicos, incentivando a criação de leis municipais que efetivem políticas públicas alinhadas à Agenda 2030, com inclusão da sociedade civil, povos tradicionais, organizações não governamentais e demais atores locais.

L109-E5-01.

Proposta 08

Instituir a Política Nacional de Governança Participativa para a Agenda 2030, articulando União, estados e municípios em pacto federativo com atribuições claras, cabendo à União coordenar diretrizes e recursos, aos estados regionalizar metas e aos municípios executar ações, assegurando formação prática, integração entre setores, participação social, financiamento com contrapartidas, indicadores e monitoramento público georreferenciado.

ESC-E5-01.

Proposta 09

Criar o Sistema Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com governança participativa fundamentada na Carta da Terra, regulamentação própria, mecanismos jurídicos intersetoriais e governamentais, controle social e espaços de escuta territorial, fortalecendo redes locais, direitos humanos e direitos da natureza, com garantia de educação socioambiental, agroecologia,

diversidade étnica, racial e de gênero, multilateralismo e implementação efetiva da cultura de paz.

L061-E5-01.

Proposta 10

Criar a Secretaria Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SENODS) como órgão estratégico de coordenação da Agenda 2030, assegurando financiamento contínuo por meio de percentual fixo do orçamento público da União para fomentar iniciativas públicas e privadas, especialmente aquelas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, com recursos estáveis destinados a ações de impacto social, ambiental e econômico e execução monitorada.

L062-E6-01.

Proposta 11

Fortalecer a governança participativa por meio de legislação moderna e espaços amplos de discussão, assegurando a rastreabilidade das deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o monitoramento das propostas apresentadas, com mecanismos que indiquem se foram acolhidas, encaminhadas, incorporadas ou justificadamente não adotadas.

ERN-E5-01.

Proposta 12

Fortalecer a governança das políticas públicas que envolvem a vida das mulheres em contexto de crise climática, com obrigatoriedade legal de canais de transparência das ações dos conselhos, implementação de observatório de monitoramento e debates nos territórios, bem como financiamento colaborativo, uso de cartografia social participativa e adoção transversal da educação ambiental climática.

L036-E5-01.

Proposta 13

Fortalecer o Marco Regulatório das práticas ambientais, sociais e de governança para o desenvolvimento sustentável (ASG) como política pública estruturante, promovendo convergência interinstitucional e multissetorial, simplificação e integração normativa.

L010-E6-01.

Proposta 14

Consolidar o Conselho Permanente de Alinhamento e Parametrização entre práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Programa ASG20+, estruturando métricas, indicadores e objetivos integrados para promover maior coerência entre agendas e ampliar a efetividade das políticas e iniciativas sustentáveis.

L010-E5-01.

Proposta 15

Reconhecer o dia 8 de abril como o Dia Internacional das práticas ambientais, sociais e de governança para o desenvolvimento sustentável (ASG), em homenagem a Kofi Annan.

L010-E1-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 16

Instituir o Conselho Municipal de Governança Participativa, articulado a uma comissão intersetorial, como estratégia integrada para fortalecer a participação social, a transparência e o controle público. Garantir diálogo contínuo entre secretarias, planejamento eficiente, execução e monitoramento das políticas públicas, alinhadas à Agenda 2030 e aos ODS.

L003-E5-01

Proposta 17

Instituir o Observatório ODS Santos uma plataforma colaborativa open-source onde cidadãos e organizações da sociedade civil, públicas e privadas, via app móvel ou web, reportam dados locais integrando-os automaticamente aos indicadores IDSC - BR. Isso complementa o existente para elevar a transparência e territorializar os ODS com granularidade de bairro. Impacto esperado: Essa iniciativa fortalece e compactua metas no PDR alimentando os resultados.

L054-E5-01

Proposta 18

Criar e publicizar mecanismos com ampla acessibilidade a todos, para a divulgação e monitoramento dos ODS, que traga informações sistematizadas sobre os Municípios, Estado e Federação e permita a qualquer cidadão apresentar projetos, acompanhar gastos públicos relacionados aos ODS em tempo real, com possibilidade de denunciar irregularidades diretamente ao Tribunal de Contas com garantia de rastreabilidade.

L055-E5-01

Proposta 19

Criar, regulamentar e instaurar mecanismos de monitoramento dos conselhos nas unidades federativas, tripartite para coordenar estratégias e monitorar os ODS, e um fundo de financiamento público-privado nacional e internacional, estruturado por mecanismos mistos, ampliando transparência, participação social e investimentos em projetos alinhados à Agenda 2030.

L085-E5-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 20

Fortalecer o Movimento Integra ODS por meio da criação de um Sistema Único dos ODS, com metodologias participativas e modelo colaborativo, integrado, interfederativo e territorializado, assegurando comitês de governança paritária, assentos rotativos, transparência em portais de dados abertos e auditorias sociais, observados os princípios da equidade, diversidade e inclusão.

ECE-E5-01

Proposta 21

Estabelecer parcerias formais entre as diversas entidades, chamadas públicas e a criação de Conselhos de ODS, garantindo uma construção coletiva das soluções dos desafios socioambientais. Estabelecer uma normatização do planejamento, metas e indicadores mínimos que comprovem a efetiva implementação dos ODS, incluindo nela um sistema de monitoramento e avaliação periódica e disponibilizado em uma plataforma on-line nacional.

EMS-E5-01

Proposta 22

Instituir Sistema de Governança Territorial Integrado e Observatório ODS inclusivo, coordenar horizontalmente para fortalecer o letramento sobre os ODS, reconhecendo e fortalecendo as instituições de bases comunitárias e de educação popular. Legitimação de dados qualificados por especialistas do território, garantindo governança inclusiva e transparente, através de parcerias multissetoriais e fóruns territoriais, monitoraremos impactos reais, assegurando o cumprimento da Agenda 2030.

ERJ-E5-01

Proposta 23

Instituir uma política estadual de governança, integridade e ESG no setor público, com indicadores de desempenho, gestão de riscos, transparência, responsabilidade socioambiental e monitoramento dos ODS, fortalecendo comunidades, instituições públicas mais eficientes, éticas e sustentáveis.

ERO-E1-01

Proposta 24

Criar e implementar observatórios participativos, com dotação orçamentária específica, para monitoramento territorial dos ODS, utilizando metodologias de ciência cidadã e práticas locais para produção de conhecimento e ação.

ESP-E5-01

Proposta 25

Inserir as propostas da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) nas diretrizes e ações do ODS 18, promovendo a articulação entre os conselheiros/as do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e os colegiados e movimentos relativos aos ODS, com garantia de participação de grupos socialmente excluídos entre esses representantes, visando fortalecer a participação social, a diversidade de vozes e o monitoramento das políticas de igualdade racial.

L153-E3-01

Proposta 26

Criação de um espaço permanente de articulação intersetorial para integrar governo municipal, universidades, sociedade civil organizada, comunidades e setor privado em torno da implementação territorializada dos ODS em Fortaleza. A iniciativa visa ao fortalecimento da governança participativa, à transparência na gestão pública, ao monitoramento colaborativo das metas dos ODS e à construção de acordos de cooperação que ampliem o alcance das políticas públicas com participação cidadã contínua, articulada e orientada por dados.

L155-E5-01

Proposta 27

Criar e implantar sistemas municipais de inteligência territorial, com integração de dados e georreferenciamento, para qualificar a gestão orientada aos ODS, por meio de observatório com instituições de ensino. Devem integrar dados setoriais, orientar decisões, garantir transparência e compartilhamento entre órgãos municipais, reduzindo a distância entre evidência e ação e aumentando a efetividade das políticas públicas.

L179-E4-01

Proposta 28

Fortalecer iniciativas de educomunicação socioambiental na educação formal, informal e não-formal, que garantam o entendimento sobre os ODS, a criação e manutenção de espaços de interlocução e diálogo, e a efetiva participação social no planejamento e monitoramento da implementação dos ODS.

L198-E5-01

Proposta 29

Construir uma política territorial de articulação entre comunidades tradicionais, com foco na educação emancipatória, crítica e vinculada aos territórios. Fortalecimento dos programas educacionais quilombolas e indígenas, com foco na imersão cultural, na vivência continuada e na acessibilidade e inclusão. Parcerias para formações em gestão ambiental em comunidades tradicionais. Criação do Sistema Único dos ODS, com inclusão dos povos e comunidades tradicionais.

L200-E5-01

Proposta 30

Criar o sistema único de desenvolvimento sustentável gerido pelos povos e comunidades tradicionais para integrar políticas de cultura, meio ambiente, educação, saúde, geração de renda, nos territórios, a partir do conselho de direção participativa com representantes de lideranças - Juventude, mulheres, idosos, outros segmentos. Incidindo nas decisões das políticas públicas para elaboração participativa, e nas decisões que afetam as comunidades.

L201-E5-01

Proposta 31

Gestão e Monitoramento: a partir das seguintes ações: (a) Criação de um Eixo de "Fome Racializada": Inclusão explícita deste eixo dentro do ODS 18 para monitorar a fome por território, raça e gênero; (b) institucionalização de um Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional, Racializada para monitorar os indicadores de segurança alimentar e nutricional, desagregados por raça, gênero e território, garantindo soberania alimentar e reparação histórica às populações quilombolas e de matriz africana; (c) desagregação de dados: obrigatoriedade de que todos os sistemas de monitoramento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional incluam obrigatoriamente os quesitos raça, cor, gênero e território; e (d) racialização de Orçamentos: destinação de verbas específicas para comunidades quilombolas e de matriz africana, combatendo o racismo institucional na execução orçamentária.

L205-E3-01

Proposta 32

Fortalecer a governança e o monitoramento dos ODS por meio da criação de conselhos, fóruns, comitês e fundo municipal para implementação da Agenda 2030, ampliação das parcerias entre governo, universidades, empresas e sociedade civil, acompanhamento técnico dos indicadores e ampla divulgação dos resultados em portais oficiais e escolas, garantindo transparência, participação social e implementação efetiva, inclusiva e sustentável dos ODS.

L223-E5-01

Proposta 33

Conselhos deliberativos em quádrupla hélice na co-criação, com recursos para execução e monitoramento de projetos alinhados aos ODS, por meio de plataformas que conectem ideias, recursos e iniciativas locais, promovendo governança participativa, cidades inteligentes e humanizadas, empresas com

práticas humanas e soluções que integrem natureza, arquitetura e cultura de paz.

L224-E5-01

Proposta 34

Criação de observatórios locais dos ODS para produção de dados e apoio à tomada de decisão.

L246-E6-01

Proposta 35

Formalização de um grupo de trabalho de governança participativa para acompanhamento dos ODS (por território paritário) e posteriormente institucionalizado por um decreto. Atas com todas as deliberações, que deverão ser publicadas no Portal da Transparência com um programa de educação permanente e continuada oferecido pela Secretaria de Governo e Participação social.

L259-E5-01

Proposta 36

Relacionar as ações locais com os ODS, especialmente: ODS 4 (Educação de qualidade) – formação e capacitação. ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) – alternativas de renda. ODS 13 (Ação contra a mudança climática) – defesa contra erosão e impactos ambientais. ODS 14 (Vida na água) – proteção da pesca artesanal. ODS 16 (Instituições eficazes) – fortalecimento da governança comunitária.

L274-E6-01

Proposta 37

Criar observatórios territoriais dos ODS com participação de governos, universidades, movimentos sociais, escolas e comunidades locais para monitorar indicadores, fortalecer a transparência e subsidiar a tomada de decisões voltadas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido.

L275-E5-01

GT 13 - Gestão Territorial e Monitoramento

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Reconhecer os povos e comunidades tradicionais e suas organizações sociais como agentes legítimos da gestão e governança territorial, assegurando diagnóstico participativo, presença efetiva em espaços de decisão e deliberação, condições materiais de participação, simplificação de processos e poder real de incidência na elaboração, execução e controle de políticas públicas, de modo a garantir o reconhecimento, a permanência e a gestão de seus territórios, águas, campos, florestas e unidades de conservação, o manejo autônomo de seus recursos, o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a valorização de suas vozes no combate ao racismo ambiental e estrutural, na proteção da sociobiodiversidade e na sustentabilidade dos biomas.

ERN-E5-01; L014-E5-01; L114-E1-01.

Proposta 02

Garantir governança participativa na Amazônia em decisões sobre rodovias, hidrelétricas, grandes obras e licenciamento ambiental, assegurando consultas prévias, livres e informadas, escutas nos territórios, participação efetiva de comunidades, povos indígenas, ribeirinhos e atores locais, respeito aos conhecimentos tradicionais e incorporação das demandas às políticas públicas, bem como protocolos padronizados de consulta, acompanhamento socioambiental, monitoramento independente das condições territoriais e de saúde das populações impactadas, estratégias de mitigação adaptadas às realidades locais e proteção territorial, com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e instituições de pesquisa.

L106-E3-01; L106-E5-01.

Proposta 03

Fortalecer espaços permanentes de diálogo, planejamento e acompanhamento entre escolas, serviços de saúde e comunidades, promovendo a escuta ativa, a participação social no ambiente escolar, a construção coletiva de ações, a corresponsabilização e a transparência nas iniciativas voltadas aos

determinantes sociais da saúde, à promoção da saúde e à redução das desigualdades.

L075-E1-01; L075-E5-01.

Proposta 04

Fortalecer a cartografia social como instrumento de produção de dados locais e identificação de populações invisibilizadas, por meio de ferramenta digital simples e acessível, com apoio de inteligência artificial e participação de lideranças comunitárias, assegurando o mapeamento qualificado por raça, etnia, gênero, idade, deficiência e sexualidade, de modo a subsidiar políticas públicas eficazes em educação, saúde, qualidade de vida e acesso a direitos, em alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ESE-E4-01; L005-E3-01.

Proposta 05

Criar sistema único para integrar e padronizar a coleta, organização e uso de dados sobre violência doméstica, violência de gênero, machismo e misoginia, com acesso restrito conforme a função e baseado em governança participativa, articulando poder público, sociedade civil organizada, organizações não governamentais, academia, movimentos sociais e vítimas acolhidas, de modo a promover transparência, colaboração setorial, retorno das ações, integração de perspectivas e produção de evidências para subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais inclusivas, eficazes e alinhadas às necessidades reais das comunidades e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L100-E5-01; L120-E3-01.

Proposta 06

Reconhecer e institucionalizar inventários de ciclo de vida como instrumentos de governança ambiental e informacional da Política Nacional de Economia Circular, adotando o Sistema de Inventários do Ciclo de Vida do Brasil, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como base pública de dados para integrar informações padronizadas e rastreáveis sobre impactos de produtos e serviços ao longo das cadeias produtivas, evitando duplicação de esforços, fortalecendo a eficiência e a soberania informacional do país e subsidiando políticas públicas, rotulagem ambiental, critérios técnicos de compras, contratações sustentáveis e estratégias de produção e consumo responsáveis.

L010-E4-01; L119-E2-01.

Proposta 07

Garantir o acesso universal e a gestão sustentável da água e do saneamento por meio de mecanismos vinculantes, paritários e fiscalizáveis de democracia participativa nas políticas públicas, assegurando à sociedade civil e aos movimentos sociais poder decisório sobre tarifas, metas, investimentos, contratos de concessão, planejamento do uso de recursos e prestação de contas, com inclusão dos Comitês de Bacias Hidrográficas como instância deliberativa quando aplicável, infraestrutura para rotinas de participação, monitoramento online, conselheiros eleitos nas agências reguladoras, financiamento da participação, liberação legal de trabalhadoras e trabalhadores em representação com contrapartida financeira, regras contra desvios de função, representação ou recursos, concursos públicos frequentes, servidores estáveis e restrições às terceirizações e nomeações.

L094-E1-01; L094-E5-01.

Proposta 08

Institucionalizar programas de ciência cidadã e governança participativa em água e saneamento, com financiamento estatal, participação contínua das prefeituras e das comunidades impactadas, instalação e manutenção de estruturas locais, observatório permanente, ciclos territoriais de escuta e pactuação, coleta colaborativa de dados, produção de evidências, transparência e acompanhamento sistemático de compromissos, utilizando ferramentas de comunicação criadas localmente, plataforma nacional de iniciativas populares de impacto e fundo de microfinanciamento para implementar soluções prioritárias nos territórios.

L094-E4-01; L140-E6-01.

Proposta 09

Instituir mecanismos de governança participativa e observatórios para prevenir e enfrentar o ecocídio, com garantia de autodeterminação de povos originários, comunidades tradicionais, favelas e periferias, por meio de colegiado sociotécnico, transdisciplinar e bipartite, com incidência direta no licenciamento ambiental, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas, visando à prevenção, responsabilização e reparação dos impactos territoriais de empreendimentos.

L066-E5-01.

Proposta 10

Criar um observatório de democracia e participação cidadã, formado majoritariamente por membros da sociedade civil, para acompanhar a criação, o monitoramento e a implementação de políticas públicas, iniciativas de inovação social e o funcionamento das instituições democráticas, assegurando transparência, divulgação de dados, proposição de melhorias, participação e controle social.

L102-E1-01.

Proposta 11

Instituir Observatório Federal de Governança e Integridade, com foco na prevenção e combate à corrupção, promovendo transparência, controle social e monitoramento participativo da aplicação de recursos públicos, de modo a mitigar desvios e fortalecer a efetividade, a integridade e a qualidade das políticas públicas.

L011-E5-01.

Proposta 12

Implementar sistemas de monitoramento de dados territoriais, com recortes desagregados por raça, gênero, etnia, idade e deficiência, garantindo o protagonismo das lideranças locais na coleta, análise e utilização das informações para subsidiar políticas públicas inclusivas.

L139-E3-01.

Proposta 13

Incluir nos processos de licenciamento ambiental e de renovação de licenças a análise obrigatória dos empreendimentos por comissão constituída por representantes das comunidades afetadas e do poder público, estabelecendo, para empresas de médio e grande porte, a adoção de práticas sustentáveis, como uso de energia solar, aproveitamento de água da chuva e outras medidas voltadas à sustentabilidade.

L088-E5-01.

Proposta 14

Implementar políticas integradas de controle da atividade minerária em regiões sensíveis, com monitoramento permanente da qualidade da água, vigilância da bioacumulação de mercúrio em populações vulneráveis e adoção obrigatória de

tecnologias limpas em áreas legalizadas, de modo a promover justiça socioambiental, proteção dos territórios e desenvolvimento econômico responsável.

L002-E1-01.

Proposta 15

Instituir e fortalecer mecanismos de controle social e governança participativa nos territórios tradicionais pesqueiros, assegurando a regularização fundiária plena das famílias, a permanência das comunidades em seus territórios e a proteção de suas identidades, modos de vida e reprodução social diante de processos de especulação financeira e expulsão territorial.

L091-E5-01.

Proposta 16

Criar a Política Territórios Vivos, com integração multissetorial, participação do Tribunal de Contas da União, núcleos locais e aprimoramento da plataforma Brasil Participativo, assegurando ampliação do acesso da sociedade civil, participação com sigilo, devolutivas, monitoramento público, formação, governança e orçamento participativo, de modo a fortalecer lideranças, promover a transparência e ampliar o controle social.

L013-E1-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 17

Criação de um guia de critérios a serem cumpridos para que a Consulta Livre, Prévia e Informada seja validada, considerando as especificidades de cada local. Imposto baseado na operação de cada atividade econômica.

ERN-E2-01

Proposta 18

Garantir as Consultas Livres Prévias e Informadas para povos de comunidades tradicionais conforme a Resolução 169 da OIT.

ERN-E3-01

Proposta 19

Fortalecer os Sistemas de Informação e Monitoramento, com coleta e análise de dados desagregados por raça/cor, gênero, idade, deficiências, territorializadas subsidiando a tomada de decisão para o desenho e implementação de políticas públicas promotoras de inclusão e equidade.

ERR-E3-01

Proposta 20

Criação de um Comitê Intersetorial Permanente de Monitoramento das Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com composição paritária entre poder público e sociedade civil, garantindo transparência, controle social e avaliação contínua das ações implementadas no município.

L018-E3-01

Proposta 21

Instituir mecanismos de transparência, controle social e participação cidadã na gestão da saúde pública, com fortalecimento dos conselhos de saúde, monitoramento dos recursos e indicadores, e melhoria da gestão de serviços, visando ampliar o acesso, qualificar o atendimento, garantir disponibilidade de profissionais e medicamentos e promover atendimento humanizado.

L021-E5-01

Proposta 22

Fomentar a governança participativa nos conselhos penitenciários, por intermédio da integração de membros da sociedade civil, como forma de humanização e fiscalização do cumprimento da pena, conforme os direitos e garantias fundamentais, objetivando o atendimento das finalidades da pena.

L049-E5-01

Proposta 23

Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável - Proposta de projeto de lei federal que fomente o investimento em tecnologia, solução interoperabilidade de dados com controle de acesso e sigilo, integrando informações públicas e privadas para decisões baseadas em evidências. Incorporar Business Intelligence e IA com Machine Learning, fortalecendo

cibersegurança (LGPD), promovendo cooperação entre setores, capacitação técnica e diretrizes legais, alinhadas aos ODS e inovação sustentável.

L054-E4-01

Proposta 24

Criar sistema unificado socioambiental acessível e georreferenciado como ferramenta de planejamento público e transparência.

L103-E3-01

Proposta 25

Instituir política nacional de governança de inteligência artificial com auditorias independentes obrigatórias de impacto algorítmico, revisão humana, transparência nos sistemas e diversidade étnico-racial e identitária nas equipes de desenvolvimento. Exigir salvaguardas contra discriminação estrutural, assegurando que sistemas de IA sejam desenvolvidos e implementados com base em direitos humanos e equidade, prevenindo violações e promovendo inovação responsável e inclusiva.

L104-E4-01

Proposta 26

Criar protocolo nacional de ética e consentimento para atuação em territórios amazônicos.

L108-E5-01

Proposta 27

Instituir um Sistema Municipal de Justiça Climática com governança intersetorial, integrando políticas urbanas, ambientais e sociais, com definição de responsabilidades, protocolos de atuação e monitoramento contínuo das ações no território.

L129-E1-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 28

Reconhecer a autonomia dos povos e comunidades tradicionais por meio da integração intercultural entre o serviço público e privado em seus sistemas próprios de cuidado.

EAM-E3-01

Proposta 29

Instituir o Pacto Amazonense ou Amazônico de Governança de Dados com estrutura permanente por lei, integrando governo, academia e sociedade civil.

EAM-E5-01

Proposta 30

Assegurar mecanismos permanentes de governança participativa e intersetorial, articulando poderes públicos, Academia, empresas (públicas e privadas) e organizações da sociedade civil, em espaços descentralizados de decisão compartilhada, no Distrito Federal, Estados e Municípios, respeitando as especificidades territoriais e fortalecendo a transparência e a participação cidadã.

EDF-E5-01

Proposta 31

Instituir mecanismo de governança participativa no planejamento federal, nos moldes do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, assegurando participação social na definição, acompanhamento e avaliação das prioridades do PPA, LDO e LOA. Garantir transparência, controle social e incorporação das demandas dos territórios, comunidades e periferias na alocação dos recursos públicos federais.

EPB-E5-01

Proposta 32

Para promover o ODS 17, é necessário criar um mecanismo participativo efetivo entre Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS) e Secretarias

Ambientais Municipais, com capacitação e garantia de participação nas políticas ambientais, integrando as decisões e garantindo a inclusão dos municípios.

ERO-E5-01

Proposta 33

Criação de comissões permanentes de monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Ministério Público e das Defensorias Públicas estaduais, com poder de notificação administrativa e acompanhamento de metas.

L145-E1-01

Proposta 34

Criação de Observatórios Municipais de Saúde Bucal, em parceria com universidades públicas, com missão de traduzir dados epidemiológicos e de produção para linguagem cidadã, apoiar os conselhos de saúde na leitura dos indicadores e produzir relatórios anuais de avaliação das políticas locais.

L145-E6-01

Proposta 35

Criar uma Câmara Técnica Permanente no Conselho Municipal de Meio Ambiente para atualização do diagnóstico socioambiental do município, identificação de indicadores e monitoramento territorial. A proposta prevê ferramenta digital de comunicação entre poder público, setor privado e comunidades, fortalecendo fiscalização, denúncias e transparência.

L148-E2-01

Proposta 36

Fortalecer o Plano Nacional de Planejamento Territorial integrado, com governança estadual, voltada à adaptação às mudanças climáticas, por meio de estratégias descentralizadas e contextualizadas. Para Garantir participação social, articulação federativa e implementação de políticas eficazes, resilientes e sustentáveis.

L151-E2-01

Proposta 37

Instituir política interfederativa de Governança Territorial até 2030, utilizando o Score de Oportunidade de Negócios (SON) para orientar a priorização de políticas públicas. O modelo integra indicadores objetivos para identificar municípios com maior propensão à contratação e solução mais adequada em habitação, infraestrutura e saneamento, ampliando a efetividade das decisões públicas e o uso eficiente dos recursos nos territórios.

L156-E5-01

Proposta 38

Promover, regionalmente, uma governança compartilhada, inclusiva, com participação popular e multisetorial, fortalecendo o tecido social, instituindo indicadores próprios de monitoramento das políticas públicas, com transparência e equidade, estimulando a cultura participativa através de processos educativos da população.

L157-E5-01

Proposta 39

Criar uma central integrada de comunicação das instâncias de governança participativa do território, utilizando aplicativo tecnológico para ampliar a participação popular, fortalecer a transparência e apoiar a tomada de decisão e a execução de ações públicas.

L162-E5-01

Proposta 40

Criar o Observatório Nacional de Justiça Climática, como órgão interministerial permanente, responsável por integrar, monitorar e encaminhar deliberações pelo controle social, assegurando fundos climáticos permanentes orientados por dados técnicos e participação comunitária, considerando raça, gênero, renda e pessoas com deficiência, garantindo inclusão, prevenção e cuidado psicossocial pós-desastres, fortalecendo a atenção básica territorializada.

L173-E3-01

Proposta 41

Implantar sistema integrado de comunicação pública e participação social entre poder público e comunidade, com ferramentas digitais, ouvidoria itinerante e rádios comunitárias em bairros, assentamentos, comunidades rurais e povos



originários, fortalecendo o acesso à informação, a escuta ativa e a governança participativa no território de fronteira, com ferramentas de comunicação bilíngue.

L180-E5-01

Proposta 42

Implantar assembleias comunitárias integradas ao mapeamento territorial participativo, articulando entidades sociais, agentes comunitários de Saúde, agentes de combate às endemias e escolas para identificar vulnerabilidade e priorizar investimentos via orçamento participativo. Utilizar redes locais e educação cidadã como recursos, fortalecendo a inclusão social, ampliando a representatividade e reduzindo desigualdades nos territórios urbanos e rurais, bem como apoiar a PEC de Reparação Social.

L182-E3-01

Proposta 43

Fortalecer modelos de governança participativa com transparência e prevenção de conflitos de interesse, protegendo políticas públicas da interferência indevida dos setores de carnes e ultraprocessados. Propõe-se ampliar o Marco sobre conflitos de interesse no enfrentamento a fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, incorporando a agenda de sistemas alimentares, garantindo participação social, articulação intersetorial e decisões orientadas por evidências.

L184-E5-01

Proposta 44

Instituir um Observatório Municipal da Inclusão da Pessoa com Deficiência, integrado a dados públicos (IBGE, INSS, CAGED, MEC, SUS e outros), com Portal de Transparência e Comitê Intersetorial Permanente composto por governo, academia e organizações da sociedade civil, garantindo monitoramento semestral, diagnóstico territorial atualizado e transparência das metas, investimentos e resultados do Plano Municipal alinhado ao Novo Viver sem Limite.

L190-E1-01

Proposta 45

Criação de indicador composto publicado anualmente pelo Ministério da Saúde, medindo: regularidade do Conselho Municipal de Saúde, publicação de dados odontológicos, realização de audiências públicas específicas, cumprimento de metas pactuadas e atualização do Plano Municipal de Saúde com capítulo de saúde bucal. Orientar a distribuição de incentivos financeiros federais para a saúde bucal, premiando municípios com melhor desempenho institucional.

L196-E1-01

Proposta 46

As políticas públicas somente serão eficazes quando os cidadãos alvo são ouvidos na sua concepção, execução, avaliação e aperfeiçoamento. Considerando as dificuldades de uma atuação republicana e intersetorial nas favelas e periferias urbanas, aponta-se a necessidade de repensar os mecanismos de controle social, orçamento e tomadas de decisões no nível local a partir da instituição de arranjos de Governança Territorial Democrática com poderes deliberativos e incidência no orçamento.

L207-E5-01

Proposta 47

Fortalecer a governança participativa por meio da transparência, controle social e planejamento territorial integrado às comunidades. Isto inclui monitoramento público dos ODS, prestação de contas periódica, articulação Interconselhos regional, sociedade civil e poder público, além da integração das demandas locais ao orçamento, promovendo gestão descentralizada, eficiência no uso dos recursos públicos e melhoria da qualidade de vida.

L209-E5-01

Proposta 48

Implementar um modelo de governança intersetorial, com instância permanente de pactuação contínua entre poder público, sociedade civil, universidades e setor privado, monitoramento compartilhado e orientação a resultados, para gerir conflitos de interesse, definir responsabilidades e indicadores, qualificar decisões públicas e transformar a diversidade de atores em cooperação estável e corresponsável em Montes Claros.

L220-E5-01

Proposta 49

Criar mecanismos mais intuitivos e atraentes para a população com os dados da transparência e educação política para ampliar o acesso das pessoas as informações relacionadas à administração pública.

L230-E1-01

Proposta 50

Criar uma estrutura de governança multisetorial às políticas municipais, com corpo técnico para criação de banco de projetos, bem como estruturação de normas e transparência através do observatório municipal para a demonstração da efetividade dos recursos e das necessidades locais baseada nos programas e oportunidades que possam surgir.

L233-E6-01

Proposta 51

Incentivar políticas públicas para o desenvolvimento de tecnologias digitais de rastreabilidade de produtos eletrônicos, baseadas em identificação única, interoperabilidade de dados e rastreamento do ciclo de vida dos produtos. Priorizar investimentos em pesquisa e industrialização, incentivar a democratização e padronização do Passaporte Digital de Produto (DPP), fortalecer a conformidade regulatória e a transparência na gestão de resíduos eletrônicos, promovendo a economia circular e a competitividade tecnológica do país.

L234-E4-01

Proposta 52

Criação de agência fiscalizadora de órgãos, conselhos e agências reguladoras, assegurando transparência e controle institucional, bem como a garantia de efetiva ocupação de vagas partidárias por mulheres eleitas, com recorte interseccional que contemple mulheres negras e LGBTQIA+ e assegurada a paridade de gênero na representação política.

L237-E1-01

Proposta 53

Criar o Sistema de Monitoramento Comunitário dos Igarapés, envolvendo moradores, escolas, organizações da sociedade civil e poder público, com o

objetivo de fortalecer a fiscalização ambiental, ampliar a participação social e garantir a transparência na gestão dos recursos hídricos urbanos.

L239-E5-01

Proposta 54

Estabelecer critérios obrigatórios de governança participativa em editais, fundos, programas e políticas de economia de impacto, incluindo escuta qualificada, conselhos territoriais, comitês comunitários, prestação de contas e poder real de decisão para os territórios beneficiados.

L250-E5-01

Proposta 55

Realização de fóruns setoriais reunindo representantes da saúde, educação, meio ambiente e setor privado, com o objetivo de promover o cruzamento de informações, alinhar estratégias e evitar sobreposição de ações, tornando a implementação das metas mais eficiente e integrada.

L252-E5-01

Proposta 56

Em médio prazo, mais mecanismos monitoramento, controle, transparência e divulgação de ações que foram objeto de compromisso de governos.

L253-E5-01

Proposta 57

Garantir e fortalecer mecanismos deliberativos de participação, governança e controle social nas decisões sobre políticas, empreendimentos e processos com impacto territorial, ambiental e climático, visando prevenir, combater e reparar o "ecocídio" e seus impactos na saúde e nas expressões da questão social, sobretudo, através de Conselhos, Fóruns Comunitários e Audiências Públicas, instâncias práticas que garantem o fortalecimento comunitário.

L259-E1-01

Proposta 58

Padronizar e integrar dados de políticas públicas com participação de empresas, municípios e dos três poderes, promovendo democratização das informações. Sugere-se que o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste

Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) coordene a criação de manual regional para padronização de dados, definição de indicadores, integralização das políticas públicas, implantação de canais de participação social e capacitação contínua de todos.

L261-E5-01

Proposta 59

Exigir consulta prévia, livre e informada às comunidades antes da instalação de empreendimentos como exploração de petróleo.

L274-E5-01



EIXO 6: COLABORAÇÃO MULTISETORIAL E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030



EIXO 6: COLABORAÇÃO MULTISETORIAL E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030

GT 14 - Financiamento da Agenda 2030

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Instituir mecanismos multissetoriais de financiamento, captação de recursos e cooperação para a implementação da Agenda 2030, por meio de editais públicos, fundos regionais, parcerias público-privadas, consórcios regionais, comitês gestores e parcerias entre poder público, setor privado, sociedade civil, organizações não governamentais, empresas, organismos nacionais e internacionais e entes federativos, assegurando governança participativa, banco de dados atualizado, mobilização de conhecimentos, tecnologias de domínio público, recursos financeiros e investimentos sociais, com prioridade a projetos locais e regionais, comunidades, povos originários e territórios periféricos em situação de vulnerabilidade social, ambiental e econômica, de modo a apoiar formações, fortalecer iniciativas territoriais resilientes, ampliar oportunidades, promover o uso eficiente dos recursos públicos e privados, agregar valor aos recursos naturais no território nacional onde são extraídos e contribuir para a redução das desigualdades, o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

EMA-E4-01; EPI-E6-01; ERR-E6-01; L055-E6-01; L059-E6-01; L093-E6-01; L109-E6-01; L137-E6-01.

Proposta 02

Criar Fundo Nacional para a Agenda 2030, com financiamento tripartite, descentralização de recursos e integração de aportes públicos, privados, nacionais e internacionais, incluindo cooperação internacional, títulos sustentáveis, parcerias público-privadas e incentivos fiscais para projetos alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O fundo deverá financiar ações, metas e iniciativas territoriais, com prioridade para mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e comunidades tradicionais,

assegurando editais acessíveis, apoio técnico, protocolo claro de acesso, monitoramento com dados desagregados e criação do Selo Empresa ODS para incentivar práticas sustentáveis, tradicionais e inclusivas.

EPA-E6-01; L004-E6-01; L005-E6-01; L111-E6-01.

Proposta 03

Instituir plataforma digital pública, multissetorial e de dados abertos para consolidar oportunidades de financiamento, projetos, parcerias e qualificação voltadas à Agenda 2030, conectando demandas de organizações sociais, universidades, comunidades e consórcios intermunicipais a financiadores públicos, privados, empresas e organismos internacionais, com modelos de governança colaborativa e relacional, fundos híbridos, estímulo à formação para captação de recursos, divulgação de projetos universitários em linguagem acessível, certificação de parceiros financiadores e indicadores de impacto, assegurando transparência sobre origem, valores investidos e resultados alcançados, otimização de recursos, controle social, confiança, cooperação entre setores e acompanhamento de médio e longo prazo da aplicação dos recursos nas comunidades.

EMA-E6-01; ESC-E6-01; L047-E6-01; L078-E6-01.

Proposta 04

Vincular a Agenda 2030 aos instrumentos de planejamento e orçamento público em todos os âmbitos federativos, por meio de legislação federal que integre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à Lei Orçamentária Anual (LOA) e aos demais planos municipais, com marcação orçamentária das metas atendidas, definição de percentuais mínimos por Objetivo conforme necessidades territoriais, visitas periódicas da comissão municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável às zonas urbanas e rurais para coleta de informações e difusão da Agenda 2030, e sistema nacional participativo, deliberativo, vinculante e transparente para orientar a alocação de recursos e a implementação das políticas públicas.

ERN-E4-01; L023-E5-01; L135-E6-01.

Proposta 05

Criar Fundos Estaduais de Impacto e Aceleração da Agenda 2030, mobilizando recursos públicos, privados e internacionais, inclusive por meio de agências de cooperação, bancos públicos, empresas públicas e mecanismos de

financiamento combinado, para apoiar projetos de agricultura sustentável e indústrias verdes de base comunitária, com foco em resultados, monitoramento de indicadores e transparência na aplicação dos recursos.

EPI-E6-01; L025-E6-01.

Proposta 06

Criar comitês municipais de captação de recursos para a implementação da Agenda 2030, com composição multissetorial e atuação do Poder Executivo. Para além de captar recursos, os comitês devem articular parceiros, divulgar editais, apoiar comunidades e organizações da sociedade civil na submissão de propostas e emendas, ofertar consultorias e formações e elaborar banco de dados de projetos que valorize a produção, os saberes e as necessidades dos territórios.

L023-E6-01; L057-E6-01.

Proposta 07

Implementar política de formação continuada e assessoria técnica para qualificar organizações da sociedade civil, servidores públicos, gestores municipais e lideranças locais na captação de recursos nacionais e internacionais, elaboração e gestão de projetos, estabelecimento de parcerias e prestação de contas, de modo a ampliar o acesso ao financiamento alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, incluindo fundos globais de financiamento climático e social.

EMA-E6-01; ETO-E6-01.

Proposta 08

Elaborar diagnósticos multissetoriais para o desenvolvimento sustentável local, incorporando iniciativas públicas e privadas existentes da educação básica ao ensino superior, com adequação aos critérios exigidos em editais e chamadas de fontes de recursos financeiros, de modo a ampliar as condições de obtenção de financiamento para ações voltadas ao desenvolvimento sustentável nos territórios.

L126-E6-01.

Proposta 09

Criar a Plataforma Município Ativo, conectando demandas locais a fontes de investimento públicas, privadas e de fundos, com participação da academia,

sociedade civil, empresas e governo em gestão compartilhada, centralizando ofertas de capital, entregas e projetos, por meio de aplicativo e marketplace de impacto, de modo a transformar necessidades territoriais em projetos atrativos, assegurar transparência e agilidade na gestão pública e impulsionar a sustentabilidade, a prosperidade econômica regional e a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L088-E6-01.

Proposta 10

Fortalecer o Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR), por meio de plataforma pública integrada ao seu banco de iniciativas, destinada à apresentação e assessoria de ações, programas e projetos, com foco no fomento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento sustentável, ampliação do acesso a financiamento global, promoção de impacto ambiental e territorial, fortalecimento institucional, acesso à justiça e construção de sociedades inclusivas, em alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L022-E6-01.

Proposta 11

Estabelecer plataformas de captação contínua para lideranças locais, facilitando o acesso e a gestão de editais de organismos internacionais e promovendo a democratização do conhecimento sobre captação de recursos e conformidade financeira, de modo a reduzir desigualdades na distribuição de financiamentos e fortalecer instituições de base para executar projetos da Agenda 2030 com segurança jurídica e responsabilidade fiscal.

ESE-E6-01.

Proposta 12

Criar, no âmbito do Governo Federal, o Sistema Nacional de Financiamento e Parcerias para a Agenda 2030, com fundo específico para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e incentivos a investimentos de impacto e governança colaborativa entre Estado, sociedade civil e setor privado, assegurando metas, monitoramento e transparência até 2030.

L044-E6-01.

Proposta 13

Criar Fundo Nacional de Incentivo à Participação Social nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, destinado a financiar conferências, conselhos, fóruns, consultas públicas, iniciativas comunitárias de qualificação, ações de monitoramento, projetos de inovação e mecanismos de participação cidadã voltados à Agenda 2030.

EAC-E5-01.

Proposta 14

Instituir programas municipais de cooperação e financiamento para o desenvolvimento sustentável, fortalecendo parcerias entre poder público, sociedade civil e setor privado para ampliar o acesso ao crédito, captar recursos e apoiar a agricultura familiar, a economia solidária e a inclusão produtiva, incentivando compras institucionais pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e promovendo geração de renda e desenvolvimento local alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L003-E6-01.

Proposta 15

Fortalecer o financiamento de programas socioambientais alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, orientando o uso de recursos multissetoriais para a sua implementação, por meio de incentivos fiscais e tributários, execução pelo terceiro setor, ampliação da obrigatoriedade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento nos setores econômicos pertinentes e governança por plataforma nacional, com centralização de informações e transparência na aplicação dos recursos.

L102-E6-01.

Proposta 16

Instituir mecanismos de financiamento multissetorial para a implementação da Agenda 2030 e o fortalecimento da resiliência climática em biomas estratégicos, como Amazônia, Pantanal e Cerrado, com participação de governo, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais, priorizando comunidades tradicionais e periféricas, com garantia de recursos adequados, transparência e apoio às ações nos territórios.

L107-E6-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 17

Fortalecer a colaboração multissetorial com transparência e controle social, garantindo acesso direto e desburocratizado aos recursos da Agenda 2030; assegurar que os territórios participem da gestão e decisão sobre os financiamentos; criar e financiar mecanismos de formação, informação e acompanhamento contínuo; e instituir modelos como mandatos coletivos e agentes territoriais, para que os recursos existentes cheguem, de fato, a quem sustenta e realiza os ODS nos territórios.

L014-E6-01

Proposta 18

Instituir um Fórum Multissetorial Deliberativo para viabilizar financiamento via parcerias público-privadas, fundos sociais e leis de incentivo. A governança garantirá transparência com dados abertos e relatórios periódicos, assegurando a aplicação estratégica desses recursos sob controle social contínuo, otimizando a captação para projetos alinhados aos ODS.

L081-E6-01

Proposta 19

Instituir mecanismos que reconheçam, valorizem e amplifiquem movimentos territoriais com iniciativas da Agenda 2030 para acesso aos editais de financiamento, incentivos multissetoriais e programas de transferência de renda com capacitação da comunidade, apoiando e implementando gestão de resíduos, visando à ampliação de reciclagem com catadores, contra incineradores, com separação na fonte e acompanhamento com transparência por usuários e conselhos locais.

L083-E6-01

Proposta 20

Criar critérios de pontuação para licitações junto aos órgãos públicos, condicionadas à adoção de práticas alinhadas aos ODS e critérios ESG, com padrões de sustentabilidade e relatórios de impacto. Instituído incentivos fiscais, linhas de crédito diferenciadas e apoio técnico para micro e pequenas

empresas, ampliando a inovação sustentável, fortalecendo o financiamento responsável e gerando impacto socioambiental positivo nos territórios.

L085-E6-01

Proposta 21

Alinhar o orçamento municipal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

L103-E4-01

Proposta 22

Vincular repasses públicos à comprovação de Conselhos ativos, integração da Agenda 2030 nas pastas municipais, vedando financiamento público a práticas de exploração humana, animal e degradação dos sistemas da natureza, garantindo que investimentos promovam a resiliência, a preservação e a proteção da biodiversidade, participação dos Conselhos nas políticas ambientais vinculados aos ODS e integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e Comissão Tripartite.

L125-E2-01

Proposta 23

Criar fundo municipal para captação e destinação de recursos provenientes de impostos e multas, voltado ao fomento da economia solidária e financiamento de iniciativas alinhadas à Agenda 2030.

L139-E6-01

Proposta 24

Instituir uma política de financiamento da agenda 2030, com critérios diferenciados, destinada aos estados e municípios que considere as desigualdades regionais e os sobrecustos amazônicos.

EAC-E6-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 25

Criar um fundo nacional desburocratizado para o financiamento de ações da agenda 2030, garantindo que parte dos recursos oriundos dos créditos de carbono e dos serviços ambientais, em todos os setores, sejam direcionados ao fortalecimento de projetos de implementação dos ODS, com acesso simplificado, transparência, controle social, prioridade para comunidades, organizações e iniciativas de impacto sustentável.

EAM-E6-01

Proposta 26

Ampliar a Política Pública permanente de financiamento da Agenda 2030, por meio de uma cesta integrada de recursos envolvendo os entes federados, iniciativa privada, universidades, sociedade civil e mercado financeiro, fomentando parcerias público-privadas, emissão de social bonds, incentivos fiscais, orçamento próprio para financiar projetos de impacto social, ambiental, desenvolvimento sustentável nos territórios e outros mecanismos financeiros sustentáveis.

ECE-E6-01

Proposta 27

Instituir o Fundo Nacional de Apoio ao Planejamento Regional Sustentável (FNPRS), destinado a financiar a elaboração e atualização de Planos Regionais de Desenvolvimento Urbano Ambiental Integrado, alinhado aos ODS, com priorização de territórios vulneráveis, governança multissetorial, segurança jurídica, matrizes de risco e indicadores socioambientais, visando atrair investimentos privados, consórcios intermunicipais e crédito verde.

EES-E6-01

Proposta 28

Aprimorar captação e direcionamento de recursos públicos e privados, nacionais e internacionais para o financiamento de projetos alinhados aos ODS, através de capacitações em formulação de projetos, assessorias técnicas e plataforma integrada de oportunidades destinada à divulgação de editais,

fundos, capacitações e cooperações, articulando governos, empresas, academia e sociedade civil, garantindo governança colaborativa, inovação, inclusão social e sustentabilidade territorial.

EMG-E6-01

Proposta 29

Criar uma Certificação Nacional de ODS, em várias modalidades, inclusive para o Setor 2.5, com critérios para recebimento de financiamento previsto pelo Plano Plurianual (PPA) e benefícios fiscais e financeiros, com maior peso para as instituições que trabalhem em conjunto com outros setores da sociedade e que comprovem maior impacto socioambiental em suas ações.

EMS-E6-01

Proposta 30

Construir um Fundo Nacional dos ODS, como mecanismo de financiamento permanente em colaboração entre poder público, privado, filantrópico e sociedade civil, visando investir recursos, de caráter não reembolsável e de fluxo contínuo, em associação sem fins lucrativos, cooperativas populares e startups de base comunitária, para desenvolvimento de projetos de impacto socioambiental e sustentável em territórios vulnerabilizados no campo e na cidade.

EPE-E6-01

Proposta 31

Organizar o arcabouço legal, capacidades governamentais para sua implementação, que regem os entes federativos para aplicação dos ODS em curto, médio e longo prazo, garantindo vinculação: por meio de ferramentas de controle e aplicação nos instrumentos de gestão, com a participação popular por Câmaras Setoriais, Conselhos, Comitês, e com a adequação do financiamento público e privado para a Agenda 2030.

ERJ-E6-01

Proposta 32

Instituir o Fundo Estadual para a Agenda 2030 em Rondônia, captando recursos multissetoriais, nacional e internacional (Ex: ISO 26.000) para financiar projetos de impactos socioambientais positivos na Amazônia, garantindo governança

participativa, transparência na aplicação dos ativos e incentivos fiscais para parceiros privados comprometidos com as metas e indicadores dos ODS.

ERO-E6-01

Proposta 33

Reconhecer a democracia como condição essencial para o cumprimento da Agenda 2030, com criação do Fundo Nacional dos ODS e transferência de recursos aos entes subnacionais. A proposta garante participação social ampla, paridade de gênero, enfrentamento ao racismo estrutural, capacitismo e discriminação, fortalecendo instituições democráticas e valorizando a trajetória de mulheres negras na política brasileira e na construção de políticas públicas inclusivas.

ESP-E1-01

Proposta 34

Implementar, por meio de lei, conexão entre as mais de 40 estratégias nacionais e interministeriais, com esforço coordenado de todos os ministérios, sociedade civil, empresas e academia. As estratégias devem, obrigatoriamente, apontar programas e fontes de recursos coincidentes ou em sinergia entre si. Em todas as ações devem ser identificados ODS e métricas para seu atingimento.

ESP-E6-01

Proposta 35

Fomentar parcerias entre instituições de ensino, comunidades, órgãos públicos e iniciativas culturais para desenvolver projetos integrados alinhados aos ODS, ampliando o impacto social e diversificando fontes de financiamento para ações educacionais e extensionistas.

L143-E6-01

Proposta 36

Criar mecanismos institucionais de colaboração multisetorial com critério técnico comum, poder decisório real e produção descentralizada de evidência local, para que financiamento da Agenda 2030 seja priorizado e alocado com base em impacto demonstrável, verificável e reproduzível.

L146-E6-01

Proposta 37

Criação de um fundo híbrido de financiamento com captação de recursos públicos, privados e internacionais, elaborando uma carteira de projetos, metas, indicadores e impactos, para promover as ações dos ODS no âmbito da Agenda 2030 nas esferas municipal, estadual e federal.

L148-E6-01

Proposta 38

Criação de grupo de trabalho permanente composto por governo, iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para fomentar, coordenar e monitorar as iniciativas voltadas ao alcance dos ODS. Isso inclui fortalecer e consolidar estratégias de fontes de financiamento para desenvolver as ações no território no âmbito municipal.

L152-E6-01

Proposta 39

Colaboração multissetorial e financiamento da Agenda 2030: vincular por meio de legislações existentes mecanismos legais para garantir o financiamento e implementação da Agenda 2030 por meio das políticas territoriais no âmbito federal, estadual e regional e criação de legislações específicas que contemple as propostas prioritárias dos ODS, através de estratégias de captação de recursos, com mapeamento de potenciais financiadores por eixo. Em parceria com o poder público e privado, através de emendas parlamentares, FNDE, ministérios relacionados ao Meio Ambiente, Turismo, Agricultura, Saúde e Educação; entidades Internacionais (PNUMA Brasil, ONU, BID), leis de incentivo, empresas com meta ESG, fundações corporativas (Itaú, Bradesco, Vale e empresas de energia eólica), universidades e crowdfunding.

L170-E6-01

Proposta 40

Criar uma política nacional de governança da transição energética justa, com participação de trabalhadores, universidades e sociedade civil, vinculando investimentos públicos e privados à geração de empregos, redução das desigualdades regionais e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis. Instituir fundos regionais, ampliar compras públicas sustentáveis e garantir transparência e controle social na implementação da Agenda 2030.

L171-E6-01

Proposta 41

Fortalecer a capacidade dos municípios de pequeno e médio porte por meio de redes de colaboração multissetorial, com protagonismo de universidades e centros de pesquisa, oferecendo capacitação continuada, apoio técnico, elaboração de diagnósticos e articulação entre municípios e consórcios, ampliando o acesso a recursos e à Agenda 2030.

L179-E1-01

Proposta 42

Criar um fundo regional colaborativo dos ODS nos municípios dos interiores dos estados para financiar iniciativas alinhadas à agenda 2030, priorizando projetos desenvolvidos de forma intersetorial entre organizações sociais, universidades e coletivos. O fundo deverá reunir recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, para fortalecer ações colaborativas e ampliar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de desenvolvimento sustentável da região.

L183-E6-01

Proposta 43

Implementar a descentralização de recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) para universidades públicas, visando financiar projetos de extensão alinhados aos ODS e validados por comunidades locais, acadêmicas e científicas, com foco na ampliação do impacto social, da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável.

L187-E6-01

Proposta 44

Criação de estratégias intersetoriais para alcance das metas da Agenda 2030.

L199-E6-01

Proposta 45

Implantar o Programa Municipal de Parcerias Sustentáveis e o Fundo Intersetorial para Implementação da Agenda 2030.

L204-E6-01

Proposta 46

Criação de um fundo nacional para implementação dos ODS (incluindo a criação participativa de editais, e políticas de incentivo municipais, estaduais e distrital), contemplando educação ambiental, ecoturismo, etnoturismo e afroturismo de base comunitária, produção sustentável, construções sustentáveis e fortalecimento da governança nos territórios. A partir da cooperação entre governo, empresas e comunidades.

L212-E6-01

Proposta 47

Criar mecanismos permanentes de cooperação entre governos, empresas, organizações sociais e organismos internacionais para mobilizar recursos e ampliar investimentos nos ODS. Incentivar fundos sustentáveis, parcerias público-privadas e financiamento transparente, assegurando distribuição eficiente dos recursos e fortalecimento das ações coletivas em prol da Agenda 2030.

L217-E6-01

Proposta 48

Fortalecer parcerias sustentáveis entre poder público, empresas, sociedade civil e organismos internacionais para captação de recursos por meio de editais desburocratizados com a finalidade de execução de projetos alinhados à Agenda 2030, com criação de legislação específica para financiamento socioambiental, fundo municipal dos ODS e uso de compensações ambientais, além do fortalecimento da transparência e capacitação para elaboração e gestão de projetos, promovendo desenvolvimento sustentável e resiliência climática na Amazônia.

L223-E6-01

Proposta 49

Criação de um programa nacional estruturado com Fundos de Apoio às Governanças Colaborativas dos ODS - Instituição de fundos permanentes destinados ao fortalecimento financeiro e institucional de governanças colaborativas municipais, regionais e estaduais que desenvolvam ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

L230-E5-01

Proposta 50

Criação de um Fórum Colaborativo voltado à centralização, em um único ambiente, de informações simultâneas sobre editais de financiamento, programas de incentivo e oportunidades de captação de recursos destinados a projetos de desenvolvimento regional sustentável. A proposta possui como objetivo facilitar o acesso às oportunidades de financiamento, ampliar a capacidade de elaboração de projetos e fortalecer iniciativas regionais alinhadas aos ODS.

L230-E6-01

Proposta 51

Criar um mecanismo de acompanhamento (plataforma de monitoramento do cumprimento e implementação dos ODS) e financiamento direto que direciona recursos, anualmente, para estados e municípios que estiverem com os indicadores ODS atualizados e dentro dos parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC).

L237-E6-01

Proposta 52

Garantir percentual fixo do orçamento federal e reavaliar os critérios de acesso ao financiamento para regiões mais vulneráveis, especialmente o Nordeste, priorizando projetos alinhados aos ODS desenvolvidos pelo poder público, sociedade civil, instituições de ensino, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), cooperativas, associações e setor produtivo, considerando indicadores de vulnerabilidade social e da pobreza multidimensional na distribuição dos recursos públicos e linhas de crédito.

L241-E6-01

Proposta 53

Fortalecimento de parcerias público-privadas orientadas pelos ODS, potencializando recursos e capacidades institucionais.

L246-E5-01

Proposta 54

Criar um fundo municipal de apoio a projetos ambientais, sociais e educativos alinhados aos ODS, ampliando parcerias entre empresas, universidades e

organizações sociais, além de promover capacitações sobre elaboração de projetos e captação de recursos para lideranças comunitárias e instituições locais.

L247-E6-01

Proposta 55

Que a Secretaria-Geral da Presidência através da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) possa criar um edital para apoiar projetos de internalização e externalização dos ODS desenvolvidos pela sociedade civil e micro editais para apoiar ações e projetos desenvolvidos por jovens.

L248-E6-01

Proposta 56

Garantia de recursos para os municípios implementarem programas ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

L249-E1-01

Proposta 57

Criar mecanismos permanentes de colaboração entre poder público, setor privado, filantropia, universidades, bancos, investidores e organizações da sociedade civil, ampliando recursos para negócios de impacto, fundos verdes, compras de impacto e soluções conectadas à Agenda 2030.

L250-E6-01

Proposta 58

Criar um fundo de investimento multissetorial para financiamento de projetos alinhados aos ODS - fundo de gestão compartilhada (público, privado e sociedade civil), estabelecendo metas e indicadores claros para monitoramento e avaliação de todos os ODS.

L253-E6-01

Proposta 59

Criação do Comitê Multissetorial Financiamento da Agenda 2030 para implementação e monitoramento permanente dos ODS com setor público, privado e sociedade civil com o objetivo de governança inteligente que conecte

todos os setores produtivos para gerar o impacto local, com estratégia de buscar financiamento, captação de recursos, aprovação e assessoria na elaboração de projetos.

L259-E6-01

Proposta 60

Fortalecer a colaboração multissetorial entre poder público, iniciativa privada, instituições e sociedade civil, promovendo parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável. Incentivar a captação de recursos e investimentos voltados a projetos sociais, ambientais e econômicos, garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas e ampliação dos impactos positivos para a comunidade.

L264-E6-01



GT 15 – Democratização dos Recursos para o Desenvolvimento Sustentável

Seção A: Propostas aprovadas na Etapa Digital e sistematizadas

Proposta 01

Instituir mecanismos de desburocratização e financiamento para ampliar o acesso a recursos destinados a políticas públicas de saúde, educação, habitação, cultura, esporte e lazer, incluindo apoio ao terceiro setor na implementação da Agenda 2030, ampliação de equipamentos públicos e implantação de Centros da Mulher e Igualdade Racial, com gestão participativa e transparência.

L022-E1-01; L099-E6-01.

Proposta 02

Aprovar e implementar novo pacto federativo de financiamento do Sistema Único de Assistência Social, com corresponsabilidade entre União, estados e municípios, repasses regulares e suficientes e apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383/2017 (que estabelece piso constitucional de financiamento para a assistência social), assegurando financiamento estável e contínuo, sustentabilidade da proteção socioassistencial e política de fomento à formação de usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores da Assistência Social, em alinhamento à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

L015-E5-01; L015-E6-01.

Proposta 03

Instituir fundos de financiamento para políticas voltadas às mulheres, em especial o enfrentamento à violência contra a mulher, com destinação fiscal, gestão transparente e participação efetiva da sociedade civil, assegurando o mapeamento de ações de gênero em diferentes setores, o monitoramento da efetividade dos recursos e o fortalecimento do controle social.

L006-E1-01; L018-E1-01.

Proposta 04

Instituir Política Nacional de Mobilização do Voluntariado, com rede integrada entre Estado, empresas, terceiro setor, sociedade e pessoas físicas, garantindo plataforma digital, trilhas formativas, banco nacional de talentos e incentivos tributários para empresas que apoiem o voluntariado qualificado, de modo a fortalecer a cooperação multissetorial, a gestão pública e a participação social em iniciativas de inclusão produtiva, educação, mediação de conflitos, saúde e inclusão social, ampliando o impacto das políticas públicas nos territórios e contribuindo para a redução das desigualdades.

L011-E6-01; L013-E6-01.

Proposta 05

Instituir cláusulas obrigatórias de desempenho vinculadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em contratos de concessão e parcerias público-privadas, com previsão de destinação de parte da remuneração contratual e dos recursos de outorga para o cumprimento das metas da Agenda 2030, garantindo monitoramento dos resultados, aplicação de multa, rescisão ou reversão das concessões que não cumpram sua função social ou as obrigações pactuadas, e estímulo à captação de recursos e parcerias com organismos e entidades internacionais, de modo a fortalecer concessões sustentáveis, reduzir a pobreza e combater desigualdades sociais.

L054-E6-01; L094-E6-01.

Proposta 06

Responsabilizar empreendimentos poluidores, convertendo passivos ambientais em financiamento de ações alinhadas à Agenda 2030, com investimentos destinados à garantia do saneamento básico, ao reflorestamento de áreas degradadas e à recuperação de nascentes no campo, com articulação multissetorial, proteção dos ecossistemas, educação das comunidades, acesso à água limpa, restauração das matas e promoção de um futuro digno e sustentável.

L089-E6-01

Proposta 07

Criar mecanismos de financiamento para adaptação climática em territórios vulneráveis, incluindo fundos específicos, parcerias público-privadas e cooperação com organizações da sociedade civil, priorizando ações estruturantes e de longo prazo.

L129-E6-01.



Proposta 08

Garantir financiamento público e responsabilização imprescritível de agentes públicos e privados que contribuam para o ecocídio, com obrigação de prevenção, mitigação e reparação financeira mínima de 30% dos lucros, assegurando a autodeterminação e o poder de decisão dos povos e movimentos sociais no monitoramento das ações e criando cadastro de infratores impedidos de acessar crédito público ou realizar novos empreendimentos.

L066-E6-01.

Proposta 09

Criar editais e linhas de fomento, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, voltados à inovação socioecológica, para promover o desenvolvimento de projetos e empreendimentos diretamente relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

L025-E4-01.

Proposta 10

Estabelecer parceria público-privada entre prefeitura, cooperativas e empresas locais para financiar sistemas de energia limpa, como solar ou biomassa, em prédios públicos e comunidades rurais, criando fundo municipal rotativo para reinvestir a economia gerada em novas ações de sustentabilidade.

L092-E6-01.

Proposta 11

Criar mini editais simplificados para os Fundos de Combate à Fome e à Miséria, com linguagem acessível, processos desburocratizados e ampliação do acesso de pequenos projetos e organizações sociais aos recursos públicos, de modo a facilitar a participação, promover inclusão, democratizar o financiamento, fortalecer iniciativas locais e gerar impacto social com mais agilidade e equidade.

L011-E1-01.

Proposta 12

Instituir mecanismos de acesso direto da comunidade a recursos de fundos territoriais, editais simplificados e microfinanciamentos, por meio de fóruns multissetoriais, formação de lideranças locais, plataformas de projetos

territoriais e parcerias entre diferentes setores, assegurando transparência, participação social, valorização da cultura local, ambientes saudáveis e prioridade a iniciativas comunitárias e populações vulnerabilizadas.

L056-E6-01.

Proposta 13

Criar Fundo Nacional para Migrações, Refúgio, Apatridia, Deslocamento Internacional e Interno, com dotação orçamentária própria garantida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), gerido por um conselho nacional deliberativo tetrapartite, composto por sociedade civil, governo, setor privado e beneficiários, destinado a assegurar recursos permanentes para políticas públicas voltadas a essas populações, evitando que as ações dependam apenas de projetos temporários ou emergenciais.

L077-E6-01.

Proposta 14

Instituir programa de editais e financiamento para a extensão universitária em escolas técnicas e instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias, com previsão no Plano Plurianual (PPA), incentivos fiscais e orçamento gerido por fundo monitorado por fórum multissetorial, utilizando indicadores padronizados, dados desagregados e certificação pública para assegurar sustentabilidade, transparência e impacto territorial das ações vinculadas à Agenda 2030.

L042-E6-01.

Proposta 15

Instituir o Programa de Gestão da Sustentabilidade Humana e Bem-Estar Integral Corporativo, estabelecendo diretrizes para saúde integral ocupacional, pacificação de conflitos e subsídio cruzado para empresas e microempreendedores, em alinhamento com a Agenda 2030.

L051-E6-01.

Seção B: Propostas submetidas na Etapa Digital que não foram aprovadas

Proposta 16

Criação de um fundo público multissetorial para financiamento de projetos sustentáveis.

ERN-E6-01

Proposta 17

Fomentar na multilateralidade o conjunto de ações colaborativas de financiamento e incentivos fiscais que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas, sobretudo para a população mais vulnerável. Para isso devem ser implementadas parcerias público-privadas financiadoras.

L016-E6-01

Proposta 18

Promover reforma tributária progressiva baseada na renda, aliada à realocação de recursos públicos para políticas de compensação social voltadas à segurança alimentar, com fortalecimento dos mecanismos de controle, transparência e responsabilização, garantindo combate efetivo à impunidade e maior equidade na aplicação de recursos públicos.

L021-E1-01

Proposta 19

Propõe-se a ampliação de recursos financeiros e humanos destinados à continuidade das políticas públicas, assegurando a proteção de garantias fundamentais dentro e fora das instituições, bem como fomentando uma cultura de inclusão e acolhimento. Para além do acesso inicial, devem ser implementadas ações de permanência, em prol de trajetórias de superação da vulnerabilidade e ascensão social.

L032-E3-01

Proposta 20

Criação de mecanismos de financiamento para ações voltadas à igualdade racial.

L045-E6-01

Proposta 21

Desenvolvimento de projetos para captação de recursos internacionais, fomentando os projetos técnicos de âmbito municipal.

L050-E6-01

Proposta 22

A construção da resiliência urbana é um processo contínuo e colaborativo. Ela se fortalece quando governos, instituições, comunidades e cidadãos se reconhecem como parte de um mesmo propósito: proteger vidas, reduzir vulnerabilidades e promover o desenvolvimento sustentável. O desafio está na integração entre os diferentes atores envolvidos.

L052-E5-01

Proposta 23

Propor a criação e o fortalecimento de mecanismos que ampliem o acesso das comunidades em situação de vulnerabilidade social aos editais de políticas públicas, garantindo que oportunidades e recursos cheguem a quem mais precisa, oferecendo suporte técnico qualificado para elaborar propostas e permitindo que iniciativas locais – muitas vezes potentes, mas invisibilizadas – possam competir em igualdade.

L062-E3-01

Proposta 24

Instituir uma política permanente de financiamento para Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), parques urbanos e áreas verdes públicas, que direcione o uso de fundos de recursos de meio ambiente (federal, estadual, municipal). Que fortaleça a implementação/revisão dos planos de manejo, participação da sociedade civil, criação do conselho gestor do Parque Rio Branco (e demais parques), e promova a gestão compartilhada.

L076-E2-01

Proposta 25

Fortalecer instituições não governamentais da Baixada Fluminense por meio da democratização do acesso a políticas públicas, editais, emendas parlamentares e espaços de decisão. A iniciativa busca ampliar inclusão social, participação

comunitária, equidade territorial e justiça social, reduzindo desigualdades históricas e fortalecendo redes locais de desenvolvimento.

L093-E3-01

Proposta 26

Promover a transparência no emprego de verbas públicas, diálogo com empresas para financiamento via abatimentos fiscais, com investimento em inovação e energias renováveis, e, captação de recursos em organismos internacionais, fomentando redes de colaboração nos territórios para captação de recursos adequados, estimulando o trabalho voluntário para termos esforços coletivos em rol da redução da desigualdade.

L100-E6-01

Proposta 27

Vincular uma percentagem dos financiamentos em infraestrutura à Soluções baseadas na Natureza.

L103-E2-01

Seção C: Propostas de etapas preparatórias realizadas no período de prorrogação excepcional previsto na Resolução nº 03 da 1ª Conferência Nacional ODS

Proposta 28

Criar um programa nacional de parceria fiscal para o terceiro setor e coletivos, de forma democrática, destinando recursos e incentivos diretamente para essas organizações que atuam com grupos vulnerabilizados, desburocratizando fundos públicos e leis de incentivo, substituindo exigências complexas por editais simplificados, de linguagem simples e focados no cumprimento dos ODS.

ECE-E3-01

Proposta 29

Criar Fundos Nacional, estaduais e municipais específicos para a garantia da Política de Segurança Alimentar e Nutricional para financiar políticas públicas de combate à fome, formação e funcionamento dos órgãos que compõem o

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) fortalecendo a participação social, assegurando valorização dos saberes tradicionais, protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e execução contínua, monitorados por meio das metas indicadoras dos planos governamentais.

EMG-E3-01

Proposta 30

Fortalecer a base legal para proteção dos grupos vulneráveis e garantir orçamento destinado à execução, monitoramento e avaliação interseccional de políticas públicas de saúde, educação, cultura, trabalho, memória, patrimônio, segurança, acessibilidade, inclusão digital e cidadania, para a efetividade de ações transversais que promovam informação, voz, visibilidade e promoção de políticas de ações afirmativas de equidade socioeconômica mediadas por representantes de seus respectivos grupos.

EMS-E3-01

Proposta 31

Condicionar repasses federais e do Saldo Necessário ao Financiamento (SNF) à regulamentação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) nos municípios, fortalecendo a governança das OSCs. Instituir o Selo Verde para certificação socioambiental com incentivos fiscais. Implementar Taxonomia Nacional com salvaguardas sociais e dotação impositiva de 35% para execução integrada dos 18 ODS. Estruturar o fomento à economia solidária, circular e bioeconomia, inclusão, combate ao racismo e soberania.

EPB-E6-01

Proposta 32

Criar instrumentos de incentivos à inovação socioterritorial, através de financiamentos públicos, filantropia e investimento social privado, voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas sustentáveis construídas a partir das demandas, potencialidades e participação dos territórios periféricos urbanos, periurbanos e rurais, considerando a preservação e conservação de áreas costeiras, da agroecologia e populações em situação de vulnerabilização e racismo ambiental.

EPE-E4-01

Proposta 33

Fundo federal estruturado pela combinação de recursos (Blended Finance), para garantir o acesso de mulheres chefes de família ao crédito para iniciativas de desenvolvimento sustentável e adaptação climática, em parceria multissetorial (ODS 5, 10, 13 e 17). Até 2030, mobiliza capital, reduz desigualdades e fortalece cadeias sustentáveis.

L156-E6-01

Proposta 34

Reunir iniciativa privada, governo e sociedade civil em rede com planejamento integrado e parcerias formais, aplicando os recursos captados em projetos locais com capacitação obrigatória dos beneficiários e instituição de metas de impacto, garantindo eficiência, inclusão e crescimento econômico mensuráveis.

L178-E6-01

Proposta 35

Criar e ampliar mecanismos de financiamento para planejamento urbano, habitação de interesse social (ATHIS/ATIP) e enfrentamento de riscos ambientais, incluindo instrumentos redistributivos, contrapartidas de empreendimentos de alto padrão, parcerias público-privadas e fundos específicos voltados à redução das desigualdades territoriais.

L179-E6-01

Proposta 36

Formalizar a adesão municipal ao Novo Viver sem Limite, com diagnóstico territorial e Plano de Ação Municipal, criando estratégia permanente de captação de recursos e rede de cooperação entre secretarias, universidades, organizações da sociedade civil e iniciativa privada para execução de ações inclusivas com metas e indicadores anuais.

L190-E6-01

Proposta 37

Instrumento jurídico que formaliza a colaboração entre governo, academia, sociedade civil e setor privado em saúde bucal, com metas verificáveis, responsabilidades distribuídas e auditoria externa independente — preferencialmente por universidade pública — que publica relatórios periódicos de acompanhamento.

L197-E5-01

Proposta 38

Propõe-se a criação de um Fundo Regional de Sustentabilidade Urbana e Regeneração Comunitária com o modelo de governança participativa, gestão compartilhada entre o poder público regional ou municipal e conselhos comunitários e populares territorialmente representativos.

L198-E2-01

Proposta 39

Garantir e instituir que o orçamento de compensações ambientais do setor privado seja direcionado para fundos regionais voltados ao financiamento de iniciativas de economia solidária, cooperativismo popular, ecobioempreendedorismo, empreendedorismo feminino sustentável e agricultura urbana, garantindo editais facilitados para acesso a estes recursos para organizações comunitárias com prioridade para populações tradicionais, indígenas, quilombolas, periféricas, negras e pardas.

L198-E6-01

Proposta 40

Criar uma política nacional direcionada ao financiamento de sistema de fornecimento de água potável a todas as residências, bem como rede de esgoto e construção de estações de tratamento de água.

L204-E5-01

Proposta 41

Que o Estado garanta orçamentos e parcerias internacionais com organizações comprometidas com os direitos humanos para ações que promovam a inclusão social, equidade e justiça social por meio do fortalecimento de populações vulnerabilizadas, garantindo acesso a direitos, saúde, educação, cultura e participação cidadã. Que combata desigualdades étnicas, territoriais, sociais e econômicas, valorizando a diversidade, a dignidade humana, os saberes ancestrais e o protagonismo comunitário.

L207-E6-01

Proposta 42

Promover a criação de uma rede de cooperação multisetorial permanente para permitir que diferentes instituições e pessoas juntem conhecimentos, recursos financeiros e ações sociais em benefício coletivo, através da capacitação para absorver recursos, buscando democratizar o acesso as oportunidades de financiamentos, promovendo autonomia, sustentabilidade e impacto social.

L211-E6-01

Proposta 43

Criar um fundo permanente de financiamento para as ações sociais em habitação, articulando recursos federais, estaduais, municipais e parcerias com a sociedade civil e setor privado. Priorizar territórios vulneráveis e garantir que os investimentos estejam alinhados aos ODS e as demandas identificadas pelas comunidades.

L214-E5-01

Proposta 44

Garantir financiamento para atividades de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) locais e temáticos, utilizando fundos estaduais ou municipais para concessão de bolsas de inovação e desenvolvimento sustentável. É fundamental estruturar consórcios multi-institucionais e multi-empresariais que compartilhem infraestrutura e talentos, permitindo que as ICT enfrentem juntas os desafios complexos da Agenda 2030.

L216-E1-01

Proposta 45

Garantir financiamento para atividades de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) locais e temáticos, utilizando fundos estaduais ou municipais para concessão de bolsas de inovação e desenvolvimento sustentável. É fundamental estruturar consórcios multi-institucionais e multi-empresariais que compartilhem infraestrutura e talentos, permitindo que as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) enfrentem juntas os desafios complexos da Agenda 2030.

L216-E6-01

Proposta 46

Fortalecer mecanismos de transparência e controle social na destinação de recursos públicos para projetos sociais, esportivos e comunitários, garantindo ampla divulgação dos editais, critérios de seleção, valores repassados, prestação de contas e resultados alcançados, por meio de plataformas acessíveis e participação ativa da sociedade civil, assegurando maior fiscalização, igualdade de oportunidades e combate à desigualdade no acesso aos financiamentos públicos.

L217-E5-01

Proposta 47

Fomento a agentes de ecossistema, lideranças que identificam, conectam e articulam atores, impulsionando a colaboração multissetorial e o uso eficiente de recursos. A política prevê estímulo à formação desses agentes, com apoio financeiro e operacional, fortalecendo sua atuação contínua e ampliando impactos sustentáveis nos territórios.

L218-E6-01

Proposta 48

Criar um Fundo Nacional de Economia Criativa Sustentável, estruturado por meio de blended finance e parcerias público-privadas, para apoiar pequenos negócios criativos, cooperativas e empreendimentos culturais. A proposta prevê incentivos fiscais, crédito acessível, plataformas digitais de comercialização e financiamento de iniciativas alinhadas aos ODS e à geração de impacto socioambiental positivo.

L219-E6-01

Proposta 49

Instituir uma carteira pública integrada de prioridades estruturantes, com pactuação intersetorial, fontes coordenadas de financiamento, metas, responsáveis e monitoramento periódico, para articular governança, saneamento, inclusão produtiva, educação inovadora e controle social, evitando dispersão e convertendo instrumentos já existentes em capacidade contínua de execução para Montes Claros.

L220-E6-01

Proposta 50

Criar uma plataforma pública unificada para publicação de editais de fomento interinstitucional para fortalecimento de instituições.

L221-E1-01

Proposta 51

Fortalecimento da articulação das ONGs locais, poder público, comunidades em situação de vulnerabilidade.

L221-E5-01

Proposta 52

Criar Fundo de Reparação Racial de Araraquara com repasse obrigatório de 0,5% da receita tributária municipal, contribuição empresarial e compensações ambientais, gerido por conselho com maioria de mulheres negras, e integrar empreendedores criativos da cidade em circuitos de economia sustentável como propagadores dos ODS e GT ODS em comitê no Conselho Municipal de Combate à Discriminação e ao Racismo (COMCEDIR).

L232-E6-01

Proposta 53

Criação de fundo unificado que concentre todos os repasses federais para saúde bucal, com critério redistributivo explícito: municípios com maior índice de vulnerabilidade bucal (calculado a partir de dados epidemiológicos, renda per capita e cobertura da atenção primária) recebem per capita mais recursos. Relatório anual de distribuição publicado com metodologia transparente.

L235-E6-01

Proposta 54

Formar um fundo verde para o empoderamento comunitário, com verba do fundo perdido, em ações de sustentabilidade local destinada à: formação de docentes, escola como exemplo de: compostagem, coleta seletiva e arborização. associações comunitárias, turismo de base comunitária.

L249-E2-01

Proposta 55

Fortalecer os municípios por meio da ampliação de repasses financeiros, garantindo maior capacidade de atendimento aos grupos prioritários e em situação de vulnerabilidade.

L252-E3-01

Proposta 56

Criar Fundo de Monitoramento Ambiental, financiado pelos responsáveis pelos empreendimentos causadores de impactos ambientais diretos e indiretos ao meio ambiente, avaliando rotineiramente indicadores ambientais que contemplem análises de água, ar, solo e situações epidemiológicas decorrentes das atividades potencialmente poluidoras.

L255-E6-01

Proposta 57

Instituir mecanismos de financiamento continuado para ações da primeira infância em territórios indígenas e comunidades tradicionais, rurais e de vulnerabilidade social e imigrantes, mediante destinação prioritária de recursos do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para gestantes e crianças de 0 a 6 anos, no novo PAC-Creches que atendam os padrões de qualidade normatizados, e demais políticas públicas intersetoriais.

L270-E3-01

The background is a solid red color with a repeating pattern of small, light red speech bubbles. In the upper right corner, there is a decorative graphic consisting of several overlapping, colorful geometric shapes: a brown trapezoid, a dark blue trapezoid, a blue trapezoid, a green trapezoid, a light blue trapezoid, and a yellow trapezoid. Interspersed among these shapes are several small circles in matching colors: brown, dark blue, blue, green, light blue, and dark green.

RASTREAMENTO DE PROPOSTAS

RASTREAMENTO DE PROPOSTAS

Esta seção destina-se ao rastreamento de propostas por etapa prévia, que permite identificar em qual proposta nacional foi sistematizada cada uma das propostas originais. Também é possível verificar se a proposta original foi utilizada em mais de um GT e/ou proposta final.

Nesta seção, as propostas estarão dispostas por estado ou etapa livre, como exemplificado a seguir:

Conferência Estadual do Acre (Exemplo)

EAC-E2-01 (Origem) GT 06 Proposta 03 (Destino)

Nesse exemplo, a proposta original está contemplada na proposta sistematizada 03 do GT 06 (Eixo 3).

L004 - Conferência Livre da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia

L004-E3-01 (Origem) GT 01 - Proposta 06 (Destino)

L004-E3-01 (Origem) GT 09 - Proposta 09 (Destino)

Nesse exemplo, trechos da proposta original foram aproveitados na proposta 06 do GT 01 (Eixo 1) e na proposta 09 do GT 09 (Eixo3).

Etapas Estaduais

Acre

EAC-E1-01	GT 01 - Proposta 04
EAC-E2-01	GT 06 - Proposta 03
EAC-E3-01	GT 07 - Proposta 01
EAC-E4-01	GT 11 - Proposta 27
EAC-E5-01	GT 14 - Proposta 13
EAC-E6-01	GT 14 - Proposta 24

Amazonas

EAM-E1-01	GT 03 - Proposta 21
EAM-E2-01	GT 06 - Proposta 32
EAM-E3-01	GT 13 - Proposta 28
EAM-E4-01	GT 11 - Proposta 28
EAM-E5-01	GT 13 - Proposta 29
EAM-E6-01	GT 14 - Proposta 25

Ceará

ECE-E1-01	GT 01 - Proposta 21
ECE-E2-01	GT 06 - Proposta 33
ECE-E3-01	GT 15 - Proposta 28
ECE-E4-01	GT 11 - Proposta 29
ECE-E5-01	GT 12 - Proposta 20
ECE-E6-01	GT 14 - Proposta 26

Distrito Federal

EDF-E1-01	GT 03 - Proposta 22
EDF-E2-01	GT 06 - Proposta 34
EDF-E3-01	GT 08 - Proposta 38
EDF-E4-01	GT 10 - Proposta 31
EDF-E5-01	GT 13 - Proposta 30
EDF-E6-01	GT 01 - Proposta 22

Espírito Santo

EES-E1-01	GT 03 - Proposta 23
EES-E2-01	GT 05 - Proposta 21
EES-E3-01	GT 08 - Proposta 39
EES-E4-01	GT 11 - Proposta 30
EES-E5-01	GT 08 - Proposta 40
EES-E6-01	GT 14 - Proposta 27

Maranhão

EMA-E1-01	GT 03 - Proposta 01
EMA-E2-01	GT 04 - Proposta 10
EMA-E3-01	GT 11 - Proposta 05
EMA-E4-01	GT 11 - Proposta 03
EMA-E4-01	GT 14 - Proposta 01
EMA-E5-01	GT 01 - Proposta 02
EMA-E6-01	GT 14 - Proposta 03
EMA-E6-01	GT 14 - Proposta 07

Mato Grosso do Sul

EMS-E1-01	GT 03 - Proposta 24
EMS-E2-01	GT 06 - Proposta 35
EMS-E3-01	GT 15 - Proposta 30
EMS-E4-01	GT 11 - Proposta 32
EMS-E5-01	GT 12 - Proposta 21
EMS-E6-01	GT 14 - Proposta 29

Minas Gerais

EMG-E1-01	GT 01 - Proposta 23
EMG-E2-01	GT 04 - Proposta 29

EMG-E3-01	GT 15 - Proposta 29
EMG-E4-01	GT 11 - Proposta 31
EMG-E5-01	GT 01 - Proposta 24
EMG-E6-01	GT 14 - Proposta 28

Pará

EPA-E1-01	GT 02 - Proposta 23
EPA-E2-01	GT 06 - Proposta 01
EPA-E3-01	GT 03 - Proposta 02
EPA-E4-01	GT 11 - Proposta 02
EPA-E5-01	GT 12 - Proposta 05
EPA-E6-01	GT 14 - Proposta 02

Paraíba

EPB-E1-01	GT 03 - Proposta 25
EPB-E2-01	GT 04 - Proposta 30
EPB-E3-01	GT 08 - Proposta 41
EPB-E4-01	GT 08 - Proposta 42
EPB-E5-01	GT 13 - Proposta 31
EPB-E6-01	GT 15 - Proposta 31

Pernambuco

EPE-E1-01	GT 03 - Proposta 26
EPE-E2-01	GT 06 - Proposta 36
EPE-E3-01	GT 07 - Proposta 24
EPE-E4-01	GT 15 - Proposta 32
EPE-E5-01	GT 08 - Proposta 43
EPE-E6-01	GT 14 - Proposta 30

Piauí

EPI-E1-01	GT 01 - Proposta 02
EPI-E2-01	GT 04 - Proposta 05
EPI-E3-01	GT 07 - Proposta 11
EPI-E4-01	GT 10 - Proposta 06
EPI-E5-01	GT 02 - Proposta 04
EPI-E6-01	GT 14 - Proposta 01
EPI-E6-01	GT 14 - Proposta 05

Rio de Janeiro

ERJ-E1-01	GT 01 - Proposta 25
ERJ-E2-01	GT 06 - Proposta 37
ERJ-E3-01	GT 01 - Proposta 26
ERJ-E4-01	GT 10 - Proposta 32
ERJ-E5-01	GT 12 - Proposta 22
ERJ-E6-01	GT 14 - Proposta 31

Rio Grande do Norte

ERN-E1-01	GT 01 - Proposta 11
ERN-E2-01	GT 13 - Proposta 17
ERN-E3-01	GT 13 - Proposta 18
ERN-E4-01	GT 14 - Proposta 04
ERN-E5-01	GT 12 - Proposta 11
ERN-E5-01	GT 13 - Proposta 01
ERN-E6-01	GT 15 - Proposta 16

Rondônia

ERO-E1-01	GT 12 - Proposta 23
ERO-E2-01	GT 05 - Proposta 22
ERO-E3-01	GT 11 - Proposta 33
ERO-E4-01	GT 10 - Proposta 33
ERO-E5-01	GT 13 - Proposta 32
ERO-E6-01	GT 14 - Proposta 32

Roraima

ERR-E1-01	GT 01 - Proposta 07
ERR-E2-01	GT 04 - Proposta 09
ERR-E3-01	GT 13 - Proposta 19
ERR-E4-01	GT 10 - Proposta 05
ERR-E5-01	GT 12 - Proposta 05
ERR-E6-01	GT 14 - Proposta 01

Santa Catarina

ESC-E1-01	GT 01 - Proposta 01
ESC-E1-01	GT 01 - Proposta 04
ESC-E2-01	GT 05 - Proposta 04
ESC-E3-01	GT 02 - Proposta 01
ESC-E4-01	GT 11 - Proposta 04
ESC-E5-01	GT 12 - Proposta 08
ESC-E6-01	GT 14 - Proposta 03

São Paulo

ESP-E1-01	GT 14 - Proposta 33
ESP-E2-01	GT 05 - Proposta 23
ESP-E3-01	GT 07 - Proposta 25
ESP-E4-01	GT 11 - Proposta 34
ESP-E5-01	GT 12 - Proposta 24
ESP-E6-01	GT 14 - Proposta 34

Sergipe

ESE-E1-01	GT 01 - Proposta 13
-----------	---------------------

ESE-E2-01	GT 06 - Proposta 05
ESE-E3-01	GT 07 - Proposta 03
ESE-E4-01	GT 13 - Proposta 04
ESE-E5-01	GT 02 - Proposta 02
ESE-E6-01	GT 14 - Proposta 11

Tocantins

ETO-E1-01	GT 02 - Proposta 07
ETO-E2-01	GT 04 - Proposta 12
ETO-E3-01	GT 07 - Proposta 05
ETO-E4-01	GT 12 - Proposta 01
ETO-E5-01	GT 03 - Proposta 01
ETO-E6-01	GT 14 - Proposta 07

Etapas Livres

L001 - Conferência Livre de Rio Branco - AC "Democracia, Inclusão e Justiça Social: o Acre na construção da Agenda 2030"

L001-E1-01	GT 01 - Proposta 01
L001-E3-01	GT 01 - Proposta 06

L002 - Conferência Livre de Manaus - AM "Fórum Juventudes Amazônidas"

L002-E1-01	GT 13 - Proposta 14
L002-E2-01	GT 09 - Proposta 10
L002-E3-01	GT 06 - Proposta 01
L002-E4-01	GT 05 - Proposta 12
L002-E5-01	GT 06 - Proposta 11
L002-E6-01	GT 07 - Proposta 04

L003 - Conferência Livre de Barrocas - Bahia

L003-E1-01	GT 02 - Proposta 08
L003-E2-01	GT 06 - Proposta 13
L003-E3-01	GT 09 - Proposta 11
L003-E4-01	GT 11 - Proposta 01
L003-E5-01	GT 12 - Proposta 16
L003-E6-01	GT 14 - Proposta 14

L004 - Conferência Livre da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia

L004-E1-01	GT 01 - Proposta 04
L004-E2-01	GT 04 - Proposta 08
L004-E3-01	GT 01 - Proposta 06
L004-E3-01	GT 09 - Proposta 09
L004-E4-01	GT 10 - Proposta 01
L004-E6-01	GT 14 - Proposta 02

L005 - Conferência Livre de Serrinha - Bahia.

L005-E1-01 GT 01 - Proposta 01
L005-E2-01 GT 06 - Proposta 03
L005-E3-01 GT 13 - Proposta 04
L005-E4-01 GT 04 - Proposta 03
L005-E5-01 GT 02 - Proposta 03
L005-E6-01 GT 14 - Proposta 02

L006 - Conferência Livre de Belo Horizonte - MG "Governança participativa para a redução das desigualdades"

L006-E1-01 GT 15 - Proposta 03
L006-E3-01 GT 08 - Proposta 13
L006-E5-01 GT 03 - Proposta 01

L007 - Conferência Livre de Fortaleza - CE "Combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes"

L007-E3-01 GT 08 - Proposta 04
L007-E3-01 GT 08 - Proposta 06

L008 - Conferência Livre de Paracuru - CE "Territórios Costeiros, Marisqueiros, Pescadoras e Pescadores, e o Protagonismo das Mulheres das Águas"

L008-E2-01 GT 04 - Proposta 04
L008-E3-01 GT 08 - Proposta 14
L008-E5-01 GT 01 - Proposta 05

L009 - Conferência Livre de Brasília - DF "Cultura e ODS"

L009-E2-01 GT 04 - Proposta 02
L009-E3-01 GT 09 - Proposta 01

L010 - Conferência Livre de Brasília - DF "Legado Kofi Annan: governança, sustentabilidade e impacto no Brasil"

L010-E1-01 GT 12 - Proposta 15
L010-E2-01 GT 06 - Proposta 04
L010-E3-01 GT 06 - Proposta 04
L010-E4-01 GT 13 - Proposta 06
L010-E5-01 GT 12 - Proposta 14
L010-E6-01 GT 12 - Proposta 13

L011 - Conferência Livre de Brasília - DF "ONG Moradia e Cidadania 2"

L011-E1-01 GT 15 - Proposta 11
L011-E2-01 GT 04 - Proposta 03
L011-E3-01 GT 08 - Proposta 03
L011-E4-01 GT 11 - Proposta 11
L011-E5-01 GT 13 - Proposta 11
L011-E6-01 GT 15 - Proposta 04

L012 - Conferência Livre de Brasília - DF "Trabalho Social em Habitação"

L012-E2-01 GT 04 - Proposta 13
L012-E3-01 GT 08 - Proposta 15

L013 - Conferência livre de Brasília - DF "ONG Moradia e Cidadania 1"

L013-E1-01 GT 13 - Proposta 16
L013-E2-01 GT 06 - Proposta 07
L013-E3-01 GT 08 - Proposta 05
L013-E6-01 GT 15 - Proposta 04

L014 - Conferência Livre de Brasília - DF "Culturas Populares sobre os ODS"

L014-E4-01 GT 10 - Proposta 02
L014-E5-01 GT 13 - Proposta 01
L014-E6-01 GT 14 - Proposta 17

L015 - Conferência Livre de Brasília - DF "ODS da Assistência Social"

L015-E1-01 GT 03 - Proposta 08
L015-E2-01 GT 09 - Proposta 07
L015-E3-01 GT 07 - Proposta 12
L015-E4-01 GT 11 - Proposta 16
L015-E5-01 GT 15 - Proposta 02
L015-E6-01 GT 15 - Proposta 02

L016 - Conferência Livre da OAB de Cariacica - ES

L016-E1-01 GT 01 - Proposta 01
L016-E2-01 GT 05 - Proposta 04
L016-E3-01 GT 08 - Proposta 16
L016-E4-01 GT 11 - Proposta 17
L016-E5-01 GT 01 - Proposta 01
L016-E5-01 GT 03 - Proposta 01
L016-E6-01 GT 15 - Proposta 17

L017 - Conferência Livre de João Monlevade - MG

L017-E3-01 GT 08 - Proposta 17
L017-E5-01 GT 01 - Proposta 05

L018 - Conferência Livre de Montes Claros - MG

L018-E1-01 GT 15 - Proposta 03
L018-E3-01 GT 13 - Proposta 20

L019 - Conferência Livre de Patrocínio - MG

L019-E4-01 GT 11 - Proposta 07

L020 - Conferência Livre de Sete Lagoas - MG "Adolescentes e Juventudes pelos ODS"

L020-E2-01 GT 08 - Proposta 18
L020-E3-01 GT 08 - Proposta 19

L021 - Conferência Livre de Cuiabá - MT "InovaBLV Vespertino"

L021-E1-01 GT 15 - Proposta 18
L021-E2-01 GT 06 - Proposta 14
L021-E3-01 GT 08 - Proposta 20
L021-E4-01 GT 11 - Proposta 18
L021-E5-01 GT 13 - Proposta 21
L021-E6-01 GT 08 - Proposta 06

L022 - Conferência Livre de Ananindeua - PA

L022-E1-01 GT 03 - Proposta 01
L022-E1-01 GT 15 - Proposta 01
L022-E2-01 GT 04 - Proposta 14
L022-E3-01 GT 08 - Proposta 21
L022-E4-01 GT 11 - Proposta 13
L022-E5-01 GT 01 - Proposta 03
L022-E5-01 GT 08 - Proposta 01
L022-E6-01 GT 14 - Proposta 10

L023 - Conferência Municipal de Jacareacanga - PA

L023-E1-01 GT 01 - Proposta 02
L023-E2-01 GT 06 - Proposta 15
L023-E3-01 GT 08 - Proposta 02
L023-E4-01 GT 05 - Proposta 02
L023-E5-01 GT 14 - Proposta 04
L023-E6-01 GT 14 - Proposta 06

L024 - Conferência Livre de João Pessoa - PB "ODS Santa Clara: Direito ao território e futuro sustentável"

L024-E2-01 GT 04 - Proposta 15

L025 - Conferência Livre da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

L025-E1-01 GT 07 - Proposta 02
L025-E2-01 GT 11 - Proposta 19
L025-E3-01 GT 08 - Proposta 22
L025-E4-01 GT 15 - Proposta 09
L025-E5-01 GT 01 - Proposta 08
L025-E6-01 GT 14 - Proposta 05

L026 - Conferência Livre de Recife - PE

L026-E1-01 GT 01 - Proposta 03

L026-E3-01 GT 09 - Proposta 02

L027 - Conferência Livre de Taquaritinga do Norte - PE

L027-E2-01 GT 06 - Proposta 02

L028 - Conferência Livre da FATEC de Mogi Das Cruzes - SP 1

L028-E1-01 GT 02 - Proposta 12

L028-E2-01 GT 04 - Proposta 16

L028-E4-01 GT 10 - Proposta 16

L028-E5-01 GT 11 - Proposta 01

L029 - Conferência Livre da FATEC de Mogi Das Cruzes - SP 2

L029-E1-01 GT 03 - Proposta 10

L029-E2-01 GT 05 - Proposta 13

L029-E4-01 GT 11 - Proposta 20

L029-E5-01 GT 12 - Proposta 03

L030 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Democracia e instituições fortes"

L030-E1-01 GT 02 - Proposta 04

L031 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Promoção da Inclusão Social"

L031-E3-01 GT 07 - Proposta 01

L032 - Conferência Livre do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

L032-E1-01 GT 03 - Proposta 07

L032-E3-01 GT 15 - Proposta 19

L033 - Conferência Livre de Boa Vista - RR "Movimento Empresarial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"

L033-E2-01 GT 06 - Proposta 04

L033-E4-01 GT 10 - Proposta 08

L034 - Conferência Livre de Boa Vista - RR

L034-E3-01 GT 07 - Proposta 13

L035 - Conferência Livre de Boa Vista - RR " 1º Seminário dos Secretários dos Povos Indígenas de Roraima, Conferência Livre sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com os Povos Originários" "

L035-E5-01 GT 07 - Proposta 04

L036 - Conferência Livre de Canoas - RS "Gênero, Clima e os ODS"

L036-E5-01 GT 12 - Proposta 12

L037 - Conferência Livre de Ijuí - RS "Vozes da Sustentabilidade"

L037-E3-01 GT 09 - Proposta 05

L038 - Conferência Livre de Porto Alegre - RS "Movimento ODS do RS"

L038-E5-01 GT 12 - Proposta 04

L039 - Conferência Livre de Porto Alegre - RS "Soluções inovadoras para uma Porto Alegre sustentável"

L039-E4-01 GT 12 - Proposta 01

L040 - Conferência Livre de São Leopoldo - RS

L040-E2-01 GT 06 - Proposta 16

L041 - Conferência Livre de Balneário Camboriú e Camboriú - SC "Parcerias para um futuro sustentável"

L041-E2-01 GT 05 - Proposta 03

L041-E3-01 GT 07 - Proposta 01

L042 - Conferência Livre de Balneário Camboriú - SC "Instituições de Ensino Superior"

L042-E1-01 GT 12 - Proposta 03

L042-E2-01 GT 06 - Proposta 12

L042-E3-01 GT 08 - Proposta 12

L042-E4-01 GT 10 - Proposta 13

L042-E5-01 GT 01 - Proposta 02

L042-E6-01 GT 15 - Proposta 14

L043 - Conferência Livre de São Cristóvão - SE "Assegurar vida saudável e igualdade de gênero para mulheres e meninas"

L043-E3-01 GT 03 - Proposta 11

L043-E5-01 GT 10 - Proposta 02

L044 - Conferência Livre de Guarulhos - SP 1

L044-E3-01 GT 07 - Proposta 14

L044-E6-01 GT 14 - Proposta 12

L045 - Conferência Livre de Amparo - SP

L045-E1-01 GT 07 - Proposta 15

L045-E2-01 GT 07 - Proposta 16

L045-E3-01 GT 07 - Proposta 17

L045-E4-01 GT 04 - Proposta 02

L045-E5-01 GT 08 - Proposta 23

L045-E6-01 GT 15 - Proposta 20

L046 - Conferência Livre de Botucatu - SP "INTERSSAN e organizações paulistas: Unindo forças para promover o direito à alimentação e ao território"

L046-E3-01 GT 04 - Proposta 17

L046-E6-01 GT 10 - Proposta 01

L047 - Conferência Livre de Bragança Paulista - SP "RENDAR e ODS: 4 passos para um amanhã sustentável"

L047-E1-01 GT 08 - Proposta 01

L047-E2-01 GT 06 - Proposta 02

L047-E3-01 GT 08 - Proposta 09

L047-E4-01 GT 11 - Proposta 12

L047-E5-01 GT 02 - Proposta 11

L047-E6-01 GT 14 - Proposta 03

L048 - Conferência Livre de Bragança Paulista - SP "Mulher, começo, recomeços, meios e fins para sobreviver ao ódio"

L048-E3-01 GT 08 - Proposta 01

L049 - Conferência Livre de Guarulhos - SP 2

L049-E1-01 GT 05 - Proposta 14

L049-E5-01 GT 13 - Proposta 22

L050 - Conferência Livre de Cubatão - SP 1

L050-E1-01 GT 01 - Proposta 14

L050-E2-01 GT 06 - Proposta 17

L050-E3-01 GT 02 - Proposta 13

L050-E4-01 GT 10 - Proposta 04

L050-E5-01 GT 12 - Proposta 02

L050-E6-01 GT 15 - Proposta 21

L051 - Conferência Livre de Guarulhos - SP 3 "Cooperação ética para financiar o futuro sustentável"

L051-E6-01 GT 15 - Proposta 15

L052 - Conferência Livre da Universidade São Judas Tadeu (USJT) "Rua: Resiliência Urbana Em Ação"

L052-E5-01 GT 15 - Proposta 22

L053 - Conferência Livre de Rio Grande da Serra - SP "Inclusão social e combate às desigualdades"

L053-E3-01 GT 08 - Proposta 24

L054 - Conferência Livre de Santos - SP

L054-E1-01 GT 01 - Proposta 08

L054-E2-01 GT 04 - Proposta 18
L054-E3-01 GT 03 - Proposta 12
L054-E4-01 GT 13 - Proposta 23
L054-E5-01 GT 12 - Proposta 17
L054-E6-01 GT 15 - Proposta 05

L055 - Conferência Livre de São José dos Campos - SP

L055-E2-01 GT 04 - Proposta 19
L055-E3-01 GT 07 - Proposta 18
L055-E5-01 GT 12 - Proposta 18
L055-E6-01 GT 14 - Proposta 01

L056 - Conferência Livre de São Paulo - SP

L056-E2-01 GT 06 - Proposta 05
L056-E6-01 GT 15 - Proposta 12

L057 - Conferência Livre de Sorocaba - SP

L057-E1-01 GT 02 - Proposta 14
L057-E2-01 GT 05 - Proposta 15
L057-E3-01 GT 03 - Proposta 13
L057-E4-01 GT 06 - Proposta 18
L057-E5-01 GT 01 - Proposta 15
L057-E6-01 GT 14 - Proposta 06

L058 - Conferência Livre da Universidade de Gurupi (UnirG) - TO

L058-E3-01 GT 09 - Proposta 12
L058-E4-01 GT 10 - Proposta 17
L058-E5-01 GT 01 - Proposta 16

L059 - Conferência Livre de Manaus - AM "GT ODS Amazonas"

L059-E1-01 GT 01 - Proposta 17
L059-E2-01 GT 06 - Proposta 19
L059-E3-01 GT 08 - Proposta 02
L059-E4-01 GT 10 - Proposta 18
L059-E5-01 GT 12 - Proposta 04
L059-E6-01 GT 14 - Proposta 01

L060 - Conferência Livre de Caucaia - CE

L060-E3-01 GT 07 - Proposta 19

L061 - Conferência Livre de Brasília - DF "Princípios e valores da Carta da Terra na implementação dos ODS"

L061-E2-01 GT 06 - Proposta 20
L061-E5-01 GT 12 - Proposta 09

L062 - Conferência Livre de Presidente Tancredo Neves - BA "Associação de Mulheres Liberinas"

L062-E1-01 GT 01 - Proposta 06
L062-E2-01 GT 05 - Proposta 01
L062-E2-01 GT 05 - Proposta 02
L062-E3-01 GT 15 - Proposta 23
L062-E4-01 GT 10 - Proposta 07
L062-E5-01 GT 01 - Proposta 02
L062-E6-01 GT 12 - Proposta 10

L063 - Conferência Municipal de Passa Quatro - MG

L063-E3-01 GT 08 - Proposta 25

L064 - Conferência Livre de Poços de Caldas - MG

L064-E2-01 GT 06 - Proposta 21
L064-E3-01 GT 08 - Proposta 26
L064-E4-01 GT 10 - Proposta 19
L064-E5-01 GT 01 - Proposta 01

L065 - Conferência Livre de Laranjeiras - PB

L065-E3-01 GT 09 - Proposta 03

L066 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Ecocídio é racismo: ODS 18 é enfrentamento e superação"

L066-E1-01 GT 03 - Proposta 02
L066-E2-01 GT 05 - Proposta 05
L066-E3-01 GT 05 - Proposta 05
L066-E3-01 GT 07 - Proposta 02
L066-E4-01 GT 10 - Proposta 02
L066-E5-01 GT 13 - Proposta 09
L066-E6-01 GT 15 - Proposta 08

L067 - Conferência Livre da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

L067-E3-01 GT 08 - Proposta 11

L068 - Conferência Livre de Natal - RN

L068-E3-01 GT 08 - Proposta 27

L069 - Conferência Livre de Santa Cruz - RN "Letramento Digital e IA para Mulheres 50+"

L069-E4-01 GT 11 - Proposta 21

L070 - Conferência Livre de Poço Verde - SE

L070-E1-01 GT 01 - Proposta 18

L070-E2-01 GT 04 - Proposta 01
L070-E3-01 GT 08 - Proposta 10
L070-E4-01 GT 10 - Proposta 10

L071 - Conferência Livre de Guarulhos - SP 4

L071-E2-01 GT 04 - Proposta 07
L071-E4-01 GT 10 - Proposta 20

L072 - Conferência Livre de Mogi das Cruzes - SP "O papel das universidades na construção do desenvolvimento sustentável"

L072-E2-01 GT 06 - Proposta 09
L072-E4-01 GT 10 - Proposta 04
L072-E5-01 GT 01 - Proposta 07

L073 - Conferência Livre de São Paulo - SP "Controle social e governança dos ODS: como municípios e juventudes podem contribuir hoje com a agenda 2030 no Brasil?"

L073-E1-01 GT 03 - Proposta 03
L073-E3-01 GT 03 - Proposta 01

L074 - Conferência Livre de Itacoatiara - AM "Construindo políticas para o envelhecimento saudável nos territórios da Amazônia legal"

L074-E1-01 GT 03 - Proposta 04
L074-E2-01 GT 05 - Proposta 11
L074-E3-01 GT 07 - Proposta 20
L074-E4-01 GT 10 - Proposta 21
L074-E5-01 GT 02 - Proposta 01
L074-E6-01 GT 07 - Proposta 10

L075 - Conferência Livre de Itacoatiara - AM "Educação, saúde e território: estratégias para a equidade e inclusão social"

L075-E1-01 GT 13 - Proposta 03
L075-E2-01 GT 05 - Proposta 10
L075-E3-01 GT 09 - Proposta 13
L075-E5-01 GT 13 - Proposta 03

L076 - Conferência Livre de Fortaleza - CE "Movimento Proparque Fortaleza"

L076-E2-01 GT 15 - Proposta 24
L076-E3-01 GT 09 - Proposta 14
L076-E5-01 GT 02 - Proposta 15

L077 - Conferência Livre de Brasília - DF "Vozes Migrantes, Refugiadas e Apátridas na Agenda 2030: por um Brasil Democrático, Inclusivo e Sustentável"

L077-E1-01 GT 03 - Proposta 06
L077-E3-01 GT 07 - Proposta 09
L077-E5-01 GT 03 - Proposta 05
L077-E6-01 GT 15 - Proposta 13

**L078 - Conferência Livre da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
"Contribuições para a Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável"**

L078-E1-01 GT 03 - Proposta 09
L078-E2-01 GT 06 - Proposta 01
L078-E3-01 GT 02 - Proposta 16
L078-E4-01 GT 10 - Proposta 22
L078-E5-01 GT 12 - Proposta 02
L078-E6-01 GT 14 - Proposta 03

L079 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Saúde nas Favelas"

L079-E3-01 GT 03 - Proposta 02

**L080 - Conferência Livre de Porto Alegre - RS "Rede Gaúcha de Instituições
para Educação Sustentável-REGIES sobre os ODS"**

L080-E2-01 GT 05 - Proposta 07
L080-E3-01 GT 10 - Proposta 12

L081 - Conferência Livre da Macrorregião Leste de São Paulo - SP

L081-E2-01 GT 05 - Proposta 16
L081-E4-01 GT 05 - Proposta 01
L081-E4-01 GT 11 - Proposta 01
L081-E6-01 GT 14 - Proposta 18

L082 - Conferência Livre da Área Continental de Santos - SP

L082-E2-01 GT 06 - Proposta 22

L083 - Conferência Livre da Macrorregião Centro-Oeste de São Paulo - SP

L083-E2-01 GT 06 - Proposta 23
L083-E6-01 GT 14 - Proposta 19

L084 - Conferência Livre de Francisco Morato - SP

L084-E2-01 GT 08 - Proposta 28
L084-E3-01 GT 08 - Proposta 29
L084-E4-01 GT 11 - Proposta 10

L085 - Conferência Livre da Baixada Maranhense - MA

L085-E1-01 GT 02 - Proposta 17
L085-E2-01 GT 04 - Proposta 20
L085-E3-01 GT 01 - Proposta 19

L085-E4-01 GT 04 - Proposta 21
L085-E5-01 GT 12 - Proposta 19
L085-E6-01 GT 14 - Proposta 20

L086 - Conferência Livre de Belo Horizonte - MG "Mobilidade urbana sustentável"

L086-E4-01 GT 10 - Proposta 03
L086-E6-01 GT 10 - Proposta 03

L087 - Conferência Livre de Salvador - BA "Inovação e sustentabilidade"

L087-E2-01 GT 06 - Proposta 03
L087-E4-01 GT 12 - Proposta 01

L088 - Conferência Livre de Aracruz - ES

L088-E1-01 GT 05 - Proposta 02
L088-E2-01 GT 04 - Proposta 01
L088-E3-01 GT 04 - Proposta 04
L088-E4-01 GT 06 - Proposta 01
L088-E5-01 GT 13 - Proposta 13
L088-E6-01 GT 14 - Proposta 09

L089 - Conferência Livre de Domingos Martins - ES "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas Montanhas Capixabas"

L089-E1-01 GT 02 - Proposta 10
L089-E2-01 GT 04 - Proposta 11
L089-E2-01 GT 05 - Proposta 09
L089-E3-01 GT 03 - Proposta 01
L089-E4-01 GT 11 - Proposta 02
L089-E5-01 GT 01 - Proposta 09
L089-E6-01 GT 15 - Proposta 06

L090 - Conferência Livre de Campo Grande – MS "Sustentabilidade ambiental - território, justiça ambiental e equidade social"

L090-E2-01 GT 06 - Proposta 24

L091 - Conferência Livre de Recife - PE "Mulheres pescadoras da Ilha de Deus"

L091-E2-01 GT 04 - Proposta 22
L091-E3-01 GT 09 - Proposta 04
L091-E4-01 GT 10 - Proposta 09
L091-E5-01 GT 13 - Proposta 15

L092 - Conferência Livre de Palmas - PR

L092-E1-01 GT 01 - Proposta 20
L092-E2-01 GT 04 - Proposta 23
L092-E3-01 GT 04 - Proposta 24

L092-E4-01 GT 10 - Proposta 23
L092-E5-01 GT 01 - Proposta 12
L092-E6-01 GT 15 - Proposta 10

L093 - Conferência Livre da Baixada Fluminense - RJ

L093-E1-01 GT 10 - Proposta 03
L093-E2-01 GT 05 - Proposta 01
L093-E3-01 GT 15 - Proposta 25
L093-E4-01 GT 06 - Proposta 05
L093-E5-01 GT 01 - Proposta 05
L093-E6-01 GT 14 - Proposta 01

L094 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Direito humano à água e ao saneamento como eixos da dignidade humana e resiliência climática"

L094-E1-01 GT 13 - Proposta 07
L094-E2-01 GT 06 - Proposta 06
L094-E3-01 GT 02 - Proposta 05
L094-E4-01 GT 13 - Proposta 08
L094-E5-01 GT 13 - Proposta 07
L094-E6-01 GT 02 - Proposta 02
L094-E6-01 GT 15 - Proposta 05

L095 - Conferência Livre Amparo - SP "Vozes para 2030: Policy Lab das Juventudes para os ODS"

L095-E1-01 GT 01 - Proposta 01
L095-E1-01 GT 02 - Proposta 09
L095-E3-01 GT 03 - Proposta 14

L096 - Conferência Livre de Cubatão - SP 2

L096-E3-01 GT 10 - Proposta 24
L096-E4-01 GT 11 - Proposta 22

L097 - Conferência Livre de Cubatão - SP 3

L097-E2-01 GT 05 - Proposta 17
L097-E3-01 GT 07 - Proposta 21

L098 - Conferência Livre de Cubatão - SP "Cultura e ODS"

L098-E3-01 GT 09 - Proposta 01

L099 - Conferência Livre de Jabaquara - SP

L099-E1-01 GT 02 - Proposta 18
L099-E2-01 GT 07 - Proposta 22
L099-E3-01 GT 07 - Proposta 23
L099-E4-01 GT 11 - Proposta 23
L099-E5-01 GT 02 - Proposta 01

L099-E6-01 GT 15 - Proposta 01

L100 - Conferência Livre de Itabira - MG "Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI): "Educação, tecnologia, inclusão e inovação"

L100-E1-01 GT 02 - Proposta 06

L100-E2-01 GT 06 - Proposta 25

L100-E3-01 GT 08 - Proposta 30

L100-E4-01 GT 11 - Proposta 15

L100-E5-01 GT 13 - Proposta 05

L100-E6-01 GT 15 - Proposta 26

L101 - Conferência Livre da Macrorregião Norte do Município de São Paulo - SP

L101-E2-01 GT 06 - Proposta 26

L101-E4-01 GT 10 - Proposta 01

L102 - Conferência Livre de Piracicaba - SP "Contribuições Caipiras à Conferência Nacional dos ODS"

L102-E1-01 GT 13 - Proposta 10

L102-E2-01 GT 05 - Proposta 06

L102-E3-01 GT 07 - Proposta 06

L102-E4-01 GT 10 - Proposta 14

L102-E4-01 GT 11 - Proposta 03

L102-E5-01 GT 01 - Proposta 02

L102-E6-01 GT 14 - Proposta 15

L103 - Conferência Livre de Santo André - SP

L103-E1-01 GT 01 - Proposta 07

L103-E2-01 GT 15 - Proposta 27

L103-E3-01 GT 13 - Proposta 24

L103-E4-01 GT 14 - Proposta 21

L104 - Conferência Livre de São Paulo - SP "Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ)"

L104-E3-01 GT 08 - Proposta 31

L104-E4-01 GT 13 - Proposta 25

L105 - Conferência Livre de São Paulo - SP "União Geral dos Trabalhadores"

L105-E3-01 GT 08 - Proposta 32

L106 - Conferência Livre de Manaus - AM "Grandes obras de infraestrutura na Amazônia e os ODS"

L106-E2-01 GT 04 - Proposta 06

L106-E3-01 GT 13 - Proposta 02

L106-E5-01 GT 13 - Proposta 02

L107 - Conferência Livre de Manaus - AM

L107-E1-01	GT 02 - Proposta 19
L107-E2-01	GT 04 - Proposta 01
L107-E3-01	GT 02 - Proposta 20
L107-E4-01	GT 10 - Proposta 25
L107-E5-01	GT 01 - Proposta 09
L107-E6-01	GT 14 - Proposta 16

L108 - Conferência Livre de Manaus - AM "Amazônia Generosa"

L108-E1-01	GT 05 - Proposta 08
L108-E2-01	GT 03 - Proposta 15
L108-E3-01	GT 05 - Proposta 18
L108-E4-01	GT 06 - Proposta 27
L108-E5-01	GT 13 - Proposta 26
L108-E6-01	GT 07 - Proposta 08

L109 - Conferência Livre de Dom Basílio - BA

L109-E1-01	GT 02 - Proposta 21
L109-E2-01	GT 06 - Proposta 28
L109-E3-01	GT 03 - Proposta 16
L109-E4-01	GT 10 - Proposta 15
L109-E5-01	GT 12 - Proposta 07
L109-E6-01	GT 14 - Proposta 01

L110 - Conferência Municipal de Barbalha - CE

L110-E2-01	GT 04 - Proposta 25
------------	---------------------

L111 - Conferência Livre da Federação das Associações de Ipaumirim - CE

L111-E1-01	GT 01 - Proposta 01
L111-E2-01	GT 04 - Proposta 26
L111-E3-01	GT 08 - Proposta 33
L111-E4-01	GT 10 - Proposta 26
L111-E5-01	GT 02 - Proposta 03
L111-E6-01	GT 14 - Proposta 02

L112 - Conferência Livre da Universidade da Amazônia (UNAMA)

L112-E1-01	GT 02 - Proposta 22
L112-E2-01	GT 04 - Proposta 01
L112-E3-01	GT 08 - Proposta 08
L112-E4-01	GT 11 - Proposta 14
L112-E5-01	GT 12 - Proposta 03
L112-E6-01	GT 06 - Proposta 02

L113 - Conferência Livre de Marituba - PA

L113-E1-01 GT 06 - Proposta 02

L113-E2-01 GT 08 - Proposta 03

L113-E3-01 GT 10 - Proposta 27

L113-E4-01 GT 01 - Proposta 03

L114 - Conferência Livre de Paraty - RJ "Povos e Comunidades Tradicionais na Agenda 2030"

L114-E1-01 GT 13 - Proposta 01

L114-E2-01 GT 04 - Proposta 02

L115 - Conferência Livre de Boa Vista - RR "Protagonismo Juvenil"

L115-E1-01 GT 03 - Proposta 03

L116 - Conferência Livre de Brasília - DF "Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)"

L116-E4-01 GT 10 - Proposta 28

L117 - Conferência Livre de Fortaleza - CE "Participação e protagonismo de crianças e adolescentes"

L117-E1-01 GT 03 - Proposta 03

L117-E3-01 GT 09 - Proposta 06

L118 - Conferência Livre de Brasília - DF "CIAMP Rua: Ninguém fica para trás: políticas intersetoriais e participação social para a garantia dos direitos da população em situação de rua no contexto da agenda 2030"

L118-E3-01 GT 07 - Proposta 07

L119 - Conferência Livre de Brasília - DF "Informação para sustentabilidade"

L119-E2-01 GT 13 - Proposta 06

L119-E4-01 GT 12 - Proposta 01

L120 - Conferência Livre de Serra - ES

L120-E1-01 GT 01 - Proposta 10

L120-E2-01 GT 06 - Proposta 01

L120-E3-01 GT 13 - Proposta 05

L120-E4-01 GT 11 - Proposta 01

L121 - Conferência Livre do Alto Alegre do Pindaré - MA "Etapas do território da bacia hidrográfica do rio Pindaré"

L121-E1-01 GT 03 - Proposta 02

L121-E2-01 GT 02 - Proposta 24

L122 - Conferência Livre de Curitiba - PR

L122-E3-01 GT 08 - Proposta 34

L123 - Conferência Livre de Manacapuru - AM

L123-E2-01 GT 05 - Proposta 19

L123-E3-01 GT 08 - Proposta 35

L124 - Conferência Municipal de Óbidos - PA

L124-E1-01 GT 02 - Proposta 25

L124-E2-01 GT 05 - Proposta 03

L124-E3-01 GT 03 - Proposta 17

L124-E4-01 GT 11 - Proposta 08

L124-E5-01 GT 03 - Proposta 03

L124-E6-01 GT 08 - Proposta 04

L125 - Conferência Livre de Pilar - AL "Conferência livre ANAMMA & ANAMMA mulheres: mudanças climáticas, equidade e implementação dos ODS nos municípios."

L125-E2-01 GT 14 - Proposta 22

L125-E3-01 GT 09 - Proposta 08

L126 - Conferência Livre de Contagem - MG

L126-E1-01 GT 02 - Proposta 02

L126-E2-01 GT 06 - Proposta 29

L126-E3-01 GT 02 - Proposta 26

L126-E4-01 GT 11 - Proposta 04

L126-E6-01 GT 14 - Proposta 08

L127 - Conferência Livre de Belém - PA "Juventude, democracia e inovação: o futuro em disputa"

L127-E4-01 GT 11 - Proposta 06

L128 - Conferência Municipal de Piraí - RJ

L128-E2-01 GT 06 - Proposta 30

L128-E4-01 GT 11 - Proposta 24

L129 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Agenda Rio 2030: Revisão da Agenda de Sustentabilidade Carioca/PDS"

L129-E1-01 GT 13 - Proposta 27

L129-E2-01 GT 04 - Proposta 27

L129-E3-01 GT 09 - Proposta 15

L129-E4-01 GT 08 - Proposta 05

L129-E5-01 GT 02 - Proposta 27

L129-E6-01 GT 15 - Proposta 07

L130 - Conferência Livre de Assu - RN "Vale do Assu e desenvolvimento sustentável: uma análise regional"

L130-E1-01 GT 02 - Proposta 05

L130-E2-01 GT 04 - Proposta 28

L130-E3-01 GT 08 - Proposta 36

L130-E4-01 GT 10 - Proposta 05

L131 - Conferência Livre de Aracajú - SE "O controle externo e o sistema de justiça como atores da sustentabilidade socioambiental"

L131-E2-01 GT 06 - Proposta 08

L131-E3-01 GT 09 - Proposta 16

L132 - Conferência Livre de Cubatão - SP "Conectando gerações por uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável"

L132-E1-01 GT 08 - Proposta 07

L132-E3-01 GT 08 - Proposta 37

L132-E4-01 GT 10 - Proposta 29

L133 - Conferência Livre de São Paulo - SP "EDUCAFRO Brasil"

L133-E3-01 GT 09 - Proposta 17

L134 - Conferência Livre de Uberlândia - MG

L134-E1-01 GT 02 - Proposta 01

L134-E2-01 GT 06 - Proposta 10

L134-E3-01 GT 11 - Proposta 02

L134-E4-01 GT 11 - Proposta 09

L134-E5-01 GT 01 - Proposta 02

L134-E6-01 GT 05 - Proposta 02

L135 - Conferência Livre de Petrópolis - RJ

L135-E1-01 GT 03 - Proposta 18

L135-E2-01 GT 09 - Proposta 18

L135-E3-01 GT 07 - Proposta 02

L135-E4-01 GT 11 - Proposta 25

L135-E5-01 GT 01 - Proposta 08

L135-E6-01 GT 14 - Proposta 04

L136 - Conferência Livre de São Bernardo do Campo – SP " 1ª Conferência Livre ODS Grande ABC – Cultura e o direito à realidade"

L136-E2-01 GT 05 - Proposta 01

L136-E3-01 GT 03 - Proposta 04

L136-E3-01 GT 09 - Proposta 01

L136-E4-01 GT 10 - Proposta 11

L137 - Conferência Livre de Guarujá - SP

L137-E1-01	GT 03 - Proposta 19
L137-E2-01	GT 06 - Proposta 31
L137-E3-01	GT 02 - Proposta 28
L137-E4-01	GT 10 - Proposta 30
L137-E5-01	GT 12 - Proposta 06
L137-E6-01	GT 14 - Proposta 01

L138 - Conferência Livre de Santos - SP 2 " 1ª CNDOS – Etapa Livre – Inter-regional – Região Metropolitana da Baixada Santista"

L138-E2-01	GT 06 - Proposta 01
L138-E3-01	GT 07 - Proposta 01
L138-E4-01	GT 11 - Proposta 26
L138-E5-01	GT 12 - Proposta 06

L139 - Conferência Livre de São Gonçalo - RJ "Território e Sustentabilidade"

L139-E1-01	GT 03 - Proposta 20
L139-E2-01	GT 05 - Proposta 20
L139-E3-01	GT 13 - Proposta 12
L139-E4-01	GT 10 - Proposta 02
L139-E5-01	GT 01 - Proposta 03
L139-E6-01	GT 14 - Proposta 23

L140 - Conferência Livre de Vitória - ES

L140-E1-01	GT 01 - Proposta 01
L140-E2-01	GT 06 - Proposta 01
L140-E3-01	GT 06 - Proposta 02
L140-E3-01	GT 07 - Proposta 03
L140-E4-01	GT 10 - Proposta 01
L140-E5-01	GT 12 - Proposta 02
L140-E6-01	GT 13 - Proposta 08

L141 - Conferência Livre de Cariacica - ES "Instituto MARCA"

L141-E2-01	GT 05 - Proposta 01
------------	---------------------

L142 - Conferência Livre de Macapá – AP " 1ª Conferência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no meio do mundo"

L142-E2-01	GT 06 - Proposta 38
L142-E3-01	GT 01 - Proposta 27

L143 - Conferência Livre de Estância - SE "IFS Campus Estância"

L143-E1-01	GT 03 - Proposta 27
L143-E2-01	GT 05 - Proposta 24
L143-E3-01	GT 10 - Proposta 34
L143-E4-01	GT 11 - Proposta 35

L143-E5-01 GT 03 - Proposta 28

L143-E6-01 GT 14 - Proposta 35

L144 - Conferência Livre de Bragança Paulista - SP "Diferentes linguagens neurodivergentes e o meio que se adapta aos sujeitos. até onde é válido a adequação do TEA/neurodivergente através de terapias?"

L144-E3-01 GT 07 - Proposta 26

L144-E4-01 GT 08 - Proposta 44

L145 - Conferência Livre de Guarujá - SP "Frente Nacional dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal (FNTASB) Regional 1 (RJ, MT, SP)"

L145-E1-01 GT 13 - Proposta 33

L145-E2-01 GT 09 - Proposta 19

L145-E3-01 GT 09 - Proposta 20

L145-E4-01 GT 02 - Proposta 29

L145-E5-01 GT 03 - Proposta 29

L145-E6-01 GT 13 - Proposta 34

L146 - Conferência Livre de São Paulo - SP "Saúde, Clima e Equidade: Juventudes Médicas na Agenda 2030"

L146-E1-01 GT 03 - Proposta 30

L146-E2-01 GT 06 - Proposta 39

L146-E3-01 GT 03 - Proposta 31

L146-E4-01 GT 11 - Proposta 36

L146-E5-01 GT 03 - Proposta 32

L146-E6-01 GT 14 - Proposta 36

L147 - Conferência Livre de Sete Lagoas - MG "Crianças do SERPAF pelo ODS "

L147-E2-01 GT 06 - Proposta 40

L147-E3-01 GT 08 - Proposta 45

L148 - Conferência Municipal de Bragança - PA

L148-E1-01 GT 02 - Proposta 30

L148-E2-01 GT 13 - Proposta 35

L148-E3-01 GT 03 - Proposta 33

L148-E4-01 GT 11 - Proposta 37

L148-E5-01 GT 01 - Proposta 28

L148-E6-01 GT 14 - Proposta 37

L149 - Conferência Livre de Jacaraú - PB

L149-E2-01 GT 05 - Proposta 25

L150 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ " Alimentação escolar e Sistemas Alimentares"

L150-E2-01 GT 04 - Proposta 31
L150-E3-01 GT 07 - Proposta 27
L150-E4-01 GT 10 - Proposta 35

L151 - Conferência Livre de Aracaju - SE "Movimento Nacional ODS SE"

L151-E2-01 GT 13 - Proposta 36
L151-E3-01 GT 07 - Proposta 28

L152 - Conferência Livre de Novo Airão - AM "Novo Airão sustentável: conservação da floresta, inclusão social e parceiras para o futuro"

L152-E2-01 GT 04 - Proposta 32
L152-E3-01 GT 11 - Proposta 38
L152-E6-01 GT 14 - Proposta 38

L153 - Conferência Livre de Brasília - DF "Câmara Temática ODS"

L153-E3-01 GT 12 - Proposta 25

L154 - Conferência Livre de Belo Horizonte - MG "Saúde e inclusão de gênero"

L154-E3-01 GT 07 - Proposta 29

L155 - Conferência Livre de Fortaleza - CE - 1

L155-E2-01 GT 05 - Proposta 26
L155-E3-01 GT 07 - Proposta 30
L155-E4-01 GT 11 - Proposta 39
L155-E5-01 GT 12 - Proposta 26

L156 - Conferência Livre de Brasília - DF "Caixa Econômica Federal"

L156-E1-01 GT 07 - Proposta 31
L156-E2-01 GT 06 - Proposta 41
L156-E3-01 GT 09 - Proposta 21
L156-E4-01 GT 11 - Proposta 40
L156-E5-01 GT 13 - Proposta 37
L156-E6-01 GT 15 - Proposta 33

L157 - Conferência Livre de Piúma - ES "Centro Sul Capixaba"

L157-E1-01 GT 02 - Proposta 31
L157-E2-01 GT 06 - Proposta 42
L157-E3-01 GT 02 - Proposta 32
L157-E5-01 GT 13 - Proposta 38

L158 - Conferência Livre de Teófilo Otoni - MG "Alimentar com justiça: superar a fome e garantir comida de verdade para todos"

L158-E3-01 GT 04 - Proposta 33

L159 - Conferência Municipal de Jucurutu - RN

L159-E1-01 GT 04 - Proposta 34

L159-E2-01 GT 07 - Proposta 32

L160 - Conferência Livre de Bragança Paulista - SP "Gestão consciente para um futuro possível – adolescentes do ensino médio técnico do eixo "gestão" da E.E. José Nantala Badue"

L160-E2-01 GT 06 - Proposta 43

L161 - Conferência Livre de Guarujá - SP "Frente Nacional dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal (FNTASB) Regional 4 (RN, AC, AM)"

L161-E4-01 GT 10 - Proposta 36

L162 - Conferência Municipal de Jijoca de Jericoacoara - CE

L162-E1-01 GT 02 - Proposta 33

L162-E2-01 GT 05 - Proposta 27

L162-E3-01 GT 08 - Proposta 46

L162-E4-01 GT 10 - Proposta 37

L162-E5-01 GT 13 - Proposta 39

L163 - Conferência Livre de Brasília - DF "Rumo a Agenda 2030 da ONU"

L163-E3-01 GT 08 - Proposta 47

L164 - Conferência Livre de Sete Lagoas - MG "Crianças e Adolescentes pelos ODS"

L164-E2-01 GT 04 - Proposta 35

L164-E3-01 GT 09 - Proposta 22

L165 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Biodiversidade no prato: Produção sustentável, territórios resilientes"

L165-E2-01 GT 04 - Proposta 36

L166 - Conferência Livre de Florianópolis - SC "Democracia no prato: por um sistema alimentar justo e participativo"

L166-E1-01 GT 04 - Proposta 37

L167 - Conferência Livre de Florianópolis - SC "Extensão universitária, juventude e governança participativa: construindo soluções em saúde para a redução das desigualdades em Santa Catarina"

L167-E3-01 GT 08 - Proposta 48

L167-E5-01 GT 09 - Proposta 23

L168 - Conferência Livre de Manaus - AM "Catadores pelos ODS"

L168-E1-01 GT 06 - Proposta 44

L168-E2-01 GT 06 - Proposta 45

L168-E3-01 GT 06 - Proposta 46
L168-E4-01 GT 10 - Proposta 38
L168-E5-01 GT 03 - Proposta 34
L168-E6-01 GT 06 - Proposta 47

L169 - Conferência Livre de Manaus - AM "Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente"

L169-E3-01 GT 02 - Proposta 34
L169-E4-01 GT 10 - Proposta 39

L170 - Conferência Livre de Palmeiras - BA "Conferência territorial de ODS da Chapada Diamantina"

L170-E1-01 GT 01 - Proposta 29
L170-E2-01 GT 06 - Proposta 48
L170-E3-01 GT 07 - Proposta 33
L170-E4-01 GT 11 - Proposta 41
L170-E5-01 GT 01 - Proposta 30
L170-E6-01 GT 14 - Proposta 39

L171 - Conferência Livre de Salvador - BA "Sindiquímica-BA pela Agenda 2030"

L171-E4-01 GT 10 - Proposta 40
L171-E6-01 GT 14 - Proposta 40

L172 - Conferência Livre de Brasília - DF "Saúde das populações do campo, da floresta e das águas"

L172-E2-01 GT 09 - Proposta 24
L172-E5-01 GT 03 - Proposta 35

L173 - Conferência Livre de Brasília - DF "Conferência Livre do Controle Social: Saúde, Democracia Participativa e Agenda 2030"

L173-E3-01 GT 13 - Proposta 40

L174 - Conferência Livre de Brasília - DF "Quem financia o futuro? transição para um sistema alimentar justo, saudável e sustentável"

L174-E6-01 GT 06 - Proposta 49

L175 - Conferência Livre de Luziânia - GO

L175-E2-01 GT 06 - Proposta 50
L175-E3-01 GT 07 - Proposta 34
L175-E4-01 GT 11 - Proposta 42

L176 - Conferência Livre de Belo Horizonte - MG "Vozes das Mulheres na Construção de Políticas Públicas: Caminhos para garantir inclusão, representatividade e equidade social"

L176-E3-01 GT 08 - Proposta 49

L177 - Conferência Livre de Diamantina - MG

L177-E2-01 GT 06 - Proposta 51

L177-E3-01 GT 09 - Proposta 25

L177-E5-01 GT 02 - Proposta 35

L178 - Conferência Livre de Itabira - MG "Inovação territorial e transição econômica: o futuro de Itabira com foco nas pessoas e na sustentabilidade"

L178-E1-01 GT 01 - Proposta 31

L178-E2-01 GT 04 - Proposta 38

L178-E3-01 GT 08 - Proposta 50

L178-E4-01 GT 10 - Proposta 41

L178-E5-01 GT 01 - Proposta 32

L178-E6-01 GT 15 - Proposta 34

L179 - Conferência Livre de Juiz de Fora - MG "Zona da Mata e Campo das Vertentes: desafios do desenvolvimento urbano sustentável"

L179-E1-01 GT 14 - Proposta 41

L179-E2-01 GT 04 - Proposta 39

L179-E3-01 GT 07 - Proposta 35

L179-E4-01 GT 12 - Proposta 27

L179-E5-01 GT 02 - Proposta 36

L179-E6-01 GT 15 - Proposta 35

L180 - Conferência Livre de Ponta Porã - MS "A fronteira na agenda 2030"

L180-E3-01 GT 07 - Proposta 36

L180-E4-01 GT 06 - Proposta 52

L180-E5-01 GT 13 - Proposta 41

L181 - Conferência Livre de Nova Mutum - MT

L181-E2-01 GT 06 - Proposta 53

L181-E4-01 GT 10 - Proposta 42

L182 - Conferência Livre de Irituia - PA

L182-E2-01 GT 06 - Proposta 54

L182-E3-01 GT 13 - Proposta 42

L183 - Conferência Livre de Patos - PB "Rede Sertão Paraibano/a"

L183-E1-01 GT 01 - Proposta 33

L183-E2-01 GT 05 - Proposta 28

L183-E3-01 GT 09 - Proposta 26

L183-E4-01 GT 07 - Proposta 37
L183-E5-01 GT 01 - Proposta 34
L183-E6-01 GT 14 - Proposta 42

**L184 - Conferência Livre de Recife - PE "Quem Decide o que Você Come?
Governança e o Poder do Consumidor"**

L184-E5-01 GT 13 - Proposta 43

L185 - Conferência Livre de Recife - PE "UNIFAFIRE"

L185-E1-01 GT 02 - Proposta 37
L185-E2-01 GT 06 - Proposta 55
L185-E3-01 GT 07 - Proposta 38

**L186 - Conferência Livre de Cabo de Santo Agostinho - PE ""Construindo um
futuro sustentável e igualitário"**

L186-E2-01 GT 05 - Proposta 29
L186-E3-01 GT 08 - Proposta 51

L187 - Conferência Livre de Recife - PE "UFPE 2026"

L187-E1-01 GT 01 - Proposta 35
L187-E2-01 GT 05 - Proposta 30
L187-E3-01 GT 09 - Proposta 27
L187-E4-01 GT 11 - Proposta 43
L187-E5-01 GT 01 - Proposta 36
L187-E6-01 GT 14 - Proposta 43

L188 - Conferência Livre de Maringá - PR "UNICIVE"

L188-E4-01 GT 01 - Proposta 37

**L189 - Conferência Livre de Toledo - PR "ODS na prática: construindo o
desenvolvimento sustentável local"**

L189-E2-01 GT 10 - Proposta 43
L189-E3-01 GT 08 - Proposta 52
L189-E4-01 GT 10 - Proposta 44

L190 - Conferência Livre de Petrópolis - RJ 2

L190-E1-01 GT 13 - Proposta 44
L190-E3-01 GT 08 - Proposta 53
L190-E4-01 GT 10 - Proposta 45
L190-E5-01 GT 03 - Proposta 36
L190-E6-01 GT 15 - Proposta 36

L191 - Conferência Livre de Saquarema - RJ

L191-E2-01 GT 06 - Proposta 56
L191-E3-01 GT 08 - Proposta 54

L191-E4-01 GT 10 - Proposta 46

L191-E5-01 GT 08 - Proposta 55

L192 - Conferência Livre de Boa Vista - RR "Inovar com Propósito: Soluções para uma Alimentação Saudável e Sustentável"

L192-E4-01 GT 04 - Proposta 40

L193 - Conferência Livre de Gravataí - RS

L193-E1-01 GT 07 - Proposta 39

L193-E2-01 GT 08 - Proposta 56

L194 - Conferência Livre de Marau - RS

L194-E4-01 GT 11 - Proposta 44

L195 - Conferência Livre da Região Sul e Centro Sul Sergipana - SE

L195-E2-01 GT 05 - Proposta 31

L195-E3-01 GT 06 - Proposta 57

L196 - Conferência Livre de Guarujá - SP "Frente Nacional dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal (FNTASB) Regional 5 (CE, TO, MA)"

L196-E1-01 GT 13 - Proposta 45

L197 - Conferência Livre de Guarujá - SP "Frente Nacional dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal (FNTASB) Regional 6 (ES, RO, BA)"

L197-E5-01 GT 15 - Proposta 37

L198 - Conferência Livre de Santo André - SP "Frente Ambientalista do ABCDMRR + Rede Amalgamar"

L198-E1-01 GT 02 - Proposta 38

L198-E2-01 GT 15 - Proposta 38

L198-E3-01 GT 08 - Proposta 57

L198-E4-01 GT 10 - Proposta 47

L198-E5-01 GT 12 - Proposta 28

L198-E6-01 GT 15 - Proposta 39

L199 - Conferência Livre de Mairiporã - SP

L199-E1-01 GT 05 - Proposta 32

L199-E2-01 GT 09 - Proposta 28

L199-E3-01 GT 03 - Proposta 37

L199-E4-01 GT 04 - Proposta 41

L199-E5-01 GT 01 - Proposta 38

L199-E6-01 GT 14 - Proposta 44

L200 - Conferência Livre de Caucaia - CE "Quilombolas Caucaia"

L200-E2-01 GT 06 - Proposta 58

L200-E3-01 GT 07 - Proposta 40
L200-E5-01 GT 12 - Proposta 29

L201 - Conferência Livre de Maracanaú - CE "Povos Pitaguary Maracanaú"

L201-E2-01 GT 05 - Proposta 33
L201-E3-01 GT 07 - Proposta 41
L201-E5-01 GT 12 - Proposta 30

**L202 - Conferência Livre de Recife - PE "CNDM - Mulheres e Clima ODS 5
Igualdade de Gênero: Desafios para um Futuro Sustentável."**

L202-E1-01 GT 02 - Proposta 39
L202-E3-01 GT 08 - Proposta 58
L202-E5-01 GT 03 - Proposta 38

L203 - Conferência Livre de Bacabal - MA

L203-E2-01 GT 06 - Proposta 59

L204 - Conferência Livre de Santa Luzia - MA

L204-E1-01 GT 08 - Proposta 59
L204-E2-01 GT 06 - Proposta 60
L204-E3-01 GT 10 - Proposta 48
L204-E4-01 GT 10 - Proposta 49
L204-E5-01 GT 15 - Proposta 40
L204-E6-01 GT 14 - Proposta 45

**L205 - Conferência Livre de Belém - PA "Reparação e Justiça Racial para
Erradicar a Fome: A Segurança Alimentar na Perspectiva do ODS 18"**

L205-E3-01 GT 12 - Proposta 31

**L206 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Conferência Livre Favela e
Universidade - Os ODS e o Direito ao Ensino Superior"**

L206-E1-01 GT 08 - Proposta 60
L206-E2-01 GT 06 - Proposta 61
L206-E3-01 GT 10 - Proposta 50

**L207 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "As ODS e o Direito à Vida nas
Favelas e Periferias Urbanas"**

L207-E1-01 GT 09 - Proposta 29
L207-E2-01 GT 05 - Proposta 34
L207-E3-01 GT 07 - Proposta 42
L207-E4-01 GT 06 - Proposta 62
L207-E5-01 GT 13 - Proposta 46
L207-E6-01 GT 15 - Proposta 41

L208 - Conferência Livre de Aquidabã - SE "Agricultores familiares reconhecendo o ODS"

L208-E2-01 GT 04 - Proposta 42

L209 - Conferência Livre de Peruíbe - SP

L209-E1-01 GT 03 - Proposta 39

L209-E2-01 GT 05 - Proposta 35

L209-E3-01 GT 07 - Proposta 43

L209-E5-01 GT 13 - Proposta 47

L210 - Conferência Livre de Rio Branco - AC "Entre saberes e territórios, mulheres da Amazônia pelos ODS"

L210-E3-01 GT 08 - Proposta 61

L211 - Conferência Livre de Pé de Serra - BA "Bacia do Jacuípe - 2026"

L211-E1-01 GT 01 - Proposta 39

L211-E2-01 GT 04 - Proposta 43

L211-E3-01 GT 03 - Proposta 40

L211-E4-01 GT 10 - Proposta 51

L211-E5-01 GT 02 - Proposta 40

L211-E6-01 GT 15 - Proposta 42

L212 - Conferência Livre de Fortaleza - CE "CJ-CE: Juventudes e Justiça Climática"

L212-E1-01 GT 03 - Proposta 41

L212-E2-01 GT 06 - Proposta 63

L212-E6-01 GT 14 - Proposta 46

L213 - Conferência Livre de Brasília - DF "CGEE 25 anos: trajetórias da CT&I brasileira à luz dos ODS"

L213-E1-01 GT 10 - Proposta 52

L213-E2-01 GT 05 - Proposta 36

L213-E3-01 GT 10 - Proposta 53

L213-E4-01 GT 10 - Proposta 54

L213-E5-01 GT 11 - Proposta 45

L213-E6-01 GT 03 - Proposta 42

L214 - Conferência Livre de Brasília - DF "Trabalho social em habitação"

L214-E5-01 GT 09 - Proposta 30

L214-E5-01 GT 15 - Proposta 43

L215 - Conferência Livre de Brasília - DF "Construindo coletivamente soluções sustentáveis para o futuro"

L215-E3-01 GT 08 - Proposta 62

L215-E4-01 GT 10 - Proposta 55

L216 - Conferência Livre de Brasília - DF "NIT pelos ODS"

L216-E1-01	GT 15 - Proposta 44
L216-E2-01	GT 10 - Proposta 56
L216-E3-01	GT 10 - Proposta 57
L216-E4-01	GT 10 - Proposta 58
L216-E5-01	GT 10 - Proposta 59
L216-E6-01	GT 15 - Proposta 45

L217 - Conferência Municipal de Betim - MG

L217-E1-01	GT 03 - Proposta 43
L217-E2-01	GT 06 - Proposta 64
L217-E3-01	GT 09 - Proposta 31
L217-E4-01	GT 10 - Proposta 60
L217-E5-01	GT 15 - Proposta 46
L217-E6-01	GT 14 - Proposta 47

L218 - Conferência Livre de Itabira - MG "Aliança ODS + Territórios"

L218-E1-01	GT 01 - Proposta 40
L218-E2-01	GT 05 - Proposta 37
L218-E3-01	GT 08 - Proposta 63
L218-E4-01	GT 10 - Proposta 61
L218-E5-01	GT 08 - Proposta 64
L218-E6-01	GT 15 - Proposta 47

L219 - Conferência Livre de Itabira - MG "Economia criativa"

L219-E1-01	GT 09 - Proposta 32
L219-E2-01	GT 06 - Proposta 65
L219-E3-01	GT 08 - Proposta 65
L219-E4-01	GT 10 - Proposta 62
L219-E5-01	GT 01 - Proposta 41
L219-E6-01	GT 15 - Proposta 48

L220 - Conferência Livre de Montes Claros - MG "Todos juntos por Montes Claros"

L220-E1-01	GT 02 - Proposta 41
L220-E2-01	GT 06 - Proposta 66
L220-E3-01	GT 08 - Proposta 66
L220-E4-01	GT 11 - Proposta 46
L220-E5-01	GT 13 - Proposta 48
L220-E6-01	GT 15 - Proposta 49

L221 - Conferência Livre de Paragominas - PA

L221-E1-01	GT 15 - Proposta 50
L221-E2-01	GT 06 - Proposta 67

L221-E3-01 GT 08 - Proposta 67
L221-E4-01 GT 06 - Proposta 68
L221-E5-01 GT 15 - Proposta 51
L221-E6-01 GT 04 - Proposta 44

L222 - Conferência Livre de Belém - PA "Rede Mulheres da Amazônia – REMA. Integração socioambiental: estratégias para um desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia"

L222-E3-01 GT 07 - Proposta 44

L223 - Conferência Livre de São Domingos do Capim - PA

L223-E1-01 GT 03 - Proposta 44
L223-E2-01 GT 06 - Proposta 69
L223-E3-01 GT 07 - Proposta 45
L223-E4-01 GT 10 - Proposta 63
L223-E5-01 GT 12 - Proposta 32
L223-E6-01 GT 14 - Proposta 48

L224 - Conferência Livre de Londrina - PR "Norte do Paraná"

L224-E1-01 GT 06 - Proposta 70
L224-E2-01 GT 04 - Proposta 45
L224-E3-01 GT 09 - Proposta 33
L224-E4-01 GT 10 - Proposta 64
L224-E5-01 GT 12 - Proposta 33
L224-E6-01 GT 07 - Proposta 46

L225 - Conferência Livre de Paty do Alferes - RJ "Presente Possível e as Raízes que Constroem o Futuro de Paty do Alferes"

L225-E2-01 GT 06 - Proposta 71
L225-E3-01 GT 07 - Proposta 47

L226 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Ciência para a democracia, inclusão e transformação social"

L226-E3-01 GT 09 - Proposta 34

L227 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Observatório Nacional: inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável"

L227-E4-01 GT 06 - Proposta 72

L228 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Mudanças Climáticas e Aumento da Vulnerabilidade Social"

L228-E2-01 GT 09 - Proposta 35

L229 - Conferência Livre de Natal - RN "Mulheres Negras-Yalodê"

L229-E3-01 GT 01 - Proposta 42

L230 - Conferência Livre de Ji-Paraná - RO

L230-E1-01 GT 13 - Proposta 49

L230-E2-01 GT 06 - Proposta 73

L230-E3-01 GT 09 - Proposta 36

L230-E4-01 GT 11 - Proposta 47

L230-E5-01 GT 14 - Proposta 49

L230-E6-01 GT 14 - Proposta 50

L231 - Conferência Livre de Americana - SP "Assistência social e direitos humanos de Americana"

L231-E3-01 GT 09 - Proposta 37

L232 - Conferência Livre de Araraquara - SP

L232-E1-01 GT 03 - Proposta 45

L232-E2-01 GT 06 - Proposta 74

L232-E3-01 GT 08 - Proposta 68

L232-E4-01 GT 10 - Proposta 65

L232-E5-01 GT 03 - Proposta 46

L232-E6-01 GT 15 - Proposta 52

L233 - Conferência Livre de Campinas - SP

L233-E1-01 GT 02 - Proposta 42

L233-E2-01 GT 06 - Proposta 75

L233-E3-01 GT 11 - Proposta 48

L233-E4-01 GT 11 - Proposta 49

L233-E5-01 GT 01 - Proposta 43

L233-E6-01 GT 13 - Proposta 50

L234 - Conferência Livre de Campinas - SP "Tecnologias em Economia Circular"

L234-E2-01 GT 06 - Proposta 76

L234-E4-01 GT 13 - Proposta 51

L234-E5-01 GT 06 - Proposta 77

L235 - Conferência Livre de Guarujá - SP "Frente Nacional dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal (FNTASB) Regional 7 (PR, RS, SC)"

L235-E6-01 GT 15 - Proposta 53

L236 - Conferência Livre de Ribeirão das Neves - MG "ODS e Educação Básica"

L236-E2-01 GT 06 - Proposta 78

L236-E3-01 GT 08 - Proposta 69

L236-E5-01 GT 08 - Proposta 70

L237 - Conferência Livre de Maceió - AL "Por direito e equidade"

L237-E1-01	GT 13 - Proposta 52
L237-E2-01	GT 06 - Proposta 79
L237-E3-01	GT 08 - Proposta 71
L237-E4-01	GT 10 - Proposta 66
L237-E5-01	GT 01 - Proposta 44
L237-E6-01	GT 14 - Proposta 51

L238 - Conferência Livre de São Miguel dos Campos - AL

L238-E2-01	GT 04 - Proposta 46
L238-E4-01	GT 10 - Proposta 67
L238-E5-01	GT 01 - Proposta 45

L239 - Conferência Livre de Manaus - AM "Ecobarreiras nos Igarapés da Amazônia Urbana: Tecnologia Social para a Proteção dos Rios"

L239-E2-01	GT 04 - Proposta 47
L239-E3-01	GT 05 - Proposta 38
L239-E4-01	GT 10 - Proposta 68
L239-E5-01	GT 13 - Proposta 53

L240 - Conferência Livre de Manaus - AM "Juventude da Amazônia Urbana: Desigualdade, Território e o Futuro que Estamos Construindo"

L240-E3-01	GT 07 - Proposta 48
L240-E4-01	GT 11 - Proposta 50
L240-E5-01	GT 03 - Proposta 47
L240-E6-01	GT 11 - Proposta 51

L241 - Conferência Livre de Irecê - BA

L241-E1-01	GT 03 - Proposta 48
L241-E2-01	GT 05 - Proposta 39
L241-E3-01	GT 07 - Proposta 49
L241-E4-01	GT 11 - Proposta 52
L241-E5-01	GT 03 - Proposta 49
L241-E6-01	GT 14 - Proposta 52

L242 - Conferência Livre de Fortaleza - CE "GPFRIDA/REDIS - A saúde coletiva e o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos com foco na construção de uma sociedade justa e sustentável"

L242-E1-01	GT 08 - Proposta 72
L242-E3-01	GT 08 - Proposta 73
L242-E5-01	GT 02 - Proposta 43
L242-E6-01	GT 07 - Proposta 50

L243 - Conferência Livre de Brasília - DF "Saúde nas periferias: favelas e comunidades urbanas"

L243-E1-01 GT 09 - Proposta 38
L243-E2-01 GT 09 - Proposta 39
L243-E3-01 GT 09 - Proposta 40
L243-E4-01 GT 09 - Proposta 41

L244 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "INT"

L244-E2-01 GT 04 - Proposta 48
L244-E3-01 GT 03 - Proposta 50
L244-E4-01 GT 10 - Proposta 69
L244-E5-01 GT 06 - Proposta 80

L245 - Conferência Livre de Jundiaí - SP

L245-E4-01 GT 05 - Proposta 40
L245-E5-01 GT 02 - Proposta 44

L246 - Conferência Livre de Goiás - GO "Cultura, território e sustentabilidade"

L246-E1-01 GT 11 - Proposta 53
L246-E2-01 GT 04 - Proposta 49
L246-E3-01 GT 07 - Proposta 51
L246-E4-01 GT 09 - Proposta 42
L246-E5-01 GT 14 - Proposta 53
L246-E6-01 GT 12 - Proposta 34

L247 - Conferência Livre de Ipojuca - PE "Coletivo Lixo Zero"

L247-E1-01 GT 02 - Proposta 45
L247-E2-01 GT 06 - Proposta 81
L247-E3-01 GT 07 - Proposta 52
L247-E4-01 GT 11 - Proposta 54
L247-E5-01 GT 06 - Proposta 82
L247-E6-01 GT 14 - Proposta 54

L248 - Conferência Livre do Rio de Janeiro - RJ "Polo de juventude"

L248-E3-01 GT 03 - Proposta 51
L248-E5-01 GT 01 - Proposta 46
L248-E6-01 GT 14 - Proposta 55

L249 - Conferência Municipal de São Vicente - SP

L249-E1-01 GT 14 - Proposta 56
L249-E2-01 GT 15 - Proposta 54
L249-E3-01 GT 07 - Proposta 53

L250 - Conferência Livre de Maceió - AL " Economia de impacto pelos ODS"

L250-E1-01 GT 01 - Proposta 47
L250-E2-01 GT 06 - Proposta 83
L250-E3-01 GT 08 - Proposta 74

L250-E4-01 GT 10 - Proposta 70
L250-E5-01 GT 13 - Proposta 54
L250-E6-01 GT 14 - Proposta 57

L251 - Conferência Livre do Amazonas - AM "UNEGRO"

L251-E1-01 GT 02 - Proposta 46
L251-E2-01 GT 10 - Proposta 71
L251-E3-01 GT 08 - Proposta 75

L252 - Conferência Livre de Ichu - BA

L252-E1-01 GT 03 - Proposta 52
L252-E2-01 GT 04 - Proposta 50
L252-E3-01 GT 15 - Proposta 55
L252-E4-01 GT 11 - Proposta 55
L252-E5-01 GT 13 - Proposta 55
L252-E6-01 GT 06 - Proposta 84

L253 - Conferência Livre de Vitória da Conquista - BA

L253-E1-01 GT 03 - Proposta 53
L253-E2-01 GT 06 - Proposta 85
L253-E3-01 GT 08 - Proposta 76
L253-E4-01 GT 11 - Proposta 56
L253-E5-01 GT 13 - Proposta 56
L253-E6-01 GT 14 - Proposta 58

L254 - Conferência Livre de Brejo Santo - CE

L254-E3-01 GT 08 - Proposta 77

L255 - Conferência Livre de Fortaleza - CE " Conferência Livre do ODS 18: a luta da população negra na Agenda 2030/ODS"

L255-E1-01 GT 04 - Proposta 51
L255-E2-01 GT 05 - Proposta 41
L255-E3-01 GT 05 - Proposta 42
L255-E4-01 GT 04 - Proposta 52
L255-E5-01 GT 04 - Proposta 53
L255-E6-01 GT 15 - Proposta 56

L256 - Conferência Livre de Fortaleza - CE "Por uma educação de qualidade"

L256-E3-01 GT 08 - Proposta 78

L257 - Conferência Livre de Divinópolis - MG

L257-E2-01 GT 06 - Proposta 86
L257-E3-01 GT 08 - Proposta 79
L257-E4-01 GT 06 - Proposta 87

L258 - Conferência Livre de Belém - PA "Aprendizes do CIEE"

L258-E1-01 GT 08 - Proposta 80

L258-E3-01 GT 08 - Proposta 81

L259 - Conferência Livre de Gravatá - PE "Gravatá construindo o futuro: desenvolvimento sustentável, inclusão e governança para todos"

L259-E1-01 GT 13 - Proposta 57

L259-E2-01 GT 04 - Proposta 54

L259-E3-01 GT 07 - Proposta 54

L259-E4-01 GT 11 - Proposta 57

L259-E5-01 GT 12 - Proposta 35

L259-E6-01 GT 14 - Proposta 59

L260 - Conferência Livre de Cachoeiras de Macacu - RJ

L260-E1-01 GT 03 - Proposta 54

L260-E2-01 GT 06 - Proposta 88

L260-E3-01 GT 07 - Proposta 55

L260-E4-01 GT 01 - Proposta 48

L260-E5-01 GT 02 - Proposta 47

L261 - Conferência Livre de Barueri - SP "Grande Oeste de São Paulo"

L261-E2-01 GT 05 - Proposta 43

L261-E3-01 GT 08 - Proposta 82

L261-E5-01 GT 13 - Proposta 58

L262 - Conferência Livre de Itatiba - SP

L262-E5-01 GT 03 - Proposta 55

L262-E6-01 GT 11 - Proposta 58

L263 - Conferência Livre de Marília - SP "Inovação e cidadania étnico-racial"

L263-E1-01 GT 03 - Proposta 56

L263-E4-01 GT 11 - Proposta 59

L264 - Conferência Livre de Mongaguá - SP

L264-E1-01 GT 03 - Proposta 57

L264-E2-01 GT 05 - Proposta 44

L264-E3-01 GT 07 - Proposta 56

L264-E4-01 GT 11 - Proposta 60

L264-E5-01 GT 03 - Proposta 58

L264-E6-01 GT 14 - Proposta 60

L265 - Conferência Livre de Praia Grande - SP

L265-E2-01 GT 06 - Proposta 89

L265-E3-01 GT 07 - Proposta 57

L265-E4-01 GT 11 - Proposta 61

L266 - Conferência Livre de São Paulo - SP "ODS Digital 2026"

L266-E2-01 GT 06 - Proposta 90

L267 - Conferência Livre de São Paulo - SP "Parelheiros – Área rural SP capital"

L267-E2-01 GT 06 - Proposta 91

L268 - Conferência Livre da Paraíba - PB "Ecossistema de Inovação Farol Digital Ecossistema de Inovação de Campina Grande"

L268-E2-01 GT 06 - Proposta 92

L268-E3-01 GT 08 - Proposta 83

L268-E4-01 GT 10 - Proposta 72

L269 - Conferência Livre de Chapecó - RS "Promoção e inclusão social e combate às desigualdades"

L269-E3-01 GT 05 - Proposta 45

L270 - Conferência Livre de Boa Vista - RR "Primeira infância: cuidar da infância é uma responsabilidade compartilhada"

L270-E3-01 GT 15 - Proposta 57

L270-E6-01 GT 09 - Proposta 43

L271 - Conferência Livre de Antas - BA "Semiárido II"

L271-E2-01 GT 04 - Proposta 55

L271-E3-01 GT 08 - Proposta 84

L272 - Conferência Livre de Passo Fundo – RS " Implementação dos ODS em Passo Fundo - desafios e perspectivas"

L272-E1-01 GT 09 - Proposta 44

L272-E2-01 GT 06 - Proposta 93

L272-E3-01 GT 07 - Proposta 58

L272-E4-01 GT 10 - Proposta 73

L272-E5-01 GT 03 - Proposta 59

L272-E6-01 GT 10 - Proposta 74

L273 - Conferência Livre de Taubaté - SP

L273-E2-01 GT 04 - Proposta 56

L274 - Conferência Livre de Macapá - AP "Juventude do arquipélago do Bailique"

L274-E1-01 GT 02 - Proposta 48

L274-E2-01 GT 06 - Proposta 94

L274-E3-01 GT 04 - Proposta 57

L274-E5-01 GT 13 - Proposta 59
L274-E6-01 GT 12 - Proposta 36

L275 - Conferência Livre de Campina Grande - PB "ODS no Semiárido"

L275-E2-01 GT 04 - Proposta 58
L275-E3-01 GT 08 - Proposta 85
L275-E4-01 GT 10 - Proposta 75
L275-E5-01 GT 12 - Proposta 37

L276 - Conferência Livre de Guarujá - SP "Frente Nacional dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal (FNTASB) Regional 3 (PB, PI, PE)"

L276-E3-01 GT 08 - Proposta 86

L277 - Conferência Livre de Miguel Pereira "Território Vivo"

L277-E2-01 GT 06 - Proposta 95
L277-E4-01 GT 11 - Proposta 62





15. VIDA TERRESTRE · 🌿

10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES · 📊

16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES · ⚖️ · 16.

1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA · 🏠 · 1. ERRADICAÇÃO D

4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE · 🎓 · 4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE · 🎓

8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO · 💼 · 8. TRABALHO D

12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS · ♻️ · 12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVE

11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS · 🏡 · 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS · 🏡 · 11. CIDA

17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO · 🤝 · 17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO · 🤝 · 17. PARCERIAS

5. IGUALDADE DE GÊNERO · 🏳️ · 5. IGUALDADE DE GÊNERO · 🏳️ · 5. IGUALDADE DE GÊNE

13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA · 🌍 · 13. AÇÃO CONTRA

2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL · 🌾 · 2. FOME ZERO E

6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO · 💧 · 6. ÁGUA POTÁVEL

9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA · 🏭 ·

18. IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL · 🌍

3. SAÚDE E BEM-ESTAR · 🏥 · 3. SAÚDE

7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL · ⚡ ·

14. VIDA NA ÁGUA · 🐟

